

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Karla Bilharinho Guerra

MEMÓRIA, ESPAÇO E AFETO:
outras cartografias possíveis de Belo Horizonte

Belo Horizonte

2018

**MEMÓRIA, ESPAÇO E AFETO:
outras cartografias possíveis de Belo Horizonte**

Karla Bilharinho Guerra

MEMÓRIA, ESPAÇO E AFETO:

outras cartografias possíveis de Belo Horizonte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Borges Lemos

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

G934m

Guerra, Karla Bilharinho.

Memória, espaço e afeto [manuscrito] : outras cartografias possíveis de Belo Horizonte / Karla Bilharinho Guerra. - 2018.

270f. : il.

Orientador: Celina Borges Lemos.

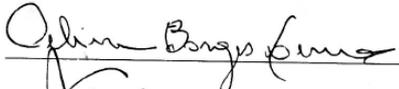
Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

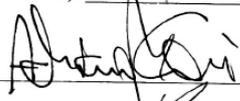
1. Empatia - Teses. 2. Espaço urbano - Teses. 3. Memória coletiva - Teses . 4. Identidade social - Teses. 5. Estilo de vida - Teses. 6. Sociologia urbana - Teses. I. Lemos, Celina Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4

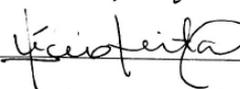
Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG.

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 30 de agosto de 2018 pela Comissão Examinadora:

Profª. Dra. Celina Borges Lemos (Orientadora-EA/UFMG) 

Prof. Dr. Adriano Mattos Correa (EA/UFMG) 

Profª. Dra. Regina Helena Alves da Silva (FAFICH/UFMG) 

Profª. Dra. Lúcia Leitão Santos (UFPE) 

Profª. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiro (FAU/USP) via videoconferência

*Dedico essa tese ao querido amigo, Chico Magalhães,
que foi tecer afetos com fios feitos de nuvens.*

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela compreensão de tantas ausências, pelo amor profundo e pelo estímulo que me fez amar os estudos e manter a curiosidade sempre viva.

À minha orientadora, Professora Doutora Celina Borges Lemos, pela sensibilidade, pelo acolhimento e pelas trocas tão generosas, que ficarão marcados como um momento significativo na minha cartografia afetiva.

A todos os membros da banca, Professora Doutora Maria Lucia Bressan Pereira, Professora Doutora Lúcia Leitão, Professora Doutora Regina Helena Alves Silva e Professor Doutor Adriano Mattos Correa, que aceitaram prontamente o convite para a leitura deste trabalho e cujas contribuições serão também parte dele.

A todos os meus mestres da FAFICH, em especial ao Professor Dr. Leonardo Fígoli, querido orientador do mestrado e que atendeu com delicadeza ao convite de participar da Banca de Qualificação e trouxe contribuições valiosas. Aos docentes da Escola de Arquitetura que me acolheram e cuja dedicação aos alunos, à universidade e à construção de uma Belo Horizonte mais humana e afetiva é comovente. Todos vocês me ensinaram muito mais que imaginam e sempre foram exemplos de perseverança, força e luta cotidiana pela educação e pela pesquisa desse país.

Aos amigos de todas as horas, que perdoaram ausências e sempre se mantiveram por perto: Rosângela, Paulo, Sandra, Rodrigo, Luciana, Celina e muitos outros afetos que nasceram desse chão de Belo Horizonte.

À querida amiga e companheira de jornada, desde os tempos da graduação, Clarice Libânio, que é fonte de inspiração diária, pela força, caráter e coragem com que leva a vida.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao financiamento fundamental da bolsa da FAPEMIG – Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais e sem o qual minha dedicação a este trabalho de pesquisa não seria possível.

“A cidade em que se nasce não é sempre a cidade em que se nasce. Às vezes é preciso partir, com os olhos descalços e o coração ignorado, em busca de um nascimento – os lugares são tantos e é tão difícil reconhecer-se num mapa quanto num espelho. Alguma cidade se investe num nascimento, entre a mineração e o mar. Alguma cidade se elege entre tantas para a vida, e nem sempre a vida de regresso. As cidades também foram inventadas e têm o seu destino. As ruas cruzadas como as linhas da mão”.

(Ana Martins Guimarães. Poema da série “Três Cidades e um Braço de Mar” de A Vida Submarina, 2009)

RESUMO

Este estudo busca compreender como a memória e as dinâmicas sociais de ocupação do espaço urbano, ao longo da história de Belo Horizonte, contribuem para a conformação de outras cartografias, nas quais os percursos afetivos dos seus habitantes podem revelar novos sentidos da cidade, ainda submersos. A investigação tem como desafio articular diversas áreas de conhecimento em torno dos seus temas centrais, além da arquitetura e do urbanismo, tais como a história, a filosofia, a antropologia, a sociologia, a geografia e a psicologia. Este diálogo conceitual permite explorar novas fronteiras teóricas e metodológicas do estudo do modo de vida urbano, dada a complexidade da vida que habita as cidades na contemporaneidade. Trata-se de alinhar e espacializar as diversas formas de experienciar e se apropriar do espaço urbano, conformando uma cartografia das bases subjetivas que dão sentido à vida na cidade. Assim, esta investigação se assemelha a uma espécie de dissecação do espaço urbano, no sentido de penetrar nas suas diversas camadas, do mais íntimo/invisível ao mais superficial/visível, da materialidade às distintas representações que se formam em torno da cidade, e, expõe a tênue tessitura da relação do indivíduo com o espaço e como ela se forma em termos de percepção e experiência individual e coletiva.

Palavras-chave: **Afeto. Espaço. Memória. Cartografia Afetiva. Experiência Sensível.**

ABSTRACT

This study tries to understand how the memory (individual and collective) and the social dynamics of occupation of urban space, throughout the history of Belo Horizonte, contribute to the conformation of other possible cartographies, in which the affective paths of its inhabitants can make Visible identities hitherto submerged and thus reveal new senses of the city. Research has as a challenge to articulate several areas of knowledge, as well as architecture and urbanism, such as history, philosophy, anthropology, sociology, geography and psychology around its central themes. This conceptual dialogue is essential for the realization of such a project, which will allow exploring new theoretical and methodological frontiers in the study of the urban way of life, given the complexity of the life that inhabits cities in the contemporary world. It is therefore necessary to understand different ways of occupying and appropriating space and to draw up a cartography of the subjective bases that give meaning to life in the city and that will penetrate the intimate relationship that its inhabitants build daily with space. This research proposes a kind of "dissection of the inhabited urban space", in the sense of capturing its various layers, going from the most intimate / invisible to the most superficial / visible, and exposes the tenuous texture of the individual's relation to space and how it is formed in terms of individual and collective perception and experience.

Keywords: Affection. Space. Memory. Affective Mapping. Sensitive Experience.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Gravura “ <i>St. Jerome in His Study</i> ”, de Albrecht Durer, 1514	87
IMAGEM 2: Cartografia Afetiva – Marcelo – Infância.....	188
IMAGEM 3: Cartografia Afetiva – José – Infância.....	196
IMAGEM 4: Casa Mutum – Chico.....	205
IMAGEM 5: Cartografia Afetiva – Alysson – Infância.....	206
IMAGEM 6: Cartografia Afetiva – Nélio – Infância.....	213
IMAGEM 7: Cartografia Afetiva – Fausto – Infância.....	218
IMAGEM 8: Cartografia Afetiva – Miguel – Chegada em Belo Horizonte.....	227
IMAGEM 9: Cartografia Afetiva – Rodolfo.....	229
IMAGEM 10: Cartografia Afetiva – Chico – Ampliada	231
IMAGEM 11: Cartografia Afetiva – Chico	231
IMAGEM 12: Cartografia Afetiva – Nélio.....	233
IMAGEM 13: Cartografia Afetiva – José.....	235
IMAGEM 14: Cartografia Afetiva – Renata.....	241
IMAGEM 15: Cartografia Afetiva – Cinemas e Clubes de Belo Horizonte Citadas nas Histórias de Vida - Ampliada.....	245
IMAGEM 16: Cartografia Afetiva – Cinemas e Clubes de Belo Horizonte Citadas nas Histórias de Vida	249

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Roteiro da Tese.....	30
QUADRO 2 – Espaços e Fases de Socialização Correlatas.....	174
QUADRO 3 – A Centralidade da Casa e a Criação de Novos Centros.....	175
QUADRO 4 - Diagrama da representação das trilhas diárias no tempo e espaço de Hagerstrang.....	176

LISTA DE SIGLAS

CEURB – Centro de Estudos Urbanos

CRAV – Centro de Referência Audiovisual

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

IAB-MG – Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento de Minas Gerais

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Cartografia de uma Inquietação.....	15
1.2 O Sujeito no Centro do Debate	18
1.3 Uma Primeira Cartografia da Teoria.....	21
1.4 Hipóteses	24
1.5 Objetivos.....	26
1.6 Metodologia	26
2 CIDADE, ESPAÇO, MEMÓRIA E AFETO	34
2.1 Cidades: alguns conceitos e definições no campo das ciências sociais.....	39
2.2 Cidades e Pós-Modernidade: mútua afetação	50
2.3 Por uma História Cultural do Urbano	57
2.4 A Contribuição da Geografia Humanista	59
2.5 Outras Cartografias.....	61
2.6 Novas Subjetividades na Pós-modernidade	63
2.7 Esforço de Síntese: principais conceitos e categorias	67
2.7.1 Memória	67
2.7.2 Espaço.....	72
2.7.3 Afeto	74
2.7.4 Sensibilidade/Sensível	77
2.7.5 Cartografia Afetiva: um conceito em construção.....	78
3. CASA: UM SENTIDO	81
3.1 Casa: habitação do espaço interior	82
3.2 Morar: uma experiência sensível	91
3.3. Tempo de habitar: habitar no tempo.....	95
3.4 Espaço Interior e Espaço Exterior: o entorno.....	101
4. RUA, BAIRRO, CAMINHOS: HABITAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR	106
4.1 Rua: a extensão da casa	107
4.2 Bairro: o interior da cidade	123
4.3 Caminhos: alinhar e entrelaçar sentidos	130
4.4 O Percurso como História de Vida.....	135

5	CIDADE, COTIDIANO E IMAGINÁRIO	140
5.1	A Cidade Tangível.....	141
5.2	A Cidade Intangível	158
6	IDENTI(CIDADES).....	173
6.1	O Direito ao Enraizamento: o uso das histórias de vida na investigação das cidades.....	178
6.2	Outras Cartografias: o mapa como narrativa da experiência vivida.....	180
6.3	A Soma dos Afetos: a cidade de cada um e de todos	187
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
	ANEXO METODOLÓGICO	257
	REFERÊNCIAS.....	259

1 INTRODUÇÃO

Dizia Luis García Montero, referindo-se a seu lugar, Granada, que “cada pessoa tem uma cidade que é uma paisagem urbanizada de seus sentimentos”. (CANCLINI, 2008, p.15)

1.1 Cartografia de uma Inquietação

Minha trajetória mescla experiências bem diversas no campo acadêmico e nos setores público e privado, com especial ênfase no campo da cultura e estudos sobre memória e estilos de vida. Ao longo dos últimos anos, alguns temas me despertaram interesse e desejo de empreender um estudo mais cuidadoso e aprofundado sobre o modo de vida urbano e suas transformações incessantes. No entanto, as atividades como gestora cultural e consultora sempre adiaram este projeto em detrimento de outros tantos que foram realizados.

Logo depois que concluí a graduação, tive a oportunidade de trabalhar exclusivamente como pesquisadora em dois lugares que marcaram minha trajetória profissional: o Centro de Estudos Urbanos – CEURB/FAFICH-UFMG onde coordenei a pesquisa de campo em projetos sobre as desigualdades sociais e políticas públicas e urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e, o Centro de Referência Audiovisual – CRAV/SMC/PBH¹, no qual realizei um série de projetos de história oral sobre a memória de Belo Horizonte, dentre eles: a Memória do Funcionalismo Público e a Memória da Arquitetura, este último em parceria com o IAB-MG. Neste mesmo período tive contato com a pesquisa do Professor Ivo Porto de Menezes e assumi a edição e revisão do livro “Belo Horizonte, residências, arquitetura – ensaio histórico documental sobre a fase inicial da arquitetura residencial em Belo Horizonte”, publicado em 1997.

Na monografia de Bacharelado em Sociologia, denominada “O Consumo como Forma de Obtenção de Prestígio Social” iniciei minha pesquisa sobre a influência do consumo nas relações sociais e sua determinação nos estilos de vida. Pesquisa essa que teve continuidade no mestrado, na dissertação intitulada “Moda e Estilos de Vida: um estudo sobre a formação do campo da Moda no Brasil”, uma análise mais profunda

¹ O CRAV/SMC/PBH foi transformado em Museu da Imagem do Som de Belo Horizonte.

dessa temática dos estilos de vida, amparada pela teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu, utilizando os conceitos de *habitus* e campo para compreender as apropriações do vestuário como estratégias de inclusão e exclusão social e a dimensão simbólica da constituição do campo da moda.

Mais tarde, me dediquei a projetos relacionados a políticas públicas na área cultural: tanto no âmbito público, quando participei da criação do Programa de Formação de Gestores Culturais da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais quanto no âmbito privado, com a realização e coordenação do projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura, que percorreu sete municípios mineiros identificando prioridades e demandas para auxiliar no processo de construção dos planos municipais de cultura, cujos resultados foram publicados em versões impressa e *online*.

Todas as experiências e trabalhos anteriores inspiraram o projeto de tese de doutorado acolhido pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFMG. Através dessa investigação vi uma possibilidade concreta de articular alguns desses campos de conhecimentos em torno da importância da subjetividade na produção da arquitetura e do urbanismo na sociedade contemporânea.

O projeto proposto inicialmente se configurava num mergulho profundo em uma ideia que surgiu no ano no qual concluí o mestrado, curiosamente, o ano em que Belo Horizonte celebrava seu primeiro século de vida: 1997. A partir de uma pesquisa sobre a História do Funcionalismo Público de Belo Horizonte (realizada logo quando comecei meu trabalho no CRAV/SMC/PBH), tive a oportunidade de entrevistar muitos dos funcionários mais antigos da Prefeitura Municipal, alguns deles, também, quase centenários que guardavam uma parte intocada da memória da cidade em suas lembranças, já um pouco esmaecidas, mas que cintilavam na medida em que começavam a conectá-las ao chão da cidade.

Um desses depoimentos foi especialmente tocante. Diante de mim se postou um senhor alinhado, cabelos brancos milimetricamente penteados e em seu terno de linho claro me contou a sua história, suas primeiras lembranças de uma infância na qual jogava futebol na ainda recém-inaugurada Rua da Bahia, centro nevrálgico da vida cultural da cidade desde a sua fundação. Sua memória privilegiada para um senhor de 87 anos à época, não seguia uma linha cronológica muito clara, titubeava ao ritmo de recordações e esquecimentos, que ora ou outra, deixavam sua voz

trêmula, embargada por emoções que revivia naquele momento novamente. Esse senhor, era Fernando Pierucetti, professor de desenho do Colégio Imaco, artista formado pela Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e cartunista (Mangabeira era seu pseudônimo), que se tornou conhecido por ser o criador dos símbolos de animais dos clubes de futebol mineiros. Uma história fascinante, que ele narrou se desculpando pelos breves esquecimentos.

Em um dos trechos mais interessantes da entrevista, Fernando Pierucetti cria uma cartografia olfativa da Rua da Bahia, descrevendo os aromas que sentia em cada lugar que passava: na Casa das Lentes, no jornaleiro, na pequena mercearia abastecida de frutas recém-chegadas, no sapateiro, nas lojas de tecidos. Os lugares do trajeto que ele fazia diariamente estavam associados a aromas peculiares e, na medida em que ele os descrevia, tornavam ainda mais nítidas as suas lembranças, criando uma delicada tessitura de sensações sobre a rua da sua infância e da Belo Horizonte que era sua contemporânea.

Essa entrevista gerou a inquietação que deu origem à diversas questões que tangenciam a hipótese proposta nesta investigação. Foi ela que despertou meu interesse nas narrativas das histórias de vida, que ajudam a constituir esse pequeno mosaico de sentidos, percepções e experiências que ficam suas amarras no espaço. Neles pode-se entrever o que Kevin Lynch (2002) descreve como um conjunto de sensações fortemente atreladas às lembranças passadas, que a vista não alcança. Uma cidade que se situa numa dimensão abstrata, uma cidade sensível, da qual nos fala Pesavento (2007), que pode se apresentar mais real e mais palpável, do que a cidade materializada no concreto que a ergueu.

Nesse sentido, esta investigação se propôs a desvendar outras cartografias possíveis de Belo Horizonte, aqui denominadas “cartografias afetivas”, constituídas pelas diversas camadas de percepções e representações que se formam no cotidiano da cidade e se sobrepõem ao longo do tempo. Estas, a meu ver, fundam uma outra cidade, sublimada e envolta pela concretude e a materialidade que a abordagem da arquitetura e do urbanismo assumiu nas últimas décadas.

O afeto é tratado como o conjunto de impressões e sensações que se constituem a partir da relação do indivíduo com o mundo experienciado por ele. Afeto, no seu sentido mais amplo, significa a capacidade de contaminar, atingir, afligir, perturbar, acometer e interferir. Quando relacionado ao espaço, o afeto consiste em uma capacidade inata do ser humano, de sentir e perceber o seu entorno, o ambiente

que o circunda. O afeto é, portanto, resultado do contato corpóreo do indivíduo com o mundo e forma um conhecimento sensível, uma forma potente de leitura da realidade.

1.2 O Sujeito no Centro do Debate

Aldo Rossi (2001) ao falar sobre as dificuldades em se estabelecer uma síntese do material analítico em seus estudos e pesquisas, enfatiza a importância da dimensão humana nos estudos urbanos:

[...] nos estudos urbanos, nunca será suficiente a importância dada ao trabalho monográfico, ao conhecimento de fatos urbanos definidos. Se negligenciarmos esses fatos – inclusive nos aspectos mais individuais, particulares, irregulares, mas, por isso mesmo também mais interessantes – acabaremos por construir teorias tanto artificiais, como inúteis. (ROSSI, 2001, p. 2)

Nas diversas teorias sobre a cidade e o urbanismo, encontramos alguns autores que compartilham visões próximas a de Rossi (2001), entretanto, as teorias que situam o sujeito no centro do debate sobre a cidade, não foram desenvolvidas na mesma profusão ou tiveram o mesmo alcance que estudos que privilegiam a forma, o desenho, o planejamento e o aspecto projetual do urbanismo. Essa seria uma primeira justificativa razoável para o desenvolvimento desta investigação, no entanto, a ela se somam outras, que fortalecem a sua importância.

Agier (2011), ao refletir sobre a contribuição da antropologia para o estudo das cidades, defende uma abordagem que leia a cidade a partir de seus cidadãos:

[...] a cidade produzida pelo antropólogo a partir do ponto de vista das práticas, relações e representações dos cidadãos que ele próprio observa diretamente e em situação. Ele desdobra esse conhecimento antropológico em três vertentes ou [...] entradas distintas e convergentes – os saberes (a cidade dos antropólogos), os espaços (a cidade em processo) e as situações (a cidade em movimentos) [...]. (AGIER, 2011, p. 32-33)

Para o autor a importância do desenvolvimento de uma antropologia da cidade é que ela revela ângulos que privilegiam o “sentido de lugar e a liberdade do não-lugar” se desviando do conhecimento predominante que a toma a partir de uma noção “urbanística, estatística ou administrativa”. Longe de desprezar tais abordagens como leituras possíveis da realidade, a crítica do autor se dirige a questão da cidade como um objeto de estudo demasiadamente extenso e complexo para ter sua totalidade captada pelo pesquisador, ou a partir de um único ângulo. (AGIER, 2011, p.36)

Segundo o autor, a contribuição da antropologia para o estudo das cidades é se libertar de qualquer definição apriorística da cidade e se lançar em outros domínios, tratando a cidade como “um todo decomposto, perceptível, apreensível e vivido em situação” ou dito de outra forma, numa referência a Clifford Geertz quando este fala de cultura:

[...] ver a cidade como vive, olhando-a ‘por cima do ombro’ dos cidadãos; em segundo lugar, deslocar a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade – uma essência intangível e normativa – para a pergunta sobre o que faz a cidade. O próprio ser da cidade, surge, então, não como um dado, mas como um *processos* humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de fazer a cidade. (AGIER, 2011, p. 38-39)

Esta investigação tem caráter eminentemente interdisciplinar, o que por si só não resolve a questão colocada por Agier (2011), no entanto, permite uma compreensão da cidade como uma experiência tempo-espacial específica e multifacetada, que oferece diversas possibilidades e nuances para a sua leitura. Uma delas é tema de uma reflexão feita por Harvey (2001) a partir da “geografia temporal” de Hagerstrand (1970), na qual “[...]os indivíduos são considerados agentes movidos por um propósito, engajados em projetos que absorvem tempo através do movimento no espaço”. (HARVEY, 2001, p. 195)

Hagerstrand (1970) interpreta as biografias individuais como “trilhas de vida no espaço” e a partir destas traça os percursos feitos pelos indivíduos no seu cotidiano: das atividades mais rotineiras (ida e vinda do trabalho, escola, consumo), até movimentos mais amplos, que ocorrem ao longo da vida, tais como os migratórios (mudanças de cidade ou de país por motivos diversos: estudar, trabalhar, casar etc.).

Segundo Harvey (2001), o exame dessas biografias permitiria traçar os princípios do comportamento do tempo-espço que desenham um movimento diário, criando assim cartografias pessoais que são como rastros vivenciais dos indivíduos no espaço. Esforço ou tarefa teórico-metodológica que ainda está por fazer.

Harvey (2001) articula a teoria Hagerstrand com as proposições de Michel de Certeau (1994) que concebe os espaços sociais como espaços criativos, abertos à ação do homem e o caminhar como um “espaço de enunciação”. O andar pela cidade ganha importância, na medida em que ele concretiza o contato corpóreo do indivíduo com o espaço e aciona os seus sentidos, os aproximando do chão da cidade. Para Harvey (2001), importa saber como esse movimento se organiza, ou nas palavras do

autor, como funcionam as: “[...] ordenações simbólicas do espaço e do tempo que dão uma continuidade mais profunda (mas de modo algum libertária) às práticas sociais”. (HARVEY, 2001, p. 198)

Instigada pela proposição da geografia temporal de Hagerstrand, esta investigação busca captar os sentidos atribuídos pelos indivíduos aos espaços habitados e percorridos ao longo das suas trajetórias de vida. Sentidos plurais, resultantes da afetação corpórea que o espaço gera e que se desenha no movimento incessante do cotidiano, tendo como ponto de partida o espaço da casa, como sugere Bourdieu:

Bourdieu sugere que é através da relação dialética entre o corpo e uma organização estruturada do espaço e do tempo que as práticas e representações comuns são determinadas. E é exatamente a partir dessas experiências (a casa em particular) que se impõem esquemas duradouros de percepção, de pensamento e de ação. (HARVEY, 2001, p. 198)

A partir do esquema proposto por Hagerstrand, temos como desdobramento desta investigação o desenvolvimento do conceito de “cartografia afetiva”, que trata de mapear ou espacializar a relação que os indivíduos criam com o espaço no qual habitam ou transitam, que na hipótese desta investigação, possui um forte componente afetivo.

Derivada de uma vertente da cartografia cultural, a cartografia afetiva seria capaz de gerar uma representação bidimensional dos enlaces tempo-espaciais expressivos que marcam as trajetórias de vida dos cidadãos. Conforme a hipótese central desta investigação, esses enlaces tempo-espaciais assumem um lugar de destaque em cada trajetória de vida e revelam como as experiências vividas no cotidiano marcam significativamente alguns dos espaços da cidade. A determinados espaços, ficam assim atrelados fragmentos de memórias, traços, rastros que ali se depositam e sedimentam significados singulares e profundos.

A cartografia afetiva, é, portanto, o mapeamento deste acúmulo significativo que os indivíduos desenham cotidianamente no espaço percorrido e habitado, e que gera pontos de enraizamento, de pertencimento, atrelados à sua identidade ou a constituição dela. Ela se revela naquele banco preferido da praça, no pedaço de gramado sombreado usado para a leitura, naquele trecho de rua que o faz desviar do caminho mais curto, no assunto revisitado diariamente com a balconista da padaria, são todos eles, pedaços da cidade onde se inscreve a experiência espacial cotidiana que fica retida na memória.

Os lugares onde se circunscrevem as ações ordinárias, são aqueles, que nas biografias, ganham uma tonalidade extraordinária, onde a noção de pertencimento fundadora da identidade se condensa, onde o que define as trajetórias pessoal e social se torna quase palpável. São esses pequenos fragmentos de sociabilidade que se ligam a frações da cidade, e estes, que finalmente encontram sua correspondência em lugares interiores. Trata-se, portanto, de saber, quando e como o espaço exterior se torna também um espaço interior e afetivo, onde a cidade é desenhada pela experiência vivida.

1.3 Uma Primeira Cartografia da Teoria

Um primeiro mapeamento da teoria que alicerçou a investigação, além da arquitetura e do urbanismo, recorreu a outras áreas de conhecimento, tais como a história, a filosofia, a sociologia, a antropologia, a geografia e a psicologia, buscando um diálogo conceitual, que foi essencial para concretizá-la. Essa opção permitiu explorar novas fronteiras teóricas e metodológicas no estudo do modo de vida urbano, se é que esse termo ainda pode ser conjugado no singular, dada a complexidade da vida que habita as cidades na contemporaneidade e as várias questões que a atravessam.

Complexidade esta, que buscou encontrar bases teóricas que dessem suporte para a realização de uma espécie de “dissecação do espaço urbano habitado”, na qual suas diversas camadas fossem desveladas – da mais superficial à mais profunda – expondo a tênue tessitura da relação do indivíduo com o espaço e como ela se forma a partir da percepção e da experiência.

Uma primeira tarefa foi identificar teóricos que privilegiam ou ressaltam a necessidade de uma leitura sensível da realidade, como observa Leite:

“[...]uma revisão do pensamento e das práticas da arquitetura e do urbanismo enquanto viés de compreensão da sociedade contemporânea onde se identifica uma valorização sensível da componente espacial” (LEITE, 2010, p.149).

A segunda camada da investigação procurou compreender como a relação do indivíduo com o espaço se dá no contexto da pós-modernidade. O ponto de partida teve como base a teoria de Weber, na qual a ação social é vista “[...] como uma modalidade específica de ação, ou seja, de conduta à qual o próprio agente associa

um sentido” (COHN, 1986, p.26). Não obstante, a teoria da ação social que tem como foco principal o indivíduo, se dá num determinado tempo histórico, ou seja, oferece uma tonalidade interpretativa que não pode desprezar a dinâmica que a circunda.

Assim, a pós-modernidade não é tomada apenas como cenário de um novo modo de vida. Ela surge, sobretudo, como um momento que reúne as condições necessárias para a constituição de novas subjetividades e identidades que aderem ao tecido urbano de uma forma específica. Ela se configura como uma nova forma de legibilidade da cidade, com uma lógica específica. Como esclarece La Rocca (2010) a pós-modernidade é sinônimo de uma mudança de paradigma, no qual um novo estatuto de saber é inaugurado:

Uma cidade, pela sua natureza, nunca pode ser estática, promove constantemente a “novidade”. É necessário então ter em atenção a constante evolução das suas formas e as maneiras de experienciar nos seus espaços: o *esperire* do mundo urbano. Trata-se, neste caso, de produzir uma reflexão caracterizada por uma “ontologia da actualidade” que determina o nosso pensamento e o nosso olhar sobre o mundo tal qual como é. Prender-se assim a uma proposta de visão da actualidade das ambiências urbanas conduz-nos, desse modo, a uma espécie “de colocação”. Esta ideia da “colocação” é desenvolvida por Gianni Vattino na sua reflexão sobre a pós-modernidade. [...] Desta maneira, “a colocação” da cidade pós-moderna deve ser aplicada à visão de uma nova ontologia da actualidade urbana, em concordância com a mudança de paradigma do pensamento. O anúncio da “morte de Deus” por Nietzsche na *Gaya scienza*, a ideia de Heidegger do declínio da metafísica, o fim das grandes narrativas operada por Lyotard constituem, de uma certa maneira, os fundamentos, ou antes, quando considerados no seu conjunto, o quadro de referência do advento do pós-modernismo. (LA ROCCA, 2010, p.2)

A terceira camada da pesquisa é a que define o percurso a ser feito para desvelar a relação seminal do sujeito com o espaço. Essa abordagem tem como referência na teoria de Berger & Luckmann (1985) e especialmente a obra “A Construção Social da Realidade”, que trata da interiorização da realidade por meio dos processos de socialização que se sucedem ao longo da existência dos indivíduos e que promovem não apenas a sua integração social, como também a formação da sua identidade. Segundo os autores, nos processos de socialização, primeiro há uma compreensão dos semelhantes, daqueles que são mais próximos (família nuclear), e, posteriormente, do mundo social dotado de sentido. Seguindo este esquema e o espacializando, partimos da casa como ponto inicial e central da sociabilidade, passando então à rua, ao entorno da casa, ao bairro e finalmente à cidade.

A esta camada, soma-se ainda o esquema proposto por Hagerstrand (1970), no qual as trajetórias de vida se inscrevem no espaço e permitem reconhecer as ações

e os comportamentos que criam marcas espaço-temporais mais significativas. Assim é introduzida a dimensão afetiva à relação do indivíduo com o espaço e a análise das trajetórias de vida permite, portanto, uma abordagem sensível da realidade, como defende Pesavento (2004):

[...] as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e todas as suas nuances e formas de exteriorizar ou esconder – os sentimentos. (PESAVENTO, 2004, p. 58-59)

Neste sentido, esta opção analítica torna-se relevante para a compreensão do sentido atribuído ao espaço: uma relação essencialmente subjetiva, que apesar de seus particularismos, pode nos apresentar facetas ainda inexploradas da realidade. Ou como nos ensina Weber quando fala da contribuição da psicologia social na compreensão da realidade:

A análise psicológica significa, pois, meramente, em cada caso concreto, um valioso aprofundar do conhecimento do seu condicionamento histórico e da sua significação cultural. O que nos interessa na conduta do homem dentro do âmbito das suas relações sociais, é especificamente particularizado segundo a significação cultural específica da relação em causa. Trata-se de causas e influências psíquicas, extremamente heterogêneas entre si e extremamente concretas na sua composição. A investigação psicológica significa um exame aprofundado dos diversos gêneros particulares e díspares de elementos culturais tendo em vista a sua acessibilidade para a nossa revivência compreensiva. (WEBER, 1986, p.104)

Assim, as informações, impressões, sentimentos, afetos, aversões e sentidos colhidos por meio das trajetórias de vida, forneceram o substrato para a próxima fase da pesquisa que compreende a organização espacial dessas informações e a elaboração de outras cartografias de Belo Horizonte, capazes de capturar, a partir dos fluxos cotidianos e dos fragmentos de memória, os vários sentidos que marcam alguns dos trajetos dos seus habitantes e visitantes e sua ação/interação sensível e afetiva com o espaço da cidade.

Nesse sentido, será apresentada uma pequena coleção de sensações, um breve mosaico de sentidos que deixarão à vista a cidade que Kevin Lynch (2002) acredita ser perceptível apenas em longos períodos e que, do mesmo modo, existe a cada instante:

[...]mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado. Nada se conhece em

si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, à recordação de experiências passadas. (LYNCH, 2002, p. 11)

Trata-se de conseguir captar uma dimensão do espaço especialmente abstrata, a sua dimensão simbólica ou aquela que liga as práticas culturais e as relações afetivas de um indivíduo ou grupo, a determinados lugares. Esses espaços, apropriados simbolicamente, se tornam também um dos elementos constitutivos da identidade. Na síntese de Pesavento:

[...] é sobretudo essa dimensão da sensibilidade que cabe recuperar para os efeitos da emergência de uma história cultural urbana: trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais 'reais' à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto. (PESAVENTO, 2007, p.14)

Assim, todos esses fragmentos que marcam a passagem do tempo, a presença e a experiência de alguns dos seus habitantes, serão traçados que buscam capturar e desvelar momentos significativos, territorializados, sentidos impressos como percursos afetivos no mapa de Belo Horizonte.

1.4 Hipóteses

Diante do trajeto teórico-metodológico percorrido, a investigação se destina a traçar uma cartografia afetiva do espaço urbano de Belo Horizonte. Segundo a hipótese central da tese: o afeto pode ser considerado um componente fundamental da relação do indivíduo com o espaço. E a partir desta constatação, coloca-se a seguinte questão: é possível construir uma cartografia afetiva de Belo Horizonte, capaz de capturar sentidos da cidade constituídos a partir de fragmentos de memória e dos percursos afetivos de seus habitantes ao longo das suas trajetórias de vida?

Trata-se, portanto, de revelar uma outra dimensão da cidade contida nas trajetórias pessoais e na riqueza dos pequenos gestos, dos mínimos fragmentos do espaço que permanecem intocados na memória de seus habitantes, mesmo estes que já não existam mais. Abordagem que tem especial relevância quando tratamos de Belo Horizonte, devido às circunstâncias já conhecidas da sua concepção e planejamento, ou seja, sob a égide dos novos ventos da República e seus ideais em substituição à antiga ordem, representada por Ouro Preto, símbolo da administração

colonial recém-destituída. Cidade construída e reconstruída ao longo de cento e vinte anos de história, cuja memória parece não resistir ao tempo.

O ponto de partida da investigação é a memória, que em sua definição mais comum está relacionada à capacidade de lembrar, de reter impressões ou mesmo sensações de fatos já vividos. Mesmo diante da sua aparente volatilidade, sendo por vezes inacessível (quando tratamos das memórias pessoais) e da sua manipulação, quando falamos da chamada macro história social/oficial que, segundo Thompson (1998, p.23), “funciona como ‘um grande gravador’ que modela o passado à sua própria imagem” a memória, ainda sim, é um potente recurso de pesquisa. E não tratamos aqui de uma memória coletiva nacional, muitas vezes tomada como uma história oficial, a memória institucionalizada, marcada por momentos sem um sentido subjetivo, que Chauí (1994, p.18) chama de “história oficial celebrativa”. O interesse é especialmente direcionado às memórias individuais, que podem ser expressas na oralidade, como as tratam Thompson (1998) e Bosi (1994), ou o que Pollak (1989) denomina como “memórias subterrâneas” de culturas minoritárias, aquelas que por muito tempo permaneceram sem voz, alijadas da história oficial.

A memória, entretanto, como nos diz Seemann (2003), não se dá no vazio, ela ocorre nos lugares concretos onde as práticas cotidianas se realizam. E o espaço não pode ser tomado como um conceito estanque, desprovido de sentido. O autor se dedica a investigar novos olhares sobre as possibilidades da espacialidade e lança o desafio metodológico de combinar duas estruturas, uma cronológica e outra espacial, com o intuito de gerar registros alternativos das lembranças do passado. Ele enfatiza a importância de se espacializar a memória quando sugere que “[...] as pessoas deviam fazer a sua geografia antes de fazer sua história, levando-se em conta que as práticas sociais são, na sua grande maioria, espaciais.” (SEEMANN, 2003, p. 45)

Neste sentido, falar da articulação entre espaço e memória é buscar desvelar a relação que transforma o espaço, essa categoria de tamanha envergadura, também num espaço subjetivo, que retém algumas de nossas lembranças mais íntimas e que fortalece a relação de pertencimento e de identidade. O espaço, assim entendido, adquire a capacidade de transpor a barreira da sua concretude, tornando-se poroso à sensibilidade, penetrável de sentidos diversos, os mais íntimos e impalpáveis e que são a fonte primeira do nosso enraizamento num dado lugar.

1.5 Objetivos

À questão principal somam-se outras que irão nortear a pesquisa aqui proposta nos âmbitos teórico-metodológico e empírico:

- Qual é o instrumental teórico adequado para se compreender esse vai e vem de sentidos conferidos aos espaços, na dinâmica acelerada das transformações urbanas ocorridas em Belo Horizonte?
- Quais são as fontes que podem ser acessadas para registrar esses os movimentos sensíveis dos indivíduos no espaço?
- Quais são os mecanismos a partir dos quais as representações operam a composição do imaginário das cidades?
- Como os indivíduos percebem e são afetados pelo espaço na constituição da sua identidade?
- Como a relação do indivíduo com e no espaço é formada ao longo da sua história de vida?
- Como capturar os sentidos atribuídos ao espaço pelos indivíduos a partir dos fragmentos de memória e da experiência vivida?
- Como a percepção do espaço se dá e como ela interfere no que fica retido na memória da experiência vivida?
- É possível cartografar a relação do indivíduo com o espaço e qual é a importância, o peso, do afeto nessa relação?
- Qual a importância de se revelar as relações afetivas que os indivíduos possuem em relação ao espaço que habitam?

1.6 Metodologia

Há duas formas de compreensão: a compreensão intelectual ou objetiva e a compreensão humana intersubjetiva. Compreender significa intelectualmente apreender em conjunto, *comprehendere*, abraçar junto (o texto, seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno). A compreensão intelectual passa pela inteligibilidade e pela explicação[...] A compreensão humana vai além da explicação. A explicação é bastante para a compreensão intelectual ou objetiva das coisas anônimas ou materiais. É insuficiente para a compreensão humana. Esta comporta um conhecimento de sujeito a sujeito. Por conseguinte, se vejo uma criança chorando, vou compreendê-la, não por medir o grau de salinidade das suas lágrimas, mas por buscar em mim minhas

aflições infantis, identificando-a comigo e identificando-me com ela. (MORIN, E., 2000, p. 94-95)

Este trecho brilhante de Morin (2000) avança sobre o terreno, às vezes considerado movediço, no qual nos lançamos quando lidamos com categorias que são, em essência, subjetivas. Categorias, que de tão abstratas e impalpáveis, são pouco exploradas, mas que jamais podem ser desprezadas na análise da realidade social. A definição de uma forma específica de compreensão sensível descrita pelo autor sintetiza a intenção exploratória que foi adotada na abordagem do objeto desta pesquisa.

Canclini (2008) afirma em uma de suas conferências, na qual faz uma reflexão sobre uma definição da cidade contemporânea, que as cidades não existem apenas na sua materialidade, elas emergem a partir de percepções mais sutis acerca das práticas sociais que atuam na produção do espaço:

[...] não existem só como uma ocupação de território, construção de edifícios e de interações materiais entre seus habitantes. O sentido e o sem sentido do urbano se formam, entretanto, quando o imaginam os livros, as revistas e o cinema; pela informação que dão a cada dia os jornais, o rádio, a televisão sobre o que acontece nas ruas. Não atuamos na cidade apenas pela orientação que nos dão os mapas e o GPS, mas também pelas cartografias mentais e emocionais que variam segundo modos pessoais de experimentar as interações sociais. (CANCLINI, 2008, p.15)

A metodologia adotada nesta investigação da cidade, tem como principal objetivo tornar nítido, dar a ver o sentido menos palpável e visível da cidade. E mais especificamente de Belo Horizonte.

Para tal tarefa, desde o início da pesquisa muitas foram as possibilidades e desdobramentos que surgiram a partir da hipótese principal. Os caminhos inicialmente cogitados se transformaram em amplas avenidas, que dilataram tão significativamente o horizonte de pesquisa, que foi preciso recorrer novamente e mais intensamente à teoria, em busca de sinais mais precisos do percurso apropriado a seguir. Movimento este que se revelou instigante, pois demonstrava a cada leitura, uma outra camada interpretativa passível de ser incorporada à pesquisa e apontava também novas questões e dúvidas, não deixando jamais de demonstrar, entretanto, a potência da proposição inicial.

A pesquisa bibliográfica fez com que as ideias iniciais encontrassem abrigo, pertinência e ressonância em teóricos – clássicos e contemporâneos – alguns

desconhecidos no momento inicial da pesquisa, mas que se revelaram como verdadeiros guias para se alcançar os objetivos propostos. A partir de um primeiro mapeamento da teoria, foi possível então, estabelecer as etapas seguintes da pesquisa, a partir da hipótese principal e das questões subsidiárias, listadas a seguir:

1) Pesquisa Bibliográfica:

A partir de uma primeira prospecção, como visto anteriormente, chegou-se a um quadro conceitual muito amplo, que foi então refinado e resultou no esquema lógico apresentado abaixo, que relaciona alguns eixos de análise.

- a) Tempo e Identidade: a aceleração do tempo como motor da formação do tipo urbano e de uma nova forma de percepção do espaço (ritmo, escala, vias privilegiadas ao invés de calçadas, verticalização, dinâmicas culturais entre outros);
- b) A memória como componente da sensibilidade espacial: partimos do pressuposto de que a memória é um componente essencial da sensibilidade e a consideramos um dos ingredientes vitais de enraizamento do sujeito no espaço. Uma relação que possui estreita conexão com o tempo, conforme comenta Harouche (2013) sobre a obra de Simmel:

A questão do tempo é, portanto, colocada por Simmel nas fronteiras constantemente móveis entre indivíduos e sociedade, relações cotidianas e funcionamentos institucionais, interioridade e exterioridade: a cada dia, a cada hora se refaz a urdidura tecida pelos vínculos, eles escapam e são substituídos por outros, tecidos por sua vez com outros fios. Apenas aquilo que Simmel chama de microscopia psicológica pode apreendê-los. As grandes formas que proporcionaram à ciência seus primeiros objetos de estudo não poderiam de forma alguma reconstituir a vida social tal como dada pela experiência em suas relações momentâneas ou duráveis, conscientes ou inconscientes que nos atam e nos separam, conclui Simmel. [...] Aquilo que lhe parece primordial é que a duração representa o elemento que cria a fidelidade, ou seja, um modo de sociabilidade, um tipo de interação inscritos na duração engendram e perpetuam a fidelidade. (HAROUCHE, 2013, p. 100-101).

Este é o núcleo primário, que ressalta o papel da subjetividade como forma de apreensão da realidade, da qual nos fala Pesavento (2005, p.56) quando aborda o papel do historiador do passado: “As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo”.

- c) Espaço e Cotidiano - práticas culturais e a construção do sentido de lugar: a questão do cotidiano permeia toda a análise, pois é nele que se dá a experiência,

- e, por meio desta, as sensibilidades são impressas no sujeito. É nesse fluxo contínuo e diário de imagens e sensações que o sentido do espaço se forma. Este eixo temático trata da questão do sentido de comunidade que se perde em meio ao anonimato da multidão e se realiza de forma fragmentada na pós-modernidade.
- d) A Constituição do Espaço Sensível: processos de socialização (família, escola, trabalho etc.) correspondem a processos de constituição da relação com o espaço e sua respectiva ampliação (casa, bairro, cidade) resultando na construção do lugar do sujeito no mundo.
- e) O Papel da Subjetividade em Simmel na construção do conceito de sociologia, a partir da constatação de que os laços sociais são eminentemente individuais:

[...] a existência humana só se realiza nos indivíduos, sem que todavia com isso se reduza a validade do conceito de sociedade [...] o conceito de sociedade significa a interação psíquica entre os indivíduos [...], lembrando que [...] os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo quando não atingem a forma de verdadeiras organizações". (SIMMEL, 2006, p. 15-17)

Ao lado de outros autores, Simmel traz à tona a subjetividade como forma legítima de leitura da realidade, que pretendemos ampliar a partir de questões próprias do contexto urbano pós-moderno.

- f) Cartografia Afetiva: é desenhada a partir dos movimentos cotidianos que ficam impressos ao trilhar a cidade ao longo da sua história de vida. Ao atravessar a cidade, o sujeito constrói caminhos que constituem o sentido de lugar e de comunidade, que o enraízam no tecido urbano.

Foi a partir deste esquema lógico que foram definidos o percurso teórico, a sequência dos capítulos (roteiro da tese) e o roteiro das entrevistas. Estas últimas estabelecem como um ponto de partida comum a todos os entrevistados, a primeira memória de lugar e a partir dela se amplia espacialmente. Assim, a maioria das entrevistas tem como ponto inicial a casa da infância, que representa a gênese da relação do sujeito com o espaço, conforme também nos informa a teoria. É a partir da casa que o indivíduo estabelece seu primeiro entendimento do mundo, que cria referências espaciais, que se situa no mundo e que, finalmente, constrói sua cartografia afetiva. (Quadro 1)

A partir da casa se forma um círculo concêntrico que compreende os espaços próximos (ruas e bairro), e, posteriormente, a cidade ou perímetros desta. Ou seja, a partir de um epicentro, que nesta investigação corresponde à casa, o espaço se amplia gradativamente, de forma correspondente à sociabilidade. Quanto maior o arco de sociabilidades estabelecidas, maior o arco espacial conhecido, tateado, percorrido, sentido e percebido pelo sujeito.

QUADRO 1 – ROTEIRO DA TESE



Fonte: Elaborado pela autora

2) Revisão Teórica:

A revisão teórica, após os primeiros esforços exploratórios, auxiliou na descoberta do cerne do problema. Um exercício fundamental na elaboração da tese, foi definir, de fato, quais eram as principais categorias que sedimentaram o chão

teórico sobre o qual a tese foi construída, que se revelou útil para compreender a essência de cada uma delas e as relações daí resultantes com a hipótese principal.

Parte da exploração teórica inicial é apresentada no segundo capítulo, que explora, na sua primeira parte, as diversas abordagens acerca da cidade a partir de duas referências bibliográficas centrais: Choay (2006) e Freitag (2006). Nele é possível identificar – dentre as diversas correntes teóricas que têm como objeto central a cidade e o urbano – quais são os autores que privilegiam a abordagem subjetiva do urbano, assim como as contribuições de outras áreas de conhecimento acerca da cidade, tais como as ciências sociais, a história cultural e a geografia humanista.

Os capítulos seguintes – capítulos três, quatro e cinco – seguem o mesmo esquema teórico que também está presente no roteiro utilizado nas entrevistas de histórias de vida, conforme vimos no Quadro 1.

O ponto de partida é a casa da infância, como primeira referência do espaço, que corresponde à socialização primária. Na medida em que o espaço se amplia, também se ampliam os espaços de sociabilidade. Assim, os capítulos seguintes fazem o mesmo percurso proposto no roteiro das entrevistas.

No capítulo três, apresentamos a casa como um ponto central a partir do qual o indivíduo tateia e explora o espaço ao redor. A casa da infância representa o centro que referencia a experiência espacial dos indivíduos. Ela é o ponto de partida e de chegada, espaço de proteção e de formação de um sentido, de uma visão de mundo, onde as primeiras lembranças de espaço geralmente se espacializam e se fixam na memória de uma forma específica.

No capítulo quatro a rua é tratada como extensão da casa, como vetor de sociabilidades próximas. O entorno surge assim, como uma apropriação gradual que se estende a partir da casa e que permite a exploração de um perímetro próximo, por meio de caminhos e trajetos que aos poucos tornam o desconhecido familiar e colaboram para a formação de uma consciência de lugar. O quarto capítulo também trata do bairro, esse espaço mais amplo no qual a casa se localiza e que é a base conhecida e familiar onde se circula com certo grau de conforto. O bairro é também um fator de identificação com o todo, que é a cidade.

No quinto capítulo chegamos à cidade, nomeadamente Belo Horizonte, que surge não apenas na sua materialidade, mas também é construída a partir de uma ideia de cidade, planejada e que traz, desde a sua concepção, referências outras,

assim como habitantes de outras cidades e países. Uma cidade que se enraíza no espaço e cria sua própria história, mutante, que resiste, nas memórias de seus habitantes.

No sexto capítulo, são apresentadas nove cartografias afetivas, que são o coração da tese. Neste capítulo as trajetórias de vida de alguns habitantes de Belo Horizonte se espacializam e ganham sentido por meio das vozes dos seus narradores, que desenham seus afetos no chão da cidade.

3) Pesquisa Empírica:

Uma questão central desta etapa da pesquisa, que sempre se colocou como um problema a ser resolvido desde a proposição do projeto é a do escopo da pesquisa empírica. Menos do que a pertinência das questões teóricas levantadas, a forma de verificação e análise é um ponto fundamental. Primeiro, cabe esclarecer, que essa pesquisa, por trabalhar com questões pertinentes à subjetividade ou às diversas subjetividades que se aglomeram na cidade, tem como âncora metodológica a pesquisa qualitativa. Assim, nos interessa mais aprofundar no objeto de análise do que propriamente verificar a sua abrangência espacial. Isto porque, a cidade, será tomada no seu todo espacial, como uma rede aberta de relações sociais que são mutáveis, tanto espacialmente quanto temporalmente, considerando que as relações que o sujeito cria com o espaço, são tão mutáveis quanto o próprio espaço e o tempo no qual elas ocorrem.

Optou-se por realizar entrevistas longas, de histórias de vida, conforme detalhado no capítulo seis, seguindo o esquema proposto por Hagerstrand (1970), no qual as trajetórias de vida criam trilhas no espaço por meio dos seus movimentos cotidianos. Foram realizadas nove entrevistas seguindo um roteiro que se encontra disponível no Anexo Metodológico. É necessário esclarecer que o roteiro é apenas um guia que contempla algumas questões comuns abordadas entre os entrevistados, não criando, portanto, uma estrutura rígida a ser seguida. O roteiro orienta o tema ser tratado, mas não o ritmo da memória dos entrevistados, que muitas vezes não segue uma ordem linear e é ordenada conforme o fluxo das lembranças despertadas pelo tema principal: o espaço.

4) Sistematização, Análise e Espacialização dos Dados das Histórias de Vida e Elaboração das Cartografias Afetivas:

Para realizar esta etapa, foram transcritas integralmente as nove histórias de vida coletadas durante a pesquisa de campo, que somaram aproximadamente cento e quinze páginas de transcrição, cujos trechos mais expressivos, foram parcialmente incluídas no capítulo seis. A sistematização das entrevistas levou a um arranjo temático que seguiu o fluxo do roteiro, não desprezando, entretanto, os temas mais relevantes que surgiram nas narrativas dos entrevistados. Essas narrativas foram espacializadas em mapas de Belo Horizonte, utilizando-se os recursos do *My Maps* (Google) que permite a elaboração de mapas com ferramentas simples, tais como traçar trajetos, marcar pontos e nomeá-los.

5) Análise das Cartografias Afetivas e Considerações Finais:

A última fase da investigação consiste na análise das cartografias afetivas, indicadas nos comentários que sucedem cada tema levantado nas trajetórias de vida, conforme apresentado no capítulo seis. Essa análise constitui num esforço de retorno à teoria que deu estofamento conceitual a esta investigação e que é cotejada à luz dos resultados obtidos.

O capítulo sete se destina a analisar o percurso da pesquisa e as contribuições e inquietações que a investigação despertou, mais do que respondeu. Nele pode-se verificar que há ainda muito a ser explorado sobre a forma como a cidade afeta os seus moradores e visitantes e como esse pequeno mosaico de percepções e sentidos, obtido na investigação, pode revelar-se como um potente instrumento para se pensar as cidades. São vozes, por vezes, muito dissonantes, que revelam como habitantes e visitantes são afetados pela configuração do espaço e pelas transformações pelas quais ele passa, ao longo da história.

2 CIDADE, ESPAÇO, MEMÓRIA E AFETO

Vendo aquela casa, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós. (COSTA, 1962, p.15).

Desde o início, a pesquisa de doutorado indicou que seria necessário rever a teoria que se acercava da cidade e as questões próprias do urbano² para compreender as circunstâncias nas quais, na sua evolução enquanto campo teórico-científico. A arquitetura, que se conformou como um sistema de planejamento e ordenamento das pessoas e suas necessidades num determinado território, foi especialmente afetada pelas variáveis tecnológicas, sociais e culturais, que condicionaram as formas de vida nesses espaços, especialmente a partir da industrialização. Nota-se que no caminho percorrido pela arquitetura, enquanto campo de estudos que requereu para si a temática urbana, alguns aspectos inerentes à uma reflexão mais abrangente foram, por vezes, deixados de lado, privilegiando os aspectos projetuais e construtivos em detrimento das dimensões subjetivas e culturais, movimento este que só foi retomado por alguns teóricos em meados do século XX.

Para fins desta análise, interessa identificar quais autores reintroduziram e deram relevância a esses aspectos no estudo das cidades, pois essa é uma das bases a partir das quais se estrutura a investigação proposta, na qual o que foi deixado de lado torna-se vital para a compreensão do urbano enquanto fenômeno inerentemente social.

Para percorrer, mesmo que de maneira breve, esse percurso, serão analisadas duas obras que tratam a questão do urbanismo de forma crítica e não cronológica: o “Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia” (2015), de Françoise Choay e

² E de forma mais precisa, a utilização do termo urbanismo segundo uma nota de Choay na qual ela cita a referência de G. BARDET (L'urbanisme, P.U.F. , Paris, 1959) quando “a palavra urbanismo parece ter aparecido pela primeira vez em 1910 no *Bulletin de la Société géographique de Neufchatel*” (CHOAY,2015, p. 2) e em outra referência anterior, de Leite (2016) na qual “(...) o Urbanismo propriamente dito nasce na época das grandes reformas urbanas de Paris e de Barcelona. O seu texto fundador data de 1867, altura em que o catalão Ildefonso Cerdà publica a *Teoría general de l'Urbanización* e utiliza pela primeira vez o termo “urbanização”. (LEITE, 2010, p.149).

“Teorias da Cidade” (2006), de Bárbara Freitag³. Ambas oferecem visões e recortes distintos para tratar o urbanismo, sobretudo a sua crítica, e levantam questões relevantes para a temática abordada, que serão devidamente destacadas ou retomadas ao longo desta investigação.

Freitag (2006) recupera a trajetória de estudos e pesquisas que deram origem à publicação, entre eles sua passagem pela UFBA, como professora visitante⁴, período no qual percebeu que a disciplina despertava interesse em alunos de vários cursos além da arquitetura (como sociologia, geografia, psicologia, história e antropologia), o que fez com que a disciplina naturalmente assumisse um caráter interdisciplinar. Já na introdução de “Teoria das Cidades”, Freitag (2011, p. 11) ressalta a importância fundamental de se tratar o fenômeno urbano a partir de múltiplos campos de conhecimento: “[...] interdisciplinar, envolvendo os vários registros da realidade, como o urbano, o econômico, o político, o social e o cultural”.

Essa ideia converge com a abordagem que pretendemos adotar, interdisciplinar, e que se reafirmou a cada etapa da investigação, mais do que uma postura metodológica ou um ponto de vista, uma necessidade imposta pela hipótese central. É a partir desta perspectiva interdisciplinar que o projeto de tese construiu seu *corpus* teórico e buscou articulações, intersecções, diálogos, ou mesmo, novas abordagens entre diferentes áreas de conhecimento, sobretudo, mas não exclusivamente, da articulação entre áreas mais específicas do conhecimento como a Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo, a Sociologia Urbana, a Antropologia Social, a História Cultural, a Filosofia e a Geografia Humanista.

A obra de Freitag (2006) se propõe a analisar as teorias formuladas acerca do fenômeno urbano ao longo da história. Há, entretanto, um recorte que situa como marco inicial a Renascença e a Ilustração, período no qual, segundo a autora, “o pensamento vai se impregnando de reflexões sociológicas e políticas”, até se conformar como uma disciplina específica denominada “sociologia urbana”. (FREITAG, 2006, p. 11)

³ A própria Freitag aproxima a sua obra da de Choay e pede cautela “porque Choay está preocupada em criar modelos de uma “teoria do urbanismo”, enquanto minha preocupação é mais ampla e ambiciosa, tentando formular uma “teoria das cidades”. (FREITAG, 2011, p.46).

⁴ A disciplina lecionada em sua instituição de origem, a UnB, era intitulada “Sociologia Urbana - Teorias da Cidade” e depois deu origem a uma pesquisa denominada “Itinerâncias urbanas: capitais migrantes, poderes peregrinos e representações nômades” que permitiu o diálogo com outras instituições e pesquisadores, assim como várias incursões como professora convidada em outras instituições do país.

Além desse recorte temporal, Freitag (2006) organiza sua pesquisa em “escolas” (ou tradições de pensamento) e focaliza as reflexões acerca das cidades e a questão urbana, que se desenvolveram paralelamente aos processos de industrialização e urbanização no mundo ocidental, a saber: a “Escola Alemã”, a “Escola Francesa”, a “Escola Americana” e a “Escola Latino Americana”⁵.

Choay faz um caminho distinto e tenta superar o que ela avalia como uma “[...] certa monotonia arquitetural das cidades ou a segregação social reinante nelas [...]”. A autora se dedica à tarefa de apreender a “[...] significação dos fatos, colocar em evidência as razões dos erros cometidos, a raiz das incertezas e das dúvidas levantadas hoje por qualquer nova proposta de planejamento urbano [...]” e elege como objeto de análise e crítica “[...] as ideias que fornecem a base do urbanismo”. (CHOAY, 2015, p. 2-3)

Para cumprir tal tarefa, Choay (2015) parte da acepção original do termo urbanismo, que segundo ela, surge como disciplina com caráter crítico e reflexivo – o que a diferencia do conhecimento anteriormente gerado sobre o urbano – a partir da expansão da sociedade industrial e uma nova realidade por ela imposta, em fins do século XIX.

A autora organiza sua análise de forma a não fazer uma história do urbanismo, mas buscar as respostas dadas ao surgimento do mesmo, que impõe uma necessidade de interpretação.

Diferentemente do recorte adotado pelas obras que servem de referência a esta primeira parte da pesquisa, o roteiro que iremos seguir irá apresentar alguns teóricos, separados por áreas de conhecimento, para posteriormente identificar as possibilidades de influências e atravessamentos que irão delimitar a contribuição de cada campo teórico na construção desta pesquisa. Posteriormente serão destacadas as principais categorias que irão fornecer o arcabouço teórico e conceitual sobre o qual se apoia o cerne desse estudo e que também fornecerá as bases para o desenvolvimento da pesquisa empírica como veremos no tópico específico sobre a metodologia utilizada.

Esse caminho, longe de ser uma opção mais simples ou fácil, é o que nos pareceu mais interessante para os fins desta investigação. De um lado porque desde o início já demonstra a permeabilidade do conhecimento gerado pelas várias escolas

⁵ Grifos nossos.

e teorias da cidade e do urbano. Nesse sentido, o conhecimento, fundador, produzido antes da arquitetura o reivindicar como uma área própria, se conforma no período anterior, ou como o define Choay (2015), no “pré-urbanismo” como uma obra de generalistas (economistas, historiadores, filósofos e políticos), embalados pelas transformações trazidas pela Revolução Industrial e seu efeito significativo nas formas de vida urbana, ou mais precisamente, na cidade industrial. É importante assinalar uma observação da autora, que é o pano de fundo dessa reflexão:

Ora, no momento em que a cidade do século XIX começa a tomar forma própria, ela provoca um movimento novo, de observação e reflexão. Aparece de repente como um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito. Estes encontram-se diante dela como diante de um fato natural, não familiar, estranho. (CHOAY, 2015, p. 4)

Cabe ressaltar que este é o horizonte a partir do qual as teorias do urbano irão conformar correntes de pensamento que caminham em direções distintas, que Choay (2015) nomeia como dois modelos do pré-urbanismo: o progressista e o culturalista. Há ainda uma terceira via, no caso o “não-modelo” de Marx e Engels, no qual a cidade é apenas um dos aspectos do processo de industrialização e a solução proposta assume uma via pragmática, que se desenvolverá a partir da ação coletiva, por isso não pressupõe um modelo a ser aplicado ou adotado.

Acrescido a eles o que ela denomina como o “antiurbanismo americano”, que se conforma como uma quase negação da cidade, uma resistência atrelada a uma nostalgia, na qual a ideia de cidade é contraposta a uma visão romântica da natureza intocável, que busca uma restauração de um modelo de desenvolvimento baseado no campo, ou seja, um modelo rural, que seria uma forma mais apropriada de “assegurar a liberdade, a manifestação da personalidade e até a verdadeira sociabilidade”. (CHOAY, 2015, p. 17)

Analisando, a princípio, apenas o que Choay considera como modelos⁶ nessa etapa da construção do pensamento sobre o urbano – o pré-urbanismo – em ambos, o lugar do indivíduo é solapado por questões mais amplas. Essa é outra premissa na qual a hipótese central da pesquisa se apoia: uma crítica ao urbanismo que deixa de lado o indivíduo em detrimento do planejamento e do projeto e planifica desejos, memórias e afetos que são componentes indissociáveis da identidade e da ligação

⁶ É importante frisar que consideramos o pré-urbanismo como a gênese das ideias que irão influenciar, em maior ou menor escala, implícita ou explicitamente, as teorias urbanas subsequentes até a contemporaneidade e que se assumem como novas versões, continuidades ou críticas das mesmas.

essencial do indivíduo ao espaço, que segundo Heidegger, tem um significado profundo:

[...] A polis, mais uma vez, é apresentada como o lugar. Esse lugar pode ser pensado como um polo, o eixo em torno do qual tudo gira. O que isso quer dizer? ‘...o que é essencial no ser histórico do homem repousa nonexo axial de todas as coisas com o lugar do habitar, o lugar do estar em casa no seio do ente em totalidade. Desse lugar, a partir daí, designa-se o que possui estatuto ou não, o que está em conjunção e o que não’. (HEIDEGGER *apud* DUBOIS, 2004, p. 193)

O modelo progressista tem como foco a ideia de bem-estar social atrelada a uma ordem, que se aplica ao espaço urbano como forma de planejamento. Neste modelo o indivíduo, quando não é considerado alienado, aparece, segundo Choay (2015, p. 8) como um “[...] tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e de tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis”. Recorremos a um trecho da obra de Jeudy (2010) quando ele questiona a importância de se procurar a essência da cidade e o papel da arquitetura. A cidade é para o autor, distinta daquela retratada na Renascença, na qual figura como paisagem e fundo em diversas pinturas, na altura das cabeças, que segundo o autor, parecia perscrutar “o enigma de seu inconsciente”.

A cidade se pensa no interior dela mesma, o ponto de vista exterior que conferia a possibilidade imaginária de perspectiva desapareceu, anulando ao mesmo tempo o poder de sua representação global quando já está lá há séculos. Somente uma cidade criada inteiramente, sobre uma superfície virgem, pode ser pensada em sua totalidade porque sua concepção é decidida como a de um bebê de profeta, porque ela se inscreve em um programa que lhe dá configuração e a divisão de suas funções. O arquiteto se atribui o lugar do personagem bíblico que, nos quadros do Renascimento, virava as costas à cidade para negá-la mesmo que só pensando nela. Ele se apossou do único ponto de vista exterior para abraçar toda a arquitetônica da cidade. Ele diz: ‘lá construiremos isto, aqui abriremos uma via, lá ainda ergueremos *buildings*, acolá faremos um bairro tal como está representado em meu projeto...’ Ele diz o que será a cidade porque, em seu espírito, ele está sempre instalado no campo que lhe oferece a aparência de um recuo para imaginar o que ele edificará. Situado no exterior daquilo que se faz construir, ele pode com toda serenidade persuadir-se de que os espaços que concebe para os outros serão os mais adaptados às suas aspirações. (JEUDY, 2010, p. 84)

Em suma, na concepção progressista o homem encontra-se situado no domínio da razão e da técnica, que são as ferramentas utilizadas na solução dos problemas que a cidade industrial impõe, na qual os indivíduos são reduzidos a uma visão generalista onde necessidades e desejos formam uma massa homogênea.

Já no modelo culturalista, o ponto de partida é o grupamento humano, no entanto, nele, apesar do indivíduo se constituir num elemento insubstituível, a grande questão colocada se dirige à desintegração provocada pela industrialização. O indivíduo em sua unidade, se perde na ideia de civilização industrial, numa espécie de desconexão, com tonalidades melancólicas, com o passado histórico, que inspira reflexões posteriores ancoradas na dicotomia cultura e civilização.

2.1 Cidades: alguns conceitos e definições no campo das ciências sociais

Dentro do amplo espectro de correntes teóricas e metodológicas geradas a partir do estudo das cidades foram feitos alguns recortes, que têm como intenção descrever um breve panorama com algumas das concepções que marcam o pensamento sobre a cidade, no âmbito das ciências sociais. Um primeiro recorte se dá na própria delimitação dos conceitos e teorias que nos falam mais especificamente das cidades ocidentais modernas e cuja ênfase irá se concentrar no pensamento sociológico clássico de Marx, Weber, Simmel e Benjamim, nas contribuições de alguns dos autores da Escola de Chicago e na sociologia urbana francesa, mais tímida em suas contribuições do que a sociologia alemã, mas também relevante. O segundo recorte busca detectar, dentre os muitos autores já estudados, aqueles que situam o indivíduo e o cotidiano como objeto privilegiado na análise das questões urbanas.

Para Freitag, a “Escola Alemã”, ao contrário da “Escola Francesa” já possuía uma tradição inter e multidisciplinar e situou a cidade como um dos temas centrais da sociologia e como um objeto de estudo privilegiado da modernidade, entretanto, não tratou apenas desta temática. Dentre os pensadores alemães, destacamos Marx e Engels, que definem a cidade ocidental moderna a partir da perspectiva histórica presente no Manifesto Comunista, na qual a história de qualquer sociedade é a história da luta de classes. Nesse sentido, a cidade é o espaço no qual se dá a produção e a reprodução do capital e onde se tornam mais evidentes, de um lado, a exploração e a degradação das classes trabalhadoras, e, de outro, os processos de acumulação. Engels, após observar a vida dos operários na Manchester dos anos de 1845, revela as condições precárias de vida da classe operária nas suas moradias:

[...] não há limpeza nem conforto, e portanto, não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do

ponto de vista intelectual, quanto moral, fisicamente mórbida poderia sentir-se à vontade, sentir-se em casa. (ENGELS, F. 1985, p. 79)

Robsbawm (1979) descreve as condições de vida nos locais de trabalho e utiliza a indústria têxtil como exemplo, pois segundo o autor, foi o primeiro setor a incorporar mais amplamente as inovações tecnológicas, na verdade, bastante simples, mas que afetaram de maneira profunda a produção fabril na primeira metade dos anos de 1800. O autor apresenta os dados sobre o aumento dos teares mecânicos, que cresceu de “[...] 2.400 em 1813, para 55.000 em 1829, 85.000 em 1833 e 224.000 em 1850” (p.60)

É importante lembrar que as mulheres constituíam o maior contingente de trabalhadores absorvido pela indústria têxtil, e, além delas as crianças, que eram levadas para as fábricas na inexistência de creches que as abrigassem, onde as condições de trabalho eram extremamente penosas: ambientes fechados com pouca ou nenhuma ventilação, jornadas de trabalho de 12 a 15 horas diárias, ambientes quentes devido ao calor das fornalhas que alimentavam os teares e alto risco de incêndio devido ao acúmulo de partículas geradas pelos imensos teares mecânicos.

Também na indústria do vestuário, as condições de trabalho e vida dos operários era degradante “[...] aglomerando artesãos em sótãos e porões, em condições pouco propícias, gerando um grupo de trabalhadores empobrecidos e espoliados, cujo sistema de trabalho, se assemelhava em muito ao antigo sistema domiciliar”. (GUERRA, 1997, p.49)

Max retoma essa questão, em O Capital, quando trata da luta pela jornada normal de trabalho na legislação fabril inglesa de 1833 a 1864, período no qual há, segundo ele, um retrocesso na luta pela redução das jornadas de trabalho conquistadas anteriormente e “o capital celebrou suas orgias” diante da rápida expansão da industrialização na Inglaterra, principalmente na área da tecelagem, que absorvia grandes contingentes de trabalhadores, em sua maioria mulheres, crianças e adolescentes. O relato de um dos agentes de fiscalização, mencionados por Marx, nos dá uma medida mais exata do cotidiano de trabalho e das condições de vida desses operários:

A parte da lei elaborada para promover a uniformidade nas horas de trabalho [...] já deixou de existir em Lancashire. Tampouco possuo, com meus subagentes, quaisquer meios de assegurar que fábricas onde vigora o assim chamado sistema de revezamento não ocupem adolescentes e mulheres por mais de 10 horas [...]. No final de abril de 1849, 114 fábricas em meu distrito já trabalhavam de acordo com esse método, e seu número aumentou

fortemente nos últimos tempos. Em geral, eles trabalham agora 13 horas e meia, das 6 horas da manhã às 7 e meia da noite; em alguns casos, 15 horas, das 5 e meia da manhã às 8 e meia da noite. [...]As mesmas crianças e adolescentes eram deslocados (*shifted*) ora da fiação para a tecelagem etc., ora de uma fábrica para outra, por 15 horas” (MARX, 2013, p.455)

A forma como a teoria marxista é alinhavada revela como a história e a política possuem caráter preponderante na obra de Marx, na qual a cidade é um dos elementos: “[...] é parte de uma totalidade; esta sim, objeto legítimo de análise. Concebida como uma categoria histórica, é expressão de uma realidade mais abrangente, não tendo, portanto, o atributo de variável explicativa”. (SANT’ANNA, 2003, p.91)

Como dissemos anteriormente, Choay (2015) situa Marx e Engels na categoria dos pensadores “sem modelo” dentro do escopo do “pré-urbanismo” e o faz por acreditar que eles não tratam a questão da cidade como uma desordem a qual um novo modelo de ordenamento deve responder. Para eles, a cidade tem “o privilégio de ser o lugar da história”, ela é o *locus* no qual:

[...] a burguesia se desenvolveu e exerceu seu papel revolucionário. É ali que nasce o proletariado industrial [...]Essa concepção do papel histórico da cidade do século XIX é, pelo contrário, para Engels e Marx, a expressão de uma *ordem* que foi a seu tempo criadora e que deve ser destruída para ser ultrapassada. [...] A cidade, para eles, é apenas o aspecto particular de um problema geral e sua forma futura está ligada ao advento da sociedade sem classes. [...] E impossível e inútil, antes de qualquer tomada de poder revolucionário, tentar prever o futuro planejamento” (CHOAY, 2015, p. 15)

Assim, para Marx e Engels, o modelo é substituído pela ação revolucionária que transformará a cidade no futuro, ainda que distante e utópico. Eles recusam a ideia de modelo, porque o futuro é uma página em branco a ser escrita a partir da ação coletiva. No final e ao cabo, é essa ação que irá garantir um ideal de cidade na qual haverá condições mínimas e dignas de sobrevivência. Por acreditarem que a cidade será resultado de uma construção ainda por fazer, não aderem a nenhum modelo, mesmo demonstrando alguma simpatia pela ideia de um futuro urbano, no qual a diferença entre cidade e campo será suprimida.

Weber trabalha numa perspectiva diferente, ao examinar as mudanças ocorridas a partir do surgimento e do desenvolvimento do capitalismo e o papel da cidade nesses processos, no contexto da sua sociologia da dominação. Ele se dedica a criação de uma tipificação ideal de cidade – que deverá necessariamente ser constituída como mercado e ter autonomia política – que encontra variáveis ao longo

da história conforme a análise de dados históricos empíricos que as aproximam e as afastam desse modelo. Enquanto Choay (2015) sequer inclui Weber no seu quadro de referências sobre o urbanismo, Freitag (2006) explora a sua teoria em busca do conceito mais elementar de cidade, que para Weber está vinculado a ideia de localidade, assentamento concentrado e fechado de casas, as vezes bem próximas umas das outras, cujas principais características são, segundo a autora: “tamanho, troca regular de bens e serviços e diversificação das funções” (FREITAG, 2006, p.24).

A tipologia desenvolvida por Weber parte da combinação dessas características, dentre as quais uma função poderá se destacar, conferindo assim uma função principal que define seu tipo: a cidade do príncipe (sede do governo e da monarquia), a cidade do consumo (sem produção própria como cidades com um grande número de idosos e estudantes), a cidade produtora (aquela essencialmente industrial, voltada para a produção) e a cidade comercial (cidades que possuem grande trânsito de mercadorias como as que possuem portos). (FREITAG, 2006, p.24-25)

Há ainda os tipos mistos, que mesclam funções diversas ao mesmo tempo ou que assumem uma função principal por um determinado período, tendo assim, funções distintas ao longo da sua história. Esse é o caso das cidades contemporâneas, embora em muitas delas surja, de tempos em tempos, a necessidade de encontrar uma “vocação” principal que a defina: cidade dormitório, cidade criativa, cidade turística, cidade universitária, cidade centro da economia, entre outras.

Em relação a teoria Weberiana sobre a cidade, é importante perceber que o cerne dessa teoria é a questão do poder. Não por acaso a cidade é definida por Weber no âmbito dos seus escritos sobre a tipificação da dominação legítima, a saber: legal, tradicional e carismática. Para o autor, quando a cidade assume o lugar de centro da função econômica, ela se constitui em outro tipo de dominação que não se enquadra em nenhum dos três tipos anteriores e se configura então como uma dominação ilegítima. Assim, as cidades formam uma nova configuração – e aqui ele fala mais especificamente de um fenômeno relacionando às cidades medievais europeias, ou melhor, as cidades ocidentais que surgem a partir dessas e que devem reunir uma série de características, de acordo com Freitag:

[...] a introdução da lei da propriedade da terra, que permite a compra e venda do solo; cidadãos economicamente independentes, constituindo uma

pequena burguesia; usurpação do poder feudal (baseado na propriedade da terra). Por isso mesmo, o novo poder urbano é, para Weber, 'ilegítimo', pois se baseia na produção artesanal, industrial e no livre comércio de produtos entre as cidades". (FREITAG, 2007, p. 27)

Com essas características incorporadas, são dados os contornos da nova cidade ocidental, aquela que possui funções diversas para sediar o capital, a economia monetária e o modo capitalista de produção, ou, em suma, "o reino da mercadoria" que tanto incomodou Simmel, fortemente influenciado pela teoria de Weber. Influência que talvez seja fruto de um diálogo entre os dois autores, pois Weber possuía grande admiração pela obra de Simmel, com quem mantinha correspondência constante.

Apesar da produção de Simmel sobre a cidade não ser muito ampla, ela é extremamente significativa no âmbito dos estudos urbanos. Em uma das suas principais obras, "Filosofia do Dinheiro", o autor expressa preocupação diante da mudança radical que a mediação da moeda introduz nas formas de interação social, que têm como *locus* privilegiado as grandes cidades, e em especial a sua Berlim⁷ natal na virada dos séculos XIX e XX, que cresce exponencialmente. Segundo ele, é na cidade grande que as relações humanas se despersonalizam, tornam-se mais intelectuais do que afetivas.

Simmel (1973) introduz em sua análise sobre a cidade o dualismo entre a metrópole e a vida mental, segundo o qual as grandes cidades afetam as condições psicológicas dos indivíduos, devido à intensificação dos estímulos aos quais seus habitantes e transeuntes estão suscetíveis cotidianamente, o que resulta em uma espécie de sensibilidade específica. A análise da cidade realizada por Simmel, considera, portanto, os efeitos subjetivos que a cidade gera nos indivíduos:

[...] uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especificamente moderna e seus produtos, que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da vida. (SIMMEL, 1973, p. 12)

⁷ Waizbort, um dos grandes intérpretes da obra de Simmel no Brasil, traz alguns dados que ajudam a delinear o vertiginoso crescimento de Berlim entre 1871 e 1919: "Berlim desenvolve-se muito no curso do século XIX: luz elétrica, novos espaços, prostituição, pobreza, magazines, mercadorias, ruas de comércio, passagens, barulho, dinheiro, política, artes, trens, bondes, automóveis, ideias, ainda mais para os padrões europeus: uma cidade da época burguesa. Berlim tornou-se uma cidade grande da noite para o dia, como um especulador feliz" (WAIZBORT, L., 2000, p. 311)

Simmel nos interessa especialmente nessa análise, por introduzir o que ele denomina como “um novo tipo urbano”: o indivíduo que habita a cidade que lhe oferece uma saturação de estímulos tal, que afeta a sua forma de percepção da realidade. Esse novo tipo urbano descrito pelo autor está exposto a um fluxo exaustivo, quase frenético, de imagens e símbolos, que exige um esforço mental que o desvincula daquele órgão antes responsável por tal operação: o coração.

Segundo Simmel (1973), novas formas de sensibilidade, próprias do fluxo cotidiano acelerado e vertiginoso das grandes cidades, são geradas neste ambiente. Um processo no qual há uma migração do processamento do sentido, do coração para o cérebro, que conecta de uma forma particular, o tempo ao espaço, criando um estilo de vida propriamente urbano, cujas relações humanas são mediadas pelo dinheiro. A visão do autor sobre o cotidiano da metrópole será retomada inúmeras vezes nesta pesquisa, pois ele é um dos poucos a tratar a questão da afetividade no processo de constituição das cidades modernas, que tanto nos interessa nessa reflexão.

Segundo Freitag (2006), a teoria concebida por Simmel sobre a cidade pode ser esquematizada em sete teses que sintetizamos abaixo:

- a) A criação das condições psicológicas específicas devido a intensificação dos estímulos nervosos, ou a vida nervosa dos indivíduos que habitam as cidades,
- b) A cidade como sede da economia monetária;
- c) O ódio às grandes cidades expresso nas obras de Nietzsche, Heidegger e Puschkin, nas quais há um predomínio das relações impessoais, o tempo é ditado pelo ritmo dos relógios, o anonimato é garantido em meio à multidão, e a exatidão e o cálculo substituem os valores próprios da comunidade, tais como: a impontualidade, a imprevisibilidade ou a falta de exatidão, a familiaridade e a solidariedade;
- d) A cidade como um lugar onde a insensibilidade e a indiferença predominam. Tudo está à venda e pode ser comprado, até mesmo o amor. A distância pessoal é a grande tônica que o individualismo e o anonimato das grandes cidades garantem a seus moradores. “Nela todos são estrangeiros entre si. Os outros não nos interessam, não nos importamos com eles”;
- e) A indiferença da cidade é também estendida às grandes personalidades ou celebridades, um dos sintomas do cosmopolitismo;

- f) A grande cidade é o lugar onde a divisão econômica e social do trabalho ganha contornos mais amplos: onde o grau de especialização é potencializado;
- g) A cidade como “um novo valor na história mundial do espírito, graças a essas qualidades e características da metrópole. As cidades tornam-se a expressão, o rosto, o lado visível da vida mental de uma sociedade que lhe confere feições próprias [...]”. (FREITAG, 2006, p. 21)

Choay (2015) em sua antologia, situa Simmel, ao lado de Hiddeger, Spengler e Victor Hugo em uma categoria denominada “Filosofia da Cidade”, fora da classificação tanto do pré-urbanismo, do urbanismo, do urbanismo sem modelo e mesmo dentre aqueles que ela reúne na categoria “Crítica em Segundo Grau do Urbanismo”.

É importante perceber, que dentre os pontos descritos anteriormente por Freitag (2006), Choay (2015) irá destacar alguns elementos que talvez não tenham ficado tão evidentes. Um deles diz respeito à questão da necessidade de diferenciação do indivíduo na cidade grande ou “a dificuldade de valorizar sua própria personalidade”, que gera uma espécie de situação limite num quadro quantitativo, no qual o indivíduo se vê obrigado a recorrer “as distinções qualitativas” na busca da sensibilização dos demais em relação a si mesmo. E esse é um dos aspectos recorrentes na teoria de Simmel e que está presente em outros temas caros à sua obra, como a moda. Essa dinâmica do pertencimento e diferenciação surge nas grandes cidades, segundo Choay:

[...] excitando sua sensibilidade para as diferenças, a atenção do seu meio social, o que finalmente leva aos extravios, às extravagâncias especificamente citadinas da originalidade a qualquer preço, do capricho, do preciosismo, sendo que o sentido desses comportamentos não reside absolutamente em seu conteúdo, mas em sua própria forma, no desejo de ser outro, de distinguir-se e de se fazer notar – o que para muitos homens, é o único modo de preservar, através de um desvio da consciência dos outros, a estima por si mesmos e a certeza de ocupar um certo lugar no seio da sociedade. (CHOAY, 2015, p. 336)

Benjamim, que não é mencionado na antologia de Choay (2015), tem um lugar de destaque na análise de Freitag (2006), não por acaso, pois ela assume que sua obra “tem por objetivo fazer uma leitura interdisciplinar e intertextual, privilegiando a perspectiva sociológica. Se o urbanismo como disciplina focaliza a cidade industrial, a sociologia focaliza o surgimento da cidade moderna”. Para a autora, Benjamim pode

ser considerado um sociólogo urbano, cujas principais obras dedicadas à cidade são: “Passagens de Paris”, “Paisagens Urbanas”, “Berlim: via de mão única” e “Infância Berlinense”. (FREITAG, 2006, p.46)

O cenário em que Benjamin concebe a sua teoria são as cidades de Berlim e Paris (além de outras incursões menores por Moscou, Marselha e Weimar), onde ele observa o desenvolvimento do capitalismo, que impregna e se entranha em todos os aspectos da vida citadina. Ele observa a paisagem da cidade a partir da sua figura caminhante: o *flâneur*, de referência Baudelairiana. Descreve detalhadamente aspectos e transformações da paisagem urbana, que ganha o aço em esplêndidas e intrincadas construções que dão forma à Torre Eiffel, às estações de trem, às garagens, aos galpões, às fábricas e às *galeries*, estas últimas, “as passagens” do mundo real ao mundo idílico das mercadorias.

É neste cenário no qual se desenha a modernidade, que os tipos alegóricos de Benjamin desfilam, sendo o *flâneur*, aquele que toma a cidade para si, a experiência, vive nela e some em meio à multidão, fazendo da rua, também a sua casa. E ao relatar suas experiências nesse cenário, o *flâneur* se transforma em narrador, descreve a passagem do tempo, para a modernidade e seu impacto sobre a vida na cidade. Ou segundo o próprio Benjamin:

Para o perfeito *flâneur* [...] é um deleite imenso escolher como seu domicílio a multidão, o ondulante....Estar fora de casa, e, no entanto, se sentir em casa em toda parte; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos prazeres menores desses espíritos independentes, apaixonados, imparciais [!!], que a língua não pode definir senão toscamente. O observador é um príncipe que frui por toda parte o fato de estar incógnito....O apaixonado da vida universal entra na multidão como em um imenso reservatório de eletricidade. Pode-se compará-lo também a um espelho tão imenso quanto essa multidão, a um caleidoscópio dotado de consciência que, a cada um de seus movimentos, representa a vida múltipla e o encanto cambiante de todos os elementos da vida. (BENJAMIN, 2006, p. 487)

Além da construção dos tipos que fazem da cidade formas distintas de experiência temporal e espacial, a teoria de Benjamin nos interessa a partir da perspectiva da cartografia traçada pelo olhar sempre observador e distraído do *flâneur*. Esse caminhante descrito por Rouanet:

O *flâneur* não sabe nada cientificamente, mas sabe farejar rastros, descobrir correspondências, decifrar fisionomias, reconstruir biografias inteiras a partir de indícios microscópicos, como um apache que lê num galho quebrado coisas e ações invisíveis à percepção civilizada. Gosto desse ofício de primitivo da cidade, ignorante demais para ser levado a sério pelos

especialistas, mas experiente demais em vivências urbanas para que seu saber prático possa ser facilmente descartável. (ROUANET, 2007, p.11)

O *flâneur* é o caminhante que traça seus roteiros, seguindo seus instintos, mesmo que esses sejam feitos em ziguezague, mas certamente, roteiros que ligam suas sensações e desejos ao chão da cidade, tornando cada trecho significativo. Seus trajetos são também suas narrativas cotidianas sobre a cidade, sua experiência nela e a partir dela. Experiência que cada um traça a seu modo, criando distintas espacialidades e temporalidades, como será visto mais à frente no capítulo onde serão exploradas as novas possibilidades da cartografia e mais especificamente o conceito de cartografia afetiva.

Em oposição às abordagens da cidade de caráter mais generalista e teórico, surge a Escola de Chicago, que tem como principal característica o empirismo, onde a cidade é tratada como laboratório social. As abordagens daí derivadas são um reflexo da realidade caótica da Chicago dos anos de 1920, que vivia processos de industrialização e de urbanização acelerados, somados a uma explosão demográfica gerada pelo intenso fluxo migratório, ponto de partida para a formação de guetos e os primeiros traços de segregação urbana, que se formavam numa infraestrutura ainda precária.

Neste contexto, a percepção da cidade aparece como um problema e impõe desafios a serem superados. A Escola de Chicago se caracteriza por duas abordagens principais: a abordagem ecológica (Robert Park) e a abordagem culturalista. Embora criticada por isolar a cidade como um objeto em si, a Escola de Chicago marca o início de estudos mais sistemáticos sobre a cidade, fundando as bases teóricas da Sociologia Urbana. Segundo Monte-Mór (2006), em que pesem as críticas relacionadas à abordagem ecológica, é necessário reconhecê-la como um esforço teórico relevante:

De fato, a abordagem ecológica é reconhecida como um primeiro esforço teórico abrangente para uma abordagem social compreensiva da cidade, ganhando força nos Estados Unidos no período entre guerras, particularmente em Chicago, onde o intenso crescimento urbano-industrial produzia grande diferenciação de concentrações humanas e funcionais no território urbano, gerando o que ficou reconhecido como 'mosaico urbano': a justaposição de diversos tipos de usos do solo formando uma aglomeração metropolitana que se distinguia claramente da cidade tradicional. (MONTE-MÓR, 2006, p. 64)

Na vertente culturalista da Escola de Chicago, merece destaque a formulação de Louis Wirth – inspirado pelas ideias de Simmel, de quem foi aluno – na qual o

urbanismo é tratado como um modo de vida que extrapola os limites espaciais da cidade, rompendo com uma linha de pensamento presente em outros autores. Segundo Wirth, a cidade é capaz de forjar uma forma específica de vida social: a urbana. O autor vê na cidade um universo novo de pesquisa e tenta elaborar os contornos de uma sociologia que tem como objeto central o urbano:

Apesar da importância preponderante da cidade em nossa civilização, nosso conhecimento da natureza do urbanismo e do processo de urbanização é insuficiente. Várias tentativas foram na verdade feitas para isolar as características que distinguem a vida urbana. Geógrafos, historiadores, cientistas, economistas e cientistas políticos incorporaram os pontos de vista das suas respectivas disciplinas em definições diferentes da cidade. Embora de nenhum modo se pretenda superá-las, a elaboração sociológica de uma abordagem da cidade poderá casualmente servir para chamar a atenção para as interrelações entre elas existentes, por meio da ênfase dada às características peculiares da cidade como uma determinada forma da associação humana. Uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos. (WIRTH, 1979, p.91)

Os anos de 1960 marcam uma ruptura teórica com a sociologia urbana da Escola de Chicago, principalmente entre os sociólogos franceses como Ledrut, Lefebvre, Lojkine e Castells, quando ganha abrangência uma compreensão da cidade – e as diferentes configurações que ela assume de acordo com os contornos socioeconômicos e políticos – como espaço socialmente produzido. Entre os teóricos franceses, ganha fôlego a abordagem de inspiração marxista – na qual a cidade é pensada a partir dos modos de produção, o mercado, as trocas, o consumo e as dinâmicas de poder que nela se configuram – trazendo novos temas de investigação tais como as relações de poder que definem a estruturação dos territórios urbanos, os movimentos sociais e o dilema entre o público e o privado.

Na acepção feita por Freitag, a Escola Francesa é dividida em seis grandes grupos: os enciclopedistas, os utópicos, o reformista Haussmann, o urbanista Le Corbusier, o antropólogo Lévi-Strauss⁸, fechando com os sociólogos contemporâneos: Lefebvre e Touraine (FREITAG, 2006, p.48). Aqui será dada maior ênfase na produção mais contemporânea da Escola Francesa, especialmente nas contribuições trazidas por Castells, Lefebvre e Touraine.

⁸ Cujas inclusão Freitag menciona, é um capricho pessoal e por considerar a contribuição do autor importante nesse cenário, a saber: a introdução da ótica sincrônica ao estudar os Bororos e os Hnambiquaras.

Para Castells, principal crítico da Escola de Chicago, a sociologia urbana constitui um novo campo teórico que deveria partir da análise sociológica da produção do espaço urbano. Para ele, as teorias que impõem a cidade como um determinante da cultura (apesar das contribuições trazidas por Wirth e Lefebvre) são na verdade teses sobre a sociedade urbana. Castells defende que o espaço não existe em si, ele é determinado socialmente. A obra que pode ser considerada um marco na sua trajetória é, sem dúvida, *A Questão Urbana* (1970), que se tornou uma referência para a interpretação dos movimentos sociais urbanos e teve enorme alcance, balizando diversos estudos nas décadas posteriores (1980/1990), especialmente na América Latina.

Posteriormente Castells integra à problemática urbana⁹, questões mais contemporâneas, como o impacto da sociedade informacional que percorre a extensa obra reunida na trilogia “A Era da Informação: economia, sociedade e cultura”. Nela, Castells analisa a nova forma que o sistema capitalista assume e desenvolve o conceito de “capitalismo informacional”, que dita o compasso das relações sociais e gera novas relações de trabalho e de comunicação. É a sociedade em rede, conectada globalmente e cuja extensão e efeitos são analisados pelo autor em outras obras posteriores.

Tauraine teve grande influência no Brasil, ao introduzir a questão dos movimentos urbanos na discussão sobre as questões urbanas no país. Sua obra pode ser dividida em três etapas: a primeira dedicada aos estudos sobre a consciência operária; a segunda, inspirada nos acontecimentos de maio de 68 em Paris, que ensejaram diversas reflexões sobre os movimentos sociais; e a terceira, voltada a temas mais contemporâneos, tais como a democracia, a globalização e a questão da identidade e do papel do sujeito no contexto dos movimentos sociais.

Lefebvre se notabilizou por seus estudos sobre a vida cotidiana, já presente nas reflexões sobre a ocupação do espaço urbano desde a década de 1970, cuja principal crítica denuncia uma nova utopia na qual a expansão urbana na sociedade pós-industrial é idealizada como uma forma de progresso e gera a formas desordenadas de ocupação do espaço. Para o autor, penetrar na “amplitude da riqueza cotidiana da cidade” é uma tarefa interdisciplinar na medida em que “faz parte

⁹ A partir da sua chegada a Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde ele teve contato com novas pesquisas e empreendimentos do Vale do Silício, *cluster* criativo que deu origem a inúmeras empresas de tecnologia americana.

do descentramento-recentramento do pensamento que precisa conquistar novos domínios, novos métodos de dedução e construção”. (LEFEBVRE *apud* FREITAG, 2006, p.71)

2.2 Cidades e Pós-Modernidade: mútua afetação

Como vimos anteriormente, o pensamento acerca da cidade e do urbano foi forjado sob a sombra da modernidade, da industrialização e no calor das mudanças que afetaram profundamente o cotidiano e o modo de vida urbano na virada dos XIX para os XX. Cabe compreender se as questões relacionadas às mudanças ocorridas nesse período ainda possuem frescor e fôlego suficiente para abarcar novas questões, aquelas caracterizadas no período posterior à II Guerra Mundial até chegar à contemporaneidade, onde novas variáveis entram em jogo, dando outros contornos às relações sociais que se desenvolvem no cotidiano das grandes cidades.

Neste sentido, as questões que se colocam são: a teoria que foi desenvolvida até meados dos XX é suficiente para a compreensão da diversidade de fenômenos que impulsionaram uma transformação mais radical da sociedade na chamada era pós-industrial? Ela fornece subsídios adequados para se pensar a cidade na pós-modernidade, com a ascensão do consumismo, a caudalosa incorporação das novas tecnologias no cotidiano – ou como dirá Maffesoli (2011, p. 21) “[...]a sinergia de fenômenos arcaicos com o desenvolvimento tecnológico”? Ela abarca fenômenos mais recentes como a constante sensação da aceleração do tempo imposta pela rede global de computadores e o embaralhamento do sentido de identidade, como nos diz Hall (2004) ou Bauman, que também aborda a questão da identidade e da sensação de desenraizamento, do estar “sem lugar”:

Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda a parte, não estar totalmente em lugar nenhum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns das pessoas “se sobressaiam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes, perturbadora. [...] As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas à nossa volta e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos e menos irritantes os efeitos. Pode-se até começar a sentir-se *chez soi*, “em casa”, em qualquer lugar - mas o preço a ser pago é a aceitação

de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa. (BAUMAN, 2005, p.19-20)

São questões que se voltam para a análise da complexidade e da variedade de fenômenos que reconfiguram o problema urbano na pós-modernidade. Choay (2015) aponta que o avanço das teorias, que ela reúne com a denominação de “urbanismo progressista”, surgiu da necessidade de se analisar realidades concretas, distintas entre si e nas quais não é possível emprestar ou adaptar modelos de ordenamento espacial sem que se pese a variedade de ângulos a serem analisados em cada situação. A maior crítica – de segundo grau – ao urbanismo progressista é denominado pela autora como “Antrópolis”, que pode também ser entendido como um planejamento de viés humanista.

No amplo referencial teórico sobre o qual se desdobraram as teorias urbanas, é naquelas reunidas por Choay (2015) na Antrópolis, que encontramos pontos de contato que mais se aproximam das questões que pretendemos analisar. E não por acaso estas remetem a uma abordagem interdisciplinar, a qual já fizemos referência anteriormente, que acalentam diálogos com a antropologia, a geografia, a psicologia, a sociologia e a filosofia, e, trazem contribuições teóricas e metodológicas que colaboram para ampliar significativamente o olhar sobre o urbano.

Em meio à produção um tanto quanto difusa que a “Antrópolis” constitui, Choay (2015) destaca três tendências, mais ou menos identificáveis, que correspondem a abordagens metodológicas distintas, descritas e nomeadas por ela, nas quais nos deteremos a seguir:

- a) A localização como enraizamento espaço-temporal: um urbanismo da continuidade – essa tendência tem como principais expoentes Patrick Geddes e Lewis Mumford. Geddes critica a falta de concretude dos modelos progressistas e reconhece “a necessidade absoluta de reintegrar o homem concreto e completo no movimento de planificação urbana. Assim são reintegrados o espaço e o tempo concretos”. Essa concretude se baseia numa pesquisa de vários fatores que poderão contribuir para o planejamento da cidade e tem como método a utilização dos “*Sociological Surveys*” que poderiam reunir contribuições de várias áreas do conhecimento, oferecendo assim uma visão mais abrangente e integrada do planejamento urbano, que

seria mais avançada em relação a um planejamento “em termos de régua e compasso” realizado por arquitetos e engenheiros. (CHOAY, 2015, p. 39)

A história também ocupa um lugar de destaque na teoria defendida por Geddes, que apesar das claras influências do evolucionismo, oferece uma contribuição interessante a partir da perspectiva da integração do passado (no sentido do resgate das raízes) com o presente (que define a situação na qual se pretende atuar), no projeto urbanístico. Segundo Choay (2015), Munford amplia o pensamento de Geddes e tece uma crítica mais aguda aos progressistas, cujo modelo, segundo ele, era uma espécie de tecnocracia que causava “[...] a ruptura das continuidades culturais, a desnaturalização das zonas rurais, o servilismo do homem à máquina através de planos concebidos para um uso máximo do automóvel” (p. 40).

Na teoria de Munford o passado fornece as lições necessárias à formulação de cidades mais adaptadas ao presente. Em outros termos, aqui a concepção da história é criadora, no sentido de sempre ser visitada, mas não esquecida. Criadora no sentido que estabelece um elo entre de evolução e continuidade e assim, não requer uma ruptura com o modelo anterior, é uma evolução adaptativa dele. Aqui podemos notar claramente a influência de Geddes na teoria de Munford, no que tange a sua referência contínua ao evolucionismo e à biologia, sua área de origem. Assim o modelo anterior da era pré-industrial poderia ser uma base a partir da qual o lugar da cultura deveria ser preservado e ganharia contornos regionais, além da necessidade de se integrar cidade e natureza. Essa perspectiva aproxima os dois autores do culturalismo, entretanto, com toques mais realistas. Choay considera a contribuição desses dois autores como seminal, ou nos termos dela, revolucionária: “[...] graças aos quais a complexidade dos problemas colocados em jogo pela criação e desenvolvimento das novas aglomerações impôs-se à consciência contemporânea”. A influência desse pensamento encontrou abrigo nos estudos urbanos, principalmente nos Estados Unidos e em alguns setores da geografia humana e demografia na França, como veremos mais à frente. (CHOAY, 2015, p. 41- 42).

- b) O ponto de vista da higiene mental - defesa e ilustração do asfalto: essa tendência da crítica humanista busca compreender os efeitos e

desdobramentos das aglomerações urbanas no comportamento humano. Esta perspectiva é fortemente influenciada pela psicologia social e o conceito central utilizado é o de higiene mental. Esse conceito forjado no pós-guerra pressupõe que “[...] para o desenvolvimento harmonioso da personalidade e da sociabilidade, um certo clima afetivo é o único fator insubstituível”. E seu contrário, inclusive a sua faceta física e estética, ou seja, um lar precário em seus diversos aspectos (miséria, alcoolismo, delinquência) pode, mesmo assim, se revelar mais favorável ao desenvolvimento da criança do que um ambiente racional e artificial a ela imposto (CHOAY, 2015, p. 43)

Nesta vertente é possível perceber algo que os progressistas sequer consideraram: que um ambiente planejado e higiênico, por si só, não garante um certo “clima existencial” que forneça dois requisitos desejáveis do espaço urbano: o sentimento de segurança e a liberdade. Assim, mesmo sob condições adversas e distantes do sentido de ordenamento e higiene, aparentemente caótico com seu desenho pouco definido e que abriga um emaranhado de funções urbanas, pode se revelar mais “saudável” do que um espaço rigorosamente planejado. É o que apontam algumas pesquisas estatísticas, que buscam detectar índices de delinquência e condições de saúde da população e que forneceram subsídios para uma crítica mais contundente dessa vertente aos progressistas, em especial naquelas comunidades onde podem ser encontrados fortes laços comunitários.

Em suma, os teóricos aglutinados por Choay (2015) nessa tendência (Jacobs, Dhul, Reisman e aqui poderíamos acrescentar também Gehl) apontam para os riscos psicológicos da imposição de modelos de planejamento, que sejam concebidos e aplicados como fórmulas prontas e, assim, soem como soluções artificiais. A crítica é feita porque eles desconsideram ao mesmo tempo, a diversidade e as particularidades das populações afetadas e que têm assim, seu estilo de vida profundamente alterado, fazendo dos habitantes meros objetos, peças de um planejamento imposto.

Em que pese as críticas e limitações dessa vertente, a sua principal contribuição está relacionada ao método do planejamento urbano, que segundo Choay: “[...] revela uma dimensão do real, um dado suplementar a integrar, sob

forma de normas e de princípios, na planificação das cidades”. (CHOAY, 2015, p. 47)

- c) Por uma análise estrutural da percepção humana: a última tendência definida por Choay, situa a cidade na perspectiva da percepção de quem a habita e as soluções propostas partem do conhecimento do ponto de vista dos habitantes. Essa metodologia pressupõe uma interlocução com aquele que, em outras vertentes, é apenas o objeto do projeto. Um elemento importante nessa abordagem é percepção visual, ou seja, um estágio anterior a cultura, uma visão ainda em processo de elaboração.

Um dos representantes dessa corrente, que foi desenvolvida e aplicada nos Estados Unidos, é o arquiteto Kevin Lynch (2002), que nas primeiras páginas da sua obra mais conhecida aproxima a cidade da percepção:

Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores desse espetáculo, mas sim uma parte ativa dele [...]. A cidade não é apenas um objeto perceptível (e talvez apreciado) por milhões de pessoas das mais variadas classes sociais e pelos mais variados tipos de personalidades, mas é o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares. (LYNCH, 2002, p. 11-12)

A percepção surge então como um elemento específico, como resultado de um emaranhado de laços existenciais, práticos e afetivos que unem as pessoas às cidades. Lynch irá estruturar o conceito de percepção a partir de um conjunto de sentidos que permitem uma apreensão da cidade. Ele desenvolve uma série de noções complementares que irão ajudá-lo nessa tarefa, tais como a legibilidade, ou “a facilidade com a qual as partes (da cidade) podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”. A legibilidade ajudaria os indivíduos a reconhecer e identificar o ambiente em que vivem e a fornecer sensações vitais para a experiência urbana, como a segurança. (LYNCH, 2002, p. 13)

A partir da teoria de Lynch podemos entrever alguns pontos de contato e interlocução com os geógrafos humanistas, que também exploram a questão da percepção e do olhar, como o faz Paulo César da Costa Gomes (2013), ao analisar regimes de visibilidade e invisibilidade:

Como geógrafos obsessivamente preocupados com a questão espacial, ou seja, com o possível papel que a trama de localizações pode ter na

construção e manifestação de um fenômeno, nossa pergunta fundamental se dirige, também no que diz respeito à visibilidade, para esse aspecto espacial. De forma ampla, nossa indagação é sobre as possíveis relações entre imagem e posição no espaço. Queremos saber: como a disposição espacial eventualmente colabora para o fenômeno da visibilidade? [...] Estamos trazendo à luz, no entanto, muito mais a questão da percepção e da atenção diferencial que dispensamos a determinados fenômenos expostos sobre um campo de visibilidade. De que maneira a organização espacial desse campo intervém na percepção que temos das coisas e na atenção que dispensamos a elas? (GOMES, 2013, p. 7-8)

Outro teórico que analisa as novas sociabilidades constituídas na pós-modernidade e que também se debruça sobre a força das imagens e os estudos do cotidiano é Maffesoli. Ele defende uma visão mais relativista nessa era das certezas dissipadas, na qual a deontologia – ou a consideração das situações – é um saber mais pertinente à análise da realidade, pois estas situações, segundo ele:

[...] são atenciosas à paixão, à emoção, numa palavra, aos afetos de que são impregnados os fenômenos humanos. [...] Um saber que saiba, por mais paradoxal que isso possa parecer, estabelecer a topografia da incerteza e do imprevisível, da desordem e da efervescência, do trágico e do não-racional. Coisas incontroláveis, imprevisíveis, mas não menos humanas. Coisas que, em graus diversos, atravessam as histórias individuais e coletivas. Coisas, portanto, que constituem a *via crucis* do ato de conhecimento. (MAFFESOLI, 1998, p. 10-12)

Para Maffesoli, assim como para Lynch (2002) e Gomes (2013), o mundo se apresenta como um “mundo imaginal” ou o mundo bombardeado por imagens que permeiam a todo momento nossas experiências cotidianas. Maffesoli adota uma abordagem metodológica para a compreensão da pós-modernidade, que em contraposição à modernidade, elege como temas explicativos “o regresso ao local, a importância da tribo e a *bricolage* mitológica” (MAFFESOLI, 2010, p.21).

Da antropologia, há ainda a contribuição de Le Breton, que alarga a teoria dos sentidos e a coloca num horizonte bem mais amplo do que o mundo imagético descrito anteriormente, mesmo que ele seja considerado preponderante na sociedade contemporânea:

A visão exerce uma ascendência sobre os outros sentidos em nossas sociedades, ela é a primeira referência. Mas outras sociedades, antes de “visão” do mundo falariam de “gustação”, de “tátilidade”, de “audição” ou de “olfação” do mundo para prestar contas de sua maneira de pensar ou de sentir sua relação com os outros e com o meio ambiente. Uma cultura determina um campo de possibilidades do visível e do invisível, do tátil e do intocável, do olfativo e do inodoro, do sabor e da sensaboria, do límpido e do nebuloso etc. Ela desenha um universo sensorial particular, os mundos sensíveis não se recortando mais porque são igualmente mundos de significações e de valores. (LE BRETON, 2016, p. 16-17)

Le Breton (2016) se apoia na teoria de Merleau-Ponty que supera o mundo objetivo e penetra no mundo subjetivo, que ele considera “um mundo de convivência e de comunicação entre os homens reais e seu meio” (MERLEAU-PONTY *apud* LE BRETON, 2016, p.14), no qual a sociedade se mostra como uma espécie de “organização sensorial”, que cria determinados padrões e uma comunicação possível entre os homens, mesmo que permeada por uma infinidade de nuances que podem diferenciar as percepções de cada um, porque mediadas pelo corpo.

Nossas percepções sensoriais, entrelaçadas às significações, traçam limites flutuantes do entorno em que vivemos, elas dizem sua abrangência e seu sabor. O mundo do homem é um mundo da carne, uma construção nascida de sua sensorialidade passada ao crivo de sua condição social e cultural, de sua história pessoal, de sua atenção ao meio. Erigido entre céu e terra, cepa identitária, o corpo é o filtro pelo qual o homem se apropria da substância do mundo e a faz sua por intermédio dos sistemas simbólicos que partilha com os membros da sua comunidade. O corpo é a condição humana do mundo, este lugar onde o fluxo incessante das coisas se detém em significações precisas ou em ambiências, metamorfoseia-se em imagens, em sons, em odores, em texturas, em cores, em paisagens etc. (LE BRETON, 2016, p. 13)

O certo é que o desafio de um urbanismo contemporâneo é grande. Ao compreendermos que pós-modernidade demanda um novo modelo interpretativo das cidades e das relações sociais nelas presentes, cuja conformação é extremamente plural e fragmentária, embrenhamos num terreno onde temos mais perguntas do que respostas. Para Sarmiento (2003) o pós-modernismo pode ser tratado como um estilo, como um método ou como uma época histórica, no entanto, mesmo tateando as diversas facetas deste processo de ruptura com o modernismo, ocorrido a partir da década de 1970, novas matrizes explicativas devem ser acessadas para a sua compreensão e seus efeitos sobre as cidades:

Argumenta-se que o urbanismo pós-moderno, ao debruçar-se sobre as especificidades espaciais, que assumem configurações particulares de relações sociais, nas formas construídas e atividade humana (Soja, 2000), através de uma abordagem mais inclusiva, flexível e eclética do que tem sido o caso nos estudos “clássicos” de geografia urbana, pode dar a entender de forma mais convincente os processos de reestruturação urbana contemporânea. (SARMENTO, 2003, p. 255).

Esse novo quadro conceitual, ainda em gestação, não se circunscreve ao debate sobre o estilo construtivo e muito menos a uma relação de simples oposição ao seu precedente: o modernismo. Segundo Del Rio (1997, p. 688) há alguns aspectos que caracterizam a sociedade pós-moderna sem os quais esta não pode ser analisada em toda a sua complexidade: o declínio do estado-nação e a ascensão de uma

civilização globalizada e altamente informatizada, cujas relações sociais encontram-se amplamente atravessadas e mediadas pela tecnologia; a presença e aceitação do pluralismo no sentido do esmaecimento de fronteiras muito rígidas e de conceitos binários que aceita as múltiplas possibilidades de interpenetração cultural fora da lógica alta cultura/cultura popular/tradicional; a velocidade da transmissão das informações e a urgência da relação produção consumo, associada ao ritmo imagético feérico geram uma fragmentação espaço-temporal na qual perde-se o sentido de continuidade histórica e, por último, a estetização da vida cotidiana, que a reboque da atual fase do capitalismo, transforma tudo em consumo, onde pode-se notar mais claramente o rompimento da barreira entre real e imaginário.

Este último aspecto enumerado acima por Del Rio (1968) é descrito por Lipovetsky como um “consumismo em seu grau máximo” quando este percorre as fases de desenvolvimento do capitalismo até a atualidade:

A fase III pode ser apresentada como o momento em que a comercialização dos modos de vida já não encontra resistências culturais e ideológicas estruturais, em que tudo o que subsistia de oposição cedeu diante das sereias da mercadoria. Chega a hora em que todas as esferas da vida social e individual são, de uma maneira ou de outra, reorganizadas de acordo com os princípios da ordem consumista. (LIPOVETSKY, 2007, p.129)

Neste amplo quadro de referências, nos interessa introduzir uma lente que permita olhar a cidade a partir de um quadro teórico atualizado, que tem como elemento central a sua expressão subjetiva, e mais precisamente, como esta se forma em meio a um crescente processo de desenraizamento do homem em relação ao espaço e ao tempo.

2.3 Por uma História Cultural do Urbano

Os estudos em História Cultural têm se despontado como uma área bastante profícua de investigação, nas últimas duas décadas. Entendida como um desdobramento da história social, essa vertente conhecida como “nova história cultural” é resultado de uma confluência das tradições da historiografia (inglesa e francesa) cujos debates em torno do sistema ideias-imagens ou do imaginário social que lhe dá suporte (Pesavento, 1995).

A história cultural pode ser entendida como uma nova abordagem que, ao avançar sobre um conhecimento já acumulado, se propõe a pensar o social além dos

paradigmas explicativos da realidade que se apoiam na objetividade e na racionalidade das ciências humanas. Nos referimos mais especificamente aos processos econômicos e políticos que delinearão o perfil e a configuração das cidades, tais como a concentração demográfica, a rápida transformação do espaço, as migrações rurais, entre outros.

Neste contexto, a cidade deve ser entendida por meio das suas representações, estas também partes integrantes da realidade, não só porque são matrizes geradoras das práticas sociais, mas precisamente porque elas são capazes de operar um esforço de análise tanto pelas imagens reais (paisagem, arquitetura, ruas) como pelas imagens metafóricas (literatura, pintura, poesia, discursos) que produzem. Neste ponto é necessário abrir um parêntese para se introduzir uma questão crucial nesta análise, qual seja, a pluralidade de discursos, provenientes das diversas percepções geradas a partir da complexidade de relações e das lógicas sociais distintas que habitam as cidades.

Como diria Calvino (1990), uma cidade comporta muitas e essa diversidade de representações e discursos sobre a cidade envolve um complexo conjunto de lógicas sociais, que podem ser capturadas por meio do conceito de *habitus* de Bourdieu. Segundo o autor, as diferentes representações da cidade, atribuídas a bairros, ruas, esquinas, lugares não é neutra, ela se revela através do conjunto de práticas, experiências, estéticas que estão intimamente ligadas ao capital social que cada um carrega e que é incorporado social e historicamente. Como explica Chartier ao interpretar a teoria de Bourdieu como instrumento teórico-metodológico:

[...] as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p.17)

Assim não se pode falar de uma visão única, um sentimento, uma representação do urbano. Temos múltiplos olhares possíveis da cidade, que podem ser divididos entre produtores e consumidores da cidade (Roncayolo *apud* Pesavento, 1995). Os produtores seriam aqueles que possuem uma visão privilegiada da cidade, que desenvolveram uma percepção mais aguçada em relação a ela, possuem um chão teórico ou uma sensibilidade específica do olhar que subsidia leituras mais agudas, dentre os quais podem ser enquadrados arquitetos, urbanistas, pintores, escritores, músicos e fotógrafos entre outros. Isso não quer dizer que os consumidores

possuam uma visão diminuta ou de importância menor sobre a cidade, entretanto, em investigações que pretendem um resgate de um tempo passado, de memórias e de representações, fontes como a fotografia, a literatura e a pintura são mais acessíveis.

A pergunta que se coloca é: como resgatar essa memória do vivido, como capturar esse “espírito” das cidades em meio a sua diversidade, complexidade e a aparente neutralidade imposta pela uniformização do espaço urbano? Sennet aponta uma saída que se apoia no poder da interpretação visual como forma de dar conta dessa complexidade. Para ele são os vários elementos que anteriormente poderiam contribuir para sua descaracterização e para, de alguma forma, mascarar as diversas visões da cidade, que podem colaborar para essa mudança de perspectiva. Para isso, ele recorre à Baudelaire e a figura do *flâneur* (assim como Benjamin) que representaria o cidadão comum, aquele que percorre as ruas da cidade e se coloca a tarefa cotidiana de decifrá-la, oferecendo assim, visões contrastantes sobre o urbano. (SENNET *apud* PESAVENTO, 1995, p. 285)

E é neste sentido que a contribuição da história cultural será incorporada a esta pesquisa: cruzando visões contrastantes sobre o urbano, editando e reeditando impressões e tecendo o passado ao lado do presente, a partir de fragmentos do urbano que poderão revelar esse imenso tecido de sentidos.

2.4 A Contribuição da Geografia Humanista

Yi-Fu Tuan é um dos geógrafos que melhor representa a chamada “Geografia Humanista” que dá nome a uma de suas publicações, ainda na década de 1970. Na visão de Tuan:

[...] medimos e mapeamos o espaço e o lugar, e adquirimos leis espaciais e inventários de recursos através dos nossos esforços. Estas são abordagens importantes, porém precisam ser complementadas por dados experienciais que possamos coletar e interpretar com fidedignidade, porque nós mesmos somos humanos. Temos o privilégio de acesso a estados de espírito, pensamentos e sentimentos. Temos a visão interior dos fatos humanos, uma asserção que não podemos fazer a respeito de outros tipos de fatos. (TUAN, 1983, p.5)

Para o autor, as pessoas são seres complexos, dotados de órgãos sensoriais que permitem executar uma operação extremamente refinada: a criação de símbolos. Essa abordagem remete à abordagem cultural da antropologia, mas segundo Tuan (1983), tomar a cultura como fator explicativo não é suficiente para compreender a

seguinte questão: “[...] de que maneira as pessoas atribuem significado e organizam espaço e lugar?” (TUAN, 1983, p.6)

Na sua abordagem, Tuan enfatiza que na ampla literatura disponível, são poucas as obras que se concentram em compreender

[...] o que as pessoas sentem sobre espaço e lugar, considerar as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual) e interpretar espaço e lugar como imagens de sentimentos complexos – muitas vezes ambivalentes. (TUAN, 1983, p. 7)

É certo que a nossa existência não é apenas dada e constituída pela racionalidade, ela toca uma esfera da irracionalidade, povoada de sentimentos e emoções, que também colaboram na nossa formação individual e coletiva, ou como afirma Morin “[...] o desenvolvimento da inteligência é inseparável da afetividade, isto é, da curiosidade, da paixão que são as fontes da pesquisa filosófica e científica.” (MORIN, 2000, p. 20)

Santos (2002), segue a mesma linha ao relacionar a atividade racional e a atividade simbólica na análise do lugar e afirma que uma “[...] dada situação não pode ser plenamente compreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixarmos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam”. (SANTOS, 2002, p. 214)

Nogué (2003) é outro geógrafo que destaca a capacidade da geografia como disciplina apropriada para compreender a complexidade do mundo contemporâneo, porque se situa numa posição privilegiada: atravessada pelas ciências humanas e as ciências naturais. No entanto, ele lamenta que nem sempre os geógrafos se aproveitam dessa posição e se apegam a determinados temas, conceitos e métodos que conduzem a uma visão limitada e incompleta da realidade.

Segundo o autor, para se alcançar essa visão mais abrangente, é necessário que os geógrafos assumam uma postura mais atrevida e curiosa, que leve a descoberta de novos paradigmas e novas territorialidades, nas quais se possa entrever que a realidade é constituída de elementos visíveis e invisíveis, presenças e ausências, por elementos significativos que nem sempre se encontram à mostra. Nas palavras do próprio autor, seria necessária:

[...] uma atitude aberta a todas as vias de acesso ao conhecimento, incluídas as emocionais. Não deveríamos esquecer que a vida é, em essência e ao mesmo tempo, espacial e emocional. Interagimos emocionalmente e de maneira contínua com os lugares, aos quais atribuímos significados, que nos

retornam através das emoções que nos despertam. A memória individual e coletiva, assim como a imaginação, mais que temporais, são espaciais. As categorias geográficas básicas que se aprende na escola ou as que utilizamos na nossa vida cotidiana, carregam associações emocionais. Experimentamos emoções específicas em distintos contextos geográficos e vivemos emocionalmente as paisagens porque estas não são somente materialidades tangíveis, senão também construções sociais e culturais impregnadas de um denso conteúdo intangível, amiúde somente acessível através do universo das emoções.¹⁰ (NOGUÉ, 2003, p.4)

A perspectiva adotada por Nogué nos interessa especialmente porque além de ver no instrumental teórico da geografia elementos suficientes para uma nova abordagem da realidade contemporânea, ele consegue perceber a importância vital dos laços emocionais na relação do sujeito com o espaço, ampliando significativamente o horizonte de análise da geografia e sua interface com outras áreas de conhecimento.

2.5 Outras Cartografias

Monmonier afirma que tudo o que pode ser espacialmente concebido pode ser também cartografado. Os mapas, utilizados por diversas áreas do conhecimento, são frequentemente relacionados a estudos sobre territórios, conflitos, ocupações, regiões e uma série de outras configurações espaciais. No entanto, sua capacidade analítica tem sido desprezada enquanto ferramenta que organiza – ao contrário do texto – informações em duas ou mais dimensões, ainda mais quando se pode contar com o uso de novas tecnologias como os sistemas de geolocalização e outros tantos disponíveis. Isso porque a concepção de mapa ainda está muito ligada à ideia da cartografia cartesiana, objetiva, precisa que reflete a realidade como um desenho exato, em escala, com suas formalidades e gestos calculados. (MONMONIER *apud* SEEMANN, 2003, p.3)

¹⁰ Tradução livre da autora: “[...] una actitud abierta a todas las vías de acceso al conocimiento incluídas las emocionales. No deberíamos olvidar que la vida es, en esencia y a la vez, espacial y emocional. Interactuamos emocionalmente y de manera continua con los lugares, a los que imbuímos de significados que retornan a nosotros a través de las emociones que nos despiertan. La memoria individual y colectiva, así como la imaginación, más que temporales, son espaciales. Las categorías geográficas básicas que se aprenden en la escuela, o las que utilizamos en nuestra vida cotidiana, conllevan asociaciones emocionales. Experimentamos emociones específicas en distintos contextos geográficos y ‘vivimos’ emocionalmente los paisajes porque éstos no son sólo materialidades tangibles, sino también construcciones sociales y culturales impregnadas de un denso contenido intangible a menudo solamente accesible a través del universo de las emociones”.

Para Lévy, o mapa muda, ele está em constante movimento devido a uma quádrupla influência “[...] de seu referente (os espaços que ele busca representar), dos conceitos que contribuem para pensar esses espaços, de suas técnicas específicas e dos usos do mapa pela sociedade” (LÉVY, 2008, p.153). Na abordagem do autor sobre uma possível virada cartográfica, ele entrevê novas possibilidades para a criação de mapas contemporâneos:

[...] onde o mapa pode, sem dúvida, tornar-se um vetor privilegiado do que chamaremos a acomodação ao tempo dos atores, um ordenamento do território privilegiando as margens de liberdade sobre os constrangimentos estáticos, as questões de sociedade sobre os cenários prontos e acabados, a governança sobre as políticas públicas setoriais, o político sobre a política, em resumo, visando associar fortemente prospectiva e cidadania. (LÉVY, 2008, p. 156).

A memória não se dá no vazio, ela precisa de um espaço para ser projetada. Ela ocorre nos lugares concretos, onde os eventos históricos e as práticas cotidianas se realizam. E o espaço não pode ser assim tomado como um conceito estanque, desprovido de sentido, ele carrega e absorve os sentidos nele impressos, cotidianamente, pelas práticas culturais e sociais.

Seemann (2003) se dedica a lançar novos olhares sobre as possibilidades da espacialidade e lança o desafio metodológico:

[...] tentar combinar uma estrutura cronológica com outra, espacial e poder gerar procedimentos alternativos para estimular lembranças do passado [...] as pessoas deviam fazer a sua geografia antes de fazer sua história, levando-se em conta que as práticas sociais são, na sua grande maioria, espaciais. (SEEMANN, 2003, p. 2-3).

O autor lança mão de visões alternativas da cartografia como linguagem, que não correspondem necessariamente ao pensamento euclidiano do espaço geográfico, inspirado nas definições de “Cartografia da Realidade” (Wood, 1978) e de “Cartografia Social” (Paulston & Liebman, 1994), na qual a concepção de cartografia é atualizada:

[...] enfatiza menos o radical carto (isto é, mapa no sentido técnico e “oficial” do termo) e mais o radical grafia (mapeamento e uso de uma linguagem gráfica), de acordo com a definição do mapa como “representação gráfica que facilita a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições ou acontecimentos no mundo humano. (HARLEY & WOODWARD *apud* SEEMANN, 2003, p.50)

Encarando a cartografia como uma forma mais dinâmica e permeável a informações menos palpáveis, o espaço ganha novas camadas de informação, mais

subjetivas, como o tempo, as decisões e as preferências e não é expresso apenas pela geometria das distâncias físicas estabelecidas pela escala de um mapa.

É nesse sentido que a cartografia se torna uma potente ferramenta, capaz de mapear novos sentidos e as complexidades da vida urbana, assim como Simmel (1979) sugeriu:

[...] uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especificamente moderna e seus produtos, que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da vida. (SIMMEL, 1979, p. 12).

A cartografia surge assim como um instrumental teórico e prático apto a investigar a cidade como um imenso mapa de complexidades. E aqui tomo a cartografia na definição dada por Suely Rolnik, que aproxima o cartógrafo do etnógrafo, na medida em que a sua prática:

[...] diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social. E pouco importa que setores da vida social ele toma como objeto. O que importa é que ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõe perscrutar: desde os movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência [...] até os fantasmas, inconscientes e os quadros clínicos de indivíduos, grupos e massas, institucionalizados ou não (ROLNIK, 1989, p. 2)

A investigação toma assim a forma de um mapa no qual não apenas diversas camadas de memória são sobrepostas, mas toda a intrincada teia de relações sociais, estratégias, jogos, apropriações e representações que constituem a dinâmica dos lugares e não lugares nas cidades contemporâneas.

2.6 Novas Subjetividades na Pós-modernidade

A cidade de Simmel, na qual a subjetividade se perde em meio à velocidade das mudanças, à uma torrente de estímulos nervosos e à perplexidade do movimento incessante que não tem tempo de ser assimilado (nem sentido), traz à tona um problema que surge com o rápido crescimento da urbanização das cidades no início da industrialização, mas que não se esgota na pós-modernidade, apenas ganha novos e épicos contornos, que aumentam a sua magnitude e talvez, concomitantemente, a sensação de desenraizamento tempo-espacial do qual ele já nos falava.

Em seus estudos mais recentes sobre as categorias do sujeito na contemporaneidade, Birman (2005) se propõe a “esboçar as modalidades existentes de subjetividade”. O caminho percorrido pelo autor parte do pressuposto de que a pós-modernidade pode ser analisada a partir de dois registros: o coletivo e o individual. No plano coletivo, segundo ele, o cenário atual é configurado como um tempo no qual as utopias são inalcançáveis e a ideia de sociedade foi solapada pela ideia de mercado, que ele faz questão de frisar: “mercado neoliberal, bem entendido, de regulação globalizada”. Neste contexto, as ideologias cedem espaço às exigências da produtividade técnico-administrativa, à eficiência e à concorrência, que substituem a solidariedade. Já no plano individual se desenham novas subjetividades que ele se propõe a analisar a partir do que define como um “mapeamento do mal-estar na atualidade”, em contraste com o mal-estar moderno, por meio das queixas das pessoas que buscam algum tipo de tratamento, psicanalítico ou psiquiátrico (BIRMAN, 2005, p.7).

Na extensa pesquisa realizada por Birman e posteriormente reunida em duas publicações¹¹, ele cria um sistema classificatório em torno de categorias como o corpo, a ação, intensidade, o pensamento e a linguagem, das quais as três primeiras se destacam quando relacionadas aos registros de tempo e espaço:

[...]é a temporalização dos processos psíquicos que está sempre em questão, em todas as modalidades de mal-estar que foram acima mapeadas. É a antecipação do que pode acontecer de perigoso no mundo que se mostra francamente precária hoje, de maneira que a experiência psíquica assume uma feição marcadamente espacial. É a temporalização que é a condição de possibilidade e a contrapartida do registro simbólico, de forma que é a sua ausência e limitação que conduz o sujeito à uma espacialização inquietante. (BIRMAN, 2005, p.13-14)

Nessa perspectiva, Birman (2005) aproxima sua reflexão das análises de Lasch (que nos fala da ascensão da cultura do narcisismo), Debord (que caracteriza a sociedade que se forma a partir das décadas de 1960 e 1970 como a sociedade do espetáculo) e também de Adorno, Horkheimer e Benjamin (quando tratam da categoria de barbárie) para traduzir, por assim dizer, esse sentido do mal-estar pós-moderno. Mal-estar que afeta o sujeito, num mundo dominado pela ciência e a

¹¹ BIRMAN, Joel *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 e *O sujeito na contemporaneidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Que não foram incluídas nas referências porque ainda serão analisadas para ampliar a compreensão das novas subjetividades propostas por ele, com especial interesse sobre a sua teoria sobre o atrelamento do sujeito atual na ordem do espaço, mais do que no registro do tempo.

tecnologia, no qual a temporalidade das experiências é cada dia mais efêmera e o horizonte existencial se encurta.

E qual seria essa nova subjetividade na contemporaneidade? Um sujeito marcado pela fluidez ou liquidez, como preconiza Bauman (2000), ou nos termos de Hall (2004), que nos fala sobre os processos de descentramento do sujeito, ou ainda, como prefere Harouche (2008) o sujeito que inaugura “maneiras inéditas de sentir”. Teorias que percorrem diferentes caminhos, mas que compartilham de um denominador comum que situa o início dessas transformações num ponto mais distante da história, num processo de transformação de longa duração.

Harouche (2008) analisa o que ela denomina como “genealogia da fluidez” que tem como ponto de partida a teoria de Weber¹² sobre as condutas, os hábitos, os usos e o Direito e busca “elucidar os fundamentos da moderação, a apreender a natureza de suas exigências, decorrentes da questão geral das formas que estrutura, as maneiras de ser e de se portar na sociedade”. (HAROUCHE, 2008, p. 19)

Para Harouche (2008), compreender a moderação é essencial para se chegar ao cerne da relação:

[...] que instaura e permite a existência do sujeito. Tangível no espaço, ela revela o papel dessa relação na construção da identidade social, assim como indica a posição nela ocupada pelo indivíduo. Tal posição decorre de uma distribuição específica de indivíduos no espaço: estabelece o valor, por meio de afastamentos e aproximações entre os corpos, daqueles que têm o poder, mais poder do que os demais; traduz-se igualmente por gestos, posturas e atitudes exteriores (Mauss) que contribuem para exprimir deferência, consideração, respeito, reconhecimento e dignidade, em função da qualidade e do valor social (Simmel) reconhecido num indivíduo. (HAROUCHE, 2008, p. 19)

Em sua análise, Harouche (2008) destaca o papel do espaço, como um elemento imprescindível na constituição da identidade, assim como da sua estabilidade. Nesse sentido, o recuo da importância do espaço na contemporaneidade, possui um efeito decisivo na definição da subjetividade. Ao se referir aos processos psíquicos que definem o individualismo contemporâneo, a autora nos fala do “apagamento das fronteiras entre o homem exterior e o homem interior”, que geram a sensação de ausência, do incontrolável, do impalpável, do imprevisível e da incerteza. Estado de fluidez constante, que também se traduz no trânsito imperceptível entre o espaço real e o espaço virtual e interfere profundamente na

¹² Ela cita Simmel e Mauss, que também se voltaram para essa questão, que segundo Harouche, está no cerne das preocupações dos fundadores da sociologia.

trama das relações sociais. Um cismo inquietante que não nos oferece conclusões e certezas sobre as suas consequências, está ainda em curso.

Botton (2009) parece trilhar caminhos mais leves, que fazem fronteira com a estética, para analisar a relação do sujeito com o espaço, relação esta curiosa e cujo processo “[...] pelo qual as combinações de pedra, aço, *betão*, madeira e vidro parecem exprimir-se e que podem esporadicamente, causar-nos a impressão de que estão a falar-nos de coisas significativas e comoventes” (BOTTON, 2009, p. 86). O autor parte de uma analogia com os processos de recepção e apreciação das esculturas abstratas que habitam os museus de arte moderna para compreender como os objetos ganham significados, assim como as casas e os edifícios. Discussão que segundo ele, de tão rara, parece um pouco estranha, saber “[...] o que um edifício está a dizer” (BOTTON, 2009, p. 108).

Segundo Botton (2009, p. 119), mesmo se conseguíssemos reunir num dicionário, um vasto manual que “[...] relacionasse sistematicamente os meios e as formas com as emoções e ideias”, o dicionário não conseguiria captar nuances que podem alterar o sentido do todo. Assim, uma pequena mudança, um detalhe, uma ínfima alteração tem o poder de alterar totalmente o sentido que um dado ambiente ou construção pode provocar. Além disso, nem mesmo o mais abrangente levantamento das sensações associadas a materiais, formas, cores e todos os elementos construtivos, seria capaz de captar o que determinados edifícios nos dizem “maravilhosamente”. Para Botton:

Os edifícios que admiramos são em última análise aqueles que exaltam, de várias maneiras, valores que achamos louváveis – que remetem, quer pelos materiais, formas ou cores, para atributos tradicionalmente positivos como a amizade, a bondade, a subtilidade, a força e a inteligência. O nosso sentido de beleza e a nossa perspectiva acerca da natureza de uma vida boa estão interligados. Procuramos associações de paz nos nossos quartos, metáforas de generosidade e harmonia em nossas cadeiras e um ar de honestidade e franqueza nas nossas torneiras. Podemos sentir-nos emocionados por uma coluna que se une ao tecto com graça, por degraus de pedra gastos que sugerem sabedoria e por uma porta georgiana que revela jovialidade e delicadeza na sua janela em forma de leque.” (BOTTON, 2009. p. 109-110)

Para Botton, a relação entre construção e sensação é semelhante à descrita por Stendhal entre o gosto visual e os nossos valores, neste sentido, para ele, a beleza nos aproxima da felicidade e, portanto, de uma sensação de bem-estar, que é muito subjetiva.

2.7 Esforço de Síntese: principais conceitos e categorias

2.7.1 Memória

Pierre Nora (1993), ao refletir sobre a aceleração da história, detecta um momento particular no qual “[...] a consciência da ruptura com o passado se funde com o sentimento de uma memória esfacelada” e se pergunta onde se situam os locais de memória onde o sentimento de continuidade ainda permanece, mesmo que de forma residual. (NORA, 1993, p.7)

Segundo o autor, a aceleração da história é o fenômeno que revela a distância entre o que ele denomina como memória verdadeira – que na sua acepção é “[...] social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas ou arcaicas representam o modelo e guardam consigo o segredo” – e a história, essa que as nossas sociedades “condenadas ao esquecimento, fazem do passado”, movidas continuamente pela mudança. (NORA, 1993, p.8)

Nora situa memória e história não apenas como categorias distintas, mas também opostas. Assim, temos de um lado a história, que se dedica a uma reconstrução “[...] sempre problemática e incompleta do que não existe mais” e de outro, a memória, que

[...] é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.7)

Para Nora, a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, exatamente porque ela é “efetiva e mágica” e

[...] não se acomoda a detalhes que a conformam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (NORA, 1993, p.9)

A história por outro lado exige uma operação intelectual, uma análise, é enfim, a construção de um discurso crítico. Enquanto a memória é expressão de um grupo que ela mesma ajuda a manter unido. É, ao mesmo tempo, múltipla, plural, coletiva e individualizada em contraposição à história, que não pertence a ninguém.

Por outro lado, Pollack (1989) entende a memória como, “*a priori*, um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”, no entanto, Halbwachs já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou “[...]como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (HALBWACHS *apud* POLLACK, 1992, p. 202).

Pollack (1989) trata então de identificar quais são os elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva: os acontecimentos, as pessoas e os lugares, todos eles vividos pessoalmente ou compartilhados, ou seja, vividos pela coletividade ou pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer. Esses acontecimentos coletivos são, segundo Pollack, aqueles:

[...] dos quais a pessoa nem sempre participou ou não [...] todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLACK, 1989, p. 201)

Partimos da premissa de que a cidade conta uma história que guarda resquícios do passado, camadas do vivido, e que mesmo nos lugares mais emblemáticos nos quais o patrimônio construído, materializado ainda resiste intacto à ação do tempo, as sociabilidades a eles relacionadas se alteram, estão em constante movimento, muitas vezes até suprimem seus sentidos e significados.

No caso das cidades modernas, a complexidade da vida e as sucessivas intervenções urbanísticas são agentes de descaracterização e mesmo de degradação (dos sentidos) da cidade. O que ocorre é que muitas vezes há um processo de pasteurização da cidade: destruindo a memória, substituindo o velho pelo novo e uniformizando as construções, dando ao urbano um caráter irremediavelmente impessoal. (PESAVENTO, 1995, p.284)

Neste constante vai e vem de sentidos a questão que se coloca é como resgatar essa memória do vivido, como capturar esse “espírito” das cidades em meio a sua diversidade, complexidade e aparente uniformização do espaço urbano? Ou como diria Nora, como detectar essa memória que se encontra sedimentada no concreto, que está presente no espaço, nos pequenos gestos, nas imagens que vemos cotidianamente ou mesmo nos objetos que tocamos?

A estratégia adotada é justapor fragmentos de memória, acessados na forma de imagens, narrativas, discursos, personagens e eventos a fim de se constituir um

quadro contextual que permitirá demarcar a situação a ser analisada. Essa justaposição, espécie de arqueologia das vivências e experiências do espaço, com seus rastros e traços mais sutis e memórias submersas deverá também contemplar uma visão plural do espaço e dos seus diversos agentes.

Seguir esses rastros e farejar os vestígios esvaecidos deixados pelo tempo na memória é se travestir como o detetive de Ginzburg (1989), o historiador indiciário, aquele que opera buscando desvelar significados nas insignificâncias, combinando pistas e resíduos para compor seu universo particular de análise. Não com a aparelhagem mental da qual dispomos atualmente, mas buscando tatear, entre as leituras possíveis, aquelas que mais se aproximam do passado, ou melhor, das representações do passado vivido.

Aleida Assmann (2011) investiga os processos a partir dos quais retemos recordações e a sua importância na constituição das identidades. A autora faz um amplo mapeamento dos múltiplos sentidos da recordação desde o “saber de cor”, método controverso utilizado para memorizar informações e dados (prática que hoje encontra-se quase abolida diante da multiplicidade de dispositivos eletrônicos e mecanismos de busca que armazenam uma quantidade inimaginável de informações), até o flagrante desprezo pela memória na era moderna, pautada pela ascensão de outros valores: quando o novo esmaece o passado, e, a razão, a memória.

Assmann (2011) localiza alguns momentos de rompimento da memória cultural, que não são recentes, mas que se sucederam historicamente e foram se ampliando significativamente, principalmente em fins do século XIX e posteriormente nas revoltas da juventude em meados do século XX, nos quais a cisão das tradições e dos laços que as sustentavam, os mais tênues, foram bandeiras levantadas em nome do novo. Apesar de constatar o avanço da história sobre a memória, a obra da autora é otimista quando trata do reconhecimento do papel da memória na contemporaneidade, nos vários entendimentos sobre os quais ela se debruça:

[...] de possibilitar tantos pontos de vista sobre o complexo fenômeno da memória quantos forem possíveis [...] vamos tentar alternar sempre entre as *tradições* (mnemotécnica e discurso de identidade), as *perspectivas* (memórias cultural, coletiva e individual) e as *mídias* (textos, imagens, lugares, bem como *discursos*: literatura, história, arte, psicologia etc.). (ASSMANN, A., 2011, p. 20-21)

No caminho percorrido por Assmann (2011) e que se reflete na estruturação da sua obra¹³, o corpo e o espaço estão situados na categoria das mídias (ou meios), sem as quais a memória perderia seu caráter interativo, que se realiza na comunicação (língua, imagens, rituais) que por sua vez, necessita de meios externos de armazenamento ou das práticas culturais que estabelecem a sua regularidade e assim, garantem sua transmissão de geração a geração, mesmo que de forma metafórica. Segundo a autora, a escrita foi o suporte privilegiado da memória ao longo de séculos, enquanto outros vários suportes materiais surgiram e deram abrigo a ela na contemporaneidade, tais como: as imagens e sua crescente importância (fotografia, pintura, *grafite* etc.), o cinema¹⁴, o áudio, a *internet*, o computador e as mídias eletrônicas.

A memória individual é hoje cercada por esse conjunto de mídias em diversos suportes tecnológicos, cuja interação com a memória individual, dilata, expande e ao mesmo tempo borra os limites e os processos psíquicos a partir dos quais a memória se forma e se reveste. Segundo Assmann (2011), a escrita garantiu sua confiabilidade como mecanismo duradouro de registro da memória, especialmente no Ocidente, mas as novas tecnologias vêm alterando esse paradigma, na medida em que permitem uma constante revisão da escrita e das próprias recordações, constituindo uma bricolagem¹⁵ entre o real e o imaginário, uma memória em constante reconstrução e reedição, que reflete um sintoma dessa era: a inconstância e a impermanência do tempo na pós-modernidade. Portanto, atualmente acessamos uma diversidade de meios, que por sua vez, registram de formas distintas as experiências que marcam nossas trajetórias individuais e ficam impressas na memória cultural. Nesse amplo espectro de registros possíveis da memória, iremos nos deter especialmente em dois meios elencados pela autora como meios de reter as recordações: os corpos e os lugares.

Assmann entende o corpo como um meio no qual a recordação se inscreve de diferentes formas: “[...] através da longa habituação, do armazenamento inconsciente

¹³ ASSMANN, A. Espaços de Recordação e Transformações da Memória Cultural. Campinas: Editora UNICAMP, 2011

¹⁴ Brum (2008) se refere ao cinema como um híbrido derivado da combinação entre arquitetura, espaço e arte ao comentar a obra “*Atlas of Emotion: Journeys in Art, Architecture and Film*” (Bruno, G., 2007), na qual há uma definição do cinema como mecanismo capaz de transpor a experiência corpórea do espaço para as telas, quase uma experiência tátil, cuja função cultural é ao mesmo tempo criar e reter memórias, ou melhor, memórias em movimento.

¹⁵ No sentido utilizado por Lévi-Strauss na obra *O Pensamento Selvagem* (1976) e posteriormente apropriada por Certeau (1994).

e sob a pressão da violência”. Essas formas têm em comum de um lado a estabilidade e, de outro, a inacessibilidade. Para ilustrar o que ela denomina como “escritas corporais” ela recorre a Platão e Isaías para falar de uma escrita que se inscreve na alma e no coração, na qual a memória assume um caráter real, pessoal e íntimo. Já Nietzsche prioriza o corpo e a alma quando relaciona a memória a dor, a rastros e marcas corporais que conferem durabilidade à memória, como cicatrizes e feridas. Em Proust, Freud e De Quincey, segundo Assmann “[...] as recordações registradas no palimpsesto do espírito humano são entalhadas de forma igualmente indelével, embora precipuamente encobertas pelo esquecimento e se tornem por isso inacessíveis”. É o caso das escritas corporais impressas pela violência (como nos ritos de passagem de algumas culturas que são parte da construção da identidade) ou pelo trauma ou violência psíquica (que ao contrário dos ritos, deformam a constituição da identidade). (ASSMANN, 2011, p.260-266)

Mesmo depois de identificar as formas pelas quais as recordações se inscrevem no corpo, Assmann (2011) ainda questiona como se dão os processos de estabilização dessas recordações, como essas memórias são preservadas? A resposta é que em culturas distintas são criados o que ela denomina “estabilizadores materiais”, que são uma espécie de ancoragem mais segura à memória, que é extremamente etérea e instável. Mas ela especifica que o seu interesse é, sobretudo, nos mecanismos internos à memória, que as mantêm acessíveis, ou seja, tornam algumas recordações mais vivas do que outras.

A língua natural é um dos estabilizadores mais efetivos das recordações, basicamente porque o ato de verbalizar ajuda a memorizar. Quando nomeamos algo, evocamos a sua existência, aquilo que foi vivido. Além de fixar a memória, a língua natural também possibilita o compartilhamento das memórias individuais, na medida em que o que é recordado é também rememorado a cada interação, fazendo com que a memória compartilhada seja associada àquela pessoa que a viveu, como também à situação ou evento na qual foi contada. As sociedades arcaicas nas quais a escrita ainda não era um meio privilegiado de registro e onde as tradições são passadas de geração a geração através da oralidade, são um exemplo da eficiência da língua como estabilizador da memória. Além da língua, outros estabilizadores poderosos são o afeto e o trauma – ambos são escritas que sensibilizam o corpo de maneiras distintas; e por último, o símbolo, que é “a tradução da experiência corporal em sentido”.

(ASSMANN, 2011, p. 269). Dentre os estabilizadores elencados pela autora, iremos nos concentrar no afeto, que é um dos cerne da nossa hipótese central.

Assmann (2011) cita um experimento psicológico no qual dois grupos de pessoas são expostos à *slides* minúsculos com uma série de imagens. O primeiro grupo recebe as imagens como são, o segundo, recebe as imagens com elementos carregados de dramaticidade, como o sangue. O resultado aponta que o grupo que recebeu as imagens com a carga dramática memorizou um número maior de imagens do que o grupo que recebeu as imagens normais, o que pressupõe que o afeto – no sentido de se deixar tocar, afetar, influenciar por algo – tem uma conexão com o ato de recordar. No entanto, quando adentramos o terreno das recordações biográficas individuais, há uma completa fusão entre recordação e afeto, cuja manipulação, foge ao controle dos indivíduos. Daí a força do afeto como estabilizador das recordações, o elemento que confere, não a verdade, mas a credibilidade às recordações pessoais, porque essas não são apenas rememoradas, são ainda sentidas no presente. Como nos diz a autora, que recorre às reflexões de Rousseau sobre as suas “Confissões”¹⁶ para definir o papel do afeto:

“Em Rousseau, vamos do afeto como amplificador instrumental de recordações na mneumotécnica da Antiguidade, até o afeto como núcleo duro das recordações. Sobre isso escreve Jean Starobinski: “O sentimento é o centro indestrutível da memória [...] A verdade é que Rousseau quer compartilhar conosco não diz respeito à localização exata de fatos bibliográficos, mas focaliza a relação que ele mantém com esse passado. [...] Isso representa uma verdade mais ampla, que foge, de fato, das leis da verificação. Não nos encontramos mais no campo da verdade, das histórias verdadeiras; entramos, sim, no campo da autenticidade”. (STAROBINSKI apud AISSMANN, 2011, p. 271)

2.7.2 Espaço

No artigo “O espaço como palavra-chave”, David Harvey (2013) faz uma longa reflexão sobre a definição de espaço e o situa ao lado dos conceitos de cultura e natureza, como um dos mais complexos em relação ao seu amplo espectro de definições disponíveis na literatura.

¹⁶ No trecho citado por Aissmann: “[...] Eu facilmente esqueço de minha desgraça, mas não posso esquecer de meus erros, e ainda menos esqueço de meus bons sentimentos. Sua lembrança é tão cara a mim que jamais poderia desaparecer do meu coração. Eu posso deixar lacunas nos fatos, eles se movem, posso atrapalhar-me com datas, mas não posso me enganar sobre o que senti” (ROUSSEAU, J. J. *Confessions*, VI, p.274 apud AISSMANN, 2011, p. 271)

Central da geografia, o espaço é assim tratado por Harvey (2013) como uma categoria que abarca inúmeros significados, devido a grande variedade de contextos nos quais pode ser pensado e utilizado, revelando assim a complexidade inerente à própria noção de espaço.

Harvey opta por uma definição cunhada ainda em 1973¹⁷, na qual o espaço poderia ser entendido a partir de três concepções:

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos. (HARVEY, 2013, p.10)

No artigo, Harvey (2013) se dedica a descrever as três concepções acima, e mais detidamente, a concepção de espaço relacional, que ele acredita ser mais apropriada para tratar determinadas temáticas, tais como “[...]o papel político das memórias coletivas nos processos urbanos”. Para ele não se trata de escolher, qual dessas concepções é melhor, mais correta ou mais completa e sim qual concepção do espaço consegue compreender a prática humana em relação a ele. Assim, a questão “o que é o espaço?” é substituída pela questão “como e que diferentes práticas humanas criam e usam as diferentes concepções do espaço?” (HARVEY, 2013, p. 14)

Nesse sentido, o espaço no qual se situa essa pesquisa, é o espaço urbano tratado a partir de uma perspectiva pouco usual, na qual um elemento fundamental ganha destaque: as emoções. Como nos alerta Joan Nogué quando fala dos novos desafios da geografia como disciplina e da necessidade de se adotar uma atitude curiosa numa investigação mais abrangente da realidade:

[...] não deveríamos esquecer que a vida é, ainda, essencialmente espacial e emocional. [...] somente com uma atitude aberta e constantemente autocrítica é que iremos aceder a outras geografias, isto é, às paisagens incógnitas e aos territórios ocultos das grandes metrópoles [...] e ao fundamental e mais

¹⁷ Traduzido no Brasil como “A justiça social e a cidade” e editado pela editora Hucitec (São Paulo, 1980).

complexo processo através do qual os seres humanos atribuem significado ao espaço geográfico e criam lugares. (NOGUÉ, 2011, p. 4-5)

Assim, interessa desvendar como operam esses mecanismos que permitem compreender as sociedades contemporâneas – principalmente os aspectos mais invisíveis e intangíveis da sua constituição – e a conexão com os espaços que elas criam, produzem e ocupam. A questão que se coloca é como as ações, as mais cotidianas, imprimem sentido aos espaços nos quais vivemos e nos movimentamos? É necessário, segundo Bourdieu, “[...] proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico”. (BOURDIEU, 1997, p: 159)

Um primeiro passo seria então mapear e conhecer/reconhecer os diversos agentes que atuam no espaço urbano e que concorrem para impor determinados sentidos, e, se esses sentidos são ou não hegemônicos e capazes de conferir identidade a estes espaços, criando os lugares a que se referem Nogué (2011) e Santos (2002).

Além do reconhecimento das forças que atuam no espaço urbano, é imprescindível também analisar como e de que forma elas atuam, ou seja, como se desenham as estratégias e táticas adotadas pelos agentes sociais para definir suas ações no espaço social. Assim, a noção de cotidiano torna-se fundamental para esta reflexão, não apenas porque por meio dela é possível identificar seu aspecto de regularidade/rotinização das ações, mas também aquilo que a perturba.

Essa ‘perturbação’ dos fluxos regulares da rotinização tem, a meu ver, duplo valor heurístico para a compreensão da vida cotidiana no contexto contemporâneo: 1) por possibilitar o entendimento de certas ações cotidianas que não se circunscrevem à normatividade predominante nos contextos de vida pública; e 2) por permitir compreender a dimensão profundamente conflitante da vida urbana contemporânea e os distintos mecanismos que subsidiam as práticas sociais que alteram a vida cotidiana. (LEITE, 2010, p:737-738)

Assim a noção de cotidiano deve ser vista de forma mais ampliada, conforme defende Leite (2010), considerando também as rupturas que provoca na fluidez do dia a dia.

2.7.3 Afeto

O conceito de afeto não é muito explorado nas ciências sociais. Em Weber, conforme afirma Quintaneira (1995), encontramos uma definição de afeto, relacionada

à sua teoria da ação social, que busca a compreensão do sentido, do desenvolvimento e dos efeitos da conduta de um indivíduo em relação aos demais, ou de um ou mais indivíduos referida a outro. Segundo Weber, quanto maior o grau de racionalidade envolvido na ação, menor é a submissão do indivíduo aos costumes e afetos.

A partir dessa primeira distinção ele elabora quatro tipos “puros” ou ideais de ação: a ação racional com relação a fins, a ação racional com relação a valores, a ação tradicional e a ação afetiva. Assim, são mais racionais aquelas ações que permitem ao indivíduo perceber sua finalidade e elaborar os meios adequados para alcança-las, assim como prever as suas consequências, percorrendo uma escala que varia entre a total irracionalidade até a racionalidade absoluta. As ações racionais, são assim as mais previsíveis ou perceptíveis, em detrimento de outras tantas nas quais valores e afetos são os componentes preponderantes.

A ação afetiva em Weber é aquela conduta guiada por uma motivação irracional, ou aquelas ações inspiradas em emoções tais como inveja, ódio, orgulho, entusiasmo, medo, admiração, entre outras. Essas ações, ao contrário das ações racionais, não consideram ou calculam consequências, ou seja, desprezam pelo menos um dos componentes da ação racional, e assim, podem levar a resultados inesperados ou imprevistos.

Encontramos uma reflexão mais profunda sobre o conceito de afeto – ou mais precisamente do conceito de afetividade – na psicologia, especialmente na obra de Henri Wallon. O autor situa a afetividade junto a outros três “domínios funcionais”, a saber: o ato motor, o conhecimento e a pessoa. Esses quatro domínios são predominantes em determinadas fases do desenvolvimento humano, sendo que cada um possui seu próprio campo de ação, se relacionando com os demais por meio de um mecanismo interfuncional. (Almeida, 2008)

O autor relaciona a afetividade à questão do desenvolvimento, motivo pelo qual fala de dois tipos de afetividade, ou melhor, nas diferentes formas como ela se manifesta: a orgânica – presente na infância; e a diferenciada, que surge numa fase posterior do desenvolvimento do indivíduo na qual ele amplia seu contato social. Assim é possível diferenciar tanto a fonte de onde a afetividade provém – orgânica ou social – como também as formas sob as quais ela se expressa ou se manifesta (as emoções, os sentimentos e as paixões). Ao longo da vida dos indivíduos a afetividade vai se afastando progressivamente da fonte orgânica e se aproximando da determinação social. Para Wallon, segundo Almeida (2008), o meio físico e humano

é um par essencial do aparato orgânico que constitui o indivíduo, que pensa, sente e se movimenta no mundo material.

O conceito de afetividade também é tratado na obra do filósofo holandês Baruch de Espinosa, que pensa nessa categoria por meio da diferenciação entre corpo e mente. Para compreender o conceito de afeto em Espinosa, é necessário antes compreender como ele concebe os seres humanos.

Segundo Chauí (2006), para Espinosa os seres humanos são a união entre um corpo e uma mente enquanto substâncias finitas, constituídas por modificações da extensão e do pensamento. O homem é também parte da natureza, que revela alguns dos seus atributos substanciais de uma maneira específica, ou seja, possui uma singularidade enquanto tal. Segundo Chauí (2006), é em Espinosa, que pela primeira vez na história da filosofia, a mente humana passa a ser reconhecida como uma parte constituinte do corpo e do próprio conhecimento acerca dele mesmo, assim como dos corpos em contato com ele, que o afetam permanentemente. A mente é parte integrante e integradora do corpo e isso, segundo a autora é também o que a alimenta de conhecimento, pois segundo ela:

Isto significa que quanto mais rica e complexa for a experiência corporal (ou o sistema das afecções corporais), tanto mais rica e complexa será a experiência mental, ou seja, tanto mais a mente será capaz de perceber e compreender uma pluralidade de coisas, pois, demonstra Espinosa, nada acontece no corpo de que a mente não forme uma imagem ou uma ideia (mesmo que estas sejam confusas, parciais e mutiladas). E quanto mais rica a experiência mental, mais rica e complexa a reflexão, isto é, o conhecimento que a mente terá de si mesma. (CHAUÍ, 2006, p. 121)

Segundo Espinosa, o conceito de mente é, portanto, fundamental para a compreensão do conceito de afeto, uma vez que ele entende que na mente há uma ideia de corpo e o que passa pelo corpo são afecções corporais, são ideias dessas afecções. Assim é possível que a mente experiencie o afeto que passa através do corpo. (ESPINOSA apud SILVA, p. 84-86),

O conceito de afeto surge como as afecções do corpo, cuja potência de agir pode ser aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções. Ou seja, o corpo é de alguma forma afetado e a própria afecção é também um afeto. A ideia de afeto em Espinosa passa pela capacidade de se deixar afetar. Nesta definição de afeto, corpo e mente estão constantemente expostos ao contato com outros corpos e mentes, os quais são mutuamente

conservados ou transformados de acordo com a intensidade ou complexidade das relações entre eles. Espinosa propõe ainda que a afetividade seja constituída por três elementos primários e elementares: o desejo, a alegria e a tristeza.

Uma linha comum entre as três definições de afeto/afetividade abordadas neste item é a importância da esfera social como motor, base primordial e essencial para a sua constituição.

2.7.4 Sensibilidade/Sensível

Refletindo sobre as principais mudanças epistemológicas ocorridas no campo da História Cultural, Pesavento (2005) descreve uma reorientação da postura do historiador a partir dos conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades. Sendo as representações construções de mundo que não só se colocam no lugar do mundo, como também são uma maneira própria de fazer com que os indivíduos o percebam e a partir dele pautem a sua existência. São enfim, as

[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2005, p. 39).

Já as sensibilidades seriam definidas como

[...] as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Nessa medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida. (PESAVENTO, 2005, p. 57).

Para a autora, as sensibilidades correspondem a uma espécie de núcleo primário de “percepção e tradução da experiência humana no mundo”. Assim, o conhecimento sensível opera como uma forma de apreensão do mundo que aciona os sentidos, aquilo que remete a uma esfera mais íntima de cada indivíduo.

Mas como captar as manifestações externas dessas sensibilidades? Como “trazer para fora” sentimentos assentados nas emoções? Como torna-los palpáveis, observáveis? Pesavento defende que mesmo as sensibilidades mais finas, podem ser expressas e materializadas em algum tipo de registro passível de ser resgatado,

identificado, lido. Assim elas podem ser encontradas em ritos, ações, palavras, imagens, objetos da vida material e em materialidades do espaço construído.

Nesse sentido, nos interessa não apenas desvendar esse mundo sensível que se encerra nas subjetividades, como também detectar e compreender de que forma o espaço, ou melhor a relação do indivíduo com o espaço colabora/interfere na formação dessas emoções, nas relações e na constituição das identidades fragmentárias presentes na contemporaneidade.

2.7.5 Cartografia Afetiva: um conceito em construção

Uma das leituras inspiradoras para se explorar o conceito cartografia sensível (e suas aplicações) é o artigo escrito por Rosemary Fritsch Brum sobre a obra “*Atlas of Emotion: Journeys in Art, Architecture and Film*” de Giuliana Bruno (2007), ainda sem tradução no Brasil. Nesta análise, Brum se dedica a investigar essa forma de cartografia, da emoção, que segundo ela é a “moderna reinvenção da velha arte da memória”. Para Bruno (2007) a cartografia das emoções foi incorporada pelo cinema, pois este coloca as memórias em movimento. O filme seria, portanto, essa cartografia moderna (BRUM, 2008, p.1).

No curto artigo, Brum (2008) se dedica a explorar a trajetória conceitual feita por Bruno, cuja tese central é que a presença da arte e da arquitetura – em inúmeros exemplos da cinematografia – configuravam as primeiras formas de percepção do espaço pelo cinema. O fio condutor da obra de Bruno é uma novela do século XVI de Madeleine de Scudéry denominada *Carte du pays deTendre (obra de dez volumes, editada em Paris entre 1654-1660)*, que segundo a autora “[...]é ‘uma tentativa de dar uma imagem a uma paisagem interior, uma “geografia do coração, seguindo o modo da emoção”. (BRUM, 2008, p. 2).

No percurso criado por Bruno no “Atlas”, os lugares “são apresentados duplamente como físicos e emocionais”, já que as coisas acontecem nos espaços liberando emoções, sedimentando recordações, encontrando uma constante reconhecível no curso do tempo, na arte, na fotografia, na arquitetura, e no cinema

[...] Ao encontrar-se com o mapa, as reflexões da arquiteta sobre as modalidades artísticas contemporâneas alinharam-se como os elementos de lembranças que comporiam a partir daí a proposta do livro, ou seja, sua “geografia da emoção. (BRUM, 2008, p.3).

No posfácio de Geografias Pós-modernas, Soja faz uma provocação digna de atenção, quando menciona que tem a “[...] intenção de alterar as modalidades familiares de tempo, de sacudir o fluxo normal do texto linear, para permitir que outras conexões, mais ‘laterais sejam estabelecidas’ ”. (SOJA, 1993, p.7). Segundo o autor, esse movimento é desejável para operar um deslocamento teórico no qual a espacialidade ganha maior importância do que a história na pós-modernidade. Soja defende enfaticamente que esse movimento é:

[...] uma reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e na análise sociais contemporâneas. [...] Compreender como a história é feita constitui a fonte primordial de discernimento e consciência política prática, o grande continente mutável de uma interpretação crítica da vida e da prática sociais. Hoje, porém, talvez seja mais o espaço do que o tempo que oculta de nós as consequências, mais “a construção” da geografia do que a “construção” da história que proporciona o mundo tático e teórico mais revelador. São essas a premissa e a promessa das geografias pós-modernas. (SOJA, 1993, p. 7)

Mesmo convencido da importância da espacialidade na análise da realidade pós-moderna, Soja (1993) ressalta as dificuldades de se libertar de uma espécie de prisão temporal da linguagem e se alcançar uma geografia humana interpretativa, que considere a nuance interpretativa espacial. Seemann (2003) recorre a Halbwachs, quando este diz que “o espaço é uma realidade dura”, para pensar formas de se espacializar a memória:

Para recuperar o nosso passado, precisamos ver o “meio material” que nos cerca e onde a memória se conserva. O espaço, ou melhor, “nosso espaço” é aquele que “ocupamos, por onde passamos, ao qual temos acesso e que fixa as nossas construções e pensamentos do passado para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS *apud* Seemann, 2003, p. 45)

Bachelard (1978) se aproxima um pouco da visão proposta por Seemann (2003), quando fala da distinção feita por Merleau-Ponty entre o espaço geométrico e o espaço antropológico, que destacava o caráter existencial do primeiro em relação à singularidade do segundo, pois o espaço antropológico pressupõe também uma experiência que é resultante da nossa interação com e no mundo. Essa experiência nos localiza, nos situa no mundo e gera quantos espaços forem necessários para enraizá-las no espaço geométrico, não as reduzindo, entretanto, a este.

Portanto, a construção que denominamos “cartografias afetivas” se constitui em uma ferramenta privilegiada para mapear e conectar emoções e memórias e contextualizá-las espacialmente. Mapas são também representações que possibilitam

uma visão em camadas e que permitem acessar outras dimensões de análise, que a dimensão única da escrita não consegue capturar.

3. CASA: UM SENTIDO

*“O importante não é a casa onde moramos,
mas onde, em nós, a casa mora”.*
(COUTO, 2003)

Na introdução de um texto já clássico da antropologia brasileira, “A Casa e a Rua”, DaMatta apresenta a ideia do livro como uma construção, e logo no início diz: “Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão”. (DAMATTA, 1997, p. 5.)

Ele trata casa e rua como categorias sociológicas, como as definem Durkheim e Mauss: conceitos amplos que procuram captar a sociedade como um conjunto de ideias, crenças e valores, que orientam ações e criam um sistema classificatório, uma tradução de como a sociedade vive e se realiza concretamente. Buscamos nesta reflexão, um outro sentido de casa, cuja visibilidade se esconde atrás da obviedade do que pode ser descrito. É essa casa, na sua inconcretude, que nos interessa. Matéria construída de sonhos, desejos e sensações que nos transporta no tempo, desconhecendo seus limites e faz do passado, presente. Usa como argamassa sentimentos que erguem espaços interiores. Constrói, enfim, um sentido de lugar no mundo.

Não adotamos a mesma conexão conceitual, mais geral, que orienta a obra de DaMatta (1997), na qual casa e rua são construções cúmplices e complementares por meio das quais é possível perceber uma relação de oposição entre o privado e o público, que se configura em uma leitura possível da sociedade brasileira. Dirigimos nossa atenção para outra questão, também presente em sua obra, que trata dessa oposição a partir da dimensão emocional.

Leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa. São discursos arrematadores de processos e situações. Sua intensidade é emocional. Aqui, a emoção é englobadora, confundindo-se com o espaço social que está de acordo com ela. [...] Leituras pelo ângulo da rua são discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais. (DAMATTA, 1997, p. 11)

Nesta abordagem a casa é o lugar do cuidado, da proteção, do descanso, do relaxamento, dos sonhos e, ao mesmo tempo, seu oposto, o lugar dos desentendimentos e incompreensões eternas, dos dilaceramentos emocionais mais graves, dos entraves afetivos sem solução. Mas todo esse universo emocional caseiro e familiar que habita a casa, positivo e negativo, possui barreiras bem constituídas, não ultrapassa jamais, esse terreno sacralizado do lar, os muros do quintal e o portão da casa. A casa é assim, o lugar que guarda as bases mais leais do parentesco, cria laços intransponíveis e é o núcleo espacial onde a família cultiva suas raízes.

A rua é seu contrário, mesmo que ela seja um simulacro do ambiente da casa, uma tradução fantasmagórica dos cômodos sob viadutos. A casa na rua é ainda a casa onde o morador nos apresenta os vários ambientes e funções contidas num pedaço de terra batido, coberto por uma lona, que tem a sala, o quarto e a cozinha muito bem delineados. A casa na rua é uma espécie de transposição imaginária, que ainda guarda um resto de humanidade banida do cotidiano duro e impenetrável das ruas, borrando os limites entre público e privado, entre o íntimo e o devassado, entre o sonho e a realidade, entre o familiar e o outro.

DaMatta (1997), ressalta nessa oposição, que na rua, somos todos anônimos ou “subcidadãos”. Nesse sentido, ele trata a rua como a antítese da casa, o lugar da falta de cuidado, da exposição, da violência, da falta do asseio e do esmero que temos em casa.

Mas antes de chegarmos à porta de saída, nos voltamos para o interior da casa, com o intuito de adentrar no sentido mais profundo do qual ela se reveste, não só a casa brasileira com todas as suas implicações e heranças históricas – da qual nos fala Gilberto Freyre quando analisa a Casa Grande e a Senzala como lugares de poder e subjugação – mas a casa em seu sentido mais primordial, na sua gênese.

3.1 Casa: habitação do espaço interior

Norberg-Schulz desenvolve o conceito de espaço existencial como “[...]um sistema relativamente estável de esquemas perceptíveis ou “imagens” do ambiente circundante”¹⁸. Seu ponto de partida é a teoria de Piaget sobre a percepção de um mundo estruturado, que segundo ele, se dá de forma gradual e abarca

¹⁸ Tradução da autora: “[...] un sistema relativamente estable de esquemas perceptivos o “imágenes” del ambiente circundante” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 19).

necessariamente o desenvolvimento de uma série de noções espaciais, desde a infância. (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 19).

Para o autor, Piaget busca compreender como se dá o processo de percepção, que segundo ele, é caracterizado por uma operação de conservação, que tem duas etapas: na primeira a criança reconhece o mundo como um sistema de coisas similares, na seguinte, as conecta com determinados lugares, as situando assim, no espaço mais amplo. Esse espaço não depende do indivíduo para existir, ele se sobrepõe a ele e o engloba como parte de um todo. Para Piaget o espaço é: “[...] o resultado, o produto de uma interação entre o organismo e o ambiente que o circunda, no qual é impossível dissociar a organização do universo percebido da própria atividade¹⁹”. (PIAGET *apud.* NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 20)

Entretanto o autor não se satisfaz com a conclusão de Piaget, de que o espaço é parte da estruturação da existência. Para Norberg-Schulz, falta compreender como essa estrutura funciona e, para tanto, aponta dois caminhos: um abstrato – que é este estudado por Piaget, cujo foco está no modo como a percepção do espaço se forma; e outro, concreto, que se refere a caracterização dos elementos circundantes, sejam eles paisagens, ambientes (rural e urbano) ou elementos físicos como casas, prédios e vias. Ambos os aspectos – abstrato e concreto – estão contidos na teoria do espaço existencial.

A partir da psicologia da Gestalt de Piaget, Norberg-Schulz elabora um esquema topológico que permitirá reconhecer elementos básicos do espaço existencial, que têm como referência as teorias de Heidegger (1954), Frey (1969), Schwarz (1958), Bollnow (1963) e Lynch (2002). Assim, os elementos basilares do espaço existencial são: centro e lugar; direção e caminho; área e região e a combinação desses “esquemas básicos de orientação”, que ele denomina como “interação elemental”, momento no qual, segundo ele, “[...] o espaço se converte em uma dimensão real da existência humana”²⁰. (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 29)

Completam a teoria do espaço existencial, os níveis nos quais ele ocorre de forma mais extensiva, uma hierarquia que parte da geografia e passa pelas paisagens (rurais, campestres e urbanas), pelas casas, até chegar no nível daquilo que pode ser

¹⁹ Tradução da autora: “[...] *por consiguiente, el producto de una interacción entre el organismo y el ambiente que lo rodea en que es imposible dissociar la organización del universo percibido de la actividad misma.*” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 20)

²⁰ Tradução da autora: “[...] *el espacio se convierte en una dimensión real de la existencia humana*” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 29)

alcançado com as mãos, as coisas ou os objetos de uso. Teoria esta, que se aproxima da forma de apreensão da vida cotidiana descrita por Berger & Luckmann:

A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes da minha entrada em cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos, desde os abridores de latas até os automóveis de esporte, que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas de meu clube de xadrez até os Estados Unidos, que são também ordenadas por meio da linguagem. (BERGER & LUCKMANN, 1985, p.38)

É importante destacar no trecho acima, a importância dada à linguagem na teoria de Berger & Luckmann. Isto porque ela é a conexão necessária à percepção e à apropriação de uma realidade comum e compartilhada da vida cotidiana. É na comunicação que o mundo da vida cotidiana ganha concretude e se diferencia do mundo particular ou “o mundo dos sonhos” que habita a existência subjetiva. Fazer parte da vida social e cotidiana, é, sobretudo, uma operação de comunicação e de compreensão compartilhada de sentidos.

De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. Sei que minha atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objetivações graças às quais o mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do “aqui e agora” de seu estar nele e têm projetos de trabalho nele. (BERGER & LUCKMANN 1985, p.38)

A linguagem também é um ponto nevrálgico no pensamento de Heidegger (1954) sobre o construir e o habitar, na medida em que ela é o lugar poético onde se abriga a essência do habitar. A linguagem ajuda a constituir o ser e o pensar. Mas para o autor, o próprio habitar é ser. Assim a linguagem torna-se a pedra que funda, que estrutura a casa enquanto lugar a partir do qual olhamos o mundo e de onde pensamos tudo que nos circunda.

Fuão (2015) – que interpreta o texto de Heidegger (1954) e reescreve o título da obra “Construir, Habitar, Pensar” como “Construir, Morar, Pensar” – reafirma a relação entre a linguagem, o lugar e a casa como fundadores do nosso pensar, do nosso lugar no mundo:

[...] esse morar funda o ser, somos o que somos graças à morada, a moradia, pensamos o que pensamos também através da casa, do lugar, a casa

domestica e conforma também nosso pensar. Essa reescrita do texto enfatizará a dimensão do lugar e da casa como determinantes do pensar e do construir o mundo. (FUÃO, 2015, p. 3)

Lima (2007) também chama atenção para a possibilidade de analisar o sentido de habitar a partir da linguística. Para o autor, nas línguas latinas, o vocábulo habitar se aproxima do vocábulo hábito:

Ainda que esta relação não seja necessariamente direta, uma vez que habitar, em português, tenha se originado do termo latino habitare, e hábito, por sua vez, tem como matriz formadora a palavra latina habitus. O termo habitare significa "morar, povoar, residir", ou, em uma única palavra: "habitar". Já o termo latino habitus indica, na sua acepção originária, condição, estado (de uma coisa), circunstâncias, estado (do corpo), ou, em poucas palavras: "maneira de ser", isto é, o conjunto de qualidades ou atributos que formam e definem um ser (6). Como se pode observar, não há nenhuma ligação originária entre habitar e hábito que nos permita inferir que do ato de habitar criaram-se hábitos. No entanto, se retornamos à frase com a qual abrimos este ensaio, veremos que há uma insuspeita ligação [...] Queremos insistir no peso dado pelo arquiteto americano ao "existir de uma certa maneira", isto é, ao sentido mais propriamente latino da palavra hábito. Quando "se é de uma certa maneira" — isto é, habitus — uma série de atos ligados, necessariamente, à existência são repetidos no cotidiano, ganhando, assim, a dimensão de hábitos. (LIMA, 2007, p. 2)

De volta ao esquema elaborado por Norberg-Schulz(1975), interessa, sobretudo, desvendar o sentido da casa como um dos componentes da relação do sujeito com o espaço, ou nos termos do autor, a compreensão do nível da casa, que é o nível mais amplamente relacionado aos movimentos e ações corporais, assim como das demandas territoriais. As casas são os espaços privados que estão contidos no nível urbano, que remetem a um sentido interior:

A casa realmente nos leva a um interior e representa a necessidade de estar situados. Mas também existem casas com um caráter público. Isto significa que persistem nelas parte do nível urbano, o que o reino público é reconhecido como uma extensão do mundo privado, de maneira em que o homem pode dizer que 'reside' nos edifícios públicos como na sua própria casa. Em outras palavras o conceito de lugar pode ter uma margem de variação.²¹ (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 38)

O conceito de lugar e a própria noção de público e privado encontra significados e conformações diferentes ao longo da história e em sociedades distintas, de acordo

²¹ Tradução livre da autora do trecho: "Los espacios privados que encontramos dentro del nivel urbano común son las 'casas' em el sentido más completo de la palabra. La casa realmente nos lleva a un interior y representa la necesidad de estar situados. Pero también hay casas con carácter público. Esto significa que persiste en ellas parte del nivel urbano, o que el reino público é reconocido como una extensión del mundo privado, de manera que el hombre puede decir que 'reside' em los edificios públicos igual que em su propia casa". NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 38)

com a importância cultural que se dá ao núcleo familiar e como ele se relaciona, se comunica ou se deixa permeiar pela vida pública.

Vejamos um exemplo. Rybczynski (1996) se dedica a descobrir o significado do conforto e utiliza a casa como objeto da sua análise, que busca, ao final, definir e desvendar alguns dos componentes do conceito de lar. Em sua investigação, o autor percorre um longo período da história à procura de elementos que ofereçam à análise, características associadas ao conceito de lar, tais como: intimidade, privacidade, comodidade, bem-estar e conforto.

Rybczynski analisa a gravura *St. Jerome in His Study*, de Albrecht Durer (Imagem 1) e a partir dela descreve o cenário de trabalho de um cômodo, seu mobiliário e seus objetos, em busca da intimidade e da privacidade, ou melhor, do atrelamento dessas qualidades àquela casa do início do século XVI ali retratada. Naquela época, segundo ele:

As casas eram cheias de gente, muito mais do que hoje em dia, e não se conhecia a privacidade. Além disso, os cômodos não tinham funções específicas; ao meio dia, o atril era retirado e as pessoas sentavam-se à mesa e faziam a refeição. No final da tarde, a mesa era desmontada e o banco longo virava um sofá. À noite, o que era sala de estar virava quarto de dormir. Não se vê nenhuma cama nesta gravura especificamente, mas em outras versões, Durer apresentou o erudito escrevendo sobre um pequeno peitoril, usando sua cama como assento. (RYBCZYNSKI, 1996, p.32).

O autor alerta que essa descrição não pode ser tomada como um padrão para o período, porque a maioria da população na Idade Média era pobre, senão miserável, e morava muito mal e em tais condições seria mais apropriado falar em sobrevivência, pois a noção de conforto/desconforto era desconhecida. O cenário no qual essas famílias habitavam não tinha objetos e móveis.

Eram pequenos espaços, geralmente um cômodo, que serviam apenas como abrigo para pernoitar. A descrição do autor se afasta drasticamente da ideia de lar e retrata uma triste realidade: da família fragmentada por um cotidiano voltado exclusivamente para o trabalho, desde muito cedo. Nessas casas:

Só havia espaço para as crianças pequenas – as mais velhas eram separadas dos seus pais e iam trabalhar como aprendizes ou criados. A consequência dessas privações, segundo alguns historiadores, é que os conceitos de 'lar' ou 'família' não existiam para estas almas sofridas. (RYBCZYNSKI, 1996, p.32).

Imagem 1 - Gravura “St. Jerome in His Study”, de Albrecht Durer²²,



Fonte: Metropolitan Museum of Art.

Mas não é propriamente a falta de conforto a característica mais marcante das habitações no medievo, e sim, o aperto, o excesso de gente que nelas se aglomerava. Era nas casas que a vida social acontecia. Nelas, público e privado se fundiam. Elas eram também a sede dos negócios, de moradia e trabalho da criadagem, dos fazeres manuais extensos e infinitos do dia a dia, do aprendizado, do lazer, da hospedagem e das festas. Nelas, não se conhecia a privacidade. Como não havia uma divisão interna dos cômodos, todas as atividades ali eram compartilhadas, até mesmo as camas, eram comunitárias, o que explica o seu tamanho²³.

A higiene e os hábitos domésticos, amplamente descritos na obra clássica de Norbert Elias (1994), também denunciavam como os espaços que abrigavam todas essas atividades, poderiam fornecer informações para imaginar o cotidiano desse

²² A obra pertence atualmente ao acervo do *Metropolitan Museum of Art*, em Nova Iorque. Domínio Público. Disponível em: <http://www.metmuseum.org/art/collection/search/336229>

²³ Segundo o autor camas de três metros por três eram bastante comuns nas casas desse segmento social.

período. Descrição semelhante faz Zabalbeascoa (2013), que chama a atenção para a questão da própria terminologia utilizada para a definição do cômodo único, que conformava o espaço da casa na Idade Média:

Durante séculos as salas de estar, as salas de jantar e até os dormitórios da maioria das casas eram o mesmo cômodo: um espaço praticamente sem janelas para evitar a perda de calor, já que o vidro só começou a ser utilizado no final da Idade Média, quando passou das igrejas aos palácios e depois às casas mais humildes. [...] A alcova, sala ou salão aparecem não apenas misturados num mesmo espaço físico, mas também se confundem terminologicamente em sua definição medieval. Do século XI até o XV, o mobiliário e as armas informavam sobre o caráter aristocrático da moradia, embora as instalações e o aspecto dos cômodos fossem muito rústicos. A sala de estar era a própria casa. Até a difusão do uso das lareiras, os tetos das choças eram perfurados para que a fumaça atravessasse a palha, as tábuas de madeira, e, caso houvesse, o sótão ou o celeiro. (ZABALBEASCOA, 2013, p. 53)

Risério (2015) ao se dedicar à análise do domínio do masculino sobre o fazer arquitetônico – que num processo histórico secular, manteve a mulher à frente das tarefas domésticas e deixou a cidade como um espaço masculino por excelência – critica uma visão homogênea que possa ser traduzida por uma única definição da cidade medieval, assim como das casas desse período. Segundo ele, o termo ‘cidade medieval’ é uma espécie de clichê, que reduz um extenso e multifacetado fenômeno da história urbana europeia a partir dos séculos XI e XII, à uma imagem que pode ser descrita como: “[...] um pitoresco e pictórico *cluster* de casas no topo de uma colina, agarrando-se a uma igreja ou em volta de uma torre senhorial, ao longo de ruas curvas e graciosas” (RISÉRIO, 2015, p. 68).

Esse desenho, segundo Risério (que se inspira em Spiro Kostof) não é capaz de exprimir a heterogeneidade do renascimento urbano norte-europeu, que gerou não só uma morfologia, como também condições locais e regionais, políticas, econômicas e culturais muito distintas, que não podem ser abarcadas por uma única definição de “cidade medieval”. Portanto, não podemos falar também de uma única definição da “casa medieval” que possui desenhos diversos.

Basta comparar as edificações erguidas na nova cidade de *Montpazier* (França), fundada em 1285, com as da Florença, do *Palazzo Vecchio*. Ou com as casas de *Siena* (altas, com cinco ou seis andares), da Lisboa islamizada, do porto de *Bruges* ou da velha *Nuremberg*, estas sempre representadas em livros de arquitetura, pela bela casa de esquina que pertenceu a Durer. Mas algumas observações gerais podem ser feitas. Para isso, deixemos de lado os aristocratas e seus castelos fortificados, os religiosos e seus monastérios, os pobres e seus diversos arranjos de dormir (não raro, ao relento, que o pobre, na Idade Média, era, muitas vezes, um sem-teto). Em nenhum desses

casos é possível falar de casa. Um castelo era um misto de palácio, instituição burocrática e quartel. Um monastério era mescla de igreja, estabelecimento protouniversitário, hospital e albergue. Pobres, por sua vez, se ajeitavam em qualquer canto. [...] De qualquer modo, a casa, como tal, parece existir somente para um segmento da sociedade, cuja renda era variável (havia desde burgueses riquíssimos a burgueses apenas remediados), mas podemos tratar, com as ressalvas de praxe, como um extrato predominantemente intermediário da população, composto basicamente por comerciantes, artesãos, entre os quais se encaixariam nossos atuais engenheiros, arquitetos, pintores, escultores e *designers*. (RISÉRIO, 2015, P. 69)

No entanto, Risério (2015) compartilha a premissa de Rybczynski (1996), de que a casa não era sinônimo de intimidade e privacidade, sequer de conforto, nesse período. A conformação das casas nas cidades se assemelhava a um amontoado demográfico e construtivo. Os terrenos centrais, próximos aos mercados e ao comércio eram raros e caros e isso gerava uma proximidade inconveniente das casas. A função das casas era repartida: trabalho e moradia se acotovelavam em espaços ínfimos e pouco definidos. Não são raros os exemplos das casas de dois andares, que tinham o comércio situado no térreo e a moradia no andar superior, reservando os fundos do terreno ou da construção para depósito e armazenagem. A função da construção esgarçava os limites das suas múltiplas facetas.

A compreensão dos hábitos cotidianos nos interessa, não como um mero exercício de erudição ou como um curioso passeio nos costumes de outras épocas, mas porque oferece pistas para entender como estas pessoas pensavam e como a organização e o uso dos espaços e objetos refletem as mentalidades de cada época. Segundo Rybczynski (1996), o conturbado mundo medieval, pode ser melhor descrito como um pêndulo que oscilava entre a devoção e fé profunda e a bestialidade de execuções públicas, onde conviviam dois níveis de civilização, contraste este que podia também ser percebido nas casas, onde refinadas tapeçarias e o uso de trajes extremamente ornamentados, exuberantes e incômodos, conviviam lado a lado com ambientes insalubres, mal ventilados, com iluminação precária e que não ofereciam, portanto, nenhuma sensação de intimidade.

A explicação para esta dicotomia não é a falta de tecnologia ou de criatividade para melhorar esses ambientes, mas sobretudo, a mentalidade do período medieval. No medievo a função dos objetos não estava necessariamente atrelada à sua utilidade, como na mentalidade contemporânea, que além de fazer esta distinção, confere a eles outros atributos, como estética e estilo.

Talvez porque nosso repertório de objetos tenha se ampliado tão significativamente no último século, que devido a sua banalização e disponibilidade quase sufocante, não percebemos mais alguns de seus atributos. A Idade Média, entretanto, apresentava uma realidade bem distinta da atual:

[...] cada objeto tinha um significado e um lugar na vida que era tão parte da sua função como a sua utilidade imediata, e estes dois aspectos eram inseparáveis. Como não havia algo como “função pura”, era difícil para a mente medieval pensar em melhorias funcionais; isto significaria perverter a própria realidade. (RYBCZYNSKI, 1996, p.47).

O autor alerta numa pequena nota, para o fato das casas e objetos na Idade Média serem personificados, terem nomes, valor emocional, mais do que valor econômico, quadro que mudou radicalmente no período que sucedeu a Revolução Industrial.

Rybczynski (1996, p.47) observa que a questão da evolução do conceito de conforto doméstico se desenvolveu a partir da emergência do mundo interno do indivíduo, uma nova consciência que destacava o indivíduo da multidão, tanto quanto a família do espaço que a abrigava. Só assim foi possível, identificar, “[...] a casa como um ambiente para o aparecimento da vida interior.” Ele relaciona o vazio da casa – desprovida de mobiliário – ao vazio da mente, ou melhor, ao mobiliário interno da mente. Este cenário só se alterou no final da Idade Média, quando o sentido de domesticidade começa a ganhar importância, sendo lentamente incorporado e relacionado às melhorias construtivas.

Outro fator que colaborou para a constituição do sentido de domesticidade foi a gradual separação entre o local de trabalho e o local de moradia, apesar da configuração do comércio na parte inferior e a moradia no andar superior ainda predominar por muitos séculos, desde a Idade Média. Para Rybczynski (1996) na medida em que a separação dos espaços do trabalho e da moradia se tornou mais comum, a casa reivindicou a privacidade para si e, concomitantemente, a noção de intimidade se amalgamou à vida familiar. Não a intimidade dos cômodos como hoje a conhecemos – de espaços reservados ao uso de uma só pessoa ou poucas pessoas – mas um sentido de intimidade que passou a representar o lugar exclusivo da família, apartando a vida pública da vida privada. (RYBCZYNSKI, 1996, p.48)

Botton (2009) pergunta por que os objetos e os edifícios que nos rodeiam podem expressar ou falar de algumas qualidades que desejamos? Por que os arquitetos e engenheiros deveriam se dar ao trabalho de projetar ou se preocupar em

nos oferecer espaços que nos transmitam sentimentos? Por que somos tão vulneráveis ao que nos dizem os espaços que nos acolhem? Segundo o autor:

De forma indireta, contamos que o que nos rodeia encarne os estados de espírito e as ideias que respeitamos e que, depois, nos recordem. Esperamos que os nossos edifícios nos apoiem, como uma espécie de molde psicológico, numa visão salutar de nós próprios. Colocamos à nossa volta formas materiais que nos comunicam aquilo de que interiormente necessitamos – correndo o risco constante de esquecermos que necessitamos. Recorremos ao papel de parede, aos bancos, aos quadros e às ruas para estancar o desaparecimento do nosso verdadeiro Eu. (BOTTON, 2009, p. 117)

No entanto, como alcançar a distinção do lugar que chamamos de “lar”? Lar não é apenas o lugar que nos protege frequentemente e onde guardamos os nossos pertences e lembranças. Segundo Botton (2009), quando um edifício é alçado à categoria de lar é porque ele opera uma transmutação que lhe confere uma conexão mais profunda, aquela na qual é possível “[...] reconhecer simplesmente a sua harmonia com a melodia interior a que damos preferência”. Assim, para o autor, lar é o refúgio dos nossos estados de espírito, do estado mais puro do nosso Eu. Resta saber agora, como esta operação se dá. (BOTTON, 2009, p. 117)

3.2 Morar: uma experiência sensível

Em um trecho poético do seu livro dedicado à arquitetura da felicidade, Botton faz a seguinte descrição:

A casa foi-se tornando uma testemunha informada. Foi parceira das primeiras seduções, assistiu à realização de trabalhos de casa, observou bebês de cueiros acabados de chegar do hospital e foi surpreendida no meio da noite por longas conversas murmuradas na cozinha. Viveu noites de Inverno em que as suas janelas estavam tão frias como pacotes de ervilhas congeladas e crepúsculos em pleno Verão em que as suas paredes conservavam o mesmo calor que o pão acabado de cozer. Ofereceu refúgio não só físico, mas também psicológico. Foi guardião de identidade. Ao longo dos anos, os seus proprietários regressaram de períodos em que estiveram fora, e, ao olharem à sua volta, recordaram o que eram. (BOTTON, 2009, p. 11)

Logo na introdução, o autor deixa entrever o sentido fluido e ao mesmo tempo essencial que atribui à casa: um espaço ao qual a identidade está fortemente atrelada, um espaço íntimo e cúmplice, no qual a experiência deixa um rastro da sua existência.

Fuão (2016) na interpretação do texto de Heidegger – quando pensa a distinção entre habitar e morar – coloca lado a lado, morar e viver e faz a mesma pergunta feita por Botton (2009): o que os lugares nos falam? Segundo ele, em português é mais

comum, dizer morar do que habitar. Geralmente perguntamos: onde você mora, ao invés de dizer, onde você vive. Nesse sentido, o nosso morar é similar ao que somos. Nos apresenta ao outro. É de certa forma, uma bússola que ajuda os outros a nos localizarem (e a si mesmos) socialmente. Segundo o autor, ao opor a concepção de espaço cartesiano, medido, distribuído, planejado, ao espaço habitado, existencial e fenomenológico do qual toma partido, Heidegger aponta para:

[...] um sentido de lugar e de interioridade determinado também pela memória, pelos questionamentos existenciais do ser, que o levam a essência desse ser 'aqui e agora' (*Dasein*), também de uma indissociabilidade dos pés no chão. (FUÃO, F. 2016, p. 6)

Para além do sentido comum de construir, habitar e pensar – que a língua alemã permite conectar mais facilmente ao ser/estar expressos por um mesmo verbo – Fuão (2016) chama atenção para o alargamento desse sentido de construir na obra de Heidegger (1954), que não consiste apenas em produzir algo, uma habitação, mas também em cultivar, cuidar e proteger. Construir é, assim como a linguagem, uma das formas mais visíveis e perceptíveis de expressão de uma sociedade. Construir e morar são também formas específicas de domesticar a natureza, são modos específicos de viver. E é esse processo de domesticação que afasta o sentido de construir do sentido primeiro de habitar:

Mas não há um modo único de morar, viver nesse mundo, cada cultura mantém uma relação direta com a natureza e com o mundo através de seu modo de morar, viver. E esse modo é o que nos define hoje como domesticados, civilizados. Uma vez submetidos à tirania das regras do morar, da tirania da linguagem e das técnicas construtivas; somado ainda a domesticação da visão, e a domesticação tecnológica, resta-nos muito pouco para sair dessa condição. Para Heidegger essa tecnologia é um modo de ver “enquadrando”, uma natureza enquadrada como uma panorâmica de uma paisagem ou uma fotografia. A tecnologia é a grande máquina do enquadramento, do desespero, do desamparo e da desesperança. Heidegger, já descrente da tecnologia, de alguma maneira já havia percebido esse processo de doma exercido pela linguagem com relação ao habitar e com a arquitetura, e também desse processo errático de afastamento de uma busca do sentido do que seja hoje habitar, morar não só pela tecnologia, mas também pelo hábito da linguagem. (FUÃO, 2016, p. 9)

Vê-se, portanto, que a tecnologia para Heidegger é um fator de domesticação, de castração e de rompimento da relação natural entre construir e morar. Para o autor, a tecnologia cria uma espécie de artificialidade na relação do homem com o construir/morar. Afastamento concomitante ao ocorrido na linguagem, ela também, domada, apartada do seu sentido original.

Ricoeur (2008) parte da “fenomenologia do lugar” de Edward S. Casey e coloca lado a lado espacialidade e temporalidade para refletir sobre o espaço habitado, que na visão dele não é apenas o lugar estático e sedentário da casa, mas também os lugares explorados e visitados por viajantes ou turistas. Para ele “[...] lugar é ali onde meu corpo está”, ou seja, é ao mesmo tempo localização – um ponto fixo e detectável num mapa – e deslocamento, um corpo que se encontra em movimento. Portanto, para ambas as situações (localização e deslocamento) o sentido de lugar é sempre dado tendo como referência o corpo como sede das experiências vividas, pois para o autor, o corpo “é o aqui absoluto”. (RICOEUR, 2008, p. 157-158)

A partir do corpo como ponto primordial são definidas outras referências, que segundo Ricoeur (2008), vêm sempre em pares: perto/longe, abaixo/acima, à esquerda/à direita, à frente/atrás. A essas referências são somadas posturas corporais (sentado, deitado, em pé), que por sua vez estão relacionadas a valorações: o homem sentado espera, o homem deitado está doente, o homem em pé é ativo e atuante. Segundo o autor, é possível compreender o ato de habitar nessas alternâncias entre o mover-se, o deslocar-se e o fixar-se.

Assim como em Heidegger (1954), para Ricoeur o ato de habitar está entrelaçado ao ato de construir:

Ora, o ato de habitar não se estabelece senão pelo ato de construir. Portanto, é a arquitetura que traz à luz a notável composição que formam em conjunto o espaço geométrico e o espaço desdobrado da questão corpórea. A correlação entre habitar e construir produz-se assim num terceiro espaço – se quisermos adotar um conceito paralelo ao de terceiro tempo, que proponho para o tempo da história, em que as localizações espaciais corresponderiam às datas do calendário. Esse terceiro espaço pode ser interpretado tanto como um quadriculado geométrico do espaço vivido, aquele dos “locais”, quanto uma superposição de “locais” sobre a grade das localidades quaisquer. (RICOEUR, 2008, p. 158)

Merleau-Ponty utiliza o conceito de “frequentação” quando analisa a função do corpo no processo de afetação mútua tempo-espaço. Segundo ele, os movimentos acontecem num determinado fundo, que por sua vez, é determinado pelo próprio movimento:

Executamos nossos movimentos em um espaço que não é ‘vazio’ e sem relação com eles, mas que, ao contrário, está em uma relação muito determinada com eles: movimento e fundo são, na verdade, apenas momentos artificialmente separados de um todo único. No gesto da mão que se levanta em direção a um objeto está incluída uma referência ao objeto não

enquanto objeto representado, mas enquanto esta coisa bem determinada em direção à qual nos projetamos, perto da qual estamos por antecipação, que nós frequentamos. A consciência é o ser para a coisa por intermédio do corpo. (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 192-193)

Para Merleau-Ponty só podemos falar da existência do corpo no agora, ele nunca é tomado no passado, pois o que ele era na infância, agora, é apenas recordação daquela estrutura corporal que tivemos. Em alguma medida, ele se aproxima de Heidegger, quando relaciona o ser ao espaço e ao tempo: “[...] não se deve dizer que nosso corpo está *no* espaço nem tampouco que ele está *no* tempo. Ele habita o espaço e o tempo”. (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 193)

Lima (2007) também parte do pressuposto de que habitar é um ato presente, na medida em que habitar é ocupar um determinado espaço com uma série de atos e fazeres cotidianos. Assim, para o autor o “ser da arquitetura” se realiza no presente e não no passado e para tanto faz um exercício de imaginar como uma família moderna poderia habitar um *domus* romano, cujos hábitos são distintos daqueles que habitaram originalmente aquele espaço. A questão que se coloca é qual o sentido de estruturas materiais antigas que perderam a sua especificidade de uso? Qual seria então o novo sentido dessas estruturas materiais que ressurgem a cada nova escavação arqueológica? Como essas estruturas do passado se comportam no presente?

Para responder a tais questões, Lima (2007) lembra que a habitação não é um ato individual, mas também familiar, coletivo. Para o autor, mesmo que essas estruturas do passado não possuam as condições de habitabilidade, que atualmente entendemos como ideais, possuem, entretanto, a função fundamental de nos lembrar do sentido de comunidade, de uma cultura comum do passado que deu origem às formas e hábitos do presente.

Assim, se pensarmos que cidades são habitadas, que países são habitados, a dimensão coletiva do habitar se instaura como uma potência definidora. Portanto, já sabemos porque os *domi pompeanos* devem ser desenterradas das cinzas do Vesúvio: o seu ser reside em uma dimensão coletiva, que se cumpre sempre pela memória. [...] Deve-se ver nestas estruturas históricas o substrato material, de pedra, de madeira e de argila, que torna possível o ato de recordação. Neste caso, trata-se de uma concretude que torna possíveis as abstrações da memória. (Lima, 2007, s/p.)

Portanto, podemos concluir que essa base material a partir da qual as diversas sociedades se desenvolveram, e, que é ao mesmo tempo produto dessa existência, é um componente fundamental da constituição da nossa identidade (individual e coletiva). Essa base material, da qual a arquitetura faz parte, assim como outros

conjuntos de saberes, é resultado de uma articulação específica do tempo e do espaço capaz de gerar significados compartilhados que dão sentido à nossa memória e ao nosso ser no mundo.

3.3. Tempo de habitar: habitar no tempo

Pallasma (2017) afirma que o ato de habitar está na gênese do fazer arquitetônico, que opera suas duas dimensões – tempo e espaço – transformando espaços sem sentido em lugares portadores de significado: em domicílios. Esta operação se dá na medida em que o indivíduo estabelece vínculos profundos entre o ser e o lugar onde habita, e, assim, o lugar passa a ser um elemento fundamental na constituição da identidade, porque é a partir do lugar que nos organizamos e atribuímos sentido ao mundo.

Além do ato de habitar, Pallasma (2017) associa a origem da arquitetura ao ato de celebrar, sendo o primeiro uma forma de definir o domicílio e o segundo – celebrar – está relacionado à veneração, à sociabilidade e ao que é compartilhado, comum. Segundo o autor: “Essa segunda origem da arquitetura dá lugar às instituições religiosas, culturais, sociais e mitológicas”. (PALLASMA, 2017, p. 8).

Botton (2009) chama a atenção para o papel das religiões na conexão entre o ambiente e a identidade, e, neste contexto, os lugares religiosos, apesar de não se constituírem em moradias, reforçam a necessidade de termos um lar. Para o autor, o cerne da arquitetura religiosa pressupõe que o lugar onde estamos pode determinar aquilo que acreditamos. Isso ocorre porque os edifícios são capazes de reafirmar tais crenças, na medida em que são a materialização de algumas das nossas aspirações, e, assim, nos aproximam do divino.

Para além da relação de domínio e ordenação do espaço, aparentemente mais natural, que a arquitetura possui, nos interessa esclarecer como ela se propõe a domesticar, também, o tempo. Segundo Pallasma (2017) a arquitetura faz com que a noção de tempo se aproxime da escala humana, torna o tempo mais acessível, mais palpável:

As cidades e as edificações antigas são confortáveis e estimulantes, pois nos situam no contínuo temporal. São museus benevolentes do tempo, que registram, armazenam e mostram traços temporais diferentes de nossa atual

noção de tempo, nervosa, apressada e plana. Elas projetam um tempo “lento”, “consistente” e “tátil”. (PALLASMA, 2017, p.9)

Assim, ambas as dimensões da arquitetura – espaço e tempo – devem se revestir de significados específicos ou nas palavras de Pallasma (2017): “significados existenciais pré-conscientes do ato de morar”. Sem essa articulação, o ato de habitar do qual Heidegger (1954) nos fala, que coincide com o ser, não pode ser realizado. Ocorre que o tempo na pós-modernidade foi negligenciado, em detrimento da importância dada ao espaço e à forma²⁴, ou seja, podemos pressupor que na medida em que essa equação se encontra deficitária, o ato, ou melhor, o sentido de habitar não se realiza. Por trás dessa equação há uma operação de cognição, de percepção que a arquitetura deve realizar ou, pelo menos, buscar. É importante notar que Pallasma compreende a arquitetura como “[...] uma extensão funcional tanto das nossas faculdades físicas quanto mentais, e, acima de tudo, também uma extensão e externalização da memória” (PALLASMA, J. 2017, p. 113)

Nesse sentido, a aceleração do tempo na pós-modernidade, tema central na obra do geógrafo David Harvey, também perpassa a teoria de Pallasmaa (2017), que a aborda a partir da perspectiva da experiência humana do espaço, que vem sofrendo profundas mudanças. O espaço tal qual o vivenciamos na contemporaneidade está situado, portanto, numa dimensão oposta ao tempo lento e tátil ao qual o autor se refere como ideal, ou seja, o tempo relacionado à memória do vivido ou mesmo à criação de novas memórias.

A reflexão sobre o tempo feita por Pallasmaa (2007) parte de uma expressão de Paul Virilio (2015), na qual ele afirma que a velocidade é o “[...] produto mais importante das sociedades pós-industriais”. O desdobramento dessa constatação é, segundo o autor, a aniquilação tanto da noção de tempo, quanto da experiência espacial. Neste contexto, o autor reforça, portanto, que uma das grandes funções da arquitetura é fazer essa reaproximação entre experiência, arquitetura e tempo. Nas palavras dele “[...] preservar nossa experiência da continuidade da cultura e da vida. Ainda outra tarefa crucial da arte de construir é defender o silêncio e a lentidão natural do nosso mundo da experiência” (PALLASMA, J., 2017, p. 117)

Quando Lima (2007) se refere ao ato de habitar, ele não se refere apenas à casa, mas também à cidade, a uma região ou mesmo ao país – a identidade nacional.

²⁴ Sobre essa afirmação, ver o posfácio de Geografias Pós-Modernas de Soja (1993).

Esta última não corresponde necessariamente a limites geopolíticos estabelecidos, mas sobretudo, a um território que se expande a partir de uma rede de significados e sentidos tecidos e compartilhados por uma dada comunidade. A identidade pode ser então entendida como uma articulação entre significados específicos de tempo e espaço, no qual o tempo está relacionado às tradições e à memória, assim como ao presente, e, o espaço, relacionado ao ambiente e às diversas paisagens que nos circundam. Ambos, tempo e espaço estão em constante movimento:

Não é excessivo retomar a noção de que, como afirmamos, todos os elementos à nossa volta são tomados como simbólicos e os elementos da cultura, incluindo habitações e geografias, são parte dos mecanismos psíquicos. A observação do cotidiano, de realidades históricas, tradições, expectativas e prosaicos fragmentos de nossas crônicas individuais são nossa bagagem cultural e também nós mesmos, como um todo". (CARVALHO, 2007, p. 145).

Assmann (2011) investiga a potência dos locais como meios de recordação e os classifica em sete categorias distintas, a saber: locais das gerações (dentre os quais a casa), os locais sagrados e paisagens míticas, os locais da memória exemplares, os locais honoríficos, os *genius loci* ou as ruínas e invocações do espírito, as sepulturas e lápides e, por fim, os locais traumáticos.

Ela inicia sua análise pelos locais de recordação, na qual faz um paralelo de sentidos possíveis da expressão "memória dos locais", que subentende, tanto uma memória que faz recordar os locais, quanto uma memória em si, situada num local. Como a própria autora alerta, se abre a possibilidade do local ser um sujeito, porque ele é também portador de memória e de uma memória que possivelmente poderá superar a memória humana, durar por gerações:

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim, fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos. (ASSMANN, 2011, p. 318)

Para refletir sobre a natureza da relação entre memória e espaço, Assmann (2011) recorre à construção da teoria dos símbolos de Goethe²⁵, que a princípio nasce

²⁵ Conforme nota presente na obra de Assmann (2011, p.318), em uma carta enviada por Goethe a Schiller em 16 de agosto de 1797, as primeiras ideias dessa teoria foram apresentadas. A

para solucionar a dissociação do indivíduo e do mundo, do objeto e do sujeito e do ser e do significado. Assim, o símbolo seria uma categoria relativa àqueles objetos que ele denomina como felizes, ou aqueles objetos que quando observados são capazes de gerar sensibilidades que não são herdadas ou atribuídas pelos observadores, mas que são significantes em si mesmos. No entanto, estranhamente, quando Goethe exemplifica tais objetos, ele cita dois locais: o entorno da sua moradia e a casa do avô.

Essa dissociação entre sujeito e objeto parece se aproximar do pensamento de Bachelard (1978) no texto seminal sobre o espaço, no qual ele aborda a questão da fenomenologia como possibilidade de restituir a subjetividade e a transubjetividade da imagem poética:

[...] pede-se ao leitor de poemas para não tomar uma imagem como objeto, menos ainda como substituto do objeto, mas perceber-lhe a realidade específica. É preciso para isso associar sistematicamente o ato da consciência criadora ao produto mais fugaz da consciência: a imagem poética. Ao nível da imagem poética, a dualidade do sujeito e do objeto é matizada, iluminada, incessantemente ativa em suas inversões. No domínio da criação da imagem poética pelo poeta, a fenomenologia é, se assim podemos dizer, uma fenomenologia microscópica. (BACHELARD, 1978, p. 185)

Assim como Tuan (2012), Bachelard encontra no termo “topofilia²⁶” uma definição mais exata das pesquisas fenomenológicas que tratam das “imagens do espaço feliz”, que “[...] visam determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, espaços amados [...]”, ou mesmo “espaços louvados”, definições essas que se aplicam aos espaços vividos. Para o autor, esses espaços são imaginados como espaços tão íntimos e particulares, que se isolam do “jogo exterior” e concentram “[...] o ser no interior dos limites que protege”. (BACHELARD, 1978, p. 196)

Bachelard (1978) vê na casa, ou melhor, na poética da casa, a possibilidade de responder a uma série de questões psicológicas acerca da ligação do sujeito com o espaço, cujo corpo teórico pode ser definido como “topoanálise” ou como uma “topografia de nosso ser íntimo”. (BACHELARD, 1978, p.196-197).

Voltando a Assmann (2011), ela analisa os locais citados por Goethe como portadores de uma força simbólica capaz, não só de incorporar memórias pessoais,

correspondência entre os dois filósofos a que a autora se refere foi reunida na obra: *Correspondência entre Schiller e Goethe, Vol. 1, Jena, 1905, p. 415-418.*

²⁶ Tuan sintetiza o conceito de topofilia como “o amor humano pelo lugar”. (TUAN, 2012, p. 135)

como também, de alastrá-las na esfera familiar e torná-las presentes, mesmo que elas já tenham se desvanecido no tempo. Neste caso, não se tratam mais de memórias, mas sim, de recordações dissipadas que possuem uma forte ligação com o lugar, com um local específico, que perdeu sua materialidade enquanto casa, enquanto objeto. E isso só é possível porque esses locais estão repletos de amor, são lugares que possuem uma alma própria, na medida em que ganham um significado. Neste ponto, Assmann distingue locais e espaços. Considera que os espaços se tornaram uma categoria geral, neutra, apartada de significado, “dessemiotizada”, como ela define (ASSMANN, 2011, p.319)

A arquitetura em si, a obra arquitetônica por si só, não é capaz de reter memória, mas de nos fazer lembrar, reviver uma experiência passada. As edificações nos relembram o que desejamos ser, como lembra Botton:

[...] uma obra de arquitetura doméstica pode ajudar-nos, não menos do que uma mesquita ou uma capela, na celebração do nosso verdadeiro Eu. [...] Aquilo que chamamos de lar é apenas qualquer lugar que consiga por à nossa disposição, de uma forma mais consistente, as verdades importantes que um mundo mais vasto ignora ou que o nosso Eu indeciso e distraído tem dificuldade de apreender. Construimos, tal como escrevemos, para manter um registro daquilo que nos interessa”. (BOTTON, 2009, p. 135-136)

Dentre as diferentes tipologias de locais definidas por Assmann (2011) os que mais se aproximam dos locais descritos anteriormente por Goethe, Tuan(2012) e Botton (2009), são denominados por ela como “locais de gerações” ou como “locais da família”. Nelas a principal característica é a relação longa que estes possuem com a história dos seus habitantes ao longo de gerações. Relação esta que também é celebrada na literatura. Como não se lembrar da casa dos Boendía, em “Cem Anos de Solidão”, que conseguiu o prodígio de tornar imemorial um local ficcional que mescla referências tão vivas da biografia pessoal de Garcia Márquez e as transforma numa memória comum, revivida diariamente, na casa e na cidade em que ela foi escrita. Hoje são cada dia mais raros esses locais, tanto quanto é mais rarefeita e fortuita a relação que construimos com os lugares.

Esse desenraizamento dos “locais de gerações”, ocorre, segundo Assmann (2011) – que utiliza um trecho do romance de Nathaniel Hawthorne, “A Letra Escarlate” como alegoria – devido à desvalorização dos “poderes arcaicos-instintivos” subjacentes à ideais de permanência, duração e continuidade. Esses valores não coincidem mais com o ideal moderno, que se distingue daqueles associados ao

homem arcaico, ligado à terra, exposto às agruras da natureza e entregue sem defesas ao seu destino:

Quem se apropria dessa perspectiva funcional entende pouco do princípio de arraigamento, que se denunciou aqui como arcaico e instintivo. Com isso, a América moderna não apenas se separa de seu passado, mas sim, em suma, de uma consciência da tradição, típica da velha Europa, por um lado, e para os índios, por outro, cujas culturas são vinculadas aos locais e cultivam o contato com os mortos. Os espíritos dos antepassados não são móveis. A modernização, ao contrário, demanda uma consciência móvel, livre de poderes e forças ligada a lugares fixos. A força vinculativa dos locais carregados de recordações é substituída por um espaço neutro, dimensão livre da disposição humana sobre ele. (ASSMANN, A., 2011, p. 321)

Bachelard (1978) compartilha da mesma visão, mas carrega no matiz dos sentimentos ligados à casa, que não se constituem apenas no dia-a-dia, no cotidiano da casa atual, ela é um somatório de todas as casas pelas quais nós transitamos e moramos. Em cada casa habitada, relembramos a(s) casa(s) da infância e transmutamos o sentimento de acolhimento em imagens, memórias e sonhos. A casa, em suma, abriga o devaneio e ao mesmo tempo se constitui num novo devaneio. Segundo o autor, é exatamente essa propriedade que é capaz de fazer com que a casa do passado seja uma memória tão duradoura, quase indestrutível.

[...] é necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio que faz a ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta as contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “atirado ao mundo”, como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço. Uma metafísica concreta não pode deixar de lado esse fato, esse simples fato na medida em que esse fato é um valor, um grande valor ao qual voltamos nossos devaneios. O ser é imediatamente um valor. A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa. (BACHELARD, 1978, p. 201)

Nesse sentido, a casa é para Bachelard (1978) uma espécie de paraíso terrestre onde a harmonia, o acolhimento e a proteção são plenamente realizados. Em que pesem as críticas nas quais as casas fogem a essa descrição idílica e onírica – onde a casa pode estar relacionada aos lugares de trauma descritos por Assmann (2011), onde a infância não é tão poética e as imagens a serem recordadas são poucas, senão deixadas ao esquecimento – a casa é, para muitos autores, o espaço seminal no qual o indivíduo inaugura sua relação com o espaço e que assume uma

posição privilegiada na memória. Portanto, casa e memória constituem um elo indissociável. A casa é assim a materialização do lugar onde o ser se realiza e o essencial está provido. A casa é enfim o refúgio no qual se fixa um tempo passado que teima em nos deixar.

3.4 Espaço Interior e Espaço Exterior: o entorno

Muito já se debateu sobre os conceitos de espaço, território e lugar e sua utilização teórico-metodológica para subsidiar estudos e investigar objetos bem distintos. Enquanto o espaço é uma categoria mais ampla, fluida e abstrata, que possui um leque muito vasto de definições em diversos campos do conhecimento, desde a filosofia até a física, território é um conceito que tem como essência a fronteira, uma delimitação (HOLZER, 2013). O conceito de lugar, no entanto, conforma uma abordagem que permeia os campos da arquitetura, da filosofia, da psicologia, do urbanismo e da geografia, sobretudo na linha da geografia humanista.

Segundo Holzer (1999), o conceito de lugar ganhou maior destaque a partir da década de 1980, no entanto já era utilizado anteriormente no sentido locacional, as vezes se confundindo com a própria definição de geografia, na medida em que esta última era descrita como um estudo dos lugares. Fortemente vinculada à uma busca crescente da objetividade, que marcou as primeiras décadas da constituição do campo da geografia, a ampliação do conceito de lugar se deu na medida em que este superou o sentido locacional e se revestiu de mais camadas interpretativas. Um dos autores que mais contribuíram para esta revisão do sentido de lugar foi Carl Sauer, que relacionou o conceito de lugar ao conceito de paisagem cultural no qual “[...] a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”. (SAUER apud HOLZER, 1999, p.68)

O avanço na definição do conceito de lugar foi atrelá-lo a um componente eminentemente subjetivo, que foi adotado e desenvolvido por outros teóricos posteriormente. As implicações do conceito de lugar a partir da perspectiva subjetiva, sugerem uma conexão natural do homem à terra, tanto como forma de subsistência, quanto como lugar simbólico da sua origem, sua “terra natal”. Holzer (1999) cita Tuan para descrever tais características do lugar:

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a

palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto “especial”, que tem história e significado. O lugar encarna experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. (HOLZER, 1999, p. 70)

No entanto, para adquirir significado o lugar precisa do componente tempo, que lhe garante estabilidade suficiente. E para que ela ocorra, segundo Holzer (1999), é necessário que haja um momento de pausa no movimento cotidiano. Esta pausa atrela mais fortemente o lugar ao tempo, os tornando uma única unidade que funciona como “[...] um polo estruturador do espaço, o que implica no estabelecimento de uma “distância””. É a partir desse polo que são instituídas distâncias que permitem ter a sensação ou a impressão de mais perto e mais longe, tendo como referencial este ponto, que se torna assim, um lugar. (HOLZER, 1999, p. 73)

Neste sentido, a casa poderia ser definida como um lugar? Ela teria as propriedades descritas anteriormente por Holzer (1999), Sauer (1983) e Tuan (1979). Essas propriedades podem ser aplicadas às cidades contemporâneas, onde as “casas” se tornaram edifícios e são cada dia menos habitações unifamiliares e mais comunitárias? Elas ainda se mantêm como um ponto de referência num ambiente e numa paisagem em constante mudança? Como a casa passa a ser um lugar e se relaciona com seu entorno, uma vez que está circundada por um complexo sistema de construções com usos diversos, ruas, praças e outras estruturas que conformam o espaço urbano?

Em um dos capítulos de um livro do filósofo romeno Mircea Eliade (1979), sobre religiões, o autor faz um interessante percurso para relacionar casa, cidade e mundo. Ele inicia sua reflexão a partir de uma conferência proferida pelo historiador Theodore Mommsen, já bastante idoso à época, na qual ele fez uma descrição muito detalhada sobre a Atenas de Sócrates, esboçando num quadro negro um mapa mental que descrevia precisamente lugares da cidade do século quinto, por onde o filósofo transitava, demonstrando uma memória prodigiosa. Ao sair do anfiteatro, porém, Mommsen foi amparado por um assistente, que explicou aos estudantes que ainda o circundavam, que ele deveria ser guiado, uma vez que não saberia se orientar sozinho em Berlim.

Segundo Eliade (1979), esta passagem é uma metáfora perfeita para “[...] o significado existencial de viver no próprio mundo”. Isto porque, na sua análise, o autor

acredita que o mundo real de Mommsen, aquele que ele vivenciava com autonomia, que lhe trazia felicidade e no qual ele se movimentava com facilidade, correspondia ao mundo dos gregos e romanos, ao qual ele dedicou décadas de estudo. Este mundo histórico era para ele, o mundo dotado de significado, “cosmicizado” e, portanto, “sagrado” e bem distante do mundo profano que a realidade berlinense representava para ele, um mundo do qual ele se achava apartado, distante. (ELIADE, 1979, p. 24-25)

Seguindo o percurso proposto por Eliade (1979), ele faz ainda um paralelo entre o caso de Mommsen, os *Achilpas* australianos e os Bororós brasileiros. O primeiro caso, que sintetizamos aqui, narra o mito fundador do território *Alchilpa* (uma das tribos do povo Arunta), fundado como um território que foi organizado em torno de um tronco de eucalipto, utilizado por *Numbakula* (um ser divino) para subir aos céus. Esse tronco, tornado poste sagrado, funda o território *Achilpa* a partir do qual se organiza o mundo da tribo. Mesmos nômades, os *Arunta*, carregam o poste para onde quer que vão. É ele que aponta, conforme a sua inclinação, a direção a ser tomada e mesmo distantes do lugar originário, conseguem se situar no mundo, pois o mundo para eles é dado a partir do poste, que os coloca também em contato com o sagrado, o céu para onde se dirigiu *Numbakula*. O poste sagrado dos *Achilpa*, é o seu eixo fundador e estruturador do mundo. Sem ele, há o caos, o desamparo e a angústia.

Já entre os Bororós, estudados por Lévi-Strauss, a aldeia era estruturada em um círculo que era dividido por dois eixos nos sentidos norte/sul e leste/oeste, em torno da chamada “casa dos homens”. Essa estrutura organizava não só o espaço da tribo, como também a vida social e os sistemas de parentesco e casamento. Quando os missionários salesianos entraram em contato com os Bororó, quiseram reorganizar espacialmente a tribo, criando uma estrutura que enfileirava as tabas paralelamente. Essa reestruturação destruiu as referências espaciais e cosmológicas dos Bororó, que desorientados, se submeteram à lógica salesiana e foram assim catequisados. (ELIADE, 1979, p. 25-26)

A conclusão de Eliade (1979) sobre esses casos é que, sobretudo para o homem arcaico, o lugar no mundo tem um fundamento religioso, cuja cosmologia tem um caráter sobrenatural e divino que perpassa o espaço habitado. O autor relaciona o sagrado a uma experiência específica e significativa em relação ao espaço. Experiência essa que orienta, que define e que distingue o espaço sagrado dos demais, que são amorfos e que circundam o espaço sagrado. E é essa descoberta da

heterogeneidade do espaço, segundo Eliade, [...] que permite a constituição do mundo, uma vez que revela um ponto fixo, o eixo central para orientação futura. (ELIADE, 1979, p.27)

Esse simbolismo cosmológico, funda, cria um centro a partir do qual se referencia o “restante” do espaço, as direções a seguir, os caminhos que partem dele e chegam até ele, não se restringindo apenas aos lugares sagrados dos povos arcaicos. Nas cidades, tanto quanto nas casas, há sempre uma fundação, um marco, uma pedra que institui, algo que indica o início. No sentido concreto do termo a fundação é ainda aquilo que enraíza a construção, que lhe confere estabilidade, que a fixa num dado ponto, e, que por fim, a situa num dado território.

Segundo Eliade (1979) podemos encontrar diversos exemplos nos quais identificamos a casa como esse espaço sagrado a partir do qual a vida se inicia e se estrutura, mesmo na sociedade contemporânea, onde os rituais e o sagrado vêm sendo abandonados:

Exatamente como a cidade ou o santuário, a casa é santificada, total ou parcialmente, por um simbolismo cosmológico ou ritual. Essa é a razão pela qual o fato de estabelecer-se em um lugar – fundando uma aldeia ou simplesmente construindo uma casa – representa uma decisão séria, uma vez que envolve a existência de cada homem; em suma, ele deve criar seu próprio mundo e assumir a responsabilidade de conservá-lo e renová-lo. Não se troca de moradia facilmente, pois não é fácil abandonar o próprio mundo. A casa não é um objeto, “uma máquina dentro da qual se vive”²⁷; é o universo que o homem constrói para si mesmo, imitando a criação paradigmática dos deuses, a cosmogonia. (ELIADE, 1979, p. 30)

No entanto, a casa não ocorre isoladamente no espectro da cidade. Ela é flanqueada por outras construções que se avizinham, mais próximas ou mais distantes, estabelecendo diferentes conexões. Essas construções que a ladeiam definem seus limites territoriais, assim como a rua, que define o externo em contraposição ao interno da casa. A essa dualidade entre casa e rua – principalmente a partir do século XIX – estão relacionados outros pares de oposições como o privado e público; o familiar e o estranho; o dentro e o fora; a proteção e a exposição, dentre outros. Segundo Relph (1976), citado por Holzen (2013), a essência do lugar é ser o centro a partir do qual ações e intenções se desvelam como resultado das experiências mais significativas da nossa vida.

²⁷ Em alusão à célebre e controversa definição de casa feita por Le Corbusier.

A partir da casa, como centro, como referência, exploramos o mundo ao redor, que se avizinha e que nos oferece outras experiências em relação ao lugar de origem. A nossa experiência no espaço e em relação ao lugar, não é estática, ela requer mobilidade, que por sua vez estabelece direções e distâncias, que segundo Holzen (2013.p.73): “[...] não são, então, experimentadas como quantidade, mas simplesmente como qualidade de se estar perto ou longe de algo”, no caso, do centro que é a casa, ou melhor o lar, ou seja, o lugar que acolhe e para o qual sempre voltamos.

O entorno da casa, que ainda não é o bairro, foi definido por Magnani como pedaço:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 2008, p. 32)

Segundo o autor é nesses lugares que a vida social frui intensamente, no cotidiano, tecendo uma trama de relações que transitam entre a intimidade dos quintais e alpendres e a coletividade dos passeios e dos atalhos nos gramados. Nesses lugares, o lazer, intervalo de tempo afastado do trabalho, se recobre de propriedades peculiares, de uma identidade atrelada ao lugar, a um lugar especial, senão único.

Esse entorno da casa é o primeiro a ser descoberto, tateado, explorado pelos habitantes na tentativa de se estabelecer conexões e referências espaciais para se afastar gradativamente do seu centro. A partir da casa se estendem e se ampliam lentamente caminhos que conectam o centro a outros lugares significativos, que serão definidos conforme as atividades cotidianas dos seus habitantes. Assim se definem pequenos traços, caminhos que riscam o espaço o ampliando a cada dia. Nesse sentido, a casa se torna o eixo central a partir do qual novas relações com o espaço vão se espalhando em diferentes direções, se detendo mais longamente em alguns pontos, passando regularmente por outros, criando enfim, uma sociabilidade relacionada e situada num dado perímetro, como veremos mais à frente.

4. RUA, BAIRRO, CAMINHOS: HABITAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR

A teoria do espaço existencial de Norberg-Schulz (1975) situa a casa como uma das estruturas urbanas de caráter mais palpável, porque mais acessível à imaginação. O autor refuta, no entanto, a possibilidade de esgotar toda a teoria que trata a casa ou o edifício destinado à habitação e dirige sua abordagem para compreender a essência dessas construções, que são, para ele, na perspectiva arquitetônica, o “espaço interior” em contraposição ao espaço exterior, o “fora”, a cidade:

Na casa, estamos sozinhos com nós mesmos: nos retiramos. Se abrimos a porta aos outros por nossa livre decisão, fazemos o mundo chegar até nós em vez de olhar para fora. A "paz doméstica" tem sido um direito básico desde a antiguidade e, de certa forma, também é válida para um edifício público que pode ser considerado o domicílio de uma comunidade bem definida. (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 104)²⁸

No espaço urbano, a casa, entretanto não está isolada. O interior que a casa guarda e preserva, se comunica continuamente com o exterior, de diversas formas. Para a psicologia da percepção adotada por Norberg-Schulz (1975, p. 20), a organização mais geral do espaço requer “[...] o estabelecimento de centros ou lugares (proximidade), de “direções” ou caminhos (continuidade) e de “áreas” ou regiões (delimitadas ou cercadas)”²⁹. Essas dimensões são fundamentais para que o homem se oriente espacialmente, muito embora essa orientação não seja geométrica, e sim, relacional.

Vejam algumas das definições, descritas pelo autor, para esses espaços que circundam e que se comunicam com o espaço interior da casa, em contraste com outras formulações feitas dois teóricos que abriram novas perspectivas para os estudos urbanos na década dos 1960:

- Kevin Lynch (1960): que reflete sobre a legibilidade da cidade, dando ênfase à imagem que se forma do meio ambiente a partir de combinações dos seus elementos, os tornando assim, reconhecíveis; e,

²⁸ Tradução da autora: “*En la casa, estamos solos con nosotros mismos: nos hemos retirado. Si abrimos la puerta a otros por nuestra libre decisión, hacemos que el mundo venga a nosotros en lugar de mirarlo al exterior. "La paz doméstica" ha sido un derecho básico desde tiempos remotos y, en cierto modo, está vigente también para un edificio público que puede ser considerado como el hogar de una comunidad bien definida.*”

²⁹ Tradução da autora: “[...]en el establecimiento de “centros” o lugares (proximidad), “direcciones” o caminos (continuidad) y “áreas” o regiones (cerramientos o cercados)”

- Jane Jacobs (2001): que a partir da observação do cotidiano da cidade, desenvolve uma teoria despreziosa que estabelece a diversidade de usos e ocupação do espaço urbano como um princípio fundamental para a vitalidade das comunidades, numa crítica contundente ao que ela denomina “urbanismo ortodoxo”, que estabelece uma setorização “artificial”³⁰ do espaço a partir de funções.

4.1 Rua: a extensão da casa

Para Norberg-Schulz (1975) o centro ou lugar a ele correspondente, desempenha uma função nevrálgica na percepção do espaço, uma vez que o homem está “subjetivamente centrado”. Como já vimos anteriormente na teoria de Eliade (1979), também citada pelo autor, se percorrermos a história, desde as civilizações mais antigas, o centro também pode ser entendido como um ponto originário a partir do qual o todo, o universo ou o mundo conhecido foi criado e definido. Em muitas culturas, como vimos anteriormente no caso dos Achilpas, o centro é simbolizado como um eixo vertical que cria um elo entre o céu (o sagrado) e a terra (o profano).

O centro é, portanto, a referência a partir da qual o mundo é organizado, seja ele mítico, sagrado ou materializado em monumentos ou formações geográficas marcantes, como montanhas, que geralmente possuem esse mesmo atributo vertical de conexão entre terra e céu.

Na teoria de Norberg-Schulz (1975) o centro tanto pode designar este núcleo central do mundo percebido coletivamente enquanto tal, quanto pode representar a necessidade interior de cada homem de ter o seu próprio centro, de ter, enfim, um lugar. E para o autor, o núcleo central individualizado geralmente remete à infância:

Os primeiros pontos de referência estão ligados ao lugar e à casa, e a criança sozinha se sente capaz de cruzar suas fronteiras muito lentamente. Uma vez que perguntei ao meu filho de vinte anos se podia me dizer algo sobre o “ambiente” que lhe rodeava, me respondeu: “Pois preciso começar pela casa que é de onde saio para ir a todos os demais espaços”. (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 104)³¹

³⁰ Grifo meu.

³¹ Tradução da autora: “*Los primeros puntos de referencia están ligados al hogar y la casa, y el niño se siente capaz de cruzar sus linderos muy lentamente. Una vez que pregunte a mi hijo de veinte años si podía decirme algo acerca del “ambiente” que le rodeaba, me respondió: “Pues necesito empezar por casa que es de donde salgo para ir a todos os demás sitios”.*”

O centro é antes de mais nada um lugar seguro, conhecido, de onde saímos e para onde podemos retornar e nos proteger do que está fora, daquilo que ainda é desconhecido. O centro é o lugar que se encontra dominado e é de onde partimos para explorar o entorno, o espaço contíguo que conseguimos tatear, sentir e aos poucos apropriar, ampliando assim o perímetro do familiar.

Esse movimento de ampliação do perímetro do centro ou da criação de novos centros, coincide com as fases da socialização, ou seja, na medida em que o espectro social do sujeito se diversifica, ele também se alarga espacialmente e cria, aos poucos, outros centros. A casa dos familiares, a casa das férias, as casas dos vizinhos, a escola, o comércio, a praça e a rua próximos à casa, todos esses lugares vão se constituindo como novos centros, como “*locus*” que colorem e dão chão às atividades cotidianas.

É importante ressaltar, no entanto, que esses novos centros não são apenas cenários onde as ações humanas se realizam. São, sobretudo, constituintes do significado atribuído a essas ações. Nas palavras de Norbergh-Schulz:

“Os lugares são metas ou focos de onde experimentamos os acontecimentos mais significativos da nossa existência, como também, são pontos de partida em relação aos quais nos orientamos e nos apoderamos do ambiente circundante³²” (1975, p. 22-23)

Além dos centros conhecidos e esperados (como a escola, os locais de trabalho e onde a sociabilidade cria laços mais perenes), outros, descobertos ao acaso e de forma inesperada, poderão se constituir ao longo da nossa existência. No entanto, alerta o autor, a multiplicação desses centros pode comprometer a sua dimensão temporal, que é uma condição para que essa relação subjetiva com espaço se realize. Ou seja, na medida em que os lugares que constituem nosso espaço existencial se multiplicam, eles acabam por liquidar ou mesmo debilitar a nossa adesão ao lugar, pois comprometem o fator da permanência ou do tempo necessário à criação dos vínculos entre o homem e o lugar, que se torna assim, mais rarefeito. Essa questão nos leva à impermanência e à constante mudança do ambiente urbano e no qual, para o autor, o desenvolvimento humano se tornaria inviável.

³² Tradução da autora: “*Los lugares son metas o focos donde experimentamos los acontecimientos más significativos de nuestra existencia, pero son puntos de partida desde los cuales nos orientamos y nos apoderamos del ambiente circundante.*”

Para responder à questão da multiplicação dos centros, Norberg-Schulz (1975) estabelece como um parâmetro a dimensão ou a extensão do lugar: que deve ser necessariamente circunscrito a uma pequena área, uma vez que o lugar existencial é aquele que não apenas faz parte do nosso cotidiano de uma maneira especial, como também necessita ser reconhecido enquanto tal, tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito social.

Lynch também atribui ao tempo um fator indispensável à percepção da cidade, uma vez, que segundo ele, a cidade, “obra de arte temporal”, só pode ser apreendida em longos intervalos de tempo: “[...] Nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, à recordação de experiências passadas”. (LYNCH, 2002, p. 12)

A cidade é, portanto, um somatório infinito de impressões, de imagens diversas que cada cidadão forma a partir das relações que se desenvolvem com alguns lugares especificamente ou partes dela. Estas imagens estão em constante movimento, pois são permanentemente atravessadas por memórias e significados atribuídos pelos cidadãos que nela transitam e habitam e que também possuem um papel ativo na sua construção.

Na sua teoria da legibilidade da cidade de Lynch (2002) o objeto de estudo está delimitado à cidade americana, ou melhor, à clareza de alguns de seus aspectos e de como eles se organizam coerentemente. Ele trata a cidade como um objeto passível de leitura, ou seja, pressupõe que a cidade ofereça uma certa coerência, que pode ser reconhecida como uma estrutura de símbolos e de significados. A legibilidade da cidade é, segundo o autor, decisiva para a vida dos seus cidadãos. Saber se orientar ou saber ler a cidade – nos termos de Lynch – é vital não só para a sobrevivência das pessoas, como também para a qualidade de vida que se pretende ter, num ambiente tão heterogêneo.

Para o autor, a leitura da cidade é feita a partir da percepção dos seus habitantes, que assim como outras espécies animais, possui um conjunto de ferramentas disponíveis para realizar a leitura e a estruturação do meio ambiente que o circunda. Esse ferramental é constituído tanto pelos sentidos (tato, visão, gosto, olfato e audição), quanto pelo que ele denomina como “espécies de orientações”, que são: “[...] a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou a polarização da luz, [...] a cinestesia, a noção de gravidade, e talvez as de campos magnéticos e elétricos.” (LYNCH, 2002, p. 13)

Para orientar-se na cidade, vários elementos ambientais são lidos, processados, experienciados e se constituem um conjunto de referências subjetivas. Alguns desses elementos são mais nítidos, tais como: placas, nomes de ruas, números, monumentos, sinalizações e edifícios e construções icônicas que podem ser representados em mapas e outros suportes; outros, são menos visíveis e se formam a partir das vivências e experiências que se relacionam ao espaço percorrido, constituindo uma memória que tem, assim, um forte componente espacial. Estes elementos somados ajudam a compor uma imagem mental da cidade, que o indivíduo guarda e acessa frequentemente. Segundo Lynch: “A necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo” (2002, p. 14)

Para o autor, formar uma imagem clara do meio ambiente contribui não só para a autonomia e o bem-estar do indivíduo, como também, para a criação de um sistema de crenças e de símbolos capazes de estruturar melhor o seu desenvolvimento. O que Lynch (2002, p. 14-15) define como “imagem clara” está relacionado a uma “estrutura viva e integral” que não tem apenas uma função de organização espacial, mas também social, na medida em que este ambiente será capaz de gerar uma base sólida para a construção da “segurança emocional” do indivíduo que nele vive.

Assim, conforme o ambiente que circunda o indivíduo se consolida como o lugar onde se desenvolvem relações e experiências mais intensas e de maior densidade, ele pode ser reconhecido de uma forma especial, não apenas familiar, mas distinto dos demais, ou seja, se torna um lar. Mesmo nas cidades, com suas múltiplas ambiências e em meio a um caos visual, é possível criar a legibilidade de determinadas estruturas que contribuem para que elas se deem à leitura, ou seja, que às cidades seja atribuído um sentido de organização. O processo de leitura dessas estruturas ou elementos cria referências diversas que servem à nossa orientação. Isso só é possível porque a nossa experiência diária no espaço da cidade imprime sentidos e memórias a ele, dando matizes distintivos à essa legibilidade.

É importante ressaltar que essas legibilidades possuem um caráter subjetivo, pois carregam consigo as trajetórias e valores pessoais daquele que se coloca como observador, ou nos termos de Lynch (2002): leitor. No entanto, é possível que algumas dessas leituras ofereçam um certo grau de correspondência com várias outras, gerando assim imagens comuns ou semelhantes, como é o caso dos lugares públicos, pois estes são também fruto de uma experiência coletiva do espaço.

Lynch classifica cinco elementos da imagem urbana, que possuem caráter mais palpável, ou nos termos dele, que constituem sua “realidade física”. São eles: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes. A definição de tais elementos pelo autor se dá, devido à presença redundante destes em diversas imagens do meio ambiente, sobretudo nas cidades, sendo que eles não ocorrem isoladamente, ou seja, estão em relação constante e possuem configurações diversas (2002, p. 58)

As vias podem ser definidas como elos entre um ponto e outro, entre um lugar e outro, ou ainda, entre um centro e outro. Elas podem assumir a forma de ruas, avenidas, caminhos, passeios, canais, linhas férreas, metrô entre outros. Para Lynch (2002) as vias são os elementos que mais contribuem para a formação da imagem da cidade, uma vez que é através delas que os observadores se locomovem e em torno das quais o restante dos elementos é organizado.

Nas entrevistas realizadas por Lynch (2002) ao longo da sua pesquisa, ficou claro que as vias só são elementos predominantes para aqueles habitantes que possuem maior conhecimento da cidade, ou seja, para os habitantes que percorrem maiores extensões e conhecem melhor o seu espaço. São predominantes, portanto, para aqueles habitantes que realmente utilizam as vias para percorrer a cidade cotidianamente e para aqueles que as conhecem mais profundamente, que além de se movimentarem com destreza pela cidade, ainda conseguem distinguir pontos significativos nas vias percorridas.

Ao contrário destes, para os habitantes que circulam num perímetro mais restrito da cidade, a tendência, segundo o autor, é de criar imagens mais gerais, de regiões mais vastas, sem muitos detalhes ou especificações das vias ou mesmo de referências mais pontuais dentro de uma dada região. Ou seja, para os habitantes que conhecem pouco a cidade, a imagem que se cria da cidade é de uma massa amorfa e concentrada de referências múltiplas, embaralhadas e confusas.

No entanto, nem todas as vias possuem o mesmo “peso imagético”³³. Segundo o autor, há algumas características que ajudam a constituir uma imagem referencial de algumas vias, que sintetizamos a seguir:

- Forma das vias (mais largas e mais estreitas): é uma qualidade que se dá pela oposição de extremos. Ruas muito largas ou muito estreitas remetem a um aspecto marcante que as diferencia do padrão local, ou seja, as ruas mais

³³ Grifo meu.

largas são mais (re)conhecidas por concentrar maior trânsito ou mais atividades. São as ruas denominadas como principais, que as diferencia das vias secundárias (mais estreitas) e, portanto, menos importantes. Elas também concentram um maior número de atividades comerciais e Lynch chega a falar do grau de confiança atribuído às ruas principais como sendo pontos referenciais de concentração do comércio, onde há maior densidade de transeuntes que se aninha em meio a edifícios mais robustos, que também reforçam a sua importância ou mesmo a centralidade de tais vias dentro de uma dada região.

- Fachadas: a aparência das fachadas também pode caracterizar uma rua, atribuindo-lhe uma imagem mais facilmente reconhecível, como um casario antigo que possua um certo padrão estético mais ou menos contínuo, ou mesmo uma grande fileira de arranha-céus que se alinham às calçadas, formando um amplo corredor por onde veículos e pedestres se mesclam num movimento frenético e incessante.
- Limites: ruas que se avizinham de pontos referenciais como monumentos, praças, parques, rios, portos ou outras estruturas que constituem limites claros entre o plano da cidade e uma outra estrutura de “respiro”, de amplitude ou conformação diversa da sequência do entorno.
- Função estrutural: são ruas e avenidas que criam uma centralidade no seu entorno e possuem a função de distribuir o trânsito ou mesmo servir como um eixo central a partir do qual as vias secundárias se organizam. No entanto, nem sempre essas ruas são identificáveis, pois podem sofrer interrupções (como um túnel, uma rotatória ou outra confluência que constitua um corte, um obstáculo, um desnível, uma quebra ou uma descontinuidade).
- Continuidade: característica que assegura o reconhecimento de uma rua ou avenida e garanta sua fácil identificação no plano da cidade. A continuidade implica não somente na linearidade da via, como também no seu padrão estético e formal. Uma avenida ou rua que possui seu desenho alterado (mais larga ou mais estreita, canteiros, fachadas, arborização e outros elementos) podem dificultar a identificação da sua continuidade. Neste sentido, nem mesmo as placas de sinalização e identificação das vias podem dissipar a sensação de descontinuidade que ela enseja, diante de mudanças muito bruscas ou profundas no seu padrão.

- Direcionamento: as ruas e avenidas podem ter a função de distribuir quartos ou partes da cidade em zonas mais ou menos padronizadas, mesmo que ao longo delas, sofram alterações estéticas consideráveis. É o caso de avenidas que funcionam como eixos cardinais como norte-sul, leste-oeste (como as avenidas Afonso Pena e Amazonas) ou que distinguem a região central da região periférica ou, também no caso de Belo Horizonte, a Avenida do Contorno, que separa a zona planejada (urbana) da zona não planejada (suburbana) no desenho original da cidade.
- Extremos das Vias: vias que possuem um desenho mais claro que oferece noções de começo e fim bem definidas e colaboram assim para facilitar o seu reconhecimento, dando uma orientação mais segura aos seus frequentadores.
- Graduação: permite que os transeuntes calculem a sua posição relativa ao longo do seu comprimento e compreendam melhor as distâncias a serem percorridas e podem ajudar, também, no direcionamento.
- Alinhamento: que indicaria se o seu direcionamento se relaciona com um contexto mais amplo. Se as vias são paralelas e sofrem alguma oscilação ao longo da sua extensão, como curvas que alteram a sensação visual de continuidade e criam cruzamentos menos definidos, pode-se dizer que houve um desalinhamento. Outro fator que causa desalinhamento é a separação da rua dos seus elementos do seu entorno imediato e da paisagem que a cerca, o que causa uma certa desorientação nos usuários.

O esquema proposto por Lynch (2002) analisa como as vias podem servir como elementos visuais e orientadores para que os indivíduos se locomovam nas cidades. Além desse aspecto, ligado à sobrevivência e à qualidade de vida nas cidades, conhecer e reconhecer as vias por meio de seus elementos é fundamentalmente um fator de ligação do sujeito com o espaço, embora essa ligação, em muitos casos, não esteja necessariamente atrelada à sua identidade.

Mesmo que alguns dos aspectos formais listados pelo autor não se efetivem, a tendência é que os habitantes ou visitantes busquem classificar, categorizar ou organizar esse vasto sistema de linhas que cortam a cidade em um sistema coerente para si mesmos. Afinal é por meio das vias, que se tateia o entorno conhecido e se explora os arredores de cada centro, chegando-se a uma unidade maior que é o

bairro, uma região ou a própria cidade. Mas para isso ocorra, há um elemento que não consta na análise de Lynch, que é considerado vital para Jacobs (2001): as calçadas.

Jacobs (2001) é uma crítica pungente do planejamento urbano que tem como foco a solução dos problemas do trânsito. Segundo a autora, é fácil atribuir o insucesso de projetos de urbanização à complexidade do trânsito nas grandes cidades, no entanto, para ela, este é apenas um sintoma de um problema mais abrangente em termos de planejamento:

Claro que os planejadores, inclusive os engenheiros de tráfego, que dispõem de fabulosas somas em dinheiro e poderes ilimitados, não conseguem compatibilizar automóveis e cidades. Eles não sabem o que fazer com os automóveis nas cidades porque não têm a mínima ideia de como projetar cidades funcionais e saudáveis – com ou sem automóveis. As necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades, e um número crescente de urbanistas e projetistas acabou acreditando que, se conseguirem solucionar os problemas do trânsito, terão solucionado o maior problema das cidades..[...] Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? (JACOBS, 2001, p. 6)

A crítica de Jacobs (2001) se dirige a um planejamento urbano, que apesar de ter construído um substrato teórico e técnico significativo até meados do século XX, não havia fincado, ainda, raízes na realidade e se pautava em “premissas falaciosas”. Para ela a solução para um planejamento urbano mais eficaz e humano é ir a campo, observar de perto esse objeto complexo e multifacetado que é a cidade e o que ocorre no seu cotidiano mais prosaico. E, idealmente, entrar em contato com essa realidade cotidiana envolvendo a população que a habita, concebendo assim, soluções mais próximas aos problemas e necessidades identificados. O cerne do problema para a autora está relacionado à questão do uso, ou dos diversos usos do espaço:

“[...] na necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social. Os componentes dessa diversidade devem diferir muito, mas devem complementar-se concretamente.” (JACOBS, 2001, p. 13)

Jacobs (2001, p. 29) inicia sua análise, não por acaso, pelas calçadas que ela define como “a parte das ruas que cabe aos pedestres”, que possuem múltiplas funções além de apenas abrigar pedestres. Para a autora, a calçada é além de tudo uma fronteira, uma abstração que simbolicamente dá suporte à vida nas cidades. E esse suporte está ligado intimamente à sensação de segurança que as ruas, e, por conseguinte, as calçadas, oferecem aos seus habitantes e visitantes. São as ruas que

caracterizam as cidades, onde a vida flui e de onde podemos observá-la e usufruir dela.

De fato, quando viajamos para outras cidades, sempre planejamos nossos roteiros e recordamos deles a partir das ruas, dos caminhos que nos levaram a lugares que desejamos conhecer. No entanto, a sensação de segurança relativa aos lugares que visitamos é sempre um fator fundamental para a lembrança. Pois, além de ser um caminho, a calçada é também o ambiente externo no qual temos contato mais próximo com a realidade de cada cidade, que inclui também o contato com estranhos, principalmente nas grandes cidades. É importante ressaltar que o contato com estranhos ocorre intensamente nas grandes cidades e não se restringe apenas às calçadas. Ocorre também em edifícios residenciais e comerciais, praças, parques, teatros, monumentos e em qualquer um dos seus espaços, pois essa é uma das suas características. Por isso também a sensação de segurança de uma cidade ou bairro é fundamental para a sensação de bem-estar ligada ao espaço.

Para Jacobs, a segurança é um fator importante nas escolhas dos habitantes e visitantes, principalmente nas grandes cidades e está geralmente associada às calçadas. Isso ocorre porque a sensação de segurança determina uma série de decisões: onde visitar, onde comprar ou alugar um imóvel, onde transitar, comprar ou usufruir das horas de lazer:

[...] quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas. Contudo, as calçadas e aqueles que as usam não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas dos perigos. As calçadas, os usos que as limitam e seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização *versus* a barbárie. Manter a segurança urbana é uma função fundamental das ruas das cidades e suas calçadas. (JACOBS, 2001, p. 30)

A questão da violência é extremamente complexa e é condicionada por diversas variáveis, algumas delas muito específicas e relacionadas a contextos nacionais, regionais e locais. No entanto, já foi observada uma relação direta entre a vitalidade dos espaços públicos e menores índices de violência. A pergunta que se faz é como o planejamento urbano pode influir nos índices de violência. E a resposta, segundo Jacobs (2001, p. 35-36), está na infraestrutura destes espaços, em especial as ruas, que devem ter pelo menos três características, que somadas, possibilitam criar mecanismos de controle sobre “o comportamento aceitável do público”:

1. Clareza da separação entre espaços públicos e privados: que não devem se misturar;
2. A existência de “olhos para as ruas”: que devem monitorar não só o movimento interno dos edifícios, como também do seu entorno e principalmente as ruas principais;
3. As calçadas devem ter um movimento intenso de transeuntes, que seriam também mais olhos vigilantes que observam cotidianamente o que acontece no cotidiano das ruas.

Ao falar dessa infraestrutura, Jacobs (2001) se refere especialmente às ruas, porque acredita que nelas a sua eficiência seria maior do que se aplicada a outros espaços urbanos, pois é nas ruas que o trânsito e o encontro entre estranhos se dá com maior intensidade e frequência. No entanto, mesmo que esses parâmetros sejam aplicados às ruas, nada assegura que as pessoas queiram frequentá-las intensamente ou mesmo que estejam vigilantes a quaisquer sinais de animosidade, ou mesmo, dispostas a detectar comportamentos estranhos. No entanto, nas ruas onde o comércio é variado, onde há estabelecimentos abertos em diversos horários e nas quais atividades e serviços podem ser realizados e acessados ao longo do dia e da noite, podem cumprir os preceitos sugeridos pela autora, atraindo espontaneamente transeuntes e habitantes e, concomitantemente, segurança para as ruas.

Nesse sentido, as calçadas se tornariam mais atrativas às pessoas e a mais comerciantes que formariam uma espécie de rede de proteção mútua, trazendo maior agitação para as ruas e calçadas onde estão instalados, mesmo para os pedestres que as utilizem apenas como caminho ou passagem para outros locais. Para Jacobs (2001), a maioria dos planejadores têm dificuldade em compreender que esse movimento de pedestres e comerciantes, esse burburinho constante que anima as ruas e calçadas pode, por si só, gerar um ambiente agradável e atrativo a outros frequentadores, até mesmo para espectadores que apenas observam o vai e vem característico daquele trecho de rua ou cidade.

Além da segurança, Jacobs (2001) enumera uma longa lista dos usos das calçadas e sua relevância para a vitalidade social das cidades. Nesse sentido, a contribuição das calçadas se destaca por possuir um atributo fundamental para que essa vitalidade se efetive: o de propiciar o contato entre pessoas de uma dada

comunidade, sejam elas conhecidas ou estranhas. Para a autora, esses contatos, embora pequenos, as vezes eventuais, outras mais constantes, geram uma condição imprescindível para o desenvolvimento da empatia e da sociabilidade: a confiança.

A confiança na rua forma-se como o tempo e a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas. [...] Grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma de tudo não é nem um pouco trivial. A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local – a maioria dos quais é fortuita, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa envolvida e não imposta a ela por ninguém – resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança. A inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. Seu cultivo não pode ser institucionalizado. E, acima de tudo, *ela implica não comprometimento pessoal*³⁴. (JACOBS, 2001, p. 60)

Ao lado da confiança, a autora situa outro atributo que a complementa: a privacidade, que ela trata como “uma zona urbana preciosa”. Para Jacobs (2001), a vitalidade das ruas depende de um equilíbrio entre estes dois atributos, que são, na verdade, uma gradação de níveis de contato social, que variam entre o mais íntimo ao mais reservado, impenetrável. Ambos são facetas de uma dinâmica social variável e bastante sutil, que forma uma espécie de linguagem, um código, perceptível somente para aqueles que vivenciam o cotidiano de uma dada rua ou região de forma mais densa e demorada. São pequenos gestos de confiança, que, entretanto, não maculam a privacidade dos habitantes e frequentadores.

A autora cita como exemplo dessa fronteira tênue entre intimidade e privacidade, um hábito comum em Nova Iorque: deixar as chaves em estabelecimentos próximos às suas casas, quando os moradores não podem estar presentes para entrega-las pessoalmente aos visitantes. Como ocorre com moradores da sua rua que deixam chaves com o dono da confeitaria, a quem várias pessoas recorrem nesses casos. Fato que também ocorre com outros estabelecimentos na região onde ela mora e que revela o grau de confiança e ao mesmo tempo, como essa relação de confiança está atrelada a uma preservação da privacidade, que nesse caso, poderia ser facilmente violada.

O arquiteto dinamarquês Jan Gehl (2015) segue os passos de Jacobs tanto na crítica ao urbanismo, quanto no esvaziamento da função dos espaços públicos que reduziram drasticamente a corporeidade e a sociabilidade que antes os tinham como *locus* privilegiado. A crítica ao urbanismo se refere especialmente ao modernismo,

³⁴ Grifo da autora.

que segundo o autor, colocou em segundo plano a dimensão humana e privilegiou as vias e automóveis como um dos vértices do planejamento, que segundo ele “[...] deixaram sitiadas as funções cultural e social do espaço da cidade”; (GHEL, 2015, p. 3)

Ghel constata que após mais de cinco décadas da publicação da obra de Jacobs³⁵ houve avanços teóricos e práticos no planejamento urbano, cujas diretrizes se distinguem daquelas adotadas no modernismo (edifícios individuais e vias voltadas para o tráfego de automóveis são duas das principais), sobretudo, em áreas residenciais e na criação de novas cidades. No entanto, apesar desses avanços, a expansão do uso de automóveis se tornou um grave problema em muitas das grandes metrópoles mundiais, principalmente nos países emergentes e mais pobres.

Para o autor, o grande desafio do urbanismo no século XXI é conseguir transformar a vida nas cidades a partir de um planejamento urbano que tenha como viés principal a dimensão humana. Para que esse modelo de planejamento se efetive, ele elege quatro objetivos que conformam uma política, uma estratégia, a ser alcançada: cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis.

Para cumprir tais parâmetros, Ghel (2015) propõe o conceito de “vida entre os edifícios”, que conforma uma série de proposições, muitas delas bastante simples, destinadas a criar condições apropriadas para que as pessoas se sintam convidadas a usufruir dos espaços públicos. Essas proposições têm como denominador comum o caminhar:

Caminhar é o início, o ponto de partida. O homem foi criado para caminhar e todos os eventos da vida – grandes ou pequenos – ocorrem quando caminhamos entre outras pessoas. A vida em toda a sua diversidade se desdobra diante de nós quando estamos a pé. Em cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar. Contudo, a perspectiva mais ampla é que uma infinidade de valiosas oportunidades sociais e recreativas apareça quando se reforça a vida a pé. (GHEL, 2015, p. 19)

O autor defende a caminhada não apenas como um modo de locomoção, mas sobretudo, como uma forma essencial de contato social. Caminhar seria então uma forma de compartilhar e de usufruir dos espaços da cidade, entre eles as calçadas, cuja importância foi destacada por Jacobs (2001). Nos estudos de Ghel em cidades como Copenhague, Melbourne e Oslo, o aumento da oferta de lugares adequados

³⁵ A primeira edição de Vida e Morte nas Grandes Cidades foi publicada em 1961.

para caminhadas incrementou significativamente a variedade e o tempo no qual os habitantes dessas cidades transitam e permanecem nos espaços públicos. Também foi observada uma gama maior de atividades desenvolvidas ao ar livre.

Ghel (2015) destaca que o que está em discussão não é a questão do tráfego nas grandes cidades e sim os efeitos que a ampliação da oferta de ambientes apropriados a pedestres têm na melhoria da qualidade de vida nas cidades. Há assim um alargamento da abordagem, que ultrapassa a mera questão da mobilidade e foca nas consequências desse planejamento em longo prazo, incluindo aí um fator fundamental que é a apropriação dos espaços públicos pela população urbana, que não acontece repentinamente.

O uso dos espaços públicos, a que Ghel (2015) se refere, é bastante amplo e se estende das atividades cotidianas mais simples (que ele denomina como necessárias e que ocorrem independente de qualquer circunstância), como ir ao trabalho, fazer compras no comércio, levar os filhos à escola ou os cachorros para passear; até as atividades mais ocasionais (que ele chama de opcionais) e que geralmente estão relacionadas ao lazer, tais como sentar-se em uma praça, observar a cidade de um mirante, fazer um *picnic* num gramado, participar de uma festa de rua.

Há também uma relação direta da frequência dessas atividades em espaços públicos com as condições atmosféricas. Nesse sentido, se essas condições (frio, vento, chuva, calor) se tornam mais drásticas, elas afetam tanto a frequência, quanto o caráter das atividades realizadas ao ar livre. Mas as condições climáticas não são as únicas a afetar a disposição para atividades em espaços públicos, completa essa equação a conformação desses espaços:

Outro fator muito importante é a qualidade física do espaço urbano. Planejamento e projetos podem ser usados para influenciar o alcance e o caráter de nossas atividades ao ar livre. Convites para uma atividade ao ar livre vá além de uma simples caminhada incluem proteção, segurança, um espaço razoável, mobiliário e qualidade visual. (GHEL, 2015, p. 21)

Vemos, portanto, que para transformar espaços públicos em ambientes aprazíveis e convidativos à caminhada e à permanência dos habitantes, outros fatores devem ser levados em consideração. As cidades concentram atividades que as caracterizam e nesse sentido, as cidades turísticas, diferem das cidades de negócios ou mesmo as cidades sede das administrações ou do poder político, porque oferecem mais espaços de permanência do que apenas espaços para caminhadas. Ou seja, em

meio ao movimento apressado das atividades rotineiras, as cidades turísticas são aquelas que possuem uma outra relação temporal, pois pensa e organiza seus espaços a partir do uso do tempo livre e não somente do tempo do trabalho.

Neste sentido, há cidades que oferecem uma espécie de “respiro” espacial e temporal, se comparadas a outras cidades, cujo ritmo incessante dos negócios é ditado pela pressa, pela brevidade e pela falta de oportunidades e lugares para contemplar a própria cidade. No entanto, seria ingênuo acreditar que as cidades turísticas possuem uma melhor qualidade de vida, apenas por oferecerem mais espaços públicos destinados ao lazer. Crítica que não é tão nítida na teoria de Ghel (2015), que aposta nessa perspectiva quando afirma que há uma correlação direta entre a qualidade do espaço urbano e as atividades sociais:

Atividades sociais exigem a presença de outras pessoas e incluem todas as formas de comunicação entre as pessoas no espaço público. Se há vida e atividade no espaço urbano, então também existem muitas trocas sociais. Se o espaço da cidade for desolado e vazio, nada acontece. As atividades sociais incluem uma extensa gama de atividades diversas. Há muitos contatos passivos de ver e ouvir: observar as pessoas e o que está acontecendo. Esta modesta e despretensiosa forma de contato é a atividade social urbana mais difundida em qualquer lugar. (GHEL, 2015, p.22)

Vimos recentemente nos jornais, que em algumas cidades como Paris e Barcelona, o grande fluxo de turistas, tem ocasionado frequentes problemas, tanto em relação à infraestrutura local, que fica extremamente sobrecarregada em certos períodos do ano, como social, gerando um sentimento de aversão aos estrangeiros, ao outro. Nesse sentido, podemos afirmar que o cuidado com a oferta de espaços públicos aprazíveis não é suficiente para gerar uma empatia entre os seus frequentadores e habitantes.

Devemos lembrar que, como afirma Aristóteles (1973), a sociabilidade é uma característica eminentemente humana. As pessoas possuem a necessidade de estar em contato, de interagir, de partilhar. O outro atrai o nosso olhar, instiga a nossa curiosidade e nos mantém em contato com o mundo. As ruas são essencialmente pontos de contato e de encontro nas cidades. São, ao mesmo tempo, lugar de celebração, de manifestação, de protesto, de festa, de conflito, de lazer. No nível da rua, a cidade se realiza enquanto coletividade, diversidade e corporeidade.

No entanto, como alerta Jacobs (2001), não adianta planejar um bairro pensando que a melhoria do ambiente físico, por si só, será capaz de gerar relações sociais saudáveis, amistosas e um genuíno espírito de comunidade e de coesão

social. Bairros planejados como unidades autocontidas e autossuficientes, não se assemelham à ideia de comunidade que encontramos nas pequenas cidades, onde os laços de solidariedade são mais fortemente consolidados. Nelas, circulamos ao lado de quem conhecemos, o que nem sempre ocorre nos bairros das grandes cidades, onde há a ostensiva presença do outro: pessoas oriundas de outras partes da cidade, que frequentam ou transitam pelo bairro, sem necessariamente pertencer àquela comunidade.

E mesmo que haja algum sucesso no planejamento de um bairro capaz de criar ambientes que favoreçam laços sociais fortes entre os seus habitantes, esses bairros, se isolados do todo da cidade – como ocorre com algumas favelas e aglomerados comprimidos no desenho das grandes cidades, ou com bairros periféricos alijados do direito de ir e vir, ou mesmo, com os grandes subúrbios americanos ou seus correspondentes brasileiros, os condomínios de luxo – resultaria na formação cidades-arquipélago (Soja, 2008) cujos bairros seriam ilhas isoladas, alheias ao todo da cidade e hostis à presença do outro.

O fato é que os moradores das médias e grandes cidades possuem mobilidade. Podem optar, quando a infraestrutura e as condições socioeconômicas permitem, por transitar em diferentes meios, trabalhar num lado da cidade e morar em outro. E essa característica é, segundo Jacobs (2001), um dos grandes atrativos das metrópoles: a diversidade de opções e a liberdade de fazer escolhas. A mobilidade, sem dúvida, contribui para a diversidade de usos da cidade, mas a ideia de bairro como uma unidade autônoma nas grandes cidades não tem nenhum sentido. Principalmente se o objetivo é reproduzir a ambiência das pequenas cidades, cujo sentido de comunidade jamais será alcançado artificialmente.

Segundo Jacobs (2001), na dimensão do planejamento o bairro é uma unidade problemática, no sentido de não oferecer uma única referência, uma fórmula que resolva por si só a questão da qualidade e da densidade das relações sociais que abriga, por outro lado, o bairro é uma unidade simbólica necessária no cotidiano da cidade. E a autogestão é vista, pela autora, como uma chave para se alcançar a saúde dessa pequena comunidade, por menos que ela seja capaz de mobilizar seus habitantes em torno de questões comuns. Um bairro que não gera nenhum sentimento de cuidado entre os seus habitantes está fadado à decadência.

Mesmo diante de tantas transformações ocorridas nas duas últimas décadas, onde a virtualidade assume um papel decisivo de mediação das relações sociais, o

individualismo se exacerba e os espaços públicos, em muitas cidades, se tornam sinônimo de medo e violência. Neste sentido, a necessidade do contato com o outro e do encontro, resiste, renasce e ganha novos contornos nas grandes cidades.

Segundo Ghel (2015) há uma demanda crescente por moradias individuais e cada dia menores. Sinônimas ou não de um propagado estilo de vida minimalista, o fato é que essa tendência tem chegado a extremos, como um apartamento de apenas 10m², anunciado em agosto de 2017, em São Paulo³⁶. Se de um lado, elas são uma resposta do mercado a novos dos modos de morar, por outro, sinalizam uma maior necessidade dos habitantes ocuparem espaços públicos para realizarem atividades que dificilmente espaços tão pequenos comportariam: como receber visitas ou lavar roupas. Para Raquel Rolnik, essa discussão remonta os debates ocorridos no II Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (1929), no qual o foco era distinto, apesar de tangenciar questões comuns:

Naquele momento, no entanto, não se tratava de debater qual deveria ser a metragem mínima da habitação, mas sim quais eram as necessidades básicas do viver, e isso extrapolava o âmbito das casas e apartamentos em si para abarcar toda a cidade. (ROLNIK, 2017)

Vemos, portanto, que as transformações sociais, ocorridas nos últimos anos, afetaram as formas de morar, cada vez mais individualizadas, que por sua vez, potencializam uma demanda por mais espaços de contato social nas cidades. Nesse sentido, a pressão crescente por espaços de convívio coletivos, devidamente equipados e adaptados para diversas atividades, vem se configurando lentamente como uma pauta fixa na formulação de políticas públicas relacionadas à qualidade de vida e ao planejamento urbano em diversas cidades.

Nesse contexto, os bairros ganham importância fundamental como unidades de planejamento, pois a qualidade de vida nesse pequeno território, deve ao mesmo tempo oferecer aos seus habitantes uma infraestrutura que garanta não só o acesso ao restante da cidade, como propiciar formas de contato com o outro, criar espaços de sociabilidade. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer e o investimento econômico e político de muitas décadas no planejamento de cidades para carros, ainda predomina na maioria das grandes cidades do mundo, com raras exceções.

³⁶ Link da matéria: <http://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2017/08/1910409-centro-de-sao-paulo-tera-apartamento-de-10-metros-quadrados-por-r-100-mil.shtml>

4.2 Bairro: o interior da cidade

A definição de bairro pode parecer um tanto quanto desnecessária, dado que o senso comum de um habitante citadino o reconhece imediatamente como uma unidade menor, uma pequena região, um pedaço³⁷ ou mesmo um determinado conjunto de casas e outras construções cuja localização é mais ou menos identificável no desenho da cidade. No entanto, bairro, como explica Tuan (2012), é quase uma abstração. Por um lado, pode constituir uma unidade administrativa (para efeitos de planejamento e gestão) com limites definidos segundo diversos critérios, além do espacial. Por outro, se configura como um conjunto de pessoas que vivem próximas e que desenvolvem uma rede de contatos e relações sociais que podem assumir um caráter extremamente complexo, as vezes amigável e cortês, noutras, bastante conflituoso. O que também não faz a definição de bairro coincidir com a ideia de comunidade.

Nesse sentido, a ideia de bairro para os seus habitantes, pode ser totalmente incongruente com as características a ele atribuídas por planejadores ou mesmo por habitantes de outras áreas da mesma cidade:

As palavras “bairro” e “distrito” tendem a evocar na mente dos estranhos imagens de formas geométricas simples, quando de fato os canais de atos amistosos, que definem o bairro, podem ser extremamente complexos e variam entre os pequenos grupos que vivem muito próximos. Além disso, a extensão percebida do bairro não coincide necessariamente à rede de contatos amistosos numerosos. Parece que a palavra “bairro” é uma construção da mente que não é essencial para a vida amistosa, o seu reconhecimento e aceitação dependem do conhecimento do mundo externo. (TUAN, 2012, p. 289)

Cordeiro (1997) também alerta para a existência de visões contraditórias entre habitantes e governantes. Segundo a autora a construção dos diversos significados acerca da cidade, partilhados por seus habitantes ou pelo menos parte deles, resultam de “intrincados processos de interação social” que, de alguma forma, ajudam a constituir visões de mundo e práticas sociais, geralmente contrastantes, senão bastante distintas, entre os que a habitam e os que a governam.

Tuan (2012) aponta um certo paradoxo entre o reconhecimento interno (dos moradores) e externo (que ele denomina estranhos) do bairro e seus limites, isto porque, segundo o autor, na medida em que o morador se afasta do bairro em direção

³⁷ Termo criado por Magnani (2008).

às áreas que o tangenciam e a outros bairros – distância necessária para reconhecer os seus limites – maior a probabilidade de estabelecer relações mais próximas com outras localidades, se afastando, portanto, da realidade social do seu próprio bairro.

Fato semelhante analisa Costa (2008) no seu estudo sobre a identidade cultural do bairro de Alfama – um dos bairros turísticos mais visitados de Lisboa – quando contrasta a visão interna (dos moradores) com a visão externa (frequentadores, turistas, moradores de outros bairros). O autor parte do pressuposto que a imagem do bairro de Alfama e, concomitantemente, seus limites e contornos socioculturais e espaciais, são construções que nem sempre podem ser esboçadas num mapa. Nesse sentido, a própria noção de limite, que demarca o bairro, pode ser apenas uma fronteira simbólica, algo que não pode ser materialmente identificável, evidente ou inequívoco. Embora os mapas possam orientar previamente a localização do bairro, eles não podem, no entanto, determinar o substrato das relações sociais que ali se desenvolvem, e que, em muitas situações, é o que o define enquanto tal.

O bairro é o universo de pesquisa de Costa (2008), que faz uma interessante discussão sobre a diferença entre “objeto de observação” e “unidade de análise”, que são, segundo ele, conceitos próximos, porém distintos e que o levam a refletir sobre o risco de se naturalizar a ideia de bairro. Na perspectiva do autor – cujo objeto de investigação é a identidade cultural – o bairro é definido enquanto “quadro específico de relações sociais” ali situadas e o dilema que se impõe é que, para reconhecer o bairro enquanto tal, já se parte de uma definição prévia do mesmo, pelo menos da sua localização.

No entanto, segundo o autor, para se apreender o que o bairro é de fato, é necessário empreender um processo de pesquisa de dentro dele e não apenas de fora, além de contrastar as duas visões. Assim, ao invés de criar um ciclo insolúvel para tentar definir o bairro, essa problematização é útil para se estabelecer abordagens e metodologias, que são bastante variáveis nos diversos campos de conhecimento que o elegem como objeto de análise, como na arquitetura, geografia, história, sociologia e antropologia.

Segundo Costa (2008), a antropologia talvez seja a disciplina na qual o bairro (entre outros conceitos de lugar), tenha gerado maior debate, como unidade analítica:

Talvez seja a antropologia, no entanto, que a questão tenha adquirido um cunho mais intrinsecamente constitutivo, uma vez que, em termos gerais, todo o desenvolvimento da disciplina foi acompanhado pela discussão do

modelo canônico, a um tempo metodológico e teórico, do trabalho de campo etnográfico realizado, através de observação participante, numa unidade social/cultural claramente delimitada e suficientemente autocontida. Deste modo, “tribos”, “aldeias” e “bairros” foram-se sucedendo como unidades de análise, num percurso que foi colocando dificuldades crescentes aos pressupostos clássicos da antropologia acerca do seu estatuto e da sua pertinência enquanto tais, isto é, enquanto unidades de análise possíveis e mesmo preferenciais. (COSTA, 2008, p.65)

A questão dos limites do bairro e sua definição também perpassam a teoria de Lynch (2002), no que tange à formação de uma imagem clara desta unidade espacial. Mesmo que exista uma localização aproximada, um contorno mais ou menos nítido de um conjunto de ruas e edifícios que formam um bairro e o nomeiam no mapa, pode-se observar que seus limites são imprecisos. Isto porque a localização geográfica não pode ser o único elemento que define um bairro. Segundo o autor a questão da delimitação das fronteiras dos bairros é extremamente variável, alguns possuem limites mais precisos outros indefinidos, outros ainda, não os possuem. Vemos, portanto, que a delimitação dos bairros, não é crucial para a sua constituição, que depende de outros fatores que reforçam a sua identidade. Na definição do autor, os bairros se configuram como:

[...] áreas citadinas relativamente grandes, em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspectos comuns. Podem estar organizados do ponto de vista interno e, ocasionalmente podem servir de ponto de referência externa, quando alguém por eles passa ou os atravessa. (LYNCH, 2002, p. 78)

Lynch (2002) ressalta que para reforçar a imagem ou o reconhecimento de um bairro é necessária a convergência de alguns dos elementos que o caracterizam: a aparência das construções ou algum componente que seja próprio daquele lugar (como o tipo das construções, o traçado das ruas, a arborização), as características socioeconômicas da população ou do comércio que ali se instala (classe social, comércio popular ou refinado, ou ainda um tipo de comércio concentrado numa mesma área) e, por fim, a frequência das ruas (mais carros, mais pedestres). Todos esses fatores, formam, segundo o autor, uma “unidade temática” que coloca um determinado bairro em contraste com o restante da cidade, mesmo que dentro dele não haja uma total homogeneidade dessa unidade temática.

Tuan (2012) analisa a relação que os habitantes desenvolvem com o espaço, a partir de três variáveis que se diferenciam a partir do perfil socioeconômico. São eles: reconhecimento, experiência espacial e sensação de satisfação. Os bairros de

Boston abordados pelo autor possuem um perfil bastante distinto. O primeiro deles é *Beacon Hill*, que pode ser definido como um bairro tradicional, com uma população rica e que define os seus limites a partir da manutenção do prestígio histórico que o constituiu enquanto espaço exclusivo, de casas habitadas por famílias e personalidades de prestígio. O bairro, não necessita de muros altos e cercas para se destacar ou se isolar do todo da cidade, é a história e o poder aquisitivo dos seus moradores que define suas barreiras geográficas, além da sua estética característica que o destaca na paisagem³⁸. Concebido como um subúrbio, ao longo do tempo, *Beacon Hill* ganhou bairros vizinhos com menor *status* social, que não usufruíram do mesmo planejamento que manteve afastados edifícios comerciais destinados a abrigar hotéis e outros serviços, que poderiam descaracterizar a imagem do bairro. Portanto, *Beacon Hill*, nos termos de Lynch (2002) seria um bairro que possui uma imagem nítida ou o configura como uma “unidade temática”, e, na caracterização de Tuan (2012) seria um bairro no qual as três variáveis, consideradas por ele, se amalgamam perfeitamente.

Outro bairro abordado por Tuan é *West End*, que segundo o autor, “ilustra a natureza multifacetada e frequentemente ambígua do conceito de bairro” (2012, p. 293). Assim como seu vizinho, *Beacon Hill*, *West End* foi fundado como um bairro operário, de descendentes de imigrantes italianos que dividiam a mesma área com irlandeses e judeus. Apesar do perfil estético do bairro em nada se assemelhar à homogeneidade do vizinho, havia um reconhecimento daquela área e sua denominação. No entanto, a partir de duas pesquisas citadas por Tuan³⁹ a consciência de uma identidade espacial da região contrastava com a falta de reconhecimento daquela área enquanto um bairro. O fato pode ser atribuído à variedade de subáreas com definições distintas, que caracterizavam a região de *West End*. Situação que mudou drasticamente quando foi cogitada uma operação urbana que ameaçou de despejo a população que ali habitava. A iminência da devastação daquela comunidade, parece ter despertado a consciência espacial de bairro, apesar de poucos moradores se engajarem na luta contra a sua destruição, por acreditarem que a sua rua ou quarteirão não seriam afetados pela mudança.

³⁸ Lynch (2002) também utiliza o bairro de *Beacon Hill* como exemplo e enumera os elementos físicos que distinguem o bairro dos demais, tais como: “[...] a homogeneidade de fachada, material, modelo, ornamento, cor, horizonte, disposição das janelas dos edifícios” (p. 79)

³⁹ Marc Fried e Peggy Gleicher (1961) e Herbert J Gans (1962)

Segundo Tuan (2012) esse fato pode ser explicado pela “intensidade da experiência e da preocupação espacial”, que varia conforme a classe social. Para o autor a experiência espacial da classe média está relacionada muito mais à valorização da sua casa e do entorno no qual ela se situa, que lhe garante um determinado *status* social e o valor comercial da sua propriedade, do que propriamente a razões emocionais ou mesmo um apreço estético pelo do bairro. Tuan detectou que essa diferença de percepção entre os habitantes de *West End* estava relacionada à forma como eles tinham consciência e valorizavam as características do bairro e que essa consciência variava conforme os habitantes tinham contato com outras regiões da cidade ou do mundo.

A grande maioria dos moradores de *West End* era composta por operários, *que* tinham acesso a um universo de experiências espaciais relativamente restrito. Nasceram no bairro ou ali viviam a maior parte de suas vidas, com raras incursões a outros lugares. Para esses habitantes a casa era o centro a partir do qual a vida se organizava e o bairro era seu mundo, confirmando em certa medida a teoria de Norberg-Schulz:

Sua consciência de bairro parece ser feita de zonas concêntricas variando seu grau de importância segundo o tipo e intensidade da experiência que eles têm delas. O centro da consciência reside no lar e na rua, ou num segmento dela. Dentro desse pequeno espaço, a classe operária de *West End* participa com grande frequência de atividades sociais informais, produzindo com o passar do tempo, um sentimento afetuoso pelo lugar, dificilmente alcançado nas comunidades de classe média. Além do lugar da casa, a classe operária pode se identificar intensamente com alguns outros lugares não muito distantes de sua residência. Estes são as áreas favoritas de recreação, os bares locais e talvez os centros comunitários. (TUAN, 2012, p. 295)

Ao contrário da classe operária, a classe média é mais seletiva em relação aos espaços públicos que frequenta. Conforme a teoria de Tuan (2012), isso ocorre porque o seu “sentido de lar” possui limites muito bem definidos, ou seja, há uma distinção clara entre o espaço privado da casa e o espaço público da rua, sendo que o primeiro é entendido como uma propriedade e o segundo como um lugar que não gera nenhum sentimento de pertença. Na pesquisa empreendida pelo autor, a classe operária, ao contrário, geralmente vê no espaço público uma extensão da sua casa e isto pode ser notado até mesmo na arquitetura da casa, mais aberta e permeável ao espaço externo da rua.

Outro fator que pode influenciar essa fluidez entre o espaço privado e público é o tamanho das propriedades, que carecem de espaços maiores de convívio, fator

que estimularia os moradores a usarem mais o espaço público como um prolongamento do espaço doméstico, o que de alguma maneira, ajuda a estreitar a convivência e os laços sociais com a vizinhança. Esse fator é certamente relevante para gerar um vínculo mais forte dos moradores com o lugar, pois o bairro não é apenas uma localização, um endereço. É, sobretudo, o lugar onde há uma vida social a ser desfrutada e compartilhada cotidianamente. Esse fato pode ser verificado na pesquisa citada por Tuan (2012), quando perguntaram aos moradores de *West End* se eles se mudariam para outro bairro e muitos deles relevaram que se mudariam se os vizinhos os acompanhassem.

O que Tuan (2012) busca apreender nas pesquisas citadas sobre os bairros de Boston (*West End* e *Beacon Hill*) e em duas cidades menores da Carolina do Norte (*Durham* e *Greensboro*) é qual das esferas (casa, bairro ou cidade) é mais significativa quando associada à satisfação com o lugar onde se vive. Qual dessas esferas constitui a imagem da cidade mais amplamente identificada com a qualidade e bem-estar ambiental. Sua análise aponta questões importantes sobre a percepção do espaço nas cidades, mesmo considerando o intervalo de décadas que a separa da realidade. Além disso, deveria considerar também um outro conjunto de variáveis importantes, como os efeitos da globalização da economia, o surgimento e expansão das redes virtuais e mesmo a aceleração dos processos de urbanização.

Merecem destaque, portanto, algumas das conclusões de Tuan (2012, p. 307-308), que serão retomadas mais à frente, na análise das histórias de vida coletadas na pesquisa de campo:

1. O bairro adquire maior importância, na medida em que é vivenciado, ou nas palavras do autor, “este é o bairro sentido”. E essa proximidade foi identificada mais nas classes trabalhadoras, que vivem mais intensamente o cotidiano do bairro que é uma extensão da sua casa, do que entre as classes mais abastadas, que geralmente moram nos subúrbios e condomínios;
2. A vizinhança exerce um papel fundamental na avaliação do bairro em detrimento até mesmo das condições físicas do espaço;
3. A clareza e o volume de imagens que se forma sobre as cidades (ou a imaginalidade) não são afetados de maneira decisiva pela experiência em relação a esses espaços;

4. As cidades grandes podem ser conhecidas em dois níveis: no nível abstrato (a cidade imaginada, a cidade símbolo) e a cidade experienciada, no qual o bairro assume um papel primordial.

Jacobs (2001) lembra a importância da vizinhança como uma unidade que se configura a partir da associação de pessoas que possuem interesses comuns, que segundo a autora é um dos “maiores trunfos de uma cidade”. No entanto, no atual cenário das grandes metrópoles, onde alguns bairros são muito extensos, verticalizados e cada dia mais adensados, as ruas, muitas vezes, assumem o papel dos bairros, ou seja, são comunidades menores capazes de aglutinar moradores e frequentadores em torno de questões comuns. São formados assim, microterritórios de ação e interação mais acessíveis, mais palpáveis. Isso não quer dizer que haja um tamanho ideal ou específico para que uma vizinhança seja bem-sucedida. O que indica a constituição de uma vizinhança – ou uma comunidade de interesses comuns autogerida – é a sua capacidade de atuar conjuntamente. Ou seja, que mantém a comunidade daquele lugar viva, mesmo que as ações realizadas em comum sejam as mais ínfimas.

O papel da vizinhança também é abordado por Santos, que conecta a proximidade espacial à densidade das relações sociais que se desenvolvem nas grandes cidades:

O fato, porém, é que, pela estruturação do seu território e do seu mercado – uno e múltiplo -, as cidades atuais, sobretudo as metrópoles, abertas a todos os ventos do mundo, não são menos individualizadas. Esses lugares, com sua gama infinita de situações, são a fábrica de relações numerosas, frequentes e densas. O número de viagens internas é muitas vezes superior ao de deslocamentos para outros subespaços. Em condições semelhantes, as grandes cidades são muito mais buliçosas que as médias e pequenas. A cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros. (SANTOS, 2002, p. 216)

Para o autor, a vizinhança geográfica ou a partilha de um mesmo território, gera uma espécie de fricção social que multiplica, adensa e diversifica as relações sociais e, por conseguinte, as trocas simbólicas ali ocorridas. Assim, a noção de proximidade espacial, impõe, de certa forma, uma convivência coletiva. Não há escolha, o espaço quanto mais adensado, mais intensifica a copresença.

A copresença em si, porém, não resulta necessariamente em socialidades, e estas, se geradas, não implicam na criação de relações sociais estáveis, agradáveis ou afetivas. Sobretudo, se o espaço for percebido como um campo de disputa de

forças múltiplas e nem sempre evidentes. Basta pensarmos no enorme fluxo de pessoas que rasga as ruas, que se acotovela nos transportes coletivos, que se enfileira nas escadas das estações de metrô ou que, mesmo em momentos de festa, se aglomera nas grandes arenas, praças e estádios. O cotidiano das grandes cidades, capaz de promover essa multiplicidade de trocas, no entanto, pode não imprimir intensidade e permanência às relações sociais que gera.

4.3 Caminhos: alinhar e entrelaçar sentidos

O estudo da espacialidade, que ganhou fôlego na modernidade, busca perceber qual é o papel do espaço na arquitetura, tanto no nível conceitual, quanto no nível experiencial, e pressupõe, a análise do espaço a partir do corpo em movimento, ou melhor, da acomodação do corpo ao espaço e deste, àquele. Segundo Aguiar, a espacialidade pode ainda ser definida em relação à sua materialidade:

Quanto à materialidade – o espaço como matéria espacial – a pesquisa da espacialidade se ocupa das características e propriedades do vazio, seu modo de arranjo tanto na escala do interior dos edifícios, quanto na escala dos interiores urbanos. [...] O vazio é naturalmente o domínio espacial do corpo e cenário no qual o movimento do(s) corpo(s) acontece, realizando desse modo o que se conhece, em arquitetura, como a atividade ou função, ou ainda, no âmbito do projeto, o programa. (AGUIAR, 2006, p.75)

A espacialidade permite, portanto, compreender essa interação ativa e mútua entre o movimento dos corpos e o espaço. Nas cidades, esse movimento se dá de forma incessante e intensa, dentro, fora e entre os edifícios. O espaço por sua vez, se acomoda e abriga esses movimentos ou os repele. Assim, a interação entre corpos e espaço supõe também o movimento, no sentido de uma adaptação deste às demandas individuais e coletivas dos corpos ali em trânsito.

Ressalta-se que a abordagem da arquitetura por meio do conceito de espacialidade coloca o corpo em evidência, não apenas como aquele que executa a ação, o movimento, como também, aquele que porta uma sensibilidade capaz de perceber e usufruir do espaço.

Thibau (2012) analisa a cidade no contexto contemporâneo, cujas transformações, de tão profundas, fez emergir uma nova sensibilidade. Para o autor, essas mudanças impõem a necessidade de criar referenciais novos teóricos e metodológicos, que abarquem questões próprias do ambiente urbano, dentre as quais ganham destaque, as sensoriais.

Nessa abordagem, o corpo e os sentidos passam a ser considerados; deixa-se de lado as decupagens disciplinares e um vasto espectro científico abre-se para o campo de investigação. Ao estudar o encaixe entre o sensível e o social, atualizar os esquemas de percepção cultural, escrever uma história das sensibilidades, tirar as medidas do espaço vivido, desenhar uma arquitetura pelas sensações, revisitar o lugar dos sentidos no pensamento filosófico ou fazer cair por terra a percepção comum através da performance artística, sempre haverá referências à experiência e se dará atenção especial aos registros sensoriais. (THIBAU, 2012, p. 3)

O autor acredita que ao situar o corpo e os sentidos no centro do debate sobre o urbano, a teoria avança e gera um vasto campo de análise que implica uma nova maneira de olhar e pensar a realidade, inspirada na expressão cunhada por Henry Lefebvre (1968): “realidades-prático-sensíveis”.

O autor mapeia uma cronologia das teorias derivadas da abordagem sensível do cotidiano das cidades e as sintetiza em três correntes principais, capazes de representar o que ele denomina como “ecologia urbana dos sentidos”. Todas elas têm em comum o conceito de estética, utilizado por ele na acepção original do termo grego *aisthesis*, ou seja, faculdade de sentir ou percepção pelos sentidos. São elas:

- a estética da modernidade, que explora as consequências das mudanças nas grandes cidades no início do século passado;
- a estética ambiental, atenta particularmente ao papel da natureza nos espaços vividos;
- a estética das ambiências, focada nas tonalidades afetivas dos espaços urbanos e arquitetônicos. (THIBAU, 2012, p.5)

A primeira corrente, a estética da modernidade, remete às origens do pensamento que situa o sujeito como vetor das experiências sensoriais ocorridas no ambiente urbano. Essa corrente é inaugurada por três autores alemães (Simmel, Kracauer e Benjamin) que, na transição entre os séculos XIX e XX, se debruçaram sobre os efeitos estéticos e sociais do modo de vida urbano, decorrentes das intensas transformações ocorridas, desde o início da industrialização.

Segundo Thibau (2012), embora guardarem profundas diferenças, as teorias desenvolvidas pelos três autores, fundam um *corpus* teórico que não se preocupa somente em descrever essas novas formas de experienciar a cidade, como também, de desvelar quais são os fatores que geram uma sensibilidade própria do urbano.

Em suma, Para Thibau (2012) os trabalhos de Benjamin, de Kracauer e de Simmel⁴⁰ buscaram captar o microcosmos das relações sociais próprias do urbano,

⁴⁰ Thibau (2012) se refere às proposições teóricas mais gerais na produção dos três autores e não a uma obra específica.

manifestas em pequenos gestos, atos, silêncios, posturas, olhares, enfim, sensações que se formam, em meio a uma torrente de imagens, técnicas, movimentos, objetos e o próprio ambiente construído, que inundam de novas imagens e estímulos o cotidiano daqueles que habitam as cidades.

Esse movimento em direção ao ínfimo acontecimento, ao corriqueiro da cidade, exigiu também uma acuidade do olhar, uma adaptação da qual se apropria o habitante, o transeunte anônimo, e o pesquisador, que analisa de perto o todo no qual está imerso. E não apenas o olhar mudou. Mudou, sobretudo, a forma de descrever, relatar e analisar tais experiências. Assim, ao invés de grandes tratados teóricos, ganham forma escritos mais ligeiros, mais fragmentários, como crônicas, poesias, passagens, anotações, formatos mais adaptados à estética própria da modernidade.

A segunda corrente, a estética ambiental, considera, segundo Thibau (2012, p. 7), “[...] o meio ambiente como um campo de experiência estética”. Nela, os objetos são analisados e contextualizados em estreita relação com o espaço e o ambiente que os envolve. São, por assim, dizer, espaços vivos, cuja dinâmica afeta a existência dos seus habitantes. A princípio essa corrente tinha como referente a natureza, se deslocando posteriormente para os ambientes rurais, até finalmente chegar ao ambiente urbano.

Da estética ambiental derivaram duas linhas de investigação: a primeira que privilegia a dimensão cognitiva da experiência ambiental e no conhecimento gerado a partir dela; a segunda, prioriza uma abordagem marcadamente sensível dessas experiências, leia-se, o caráter sensorial e perceptivo de tais experiências e as narrativas daí resultantes.

A terceira corrente descrita por Thibau (2012) é denominada estética das ambiências e trata mais especificamente das ambiências urbanas e arquitetônicas. Considerado um campo de estudos relativamente mais recente, se desenvolveu em dois momentos, sob a influência da fenomenologia. O primeiro momento destina a uma definição do conceito de ambiência, que a princípio, se concentrava apenas nos seus aspectos físicos e, devido ao aporte das ciências humanas, ganhou mais camadas. Assim, ambiência passa a ser definida como:

[...] o espaço-tempo experimentado pelos sentidos. Mais qualitativo e aberto, esse novo modelo de inteligibilidade da noção de ambiência foi sendo lapidado ao longo do tempo e desenvolveu suas próprias categorias de análise (efeitos sonoros, objetos, ambientes, configurações sensíveis), seus próprios métodos de investigação *in situ* (percursos comentados,

observações recorrentes, reativação sonora, etnografia sensível) e ferramentas de modelagem (modelagem declarativa, modelos morfo-dinâmicos, simulação inversa). (THIBAU, 2012, p.9)

O momento seguinte da evolução dessa corrente, destina-se a diferenciação do de ambiência de outros conceitos próximos e sublinha as “tonalidades afetivas da vida urbana” atribuídas ao ambiente construído. Segundo Thibau (2012), a evolução do conceito de ambiência permitiu a criação de um campo de conhecimento distinto de outros e com questões próprias que borram as fronteiras entre o sujeito sensível e o objeto percebido.

Arantes (1994), ao analisar a experiência urbana contemporânea, distingue a formação de contextos espaço-temporais híbridos, que têm como principais características a inconstância e a fluidez. Esses espaços – menos delimitados do que aqueles que definem os territórios identitários ou microterritorialidades⁴¹ – rompem com o estatuto da estabilidade do lugar e consideram o sujeito em fluxo.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Neste espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam, ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas. Penso que os lugares sociais assim construídos, não estão simplesmente justapostos uns aos outros como se formassem um grande mosaico. A meu ver, eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição, onde os sujeitos e os cenários de sua interação desenvolvem atributos análogos ao que Victor Turner chamou de **liminares**⁴². (ARANTES, 1994, p.191)

Para o autor, esses cenários, ou ambientes, podem ser definidos como zonas de interseção entre mundos sociais totalmente distintos, que ali estão em constante fricção. São ambientes que abrigam visões de mundo tão distantes que se tornam quase invisíveis umas às outras e, no entanto, dividem o mesmo espaço. Geralmente esses ambientes correspondem a zonas de intenso afluxo de pessoas, como as regiões centrais das metrópoles, os centros comerciais, os grandes mercados populares e as praças. São enfim, ambientes que acomodam práticas culturais diversas, espaços públicos por excelência, que fazem conviver identidades múltiplas.

⁴¹ Microterritorialidade é uma linha de pesquisa da geografia, e mais precisamente na chamada microgeografia, que tem como pressuposto a revalorização do sujeito como portador da ação, ou seja, que interfere na dinâmica do ambiente que habita a partir das suas práticas culturais cotidianas, que são também, expressões da sua vida social.

⁴² Grifo do autor.

Segundo Arantes (1994), os espaços liminares não apenas possuem delimitações vagas, como também tornam indefinidos os contornos das experiências que ele abriga. Eles são cenários do imponderável, onde o tempo parece suspenso e tudo está prestes a acontecer. Nestes ambientes, medo e vigilância, regra e transgressão, andam lado a lado. No entanto, como sublinha o autor, abaixo de uma superfície de aparente normalidade, emergem outros tipos de racionalidade e de contratualidade que imprimem o ritmo dos acontecimentos.

Nesse ensaio, Arantes (1994) convida os leitores a fazer uma caminhada a pé e de metrô, como um exercício do olhar para uma região liminar localizada na região central de São Paulo, nomeadamente, a região da Praça da Sé. Durante o trajeto, ao adentrar o metrô, passando pelo Bairro da Liberdade, até chegar na Catedral da Sé, ele descreve a paisagem, os gestos, as atitudes que observa e faz uma reflexão interessante sobre a diferença entre a observação a partir de uma posição estática, e a observação em movimento, ao longo da caminhada.

Ao caminhar pela cidade, cruzam-se constantemente fronteiras, atravessam territórios interpenetrados. O trajeto efetivamente percorrido (com afetividade) no chão é diverso daquele que se percebe num sobrevoo ou que se pode varrer com o olhar estrategicamente colocado, quando se mira do alto de algum ponto seguro. Os passos do caminhante atento não costumam simplesmente uns aos outros pontos desconexos e aleatórios da paisagem. Ele se arrisca, cruzando umbrais, e assim fazendo, ordena diferenças, constrói sentidos, posiciona-se. (ARANTES, 1994, p. 196)

É importante destacar a relação do caminhar com a linguagem, feita pelo autor, que recorre a Certeau (1994) quando associa o caminhar como um “espaço de enunciação”⁴³ que acessa a ação no presente, o ser e o estar, o aqui e o agora. O caminhar acede também os lugares do passado, revividos através de lembranças e emoções associadas a eles, mesmo que de forma fragmentada. Assim, a caminhada, revela também sua dimensão temporal, combina, por assim dizer, passado e presente, num mesmo espectro de sensações associadas aos lugares percorridos.

⁴³ Como vimos anteriormente, em Harvey (2001) ao articular a teoria Hagerstrand (1970) com as proposições de Michel de Certeau (1994).

4.4O Percurso como História de Vida

Certeau (1994), quando analisa os poderes e discursos que ideologizam as cidades como cidades-conceito e, de alguma forma, determinam uma imagem racional dela, propõe como alternativa, um retorno às práticas, ou melhor, à teoria das práticas cotidianas, mais próximas do familiar que a cidade representa. Para o autor, colocar os pés na cidade é a síntese do fazer milimétrico e subterrâneo que desenha a cidade.

A história começa no nível do chão, com passos. São miríades, mas não compõem uma série. Não se pode conta-los porque cada unidade tem um caráter qualitativo: um estilo de apreensão tátil e apropriação quinestética. Sua massa fervilhante é uma coleção de singularidades. Suas trilhas entrelaçadas, dão sua forma aos espaços. Eles tecem lugares em conjunto. A esse respeito, os movimentos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência de fato constrói a cidade”. Não os localizamos, ou melhor, são eles que se espacializam. (CERTEAU, 1994, p.28)

O autor compara o caminhar à construção de uma retórica, cujo estilo é correspondente a “compor um percurso”. Cada caminhada, guarda um determinado estilo de ser e de estar na cidade. O uso, por sua vez, corresponde à norma, que comunica um fenômeno social que representa. Num dado conjunto de práticas cotidianas, o andar assim como o falar, o habitar, marca singularidades, “modos de operar”. No entanto, explica Certeau (1994), enquanto o estilo está relacionado a “um processo peculiar do simbólico”, o uso refere-se aos “elementos do código”. Unidos e inter-relacionados, estilo e uso criam maneiras de ser e operar.

Bosi (1992) recorre a Merleau-Ponty para pensar a relação entre as histórias de vida e o espaço:

Se o espaço [...] é capaz de exprimir a condição de ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira a sua seiva. Em primeiro lugar a casa materna; tal como aparece nas biografias é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou a nossa vida, o bairro. (BOSI, 1992, p. 146)

Para a autora, os espaços também tecem as suas biografias, suas narrativas. Eles também nascem, amadurecem, envelhecem, e muitas vezes, desaparecem. Neles estão inscritas as histórias de centenas ou milhares de vidas. As histórias de vida dos seus habitantes, que revelam acontecimentos que tocam o chão. São caminhos traçados e dissipados ao longo do tempo. Ali vidas se entrelaçam no cotidiano das calçadas, nas festas religiosas, na capina dos quintais, na poda das

árvores, nas ocorrências ínfimas e extremamente significativas do vai e vem dos dias e das noites.

Segundo Bosi (1992) o bairro é uma “totalidade estruturada”, que funciona como um amálgama da identidade, que liga nossa existência a uma continuidade espacial mais próxima, familiar e (re)conhecida. A cidade, por sua vez, guarda os caminhos, que nos levam e nos trazem até ele. Assim como nas histórias de vida, esses trajetos (passeios, calçadas, ruas) ajudam a tecer o que a autora denomina como “trajetória da alma”.

No entanto, na medida em que o familiar começa a se desfazer, perder os contornos através dos quais os reconhecemos, apagam-se as marcas significativas, tornam-se indiferentes, tanto quanto os demais lugares. A pressão imobiliária nas grandes cidades, especula sobre a construção de uma boa vizinhança. Bairros que conseguem construir relações humanas próximas e saudáveis, que criam um espírito de comunidade, geralmente se tornam alvos lucrativos de um mercado que sonda a singularidade dos lugares.

Ao analisar o contexto contemporâneo, Bresciani (1992) descreve as cidades num tom melancólico, assim como surgem no senso comum: como lugares violentos, inóspitos e pouco propícios ao desenvolvimento das sociabilidades. Segundo a autora, a cidade, ao longo do seu desenvolvimento enquanto fenômeno social e econômico, herdou um conjunto de problematizações concebidas em fins do século XIX, que foram unificadas no termo “questão urbana”, em contraste com a fragmentação e complexidade nela presentes.

Bresciani (1992) sintetiza esse conjunto de questões geradas na formação do conhecimento acerca do urbano, em cinco portas conceituais: i) a cidade como questão técnica (uma obra de engenharia conjugada com a visão médica); ii) a cidade como espaço da pobreza (lugar concentrador da desigualdade econômica e social); iii) a cidade como um espaço de formação de novas identidades sociais; iv) a cidade como educação dos sentidos e a formação de uma nova sensibilidade e, v) a cidade como lugar da história (lugar de embate entre a liberdade individual e os mecanismos de controle econômico e social).

Dentre as cinco portas conceituais descritas acima, a autora destaca ainda uma sexta, na qual o conceito de território é relativizado e se torna mais poroso, atravessado por determinações subjetivas, que o afastam de uma mera delimitação espacial. Esta última via conceitual privilegia as trocas simbólicas ocorridas no espaço

da cidade e abre a possibilidade de romper com o quadro teórico delineado em fins do século XIX, deixando entrever a ideia de uma cidade plural.

Bresciani (1992) se apoia na teoria de Anne Calquelin (1982) para falar de uma cidade móvel, cuja base é constituída por memórias, discursos, narrativas, escutas, escritas e percepções segmentadas e exige uma noção menos fixa e palpável do tempo e do espaço, cuja impermanência, tece, desfia e alinhava identidades em constante fluxo. Falamos aqui não de uma única cidade, mas de muitas contidas em uma só e a um só tempo:

[...] a simultaneidade de redes simbólicas diferentes relacionadas a discursos diversos e que fazem das cidades, lugares onde se pode viver: bairros de impossível definição quanto aos seus limites territoriais, que não coincidem com as divisões geográficas e administrativas, impenetráveis para o viajante de passagem que se orienta pelo guia turístico. Ela, a cidade, é também a construção textual de romancistas: suas ruas, casas, avenidas, lugares de trabalho e de lazer configuram uma realidade mais completa do que aquela construída. O espaço urbano pode ser suporte de memórias diferentes, cenários contrastados, múltiplos, convergentes. Os discursos, escritos ou falados, envolvem um bairro, uma cidade e lhe conferem identidade, uma imagem cultural em movimento constante feito de pequenas subversões. (BRESCIANI, 1992, p. 165)

A metáfora do espelho é muito utilizada como representação do espaço, como uma extensão da sociedade, sobretudo do espaço urbano. Gomes (2013) lista três usos comuns dessa metáfora e as leituras e críticas daí decorrentes. No primeiro uso, a imagem que se forma da sociedade, encontra seu homólogo concreto na forma da cidade. A cidade surge assim, como um espelho, um reflexo espacial capaz de descrever a sociedade que a habita. A crítica a esta concepção, dirige-se, segundo Gomes (2013), ao papel passivo que o espaço assume. O espaço torna-se assim um mero produto derivado das relações sociais que nele se desenvolvem.

A segunda, liga personagens a lugares. Nela identidade, sujeito e espaço se mesclam num “recíproco jogo de imagens”, onde um pode ser tomado pelo outro. Ambos possuem características que se impregnam mutuamente. E assim, um conjunto de imagens passa a configurar não só o personagem-tipo (real ou ficcional), como também o espaço a ele associado, que carrega um conjunto de sentidos que equipara ambos. A crítica a esse modelo é semelhante ao do primeiro modelo: há um apagamento do espaço em função do personagem. Um substitui o outro.

A terceira forma de adoção da teoria do espelho se relaciona mais comumente aos espaços públicos. Segundo o autor, nela o espelho é usado como construção de imagens de alteridade, da consciência da diferença e do outro (que espelha a minha

presença). Muitos autores, apontam que essa via beira o esgotamento nas sociedades contemporâneas, onde a enorme profusão de imagens geradas, a espetacularização do cotidiano e os eventos de massa, eliminam a sua capacidade de gerar alteridade. Nesse cenário hiperconectado de imagens e informações, o outro já não nos interessa mais. O interesse se centra numa identidade que é moldada pela mídia e que penetra em todas as frestas do nosso cotidiano. Somos seduzidos pela nossa própria imagem ou pela imagem do nosso desejo. O “*self*” enquadra o espaço como paisagem, como uma moldura, um testemunho de um fragmento de tempo capturado pelos celulares.

Portanto, o espaço não apenas figura como espelho, como um coadjuvante vulgar dos acontecimentos sociais e espetaculares do nosso cotidiano, como também é componente inevitável das narrativas que se constroem em torno da vida nas cidades. Não cabe aqui nos alongar em todas as possibilidades nas quais a cidade protagonizou e inspirou as mais diversas linguagens artísticas que ajudaram a formar o imaginário em torno dela, como na literatura, cinema, teatro, fotografia, pintura e televisão. Nos deteremos apenas na capacidade que o espaço possui em se infiltrar nas narrativas, especialmente naquelas relacionadas à memória, ao vivido.

No seu delicado livro que fala da relação entre a memória e a casa da infância, Jordão (2016) descreve como a memória é traduzida na narrativa:

Narrar é capturar uma centelha fugidia do imaginário, retirá-la da condição de percepção etérea e desconfigurada, de pensamento abstrato ou sensação, e dar a ela um banho de revelador como nas fotografias, fazendo surgir os contornos organizados do sentido que a linguagem provê, imagens que pouco a pouco se desdobram em palavras, tomando uma forma, se alastrando neste transformar em objeto daquilo que era percepção. Aos dados surgem do imaginário e que passam pelo manusear da narrativa são acrescidos um tom, uma intenção, uma situação que se impõe pelo momento da narrativa, uma visão de mundo do narrador, uma ideologia, um conjunto de códigos internalizados no indivíduo. (p. 1225-1231)

Nas narrativas relacionadas à memória, somam-se ainda outros elementos, tais como: a visão de outros participantes (também memórias que se somam a do narrador e podem criar narrativas paralelas, dialogar); a falta de linearidade (as memórias passeiam entre o passado e o presente e são reconstruídas e reinterpretadas a todo momento) e por último, impregnados nelas, estão também os recursos que nos ajudam a acessá-la (lugares, anotações, fotografias, cartas, objetos, recortes de jornal, ou seja, qualquer fragmento material que confira veracidade àquela lembrança).

Os lugares, nesse sentido, seriam os arca-bouços que protegem a memória, que lhes dá vida quando acessados, ajudam a reconstruí-los, por assim dizer, pois muitas vezes, eles só se tornam palpáveis, só voltam a existir, quando narrados.

5. CIDADE, COTIDIANO E IMAGINÁRIO

Em cada cidade do império, os edifícios são diferentes e dispostos de maneiras diversas: mas, assim que o estrangeiro chega à cidade desconhecida, e lança o olhar em meio às cúpulas de pagode e claraboias e celeiros, seguindo o traçado de canais hortos depósitos de lixo, logo distingue quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona. Assim – dizem alguns – confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade exclusivamente feita de diferenças, uma cidade, sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares.
(CALVINO, 2003, p. 17)

Se adotarmos uma definição bastante genérica da cidade, esta poderia ser descrita como uma unidade tempo-espacial resultante de um processo de fixação de um grupo de pessoas num dado território. Em sua forma material, a cidade é também resultado de um processo de domínio da natureza, artefato de silhueta reconhecível, que assume uma forma, uma estética, uma lógica e um simbolismo, que são determinados pela cultura e pelas condições políticas e econômicas da sociedade que a criou. Ou seja, ela é desenhada, construída, ocupada, organizada e habitada de maneiras específicas e extremamente variáveis ao longo da história e em todos os continentes. Esta é a cidade visível, que se oferece concretamente à leitura, se materializa no espaço por meio das suas vias, construções, vazios, monumentos, e, enfim, da vida que a povoa e que a transforma cotidianamente. É uma cidade palpável, cuja história se inscreve nos rastros deixados pelo tempo nas suas pedras.

Há, contudo, uma outra cidade, gravada nesta que é tangível, que não tem contornos perceptíveis e definidos. Sua geografia é infinita, não possui limites e fronteiras. Não pode ser facilmente percebida através da superfície material que lhe dá suporte. Ela encontra-se submersa no tempo e no simbolismo que carrega. É uma cidade volátil, impalpável, cuja presença e existência, contudo, é irrefutável. Essa cidade é também singular e plural. Cidades que se constroem com representações, sonhos, desejos, projeções que povoam ou já povoaram o imaginário. Algumas delas, migram de *status* e são concretizadas, outras, permanecem no terreno etéreo do devaneio, sendo, no entanto, capazes de se infiltrar na projeção de uma cidade possível.

Neste capítulo, abordaremos ambas as dimensões da cidade, e, especialmente, a cidade objeto desta investigação: Belo Horizonte. Cidade idealizada como uma ponte entre duas eras: a transição entre o Brasil Colônia e o Brasil República e a passagem do século XIX ao XX. No bojo dessa mudança, opera-se outra, ainda mais profunda. A antiga e tradicional Minas Gerais, deixa de sediar a capital do Brasil Colônia, que Ouro Preto não sustenta mais em seus alicerces cansados, que migra rumo à Guanabara, para conduzir o país a modernidade. Belo Horizonte tem como esteio da sua fundação, as expectativas de um progresso que supere o Brasil Colônia, impregnado na riqueza arquitetônica do Barroco de Ouro Preto, como ideia de um passado subjugado aos interesses da coroa. A cidade imaginada, planejada, sonhada, enfim se materializa, ganha vida e mira um novo tempo.

5.1 A Cidade Tangível

Abordaremos neste tópico o contexto político e econômico que, em fins do século XIX, gestou a mudança da capital do estado de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte. Não cabe aqui fazer este percurso de forma detalhada, com todas as suas nuances históricas, políticas e urbanísticas. Nos interessa, por hora, compreender como o ideário sustentado no tripé progresso, liberdade e ordem – próprios da república – foi traduzido e concretizado no chão do antigo arraial de Curral Del Rei que deu origem à primeira cidade planejada do Brasil.

Grossi (1997), por ocasião do centenário de Belo Horizonte, escreveu um belíssimo artigo no qual relaciona a ideia de liberdade à cidade. A autora parte de dois mitos fundadores da civilização ocidental – o êxodo dos judeus do Egito em busca de um lugar para se estabelecer, e, a fundação de Roma, narrada por Virgílio no poema Eneida –, ambos, criam cidades animadas pela ideia de uma comunidade em busca de liberdade. No entanto, como frisa a autora, a liberdade que inspira a ideia de cidade, não se materializa por meio de algum gesto milagroso que a ergue, ela é fruto de um exercício de construção teimoso e dioturno, que também é o exercício de viver em comunidade e remete à experiência da democracia na *pólis* grega.

No entanto, a passagem do tempo contaminou essa relação seminal da cidade como sede da democracia, a afastou fatalmente da ideia de liberdade e a transformou na sede do poder econômico, que subjugou o trabalho às vontades do capital e faz

emergir tensões e disputas que convivem lado a lado. Embora esse afastamento tenha ocorrido de forma generalizada, segundo Grossi (1997), no caso brasileiro, e, em especial, na criação da nova capital de Minas Gerais, é necessário frisar dois aspectos importantes: o primeiro está relacionado ao fato de que o Brasil vivia uma contradição de ao mesmo tempo ser colônia e sede da monarquia portuguesa às vésperas de se tornar república; o segundo, é que, das várias insurgências ocorridas neste período, uma das mais emblemáticas é a conjuração mineira, que erigiu o mito de Tiradentes e deixou marcada na bandeira do estado a frase *Libertas Quæ Sera Tamen*, inspirada em um poema Écloga⁴⁴, do mesmo Virgílio que narra a criação de Roma. Vemos, portanto, que a visão de liberdade envolve o ideário que deu origem à nova capital de Minas Gerais como um marco inaugural da república, e, ao mesmo tempo, carrega o mito da emancipação logrado pelos inconfidentes.

Importante lembrar como se deu o processo de colonização brasileiro, no qual os portugueses se deparam com o enorme problema de dominar um território de vastas proporções, cuja solução encontrada foi ocupar, povoar, criar ou, pelo menos, estimular a criação de vilas e posteriormente cidades que seriam a extensão do poder da coroa sobre grandes nacos de terra a ser explorada. E a partir das vilas, a criação de vias, estradas, que dessem conta de escoar a riqueza granjeada em terras brasileiras em direção a Europa. Assim, as cidades, antes de serem comunidades, eram pontos marcados no mapa do domínio territorial português em solo brasileiro. Eram lugares onde a exploração era fecunda. Defesa, ataque e proximidade dos veios d'água eram substratos que ordenavam a criação das vilas⁴⁵, num primeiro momento. Povoados que cresciam espremidos em meio a vales e declives acentuados, onde, de longe, era possível detectar a aproximação de estranhos e proteger-se em caso de ataque.

Minas Gerais tem um papel fundamental na história da urbanização brasileira. Suas jazidas materializaram o idílio português da fortuna de fácil exploração e atraíram migrantes inebriados pela sorte de uma vida melhor, que colaboram para a formação uma nova comunidade, agora ocupada pela iniciativa privada e não pelo

⁴⁴ O poema narra um diálogo no qual Meliboeus pergunta a Tityrus o motivo dele visitar Roma. A resposta dada – "*Libertas, quæ sera tamen, respexit inertem*" – inspira a frase da bandeira, que circunda um triângulo vermelho, que segundo alguns autores, faz alusão aos princípios da Revolução Francesa, que influenciou o movimento mineiro.

⁴⁵ Sobre a criação das vilas e suas características e a criação da rede urbana no Brasil Colonial ver Holanda (1982) e Moraes (2006).

Estado, mas sob forte vigilância deste que cria meios ostensivos de controle sobre a população, e, claro, sobre tudo que era explorado nas minas. Assim, como enfatiza Grossi (1997), o papel das vilas, e posteriormente das cidades, tem por trás da sua criação, uma tentativa de maior monitoramento:

As contradições geradas pelo antagonismo de interesses entre a Metrópole e a colônia vão criar cenários de resistência e luta de classes contra a opressão do Estado. A organização das vilas e povoados passa a ter o desígnio claro de se conseguir maior controle sobre os habitantes. Até os últimos decênios do século XIX, as cidades são raras na paisagem brasileira. Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, novos construtos agenciam as necessidades. Deseja-se promover uma nova ordem: para engendrará-la e assegurará-la são imprescindíveis as cidades. (GROSSI, 1997, p.16)

Não por acaso, datam desse mesmo período, as reformas ocorridas no Rio de Janeiro, sob o comando de Pereira Passos (entre 1903 e 1906) , e, em São Paulo (Plano Bouvard para o Vale do Anhangabaú, 1911), que por trás de um verniz higienista, reorganizam a cidade a partir de diretrizes espaciais excludentes e hierarquizadas, criando um núcleo central eminentemente burguês, com uma estética padronizada, limpa e racionalmente pensada e esquadrinhada para separar pobres e ricos. Acreditava-se que esse modelo geraria condições de vida mais adequadas à população – não em toda a sua extensão, como veremos mais à frente – resultando no desenvolvimento das forças produtivas locais.

Caminham lado a lado, no processo de modernização das cidades brasileiras, no período inicial da República, a racionalização do espaço e a organização do Estado brasileiro como uma unidade coesa. Cidades vitrine de um desenvolvimento almejado, que deixa no passado o estigma de uma colônia fragmentada, com províncias dispersas e precárias. Ao lado da reformulação das cidades, a república privilegia também a criação de vias rumo ao litoral, para escoar o café, que a essa altura, era responsável por parte significativa da produção brasileira que era exportada, em especial as regiões que compreendiam os estados Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

A República surge assim, como um motor do desenvolvimento amplamente apoiado nas ideias positivistas, que também podem ser identificadas no planejamento de Belo Horizonte:

A matriz positivista se encaixa em leis que garantem o funcionamento da sociedade. Os positivistas tentam justificar e ao mesmo tempo definir o nosso atraso cultural. Acreditam na escola como restauradora de nossas forças

sociais, e consideram a República como uma perfeita forma de ordem política moderna, com seus mecanismos de participação. O lema positivista, “a ordem por base, o progresso por fim”, sustenta-se na razão que engendra o conhecimento científico. Sua influência simbólica repousa na bandeira brasileira, e seus princípios de neutralidade e racionalidade estarão também presentes no planejamento da cidade de Belo Horizonte. (GROSSI, 1997, p.17)

Segundo Julião (2011) a história de Belo Horizonte tem início em 1891, por ocasião da reformulação da Constituição do Estado de Minas Gerais, na qual, a questão foi defendida pelo então presidente do estado, Augusto de Lima (citado pela autora), que no seu discurso, fez uma contundente defesa da transferência da capital e de sua necessidade: “[...] uma nova Capital que seja o centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade [...]” (JULIÃO, 2011, p. 116).

Apesar de não ser nova a ideia de uma mudança da capital do estado, já aventada anteriormente por alguns dos conjurados mineiros que propunham transferi-la para São João Del Rey, a construção de uma nova cidade para sediá-la ganhou renovado impulso com os ares da república, no entanto, causou enorme polêmica no parlamento, sede de inúmeros e calorosos debates sobre o tema. Ressalta-se que este não era um fenômeno isolado. Ele se inseria num movimento mundial trazido pelos efeitos do rápido processo de industrialização, que ampliava e internacionalizava mercados, aproximava distâncias e impunha uma nova dinâmica das relações de trabalho até então vigentes, principalmente no Brasil, que acabava de libertar seus escravos. Assim, a ideia da construção de uma nova capital emulava valores que operariam um salto em direção ao progresso, que cativava elites ao redor de todo o mundo:

A possibilidade de se fundar uma cidade para abrigar a sede do poder estadual delineava-se, por conseguinte, nesse horizonte de expectativas – confiantes ou não – em relação à jovem república brasileira. O projeto instigou as mentes contemporâneas, produzindo uma constelação de imagens urbanas. Entusiastas projetavam na futura Capital um ambiente promotor de desenvolvimento material, social e cultural. Como um personagem prometeico, creditavam-lhe o poder de desfazer o descompasso de Minas em relação a padrões civilizacionais desejados, de modo a atrair o progresso e irradiá-lo por todo o Estado. (JULIÃO, 2011, p.117)

Em 1893, dois anos depois da decisão da criação da nova capital, foi decidido o local da sua instalação, após uma série de estudos. A posição geográfica da nova sede, no centro de Minas Gerais, já ensejava o desejo de consolidação do estado, amenizando singularidades e distâncias regionais, ao mesmo tempo que representava

o fortalecimento do poder, que agora alcançava todo território, ingrediente vital para o desenvolvimento do Estado nessa nova era que se adentrava. Esse ideário que conquistou muitos simpatizantes à época, não sem um acirrado debate político, como vimos anteriormente, é explicitado no trecho do relatório do engenheiro Francisco Bicalho⁴⁶, citado por Araújo (1997) dirigido ao governador, um ano antes da inauguração da cidade:

A ignorância do que a vida pode ter de confortável, o hábito de contentar-se com pouco, a modéstia de costumes, a resignação e frugalidade de árabe, enfim, são contrários ao desenvolvimento da riqueza. A Nova Capital vai forçosamente irradiar benéfica luz por todo o Estado, mostrando que os gozos sociais não se coadunam com a simplicidade patriarcal da vida mineira e, ao despertar louváveis ambições, instigará o trabalho, as indústrias, a lavoura, o comércio, a necessidade de relações de toda a sorte e, em última análise, o desenvolvimento da produção e da riqueza geral. (ARAÚJO, 1997, p.50)

Imaginada como uma proposta inovadora, Belo Horizonte foi inspirada no ideário reformista parisiense *haussmanianno*, assim como no planejamento de Washington⁴⁷, conforme descreve Lemos (2010). Embora tida como mensageira de mudanças em direção a uma sociedade mais moderna, a construção de Belo Horizonte, na sua execução, resultou na segmentação do espaço, privando parte da população da infraestrutura da cidade, que foi priorizada na Zona Urbana nos primeiros anos de ocupação.

O Plano Urbano de Belo Horizonte incorporou ideias higienistas desde a sua concepção. Um dos indícios dessa influência, foi a inserção de um médico na Comissão Construtora da Nova Capital. Outro, foi a concepção das suas avenidas e ruas como generosas artérias e veias que rasgavam a cidade em várias direções, favorecendo a mobilidade e a circulação ar, além de embelezar e dar amplidão aos espaços, numa contraposição clara ao acanhamento e à sinuosidade das ruas provincianas de Ouro Preto. Segundo Julião (2011) essa era uma tônica da época:

Eram questões pertinentes numa época em que as noções de higiene e salubridade passavam a reger a gestão das cidades. Assim como nos países industrializados, no Brasil o meio ambiente tornara-se o foco das atenções urbanistas; técnicas e saberes médicos eram convocados para o controle

⁴⁶ Francisco Bicalho substituiu Aarão Reis na chefia da Comissão Construtora da Nova Capital. O relatório enviado ao governador para justificar os gastos realizados até aquele momento, como um sacrifício necessário para se alcançar o desenvolvimento material e intelectual, pilares da vida moderna.

⁴⁷ Ver mais sobre o Plano Original de Belo Horizonte na obra de Lemos (2010).

sanitário de cidades, com vistas a eliminar ou corrigir aspectos ambientais comprometedores para a saúde pública. (p.121)

Lemos (2010) descreve a atuação de Aarão Reis e seu sucessor na Comissão Construtora da Nova Capital da Nova Capital, Francisco Bicalho, como a de “verdadeiros higienistas”. Dos três setores definidos no plano original, a Zona Urbana era o setor mais detalhado. Já a Zona Suburbana não possuía a mesma regularidade e seguia a disposição da topografia que delineava o tamanho das quadras, que eram, portanto, variáveis, apesar das ruas terem a metragem padronizada de 14 metros. O último espaço em relação ao centro, a Zona Agrícola, circundava a Zona Suburbana e tinha espaços mais amplos, destinados a formar um cinturão verde que abasteceria a capital.

A autora aponta a rigidez do planejamento da Zona Urbana, em detrimento das demais zonas e, sobretudo, a preocupação em ordenar a ocupação e o uso desses espaços:

A ação de controle do uso e da dinâmica econômica e funcional da Zona Urbana penaliza a Suburbana, que acaba recebendo aquilo que não é relevante ou o que não se adequa à primeira rede. Nela, o geometrismo é abandonado, dando lugar à irregularidade e à assimetria, que são princípios culturalistas. Com uma distribuição desordenada das atividades, a espacialidade da Zona Suburbana é simultaneamente fracionada e atomizada, reencontrando nesse quadro os princípios progressistas. Em última instância, tanto a Zona Suburbana, quanto a Agrícola cumprem o papel de reserva fundiária da Zona Urbana, fazendo com que a ordem nesta se mantenha. (LEMOS 2010, p. 30)

Outro ponto que merece atenção no traçado da cidade é que ele espelhava o desejo de centralidade e a consolidação do poder do estado. Segundo Grossi (1997):

A planta da cidade, quando da decisão do local pelo antigo vilarejo Curral d'El Rey é o resultado de uma rígida trama ortogonal, baseada num círculo, de onde nascem avenidas que se desdobram em acessos centrais para outras áreas. Essa via, em anel, fecha a cidade [...] Trata-se de uma avenida de contorno, denominada 17 de Dezembro⁴⁸, que separa a zona urbana da suburbana. Essa divisão foi justificada pela conveniente facilidade na distribuição dos impostos locais, servindo também para a circulação de pessoas e mercadorias. Na zona urbana, temos as atividades econômicas e administrativas, ponto de partida para o povoamento. O círculo é forma de identificação perfeita, com equilíbrio e harmonia das partes. Concentra sua força a partir de um ponto central, comandando seus direcionamentos

⁴⁸ A Avenida 17 de Dezembro teve seu nome alterado, posteriormente, para Avenida do Contorno, incorporando na própria nomenclatura a função de delimitar a área planejada, urbana, da área suburbana, que se desenvolveu sem o mesmo rigor vigilante das autoridades locais.

legíveis de imediato; como referencial da cidade, identifica-se com a ordem do Estado e as ressonâncias do poder. (p. 19)

Passo em direção ao futuro, a criação de Belo Horizonte, no entanto, se instala em meio a um anacronismo que tem de um lado uma ideia de progresso, e, de outro, um culto à tradição e ao brilho de um passado não muito distante. Essa é apenas uma das contradições que a mudança da capital deixa em seu rastro. Segundo Julião (2011), a criação da Nova Capital gera um sentimento de melancolia em relação a um passado de riqueza e, ao mesmo tempo, ao atraso e ao provincianismo, respectivamente identificados com Ouro Preto e o Arraial do Curral Del Rei (e, por conseguinte, com o interior do estado):

Restava-lhe o abandono ou, na melhor das hipóteses, prestar-se a monumento de recordação. Aos olhos de adeptos da mudança, Ouro Preto apresentava-se como uma espécie de lembrança a interpelar a promessa de progresso: nicho da memória de um mundo hierarquizado, envolto em uma aura religiosa e aristocrática, povoado de funcionários públicos, gente letrada e uma massa de trabalhadores recém-saídos da escravidão. Como concebê-la como "templo da indústria e do trabalho", quando era percebida justamente como guardião de valores patriarcais, em que o trabalho e a produtividade humana eram menosprezados pela mentalidade escravista? O pequeno povoado do Curral Del Rei partilhava com Ouro Preto de sua suposta inadequação temporal [...] sertão rústico, inculto, predominantemente caipira, alheio às convenções citadinas e às conquistas da ciência e tecnologia. [...] Às vilas e povoados tradicionais de Minas Gerais era associada a ideia de um povo sem instrução e doente; portador de um "enfazamento" que o progresso radicaria com a introdução de novos hábitos. (JULIÃO, 1997, p. 120-121)

Essa dicotomia entre futuro e passado, entre as diferenças regionais abundantes das várias Minas Gerais encerradas em um mesmo território, é uma missão eloquente para uma cidade nascente, que pretende fazer gravitar em torno de si a centralidade de um comando forte o suficiente, para levar o Estado a uma outra etapa de desenvolvimento. Outro desafio é a formação social da população de Belo Horizonte, que se configurava como um dilema entre o modo de vida pacato e tradicional emoldurado pelo casario ouro-pretano e o que se esboçava na Nova Capital, mais apressado e difuso em meio a amplitude espacial das suas largas avenidas e ruas, que segundo seus críticos, distanciava relações antes próximas.

Diversa, assim como o Estado, Belo Horizonte, desde o início da sua construção, recebeu além dos funcionários provenientes de Ouro Preto, migrantes vindos do interior do estado e de outras regiões do Brasil, além de um grande contingente de imigrantes europeus, que aportou no Brasil entre o final do século XIX até a década de 1930, como apontam Frazão (2017) e Pereira (2009). Mescla que

forjou um novo estilo de vida para os futuros habitantes da capital, muitos deles, acostumados com a familiaridade das pequenas cidades, em contraste com a invenção de um cotidiano, no qual a presença do outro, do estranho, e ainda, de outras culturas, impunha-se como condição inevitável.

Importante sublinhar o papel relevante dos imigrantes na construção da Nova Capital, desde o momento da sua construção. Período que coincidiu com uma das ondas imigratórias que ocorreram devido a uma série de fatores externos, bem como ao estímulo delineado pelas políticas brasileiras, que incentivavam o ingresso de estrangeiros no país para alavancar a economia cafeeira, como também a indústria, especialmente os europeus, como sublinha Frazão (2017):

A entrada de estrangeiros no Brasil, embora com franca ocorrência desde a vinda de portugueses em 1500, intensificou-se com o decorrer dos séculos, em especial com a abolição da escravatura e a adoção de políticas eugênicas, que privilegiaram os imigrantes de origem europeia em detrimento dos de origem africana e/ou de outras nacionalidades, ou ainda àqueles que, de forma forçada ou voluntária, vieram ao Brasil sem possuir pele branca e sangue europeu. (p. 1106-1107)

Tal política migratória, era segundo a autora, claramente seletiva e abertamente franqueada pelo governo, que concedia inúmeros benefícios aos migrantes que se enquadravam num dado perfil desejado, havendo inclusive a doação de terras e moradia. Com a queda da imigração no início do século XX, houve uma mudança na legislação, liberando a entrada de imigrantes no país⁴⁹, fazendo com que o fluxo migratório fosse retomado, dando preferência a migrantes alemães e italianos, estes últimos, com papel de destaque na constituição de Belo Horizonte.

Pereira (2009) aponta que houve inclusive um robusto investimento do governo brasileiro em propaganda na Itália, exaltando as inúmeras oportunidades que o país oferecia aos imigrantes, o que de certa forma, deu resultados, pois estes constituíram o maior contingente de imigrantes fixados em Belo Horizonte no início da sua ocupação:

Os trabalhadores começaram a ser atraídos com propaganda nos jornais italianos, que anunciavam a concorrência de terras na região de Curral de Rei. Em 1896, foi divulgado um panfleto com informações sobre imigração para Minas Gerais em toda a Itália. O primeiro contrato do Governo mineiro foi assinado em 2 de julho de 1892. Pouco mais de dois anos depois, um

⁴⁹ Segundo Frazão (2017), o Decreto n. 528 de 28 de junho de 1890, foi responsável por regulamentar o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes, que permitiu a livre entrada de pessoas que tivessem a intenção de trabalhar no país, exceto o africanos e asiáticos, que necessitavam de uma aprovação especial para tal fim.

navio com os primeiros 292 imigrantes italianos com destino ao Arraial do Curral Del Rei chegou ao porto do Rio de Janeiro. Desses pioneiros, alguns teriam sido direcionados para a “Fazenda do Barreiro”, onde o engenheiro Aarão Reis organizava o primeiro núcleo agrícola nas redondezas da futura capital. Outros três contratos de imigração se seguiram. (PEREIRA, 2009, p.4)

A construção da Cidade de Minas, um imenso canteiro de obras a céu aberto, requereu além de uma massa trabalhadores pouco qualificados (operários, agricultores, mascates e pequenos comerciantes), outros, que possuíam alguma especialização, tais como: arquitetos, marceneiros, artistas, comerciantes, empreiteiros e paisagistas. A escassez de mão-de-obra era proporcional à falta de estrutura para receber o contingente de trabalhadores que chegava à Nova Capital e sequer tinham lugar para pernoitar. Assim, surgem as primeiras hospedarias e hotéis no entorno da Estação Ferroviária, principal porta de chegada da cidade.

Diante de tal quadro, houve a necessidade da interferência da Comissão Construtora da Nova Capital, no sentido de prover abrigo, principalmente aos imigrantes estrangeiros. Assim, segundo Pereira (2009), foi construída a hospedaria:

O então engenheiro-chefe, Francisco Bicalho, não vendo outra saída senão a imigração solicitou à Secretaria da Agricultura a conveniência de se instalar uma hospedaria de imigrantes, “fazendo a Inspetoria de Terras e Colonização dirigir para ela principalmente imigrantes solteiros, que queiram dedicar-se a serviços por salários...” Logo foram tomadas as providências necessárias para o serviço de imigração e iniciada a construção da hospedaria, à margem da linha férrea do ramal. Conforme os registros da época, de janeiro de 1896 a 31 de maio de 1897, haviam entrado na hospedaria 1.543 indivíduos, dos quais 15 adultos haviam falecido. O certo é que, em pouco tempo, já havia excesso de operários em Belo Horizonte. Muitos desses operários se tornariam, mais tarde, industriais. (PEREIRA, 2009, p.6)

Outro ponto importante a ressaltar na grande contribuição dos imigrantes na constituição da cidade é que muitos deles, posteriormente, deram início a pequenos comércios e indústrias e alguns destes empreendimentos, segundo Pereira (2009, p.6-10), tiveram papel marcante na história da cidade, tais como: os Lunardi, os Falci e os Gaetani (comércio de materiais de construção e posteriormente a marmoraria Lunardi); os Fornaciari (fabricação de bebidas gasosas); os Purri (proprietários da Mechanica de Minas uma das primeiras siderurgias a utilizar energia elétrica em Belo Horizonte, e posteriormente, de uma serralheria); os irmãos Chiari e os Mucelli (que fabricavam carros e carroças), os Magnavaca (siderurgia e indústria mecânica); os Fornacciari, os Albetini, os Perrela, os Martini e os Isoni (na indústria alimentícia, e, os primeiros, na cerâmica); os Baccar (na indústria fabril); os Maçola (na perfumaria); os

Pinacalli (na fabricação de pregos); os Ferreti (na fabricação de chapéus de sol); os Velloso (na tipografia); os Gardini (móveis) e os Callotti e os Gagliardi (na alfaiataria).

Além dos italianos, também espanhóis, alemães, belgas e outros estrangeiros foram seduzidos pelas promessas de prosperidade que os ventos da República traziam à Nova Capital. Eles, assim como outros migrantes brasileiros de diversas regiões do país, integraram a experiência de se adaptar a um estilo de vida inédito que a capital inaugurava. Um estilo de vida que era tecido como uma grande colcha de retalhos, que repousava sobre o tabuleiro plano sob o qual o planejamento da cidade se fundou. Repleta de contrastes, essa segunda pele da cidade, trazia na bagagem fragmentos de experiências e modos de vida passados, que se combinaram num misto de saudade e êxtase em relação ao porvir:

Uma nova sensibilidade urbana emerge, ensejando um verdadeiro caleidoscópio de sensações e percepções, típicas de quem vivia na fronteira hesitante entre dois mundos. Ou seja, no limiar de uma vida estável e pacata, característica de uma sociedade que mantivera padrões tradicionais de sociabilidade, mas que caminhava para experimentar as transformações da modernidade. É nessa fronteira que a grande cidade emergia como ícone, cenário e personagem que instigava a mente humana, dividia as opiniões e cristalizava, em torno de si, sentimentos apaixonados. (JULIÃO, 2011, p.126-127)

Belo Horizonte, desde a sua inauguração, gera sentimentos multifacetados e contraditórios em seus moradores e visitantes. Se de um lado há um ressentimento em relação à perda da tradição e do acolhimento representados pelo antigo Arraial do Curral Del Rei e Ouro Preto, de outro, há a sedução do novo e a grandiloquência da paisagem e da arquitetura da Nova Capital, que simbolizam um salto em direção ao futuro. Paira sobre a recém-inaugurada Cidade de Minas, no entanto, uma ambiência fantasmagórica, que nos primeiros anos pode ser percebida pelo vazio das ruas, pelo recolhimento das famílias às residências, pela frequência precária de bares e restaurantes e por um certo ar negligente e indiferente dos moradores em relação à cidade, que parecia deixar a vida social em suspenso. Clima captado e alimentado pelo olhar de cronistas, jornalistas e escritores, que teciam suas impressões sobre a aventura da construção da Nova Capital que adentrava o século XX.

A ocupação da Planta Cadastral ocorreu progressivamente, privilegiando determinados bairros e regiões em detrimento de outros:

Dentro da Zona Urbana, a Comissão Construtora definiu que só seriam vendidos ou cedidos lotes que se encontravam em uma faixa compreendida entre as avenidas Cristóvão Colombo (atual Avenida Bias Fortes) e Araguaia

(atual Francisco Sales). Todas as primeiras construções se deram nessa faixa, que recebeu também as primeiras obras de urbanização. Os primeiros ocupantes eram da camada média (funcionários públicos vindos de Ouro Preto, ex-proprietários do Curral Del Rey, ou pioneiros que compraram terras em hasta pública), e se instalaram na encosta leste da elevação em cujo cume se encontrava a Praça da Liberdade, dando início ao Bairro dos Funcionários. A média e alta burguesia, parte da elite agrária e mercantil do Estado, só viria a se instalar posteriormente na encosta oeste, formando o bairro de Lourdes. O estabelecimento desta área das camadas de alta renda, foi fundamental para determinar a formação do centro comercial da cidade, que não estava delimitado no Plano original. (TONUCCI, 2009, p.5-6)

Neste contexto, destaca-se também a ocupação do antigo Bairro Comercial (hoje Centro), descrito minuciosamente por Lemos (2010, p. 31-32), como lugar “síntese da experiência cidadina” nas primeiras décadas do século XX. Ali se concentrou uma ampla gama de serviços (exceto os institucionais) e comércio variado que ocuparam casarões mistos de dois andares, com fachadas alinhadas aos passeios, e que tinham, geralmente, o andar inferior ocupado pelo comércio e o superior pela residência. A configuração dessas construções era mais simples no vetor norte e sul da Zona Urbana e se tornava mais sofisticada, em termos construtivos e estéticos (respectivamente materiais e ornamentação), na medida em que se aproximava do vetor sul, sudoeste e sudeste da mesma zona.

No perímetro relativamente extenso que o Centro Comercial ocupou – delimitado pela Estação Central e o Mercado Municipal, tendo como eixos principais a Avenida Afonso Pena (norte-sul) e a Rua da Bahia (leste-oeste) – destacam-se alguns pontos referenciais em torno dos quais, pode-se perceber o desenvolvimento de sociabilidades e práticas culturais cotidianas propriamente belo-horizontinas. Importante lembrar que o desenvolvimento da Nova Capital, que assumiu o nome de Belo Horizonte a partir de 1901⁵⁰, não se deu uniformemente em termos de crescimento demográfico e ocupação das zonas urbana e suburbana. Entre continuidades e descontinuidades, a cidade ultrapassou todas as previsões iniciais, gerando um quadro de segmentação espacial e social, que a acompanhou ao longo de toda a sua história.

⁵⁰ Sobre a mudança do nome da Nova Capital de Minas para Belo Horizonte, Barreto (1996) narra a polêmica que se estabeleceu entre os jornais *Belo Horizonte* e *A Capital* e o poder público: “[...]Oficialmente podem chama-la assim, mas o povo nunca há de seguir a burocracia. O nome de elo Horizonte já está consagrado, já está aceito, já tem um cunho de popularidade. O de *Minas* é exatamente o contrário, ninguém o pronuncia para referir-se à cidade e sim ao Estado. Demais, Belo Horizonte é título expressivo e que realmente esta localidade merece: o horizonte que aqui se descortina é vasto, é límpido, mormente nos dias límpidos, em que nossa natureza deslumbra-nos na sua loçania primaveril. O de Minas, não exprime coisa alguma, é antipático.” (p. 717)

No antigo Bairro Comercial, que posteriormente se conformou como Região Central ou Centro, desde as primeiras décadas, distingue-se a Rua da Bahia, como um importante espaço de sociabilidade, onde se instalaram além de lojas, cafés, alfaiates, ateliês de costura, chapelarias, óticas, hotéis, hospedarias e bancos, também restaurantes, bares, teatros (ou cine teatros) e clubes. Margeada pelo Parque Municipal, outro ponto de encontro que se consolida no centro da cidade, a Rua da Bahia recebeu uma das linhas de bonde instaladas em Belo Horizonte a partir dos anos de 1920, cuja estação, situava-se na esquina da Avenida Afonso Pena. Todos esses fatores, contribuíram para transformá-la numa artéria de extrema relevância na vida social, intelectual (quando por ali também se instalaram mais tarde jornais e a Escola de Direito) e do consumo mais sofisticado.

A Rua da Bahia era também uma fronteira que dividia dois grandes territórios, bastante distintos da região central, segundo Lemos (2010, p.38-39):

- de um lado, no vetor noroeste, se configurava a região que ia desde o Mercado Municipal (situado à época no início da Avenida Afonso Pena) até a Estação Central (atual Praça da Estação) e tinha como limites a Avenida Amazonas e a Avenida do Contorno. Esta área tinha como características um comércio mais popular, que desde a sua origem foi ocupada por tropeiros e pequenos comércios informais e transitórios, que foram ao longo do tempo, criando nas ruas do entorno, pensões, hotéis, restaurantes e uma zona boêmia que ali se fixou. Nesta mesma região se concentraram os imigrantes de origem turca, árabe, e judia, que se estabeleceram principalmente na Rua dos Caetés, dando origem a um comércio diferenciado composto por lojas de tecidos e aviamentos, que antes eram comercializados por mascates que percorriam o interior do estado;
- do outro lado, no vetor sul, havia o perímetro limitado pelas Avenidas Afonso Pena, Amazonas e Liberdade (atual Avenida João Pinheiro), próximo a dois dos bairros mais elitizados da Nova Capital: Lourdes e Funcionários. Com essa posição privilegiada, a Rua da Bahia se conformou como um templo do consumo, voltada para a sedução do novo, atraindo os altos funcionários estatais, as jovens senhoras da elite, estudantes e profissionais liberais que por ali circulavam cotidianamente. Ali a cidade se realizava como um lampejo da tão ansiada modernidade.

É importante perceber como se dá a transição entre a ordem social provincial típica, fechada em si mesma e avessa às novidades, e o estilo de vida propriamente moderno e metropolitano que se inscreve na Nova Capital, ancorado no consumo e nas relações sociais mediadas pelo dinheiro, como descreve a teoria simmeliana. Aos poucos se nota que esse novo estilo de vida, vai se amalgamando a velhos hábitos e às tradições, sem, no entanto, debelá-los por completo, abrindo brechas que fazem conviver novas e antigas temporalidades e espacialidades, numa cidade que desconfia e, ao mesmo tempo, se encanta pela modernidade⁵¹.

No período Entre Guerras o ritmo dessas transformações se acelera fortemente, ainda que o estilo de vida da jovem Belo Horizonte tremule entre o acanhamento e a modernidade. Metamorfoses que podem ser percebidas, principalmente, na ocupação do espaço urbano e no zoneamento de áreas, muitas delas já consolidadas no cotidiano dos moradores, como é o caso do Centro Comercial, que segundo Tonucci (2009), só é regulamentado enquanto Zona Central ou Comercial, pelo decreto n. 165 de 1933. Na década anterior a área que compreendia o quadrilátero que se estendia entre os cruzamentos da Avenida Amazonas e Afonso Pena, indo em direção à Praça da Estação, era reconhecida como ponto nevrálgico do comércio de Belo Horizonte. Assim, em 1924, a antiga Praça 14 de Outubro, ganhou um obelisco instalado no cruzamento das duas avenidas e foi rebatizada como Praça 7 de Setembro, tornando-se o marco central da cidade.

O fato é que na década dos 1920, Belo Horizonte ainda era uma cidade em construção. O ritmo das obras dentro da Zona Urbana tinha o objetivo de complementar os projetos previstos na planta original, dos quais muitos não foram concluídos e alguns deles sequer iniciados, até aquele momento. Esse período se caracteriza pelo investimento em projetos de pavimentação e calçamento de ruas, instalação de redes de esgoto nas novas vias, canalização de córregos e aterramentos. Houve também um aumento significativo no número de construções em todas as Zonas da cidade, especialmente na Zona Suburbana, que teve um aumento bastante significativo entre os anos de 1924 e 1928, como demonstram os dados apresentados no Relatório do Prefeito Christiano Monteiro Machado:

⁵¹ Sobre a constituição e consolidação da região central de Belo Horizonte como um espaço de sociabilidade e consumo, assim como as especializações de cada microrregião e suas características de ocupação, ver Lemos (2010).

A zona suburbana da capital, então a mais populosa e localizada nos limites da zona planejada, se tornaria o local onde os agentes imobiliários agiriam com maior voracidade no período sob as vistas da prefeitura, que, em um primeiro momento, conteve de forma branda a especulação e o surgimento de novas vilas. A zona suburbana, entre os anos de 1926 e 1927, apresentou um crescimento de 250%, impulsionado pelos loteamentos com preços mais atrativos, favorecendo as camadas menos abastadas da população. Já o crescimento da zona planejada, onde a especulação imobiliária permanecia forte desde a inauguração da capital, apresentaria um pequeno acréscimo populacional no período. (BORSAGLI, 2015, P. 28)

O crescimento de Belo Horizonte nesse período condicionou uma série de obras de expansão de vias e de infraestrutura, principalmente no vetor Leste-Oeste, rumo aos bairros Floresta e Santa Tereza. Uma das mais importantes obras desse período foi a construção da Ponte Melo Viana (em substituição à antiga ponte metálica que havia no local, já danificada), que teve início em 1926 e foi concluída em 1929. Projetada pelo engenheiro Emílio Baumgart, a ponte, hoje conhecida como Viaduto Santa Tereza, ligava o bairro ao centro e é um dos marcos da transformação da paisagem urbana de Belo Horizonte, com a introdução de uma estética moderna, caracterizada pelos estilos *Art Deco* e *Art Nouveau*.

Para Tonucci (2009) o zoneamento cumpriu um objetivo que marca a história da cidade até a atualidade: legitimou a ocupação e uso do espaço urbano tendo em vista os interesses das elites, deixando uma grande margem de atuação para especuladores e agentes imobiliários, devido a tardia, ostensiva e ineficiente regulação da Zona Urbana, em contraste com a liberalidade e o descaso em relação a regulação das Zonas Suburbana e Agrícola. Assim, o espaço urbano segregou pobres em áreas afastadas, deixando a Zona Urbana livre e protegida das vicissitudes de um planejamento que ignorou, até mesmo, quem ajudou a erguê-lo. Dados comparativos do crescimento populacional, apresentados pelo autor, indicam que entre 1911 e 1930, o crescimento da população, que nos primeiros anos se concentrou no vetor sul-norte se deslocou para o vetor (oeste-leste), das Zonas Suburbana e Agrícola, nas quais já residia quase $\frac{3}{4}$ da população.

Entre os anos de 1930 e 1950, novos ventos da modernidade e da industrialização chegam à Belo Horizonte, provocando mudanças que afetaram profundamente a relação dos moradores com a cidade. Devido à ocupação desordenada de regiões afastadas do centro, o serviço de bondes já não atendia mais as necessidades de deslocamento de boa parte da população, sendo substituídos por

ônibus. Segundo Bahia (2007) esse crescimento obrigou a administração municipal a fazer uma revisão no plano original de Belo Horizonte:

Nos anos de 1930, a ocupação da cidade deu-se pelos vetores norte e oeste, já anunciando sua forma posterior de aglomerado metropolitano. Com apenas 34 anos, Belo Horizonte ocupava mais de trinta milhões de metros quadrados além do previsto em seu plano original. Diante desse quadro, o poder público viu-se induzido a estabelecer as primeiras medidas de planejamento posteriores ao plano original. Foi criada a Comissão Técnica Consultiva da cidade, em 1934, com a responsabilidade de estudar um plano regulador. (BAHIA, 2007, p. 187)

Assim, novas normas foram criadas para inibir o crescimento desordenado nas zonas suburbana e agrícola, instituindo, entre outras medidas, normas mais rígidas sobre a divisão dos terrenos e, também, deixando a cargo dos proprietários toda a infraestrutura necessária à criação de novas vilas, tais como iluminação, calçamento e pavimentação das vias, água e esgoto. A expansão dessas áreas se deu em tal velocidade, que a prefeitura não conseguia mais executar as obras mínimas de infraestrutura, que acabou onerando demasiadamente o orçamento público do município.

A especulação imobiliária, nesse período, já era uma realidade em Belo Horizonte. Segundo Borsagli (2015), muitos proprietários de terras nas zonas agrícola e suburbana fizeram fortuna, vendendo terrenos nessas áreas. O autor cita um relatório do prefeito Octacílio Negrão de Lima, de 1937, no qual o prefeito expressa preocupação em relação ao provimento dos serviços de infraestrutura na cidade:

“[...] muitas fortunas particulares fizeram-se a custas dessas vilas; enriqueceram-se os seus proprietários, criando, para os cofres públicos, problemas de saneamento, conforto, polícia e assistência, que custarão dezenas e dezenas de contos de réis. (BORSAGLI, 2015, p.32)

O fato é que essas fortunas viabilizaram também investimentos em outras áreas de Belo Horizonte, assim como a região central, que foi fortemente impactada pela construção de edifícios comerciais e residenciais que colaboraram para a verticalização do centro, assim como no desenvolvimento da indústria e do comércio. Um exemplo é a Companhia Renascença de Tecidos, instalada na região nordeste, num terreno onde antes estava a vila de mesmo nome.

Data desse período a demolição de muitos casarões e edifícios comerciais na região central de Belo Horizonte, que deram lugar a edifícios mais altos e com uma nova estética, viabilizada pelo uso da tecnologia do concreto armado, cuja volumetria

e geometrismo eram bem distintos da arquitetura eclética que predominava nas décadas anteriores. Fazem parte das construções mais emblemáticas desse período, segundo Bahia (2007), além do primeiro arranha-céu de Belo Horizonte – o edifício Ibaté, com dez andares, construído em 1935 e localizado no cruzamento da Rua São Paulo e Avenida Afonso Pena – outros marcos que ainda resistem na paisagem de Belo Horizonte, tais como: o edifício Chagas Dória (de 1934, de estilo Art Deco localizado na esquina da Rua Sapucaí e Avenida Assis Chateaubriand); a Feira de Amostras (de 1935 e já demolida, ocupava o local onde hoje está situado o Terminal Rodoviário), o edifício dos Correios e Telégrafos (também de 1935), o Cine Brasil (de 1937 outro marco na arquitetura Art Deco da capital) e o Edifício Mariana (1937), todos localizados na Avenida Afonso Pena; o Minas Tênis Clube (em 1932) e posteriormente o edifício sede do clube (1940), ambos localizados na Rua da Bahia, nas proximidades da Praça da Liberdade.

Belo Horizonte adentra as décadas de 1940 e 1950 sob forte impulso econômico e demográfico. Tonucci (2009), lista uma série de obras realizadas por Juscelino Kubitschek, quando ele assume a administração municipal, entre 1940-1945, que foi um período marcado por investimentos e obras aceleradas, características que forjaram o estilo de gestão do prefeito. Em menos de meio século de existência, a cidade se encontra novamente imersa em transformações de toda a ordem, destinadas à sua modernização.

O prefeito editou novas medidas referentes aos limites municipais, e em 1942 foi concluída a primeira Planta Cadastral de Belo Horizonte, que além de completar o mapeamento das edificações serviu também para atualizar a base tributária da cidade. Para controlar a expansão urbana, a municipalidade aumentou a fiscalização sobre loteamentos afastados e estimulou a urbanização nas proximidades da área central. [...] Diversas desapropriações e doações foram realizadas para efetivas o estabelecimento de entidades filantrópicas, desportivas, religiosas, culturais, profissionais e educacionais, como a Escola Técnica Federal e a Cidade Universitária. Foi construído um conjunto moderno e inovador (Conjunto IAPI) para abrigar a população removida da favela Pedreira Prado Lopes. Na região central, o programa de remodelação urbana conferiu maior qualidade monumental ao centro comercial. A intensa valorização imobiliária acelerou o processo de verticalização na extensão mais dinâmica da Avenida Afonso Pena. (TONUCCI, 2009, p.11)

As décadas seguintes conformaram um crescimento industrial e comercial ainda em ritmo acelerado e que gerou inúmeros problemas urbanos em Belo Horizonte, desde a ineficiência do trânsito, a ocupação irregular de áreas e terrenos contíguos aos vetores de crescimento e até mesmo o abastecimento de água e luz. O

processo de adensamento da região central e a especulação imobiliária das áreas próximas à Zona Urbana, fez com que a pressão demográfica sob as áreas próximas à instalação de grandes empreendimentos industriais, criasse bairros com infraestrutura bastante precária e nas regiões de fronteira entre os municípios próximos à capital mineira. Datam desse período, entre as décadas de 50 e 60, segundo Tonucci (2009), a criação da CEMIG (em 1952, por Juscelino Kubitschek, então governador do Estado); a Itaú (em Contagem) e a Refinaria Gabriel Passos (inaugurada em 1967, em Betim).

Com o Golpe Militar de 1964, as ações de governo eram centralizadas no âmbito federal, que, segundo Bahia (2007), definiu um perfil econômico:

[...] de concentração de renda, respaldada pela hegemonia do capital estrangeiro, acarretando desigualdade social em termos espaciais e setoriais. Na relação orgânica da política com a cultura, que se tornara tradição do nosso processo de modernização a partir dos anos 30, o Estado voltou-se, no final da década de 60, mais aos interesses do grande capital nacional associado ao internacional do que aos empreendimentos e incentivos à cultura, habitação, educação e urbanização, carências imediatas da sociedade da época. (BAHIA, 2007, p. 198)

Os reflexos desta política de investimentos em Belo Horizonte, revelaram-se na construção de edifícios isolados da trama urbana e em uma arquitetura voltada para as classes mais abastadas, relegando a segundo uma preocupação com o urbanismo e o investimento em políticas e programas sociais que revertessem, ou pelo menos, amenizassem os efeitos do crescimento desordenado e da explosão demográfica que afetaram a cidade naquela época.

O rápido crescimento demográfico de Belo Horizonte pode ser detectado nos dados dos censos do IBGE (entre 1950 e 1990) que apontam para um crescimento da ordem de 6% nas décadas de 1960 e 1970, e, da ordem de 3% na década de 1980, chegando a 1 e 1,5 % nas décadas seguintes. Durante as décadas de 1950 e final da década de 1970, a população da capital mineira praticamente dobrou, chegando a um milhão de habitantes.

Nas últimas décadas, pode-se observar alguns aspectos mais aparentes na paisagem da cidade, em parte revelados na percepção de algumas histórias de vida apresentadas no capítulo seis, tais como: a verticalização acelerada de alguns bairros da região centro-sul; o agravamento dos problemas do trânsito que afetam a mobilidade na cidade como um todo; o surgimento de diversos condomínios de luxo no vetor sul; o aumento da insegurança, entre outros.

É necessário esclarecer, que esse breve histórico não tem a pretensão de aprofundar a análise de todos os fatores que afetaram o planejamento urbano de Belo Horizonte ao longo de toda a sua história. A capital mineira, assim como outras cidades brasileiras de grande porte, reúne uma infinidade de variáveis que se cruzam e resultam num quadro extremamente complexo de fatores que influenciam as transformações urbanas e que não temos a intenção de simplificar nesta pequena síntese aqui apresentada.

Neste contexto é relevante compreender como tais transformações na dimensão tangível e visível de Belo Horizonte afetaram a sua dimensão intangível, a ambiência, as sociabilidades e as imagens que se formaram ao longo da sua curta e movimentada história. Como essa irrequieta cidade criou um inventário de percepções, sensações e narrativas que povoam o imaginário das pessoas que nela vivem no presente? Como essa trajetória de tantos apagamentos do passado afeta as relações que seus moradores e visitantes desenvolveram com uma cidade, que muda obstinadamente?

5.2A Cidade Intangível

É certo que a dimensão tangível das cidades não é a única passível de leitura. A cidade pode também ser lida através das imagens que ela cria, através dos percepções, sensações e experiências que se dão no vai e vem dos dias, e, que marcam significativamente episódios corriqueiros, os transformando em momentos singulares nas trajetórias e memórias individuais e coletivas. A cidade cria em torno de si um conjunto de narrativas derivadas da forma como o ser humano percebe o seu entorno e concebe o mundo no qual vive.

Os estudos sobre o imaginário das cidades têm se configurado num chão fértil de reflexão em várias áreas de conhecimento, especialmente na contemporaneidade, quando as imagens assumem protagonismo no universo das práticas culturais cotidianas. No tempo comprimido e apressado das cidades, as imagens surgem como expressão sintética e simultânea da realidade.

Produzidas, reproduzidas e difundidas num ritmo frenético, as imagens ganharam o *status* de simulacro do real, que aproxima pessoas de lugares distantes ou próximos e cria identificações, desejos e representações destes. A *flanêrie* pós-moderna insere a imagem como mediadora entre o espectador e o espaço. E embora

as imagens sejam parte importante dos estudos do imaginário das cidades, elas são apenas um dos seus componentes, como sublinham Hiernaux e Lindón (2012):

É importante notar a diferença entre uma imagem como expressão gráfica e o entrelaçamento de diversas imagens, significados e valores, que guiam as pessoas em sua vida prática, isto é, nosso fazer no mundo, fazer o mundo e ser no mundo. Este último é mais que uma imagem. Se trata de um imaginário social. Não há dúvida de que, em um contexto como esse, aqueles quadros articulados de imagens dotados de significados denominados imaginários, tornaram-se um ponto de referência quase obrigatório nos principais campos do conhecimento social⁵². (p. 10-11)

É importante saber como o imaginário das cidades é criado, como ele é alimentado pelas imagens que se formam nas práticas culturais cotidianas, no vivido, que se somam àquelas que se sedimentaram ao longo da história (presentes em poemas, pinturas, cartões-postais, crônicas e fotografias) as relacionando com a cidade real que lhes dá vida. Interessa, sobretudo, penetrar nos vários microuniversos simbólicos que são gerados a partir desse imaginário social mais dilatado que a cidade produz e compreender como os sujeitos se apropriam dele e o transformam em uma trama de sentidos subjetiva, que se mescla com a sua própria trajetória de vida.

Ao lado da Belo Horizonte tangível, surge a Belo Horizonte intangível, idealizada, narrada em palavras e imagens que formam o todo indissociável chamado imaginário. Essa Belo Horizonte não se vê nos tijolos, nos muros, nos grafites, nas calçadas de pedra portuguesa, nos viadutos e sob eles. Ela encontra-se abaixo da superfície das coisas, não é palpável, mas diz mais sobre a cidade do presente, do que a própria matéria que a constitui.

Longe de constituir um consenso, a cidade é, acima de tudo, uma apropriação subjetiva de tudo que já foi, é e será. Acontece na pluralidade e na interseção de tempos diversos, às vezes muito lentos, quase alheios a toda a agitação que acontece nas suas ruas. Não é uma única ideia de cidade, mas várias, que conformam as múltiplas realidades que ali convivem lado a lado. São cheiros, sons, miradas, recortes que cada um faz à sua maneira: um universo simbólico intocável, preservado na memória.

⁵² Tradução livre da autora do trecho: “*Es importante notas la diferencia entre una imagen como expresión gráfica y el entretendido de diversas imágenes, significados y valores, que orientan a las personas en su vida práctica, es decir, nuestro hacer en el mundo, nuestro hacer el mundo y nuestro ser en el mundo. Esto último es más que una imagen. Se trata de un imaginario social. No cabe duda de que, en un contexto como éste, esas tramas articuladas de imágenes dotadas de significados llamadas imaginarios, se han constituido en un tema de referencia casi obligada en los principales campos del saber social.*” (HIERNAUX e LINDÓN, 2012, p.10-11)

Belo Horizonte sempre gerou sentimentos ambíguos, antes mesmo da sua construção: amores e ódios, paixões e rancores, expectativas e frustrações e a melancolia de um passado que não teve tempo de existir. Cidade criada no limiar de dois séculos, ambos senhores de profundas transformações técnicas e sociais. Desde a sua concepção a cidade se equilibrou na linha tênue que divisa dois tempos: um pretérito e outro futuro. No caminho pendular entre modernidade e tradição, Belo Horizonte inspirou escritores e poetas que narraram as sensações e descobertas cotidianas que se desenrolavam nas suas ruas, casarões, praças e as transformações da sua paisagem, ao mesmo tempo que lamentavam sua inconstância. Assim a Nova Capital se constrói no imaginário de seus cronistas, como um cenário transitório e fugidio, que teima em mudar.

Das primeiras sensações da transferência da capital ao espanto diante do seu rápido desenvolvimento, muitas das impressões e registros sobre Belo Horizonte, demarcaram definitivamente o universo simbólico que se constituiu em torno da recém-criada Cidade de Minas, que até mesmo no nome, se manteve volátil. Ao lado do entusiasmo dos defensores da mudança da capital de Outro Preto para onde antes se situava o Arraial de Curral Del Rey, figuravam impressões e opiniões dissonantes. Alguns desses registros, se notabilizaram por serem críticas pouco afáveis à grande aventura que foi a construção da cidade, em meio às limitações técnicas e logísticas do final do século XIX. Segundo Julião (2011), esse contexto propicia o surgimento de uma nova sensibilidade, múltipla e contrastante:

[...] ensejando um verdadeiro caleidoscópio de sensações e percepções, típicas de quem vivia na fronteira hesitante entre dois mundos. Ou seja, no limiar de uma vida estável e pacata, característica de uma sociedade que mantivera padrões tradicionais de sociabilidade mas que caminhava para experimentar as transformações da modernidade. É nessa fronteira que a grande cidade emergia como ícone, cenário e personagem que instigava a mente humana, dividia as opiniões e cristalizava, em torno de si, sentimentos apaixonados. (JULIÃO, 2011, p.126-127)

É importante lembrar, que essas narrativas acerca da cidade, são permeadas por subjetividades, são impressões que ganham contornos, molduras e enquadramentos, que organizam um arranjo possível da realidade vivida ou imaginada. Há ainda um outro elemento, como nos lembra Delgado (2006), que é o caráter memorialista de muitas dessas narrativas possuem:

A pena dos escritores faz dessas paisagens personagens vivas de narrativas que, na interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano das ruas, praças, cafés, escolas, museus, residências, universidades, fábricas, repartições públicas, bares, cinemas. As cidades são cristais de múltiplas faces espaciais e temporais, cristais de variadas luzes, dentre elas as da memória. Com sua temporalidade sempre em movimento, ela reencontra os lugares de ontem com os sentimentos do presente. (DELGADO, 2006, p. 112)

Um dos mais célebres escritos sobre o início da ocupação de Belo Horizonte, é o romance *A Capital*, de Avelino Fóscolo, publicado em 1903, seis anos após a inauguração da cidade. Embora ficcional, nele, Belo Horizonte figura como um cenário em trânsito, uma realidade que abala a pacata vida do arraial de Curral Del Rey e transforma radicalmente o modo de vida dos seus habitantes. Em tom de denúncia e crítica contundente à transferência da capital, o romance revela uma faceta que evidencia o transtorno de tais transformações na vida dos personagens:

Descrições de um cenário envolto em uma “atmosfera muda das ruas e largas avenidas”, que “desaparece, dia a dia, sob o peso do silêncio...” insinuavam a imagem de uma cidade fantasmagórica. Surgida da vontade de apagamento do passado, a *Capital* parecia ter transitado, por um instante, pelo futuro sem, contudo, assegurar seu lugar no tempo, tornando-se monumento fugidio, despojado de alma e identidade. (JULIÃO, 2011, p. 128-129)

Não cabe aqui cartografar o imenso universo literário que Belo Horizonte inspirou, tarefa já realizada por alguns autores, em especial, o exaustivo e minucioso trabalho do jornalista Fabrício Marques, publicado em 2015, no qual o autor constrói um painel multifacetado das várias impressões e sentimentos que poetas e escritores teceram sobre a geografia e a arquitetura da cidade.

Obra que pode servir como um mapa literário, um guia, que reúne parte expressiva da literatura, que teve Belo Horizonte como chão de muitos de seus personagens e autores. No entanto, resta esclarecer, que o interesse central nesta análise é descortinar, nas entrelinhas, o que a Belo Horizonte narrada pela literatura revela sobre a Belo Horizonte real, e ainda, como parte dessa produção literária cria e recria temporalidades perdidas, abre frestas na realidade e se institui como parte dela:

Nesse sentido, a literatura assume, inúmeras vezes, a função de lembrar e reforçar as tradições das cidades. Torna-se voz e eco de um tempo que aos poucos tende a se perder nas teias da modernidade e no culto ao novo”. (DELGADO, 2006, p. 113).

Uma cidade que nasceu sob o impulso da modernidade, traz consigo um destino cármico, uma espécie de “fabulação volátil”, que ocorre num certo interstício de tempo:

[...] com o deslocamento de uma prega no tempo, provocado pelo impacto do reconhecimento de um espaço então vazio, trazendo de volta o instantâneo da casa que ali esteve, com tudo dentro, em movimento, pessoas, bichos, plantas, objetos, como a condensação da cidade de uma época. Mas ela se dá também ao contrário e no cotidiano: em Belo Horizonte, uma luz súbita, refletida na montanha, costuma transfigurar tudo, suspender o real, congelar e carregar para outro tempo o que se move diante de nós. (MAGALHÃES apud MARQUES, 2015, p. 55)

Tempo fugaz, que escorre pelas ruas ao sabor dos dias e faz com que a cidade seja constantemente revisitada por seus personagens, que recortam a realidade a partir de um arranjo subjetivo e afetivo. Pinçam daqui e dali um ínfimo detalhe, um traço, um rasgo de identidade que reconhecem e recombina incessantemente com as narrativas dos diversos cronistas que descreveram Belo Horizonte em cada detalhe. Entre o resgate do passado e a vivência do presente, situa-se a mutação constante. Para muitos autores, esse seria o sinônimo da melancolia que permeia muitos dos escritos relacionados a Belo Horizonte: um presente tão transitório que mal pode ser fixado no tempo lento que a memória reivindica. Assim, a literatura empresta sensações e percepções. Emula uma ambiência desejada, saudosa de quem não a viveu.

João do Rio, nosso *flâneur* dos trópicos, tinha a rua como principal inspiração para os seus escritos, que julgava ser um sentimento partilhado por muitos:

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. (RIO, 1995, p.3)

Esse sentimento de identificação, de conexão imediata com o que ocorre no cotidiano das ruas, com o fato narrado, com a descrição detalhada dos lugares é, segundo Bulhões (2008), uma das características mais pronunciadas do gênero crônica presente no jornalismo brasileiro do início do século XX. O cronista está sempre imbuído da tarefa de captar o aqui e agora do grande espetáculo da cidade, aqueles acontecimentos que se encontram fora do alcance daqueles que não

perambulam pela cidade. A narrativa da crônica, se configura, acima de tudo, como um registro fiável dos fatos ordinários:

[...] em uma atitude que traz as marcas do gênero crônica em seu sentido primordial, encontra-se nos textos de João do Rio a presença dos aspectos da vida mundana: descrição dos elementos da dimensão material, apresentação dos modos concretos da atividade social e econômica da cidade, explicitação dos hábitos, costumes e “vícios” de seus habitantes, demonstração das maneiras do comportamento das massas urbanas. Assim, ler João do Rio não deixa de ser uma experiência em que o leitor “prova” de um cardápio de elementos que compõem o cenário da época e o espaço de uma cidade: moda, gastronomia, religião, meios de transporte, arquitetura, tecnologia, esporte, dança, lazer, vícios e prazeres (cigarros, bebidas, ópio), decoração, paisagismo, urbanismo etc. (BULHÕES, 2008, p. 81)

Considerada um gênero menor de literatura, a crônica talvez seja a forma literária mais popular e próxima dos acontecimentos que povoam o cotidiano das cidades. Geralmente curtas e de leitura ligeira, as crônicas as vezes são ricas descrições de lugares, que se tornam personagens privilegiados da passagem dos anos e do contorno dos fatos. Pesavento (1997) situa a crônica como um gênero que fica na zona limite entre a literatura e história. Na opinião da autora, ambos se encontram distantes das situações ocorridas e ao construírem narrativas realizam “[...] uma operação imaginária de representação de fenômenos, atores e práticas não mais observáveis e que se inscrevem por fora da experiência do vivido. (p. 30).

Trata-se, em ambos os casos, crônica e história, da inscrição de fatos passados no presente, que se faz ao acionar e alinhar um conjunto de significados e imagens numa narrativa coerente, que é capaz de nos transportar no tempo e no espaço. O cronista pode ser também um narrador de seu tempo, que tem na ficção seu exercício criativo de fazer do corriqueiro, o excepcional. No entanto, a função da crônica se limita a criar um instantâneo da realidade a sua volta, sem a pretensão da permanência e da veracidade dos fatos. Além disso, a crônica é uma leitura mais frugal, que se consolida como um gênero literário no final do século XIX, e capta o sentido de modernidade: anda a passos apressados buscando capturar a transitoriedade e a vertigem de uma cidade que se acelera.

Para a história ao contrário, as crônicas são um material rico sobre as representações de uma época. Nelas o historiador explora uma infinidade de elementos capazes de sinalizar as impressões do narrador: os indícios ou elos entre os leitores e os autores; entre os fatos narrados e os fatos ocorridos; a repercussão de eventos e acontecimentos significativos; a abordagem e o estilo de escrita

característico de cada época; os posicionamentos ideológicos do autor e do veículo no qual as crônicas foram publicadas, dentre uma infinidade de outras abordagens possíveis. As crônicas de ontem são para o historiador de hoje, documentos, pequenos fragmentos sob os quais ele se debruça para construir sua própria narrativa.

Nesse sentido, podemos considerar que Belo Horizonte, desde a sua criação, produziu gerações de bons cronistas que ajudam a contar a história da cidade a partir das impressões, que vão colorindo a paisagem da cidade num apurado exercício dos sentidos. Alguns, apaixonam-se por ela, enaltecem a sua beleza e o seu clima agradável, as suas ruas, passagens, seus edifícios, captam burburinhos, envolvem-se em polêmicas, enfim, estão sempre alertas aos pequenos eventos que ocorrem na interminável sucessão dos dias.

Outros se ressentem do tempo cada vez mais apressado que a cidade, transformada metrópole, impõe aos seus moradores; do apagamento dos sinais do passado, falam das suas mazelas; da poeira das construções e das obras jamais concluídas; da violência e da crueza das ruas; criticam políticos e governos; lamentam o desaparecimento do verde. Todas essas nuances conformam um panorama do que não se vê, apenas se percebe. E é precisamente aí que reside a sua riqueza, sua excepcionalidade analítica.

Ao contrário de outras cidades, Belo Horizonte é narrada por cronistas vindos de diferentes regiões do país e do mundo. Forasteiros que aqui se estabeleceram e que colaboraram para compor uma palheta variada de impressões. Todos eles, trazem consigo matrizes culturais distintas, que são um elemento contrastante na relação com uma nova realidade. Do início da cidade, podemos falar de Alfredo Camarote, que ao lado de Avelino Fóscolo, já mencionado, presenciou uma cidade ainda em construção. Português de nascimento, ele foi um dos cronistas precursores de uma produção muito variada que foi conformada por diversos outros escritores, como resume Marques (2015):

Vai do lirismo de O Amanuense Belmiro, de Cyro dos Anjos, passando pela angústia de O Encontro Marcado, de Fernando Sabino ou pela paixão visceral pela cidade de Pedro Nava e o tédio de Drummond, até chegar à relação violenta dos jovens poetas das décadas de 1980-1990. (p. 43)

Nesse sentido, alguns lugares da cidade são eleitos por cronistas, poetas e escritores: são ruas por onde caminhavam e viviam intensamente a cidade; lugares já distantes da infância; casas, edifícios, ruas e praças que não existem mais ou

mudaram completamente a feição e a frequentação, e, outros ainda, que hoje são apenas parques resquícios do que foram um dia. Uma polifonia de olhares, de fragmentos da metrópole, que foram sacralizados, outros, abandonados, num fluxo de preferências que muda a cada momento. São todos eles, antes de mais nada, recortes, molduras através das quais vemos a cidade a partir de outras lentes. Uma visão que se encontra contaminada por todas essas impressões.

Como subir a Rua da Bahia e não se lembrar do célebre verso do compositor e poeta Rômulo Paes “A vida é esta, descer Bahia e subir Floresta”, hoje eternizada e inscrita em uma escultura fincada no cruzamento da Rua da Bahia com a Avenida Álvares Cabral? Como não lembrar da comoção gerada com a demolição da Estação Central dos Bondes? Este que era um ponto nevrálgico da vida social de Belo Horizonte, no cruzamento da mesma Rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena.

Lamentado numa crônica de João Clemente⁵³, o evento da demolição, fez com que Abílio Barreto corresse em busca de um pedaço da construção, para ser depositado no museu e se tornar um fragmento-testemunho de uma era. Citada por Souza (2002), a crônica descreve o impacto causado pela derrubada da estação, que se tornou um marco, um rito de passagem entre uma época na qual Belo Horizonte abandonava as feições de jovem capital, ainda provinciana, e adentrava numa modernidade ditada pelo compasso acelerado de construções e reconstruções que transformaram radicalmente a paisagem da cidade:

Estão acabando com mais uma tradição da cidade: não irei protestar contra o ato. Registro-o apenas. Os pedreiros estão demolindo a estaçãozinha de bondes do antigo Bar do Ponto. Já não se vê ali o relógio enorme, que aliás há muito não funcionava direito. Ele foi retirado. É apenas hoje (olhem para lá) um buraco escuro: uma órbita vazia. Aquele relógio ausente marcou a vida da população durante quarenta anos. Todos o buscavam apreensivos, aflitos, cada qual com seu drama interior. (...) Mas embora reconhecendo que a antiga estaçãozinha de bondes virara apenas estafermo urbano, não é possível que o velho belo-horizontino não olhe com mágoa o trabalho dos operários que hoje, com seus picões, ferem sonhos que não se realizaram, ou sonhos que viraram realidade, tão diferente da sonhada. O Sr. Abílio Barreto, historiador da cidade, não poderia deixar de levar para o Museu de Belo Horizonte um pedaço qualquer da Agência que vai morrer. E nesse pedaço de pedra, de cimento ou de madeira, estará muito da alma da nossa população de outros tempos. (CLEMENTE apud SOUZA, 2002, p.1)

Dentre as várias gerações de escritores que viveram na cidade, a geração dos 1920 talvez seja a mais emblemática e que deixou marcas mais perenes na geografia

⁵³ Publicada no Jornal *Estado de Minas* em 4 de janeiro de 1945. José Clemente é o pseudônimo de Moacir de Andrade.

de Belo Horizonte. Como cronistas, publicaram parte significativa da sua produção em jornais e revistas, fazendo com que essas obras se tornassem mais acessíveis e conhecidas do grande público. O fato é que essa geração imprimiu uma aura sublime em muitos lugares da cidade, fazendo cada qual, a sua própria cartografia afetiva de Belo Horizonte, senão eles próprios, seus personagens, que perambulavam na ficção por espaços reais.

Carlos Drummond de Andrade, em inúmeros poemas e crônicas, faz alusão a bairros, ruas e lugares, tais como: a Floresta, o Parque Municipal, a famosa Livraria Alves, a Confeitaria Suiça, o Salão Vivacqua e a Rua dos Caetés. São inúmeros os caminhos percorridos pelo poeta na ainda jovem Belo Horizonte. E não apenas a sua escrita deixa marcas na cidade, mas também o seu gesto atrevido, que no final da década dos 1920, denotou um sentido de rebeldia e coragem ao recém-inaugurado Viaduto Santa Tereza, como o descreve Humberto Werneck em o Desatino da Rapaziada.

Como frisamos anteriormente, o Viaduto Santa Tereza se tornou uma referência da arquitetura moderna em Belo Horizonte. No entanto, quando Drummond, em seu gesto, se apropria dessa marca como sentido de subversão, ele realça simbolicamente a passagem de uma era a outra. Gesto que de tão simbólico, foi descrito e revivido por outros autores das gerações que o sucederam na escrita da cidade, como Fernando Sabino em o Encontro Marcado.

Na geração dos 1920, tem-se ainda Abgar Renault, Emílio Moura, Aníbal Machado, Milton Campos, Gustavo Capanema e Alberto Campos. Todos eles, estudantes à época, transitavam nas imediações da Rua da Bahia, que se instituiu como um ponto de encontro dos intelectuais que circulavam entre as faculdades de direito e medicina, as livrarias, os cafés, os bares e os jornais, concentrados na mesma região.

Destaca-se entre eles, Pedro Nava, cuja obra se caracteriza pela longa e afetiva descrição dos muitos lugares que frequentou. Caminhante costumaz, anda pelas ruas como se quisesse sorver tudo à sua volta. Segundo Delgado (2006), Nava, assim como Borges, conjuga com maestria em sua narrativa memória e ficção, fazendo com que os lugares do passado, sejam recriados na imaginação de seus leitores, como no trecho, citado por ela:

Ah! Jamais [Belo Horizonte] sacudirá o jugo do velho crepúsculo da tarde morrendo varrida de ventos, da lembrança submarina dos ficus e dos moços

que subiam e desciam a Rua da Bahia. Não a Rua da Bahia de hoje. A de ontem. A dos anos vinte. A de todos os tempos, a sem fim no espaço, a inconclusa nos amanhã. Nela andarão sempre as sombras de Carlos Drummond de Andrade, de seus sequazes, cúmplices, amigos... (NAVA apud DELGADO, 2006, p. 112)

A geração que sucedeu a dos anos de 1920, segundo Marques (2015), começa a se aproximar deste grupo de escritores, no final da década seguinte, de onde destacam-se, além de Fernando Sabino, Murilo Rubião, Hélio Pellegrino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, desenhando uma outra cartografia que agora tem feições modernas e frequenta lugares distintos dos frequentados pela geração anterior, tais como: a Pampulha, a Feira de Amostras, o Edifício Acaiaca e o Minas Tênis Clube.

Saindo do universo da escrita, nos deparamos com outro fenômeno contemporâneo ao desenvolvimento das cidades modernas que é a fotografia. Desde o seu início, a fotografia conforma um conjunto de narrativas visuais, igualmente importantes sobre as cidades. Elas têm como suporte privilegiado de veiculação – em fins do século XIX e início do século XX – os cartões-postais, que são imagens síntese das cidades.

É importante ressaltar, que tanto a escrita, quanto a fotografia, enquanto formas de representação das cidades, fixam ícones e criam permanências: um subtexto no qual algumas dessas representações se sucedem e se acumulam na nossa memória cultural.

Segundo Sotilo (2009), ocorre que essa sucessão cumulativa de narrativas pode gerar uma “memória icônica”, que quando amplamente difundida potencializa o alcance desses registros. Foi o que aconteceu com os cartões postais e a fotografia. É importante ressaltar que os cartões-postais foram um dos primeiros fenômenos de massa ocorridos em fins do século XIX, o que colaborou para que as imagens das cidades fossem amplamente difundidas no exterior e mesmo em solo brasileiro.

As paisagens, um dos principais temas abordados pelos cartões-postais, antes representadas pelas imagens pictóricas e pelos desenhos, alcançam nova amplitude quando a fotografia desenvolveu técnicas mais baratas e acessíveis de reprodução a partir do negativo, expandindo enormemente o mercado dos chamados fotógrafos-paisagistas. Assim, as panorâmicas e as vistas das cidades assumem grande importância na história dos cartões-postais, sobretudo no Brasil.

Com a fotografia, também a vida cotidiana das cidades começa a ser registrada maciçamente. É esse registro instantâneo de fragmentos do real que consegue acompanhar o intenso fluxo de mudanças imposto pela vida moderna. O olhar também se transforma (se torna mecânico, instantâneo) para captar a velocidade e a fugacidade do cotidiano das cidades. Se por um lado a revolução dos meios técnicos propicia a expansão de ateliês fotográficos, de outro, a necessidade do consumo de imagens se expande. É importante reter o passado em meio ao fluxo contínuo das mudanças.

Quando a fotografia, em fins do século XIX e início do século XX, se transforma num fenômeno de massa torna-se um objeto que tem seu valor atrelado à informação. Ou seja, segundo Possamai (2007), a fotografia ganha valor simbólico na medida em que representa uma memória e um registro que pode ser inventariado. São pequenos recortes do mundo passíveis de serem colecionados.

No entanto, apesar da abrangência da fotografia e da sua extensa utilização nos cartões-postais como iconografia de uma época, o seu reconhecimento enquanto fonte histórica irrefutável ou como “testemunho da verdade” dos fatos, merece uma análise mais cuidadosa, como nos alerta Kossoy (2002):

“As diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para veiculação das ideias e da consequente formação e manipulação da opinião pública, particularmente, a partir do momento em que os avanços tecnológicos da indústria gráfica possibilitaram a multiplicação massiva de imagens dos meios de informação e divulgação. E tal manipulação tem sido possível justamente em função da mencionada credibilidade que as imagens têm junto à massa, para quem, seus conteúdos são aceitos e assimilados como expressão da verdade.”
(p.20)

O autor, que investigou os elementos constitutivos da fotografia, afirma que a tarefa dos historiadores que tomam a fotografia como fonte é desmontar as construções ideológicas que estão por trás das imagens. Segundo ele, não podemos tomar a fotografia como “espelhos fiéis dos fatos”. Assim como os demais documentos históricos, as fotografias devem ser objeto de reflexão crítica.

Não cabe percorrer todos os caminhos teórico-metodológicos destinados a analisar a importância e as implicações do uso da fotografia e dos cartões-postais como fontes históricas capazes de captar a memória das cidades e suas transformações. O objetivo desta análise-se concentra em assinalar algumas dessas questões com a devida cautela, conforme alerta Monteiro (2006):

[...] é necessário um aprendizado desse código e uma cuidadosa discussão teórico-metodológica que nos permita utilizá-lo na pesquisa histórica, no sentido de que a dimensão propriamente visual do real possa ser integrada à pesquisa histórica. (p.12)

O pesquisador ao refletir sobre qualquer meio de expressão, segundo Dubois (1993, p.25), “[...] deve se colocar a questão fundamental da relação específica existente entre o referente externo e a mensagem por ele produzida”. Desde o seu surgimento, a fotografia é tomada como cópia fiel, registro incontestado, do mundo. Sobre ela pesa a credibilidade do processo mecânico da produção da imagem fotográfica, que a toma como documento, prova suficiente e evidente do fato ocorrido.

Dubois (1993, p.26-27) se propõe a refazer o percurso histórico das diversas posições defendidas pelos teóricos e críticos da fotografia, a fim de apreender o que ele denomina como uma “nova atitude” (acerca da relação da imagem fotoquímica com seu referente) em três momentos:

- a fotografia como espelho do real (o discurso da *mimese*): discurso mais primário da fotografia, que a trata como algo análogo, detecta a semelhança existente entre a foto e seu referente;
- a fotografia como transformação do real (o discurso do código e da desconstrução): que foi uma reação à visão da fotografia como espelho e situa a fotografia não como um simples reflexo da realidade, dotado de neutralidade, mas um instrumento de transformação do real;
- a fotografia como traço real (o discurso do índice e da referência): que não despreza a contribuição dos momentos anteriores, mas tenta complementá-los partindo da teoria de Barthes (A Câmara Clara) sobre a aderência ao referente, que avança para além do efeito de realidade que a fotografia guarda.

O autor opta por enquadrar as suas investigações no campo da fotografia no último movimento, sobretudo na noção de índice (em oposição às noções de ícone e símbolo).

Já Kossoy, no livro *Fotografia e História* (1989), se propõe a pensar a fotografia por meio de seus componentes estruturais somando os elementos constitutivos (o assunto que é registrado, a tecnologia utilizada no registro e a intenção do fotógrafo e suas motivações pessoais e profissionais), às suas coordenadas de situação (quando

e onde a ação do registro ocorre, ou seja, a gênese da fotografia num tempo e espaço determinados). Segundo Kossoy (2002), a fotografia revela um indício:

“[...] tem uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro, no contexto da vida passada. Trata-se da realidade do documento, da representação: uma segunda realidade, construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado.” (p. 22)

Mauad (1990) trata a fotografia como uma pista que é revelada através de uma intrincada rede de significações por meio da qual a imagem é produzida. A autora afirma que a operação necessária para perceber o que não foi imediatamente revelado pela fotografia em si, consiste na contextualização da sua produção:

[...] as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual ela foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão do mundo. Elementos que somente uma análise histórico-semiótica pode oferecer”. (p.11)

Ao questionar a relação entre história e fotografia, Mauad (1996, p.1) se pergunta: “Será a história puramente a duração e a fotografia seu registro?” A autora propõe então dois caminhos a serem trilhados: o primeiro trata da história da fotografia, sua evolução técnica e sua inserção social na formação do *métier* do fotógrafo e, por fim, o seu público de apreciadores e consumidores. O segundo caminho se dirige a desvendar qual é o lugar da fotografia na história.

Nesse sentido, a autora se propõe a discutir o uso da fotografia, de um lado, na construção do conhecimento histórico e levantar questões teóricas relevantes que tratam da relação da fotografia como experiência vivida e, de outro, como uma mensagem que é elaborada ao longo do tempo e se torna, a uma só vez, testemunho direto e indireto do passado. Sob o ponto de vista metodológico, Mauad (1996) defende que a abordagem da fotografia exige metodologias coordenadas e conceitos em diálogo constante:

[...] ao redimensionar o papel da interpretação dos conceitos, conjugando uma série de disciplinas na elaboração da análise, a abordagem das mensagens visuais é transdisciplinar. Nesse sentido, se é a associação da História à Antropologia ou à Sociologia (ou às duas juntas) que indaga sobre as maneiras de agir e pensar o passado, é a Semiótica que oferece os mecanismos para o desenvolvimento da análise. É ela que permite que se compreenda a produção de sentido, nas sociedades humanas, como uma

totalidade, para além da fragmentação habitual que a prática científica imprime.” (p.7)

Além dos importantes aportes metodológicos elaborados por Mauad sobre o estudo da fotografia, e mais amplamente, sobre a imagem, é importante ressaltar sua contribuição para o estudo da visualidade urbana, sobretudo da cidade do Rio de Janeiro, objeto privilegiado em vários dos seus estudos e pesquisas e que vieram a constituir um marco na abordagem da imagem fotográfica como fonte histórica. A abordagem de Mauad dissecou a imagem fotográfica em cinco grandes categorias de análise: o espaço fotográfico, o espaço geográfico, o espaço do objeto, o espaço da figuração e o espaço da vivência.

Outro importante estudo sobre a imagem fotográfica relacionada ao urbano é o de Zita Possamai (2007), que aborda imagens fotográficas da cidade de Porto Alegre a partir do recorte do colecionismo de fotografias e dos álbuns fotográficos para tecer narrativas sobre a cidade. Os álbuns fotográficos, assim como as séries de cartões-postais e os álbuns de vistas das cidades, segundo a autora, são tratados como narrativas que possuem uma lógica interna e que são capazes de produzir uma imagem-síntese da cidade imaginada.

Segundo Possamai (2007), a constituição dos álbuns fotográficos é duplamente determinada pelo imaginário social:

[...] que interfere tanto na criação das imagens fotográficas, como na concepção da coleção que resultou no álbum fotográfico. [...] dessa maneira, elaborado a partir de fragmentos, o álbum de vistas urbanas tenta alcançar uma continuidade fictícia. Essa continuidade, por seu turno, ganha sentido ao recorrer-se à construção da narrativa e ao ter como lócus privilegiado de tessitura o espaço urbano, elemento visual preponderante na imagem fotográfica. (POSSAMAI, 2007, p. 57)

Guran (2012) se lança no desafio de produzir um amplo balanço historiográfico sobre a prática fotográfica nos campos da documentação e da pesquisa no âmbito das Ciências Sociais, que num primeiro momento, resistiu em incorporar a fotografia como um meio confiável na prospecção de dados. No entanto, para o autor, as limitações técnicas do início da fotografia, que exigia longo tempo de exposição e a fixação da câmera, contribuíram para que a fotografia fosse tomada como uma reprodução exata do referente. Mesmo levando-se em conta que a fotografia e as imagens podem ser manipuladas e adulteradas, a extensão da fotografia como fenômeno social vem se ampliando. Segundo o autor, o século XX viu a fotografia se transformar em um dos principais meios de informação que se impôs nas diversas

mídias, na medida em que elas foram surgindo ou se popularizando: jornais, revistas, TV e, mais recentemente, a internet e as redes sociais.

O autor chama a atenção para o que considera como a principal contribuição da fotografia para a pesquisa nas ciências sociais: “[...] ela abre as vias para uma percepção do mundo visível diferente daquela propiciada por outros métodos de investigação.” (GURAN, 2012, p. 70). E é exatamente essa possibilidade de percepção diferenciada sobre a realidade social que a fotografia opera, que viabiliza o estudo do que Piette denomina “modo menor da realidade” (conforme citado por GURAN, 2012, p. 71): “[...] são identificações laterais, aspectos irrisórios, algumas determinações, coisas a considerar ou a desprezar, que são e ao mesmo tempo não são”.

Uma definição próxima a essa pode ser encontrada em Freyre (1978), quando ele se dedica a reconstituir o ciclo da borracha em Manaus utilizando cartões-postais que encontrou em uma feira de Lisboa:

Que revelam os postais, que consegui reunir, de reações de portugueses ao meio amazônico de há setenta ou sessenta anos? É o que, nessa comunicação, se procurará indicar, como exemplo de que não há matéria, por mais aparentemente inócua, que não guarde em si alguma coisa de susceptível de ser útil a um pesquisador de coisas sociais, interessado em captar os significados de interesse humano, escondidos em insignificâncias, em trivialidades e nos desdenhosamente denominados pequenos nada.” (FREYRE, 1978, p. 148)

Referencial primeiro da cidade, a fotografia é uma representação que ajuda a recriar constantemente a carga simbólica que dá significado a esse estar na cidade: traços de hábitos, lugares, monumentos e paisagens. Suporte privilegiado de registro, tanto a literatura, quanto a fotografia, e também os cartões-postais – em especial aqueles que guardam as vistas das cidades e as paisagens urbanas – são capazes de restituir o tempo passado na medida em que, assim como os monumentos, são feitos para lembrar.

6 IDENTI(CIDADES)

[...] o tempo está em tudo; existe tempo, por exemplo, nesta mesa antiga: existiu primeiro uma terra propícia, existiu depois uma árvore secular feita de anos sossegados, e existiu finalmente uma prancha nodosa e dura trabalhada pelas mãos de um artesão dia após dia; existe tempo nas cadeiras onde nos sentamos, nos outros móveis da família, nas paredes da nossa casa, na água que bebemos, na terra que fecunda, na semente que germina, nos frutos que colhemos, no pão em cima da mesa, na massa fértil dos nossos corpos, na luz que nos ilumina, [...] (Raduan Nassar, *A Lavoura Arcaica*, 2009, p.54)

A hipótese central desta investigação, conforme já apresentado anteriormente, é a de que o afeto pode ser considerado um componente fundamental da relação do indivíduo com o espaço. O esforço teórico-metodológico que se impôs foi o de desvelar como a relação do indivíduo com e no espaço se forma e a importância que esta adquire nas trajetórias de vida e na sua formação identitária. Neste sentido, importa saber como capturar os sentidos atribuídos ao espaço que estão presentes nos fragmentos de memória desses sujeitos e espacializá-los, elaborando o que denominamos “cartografia afetiva”.

Três teorias formam os pilares do constructo teórico-metodológico utilizado para examinar a aplicabilidade de tais hipóteses. A primeira delas é a teoria de Berger & Luckmann (1985) que trata respectivamente: da sociedade como realidade objetiva e da sociedade como realidade subjetiva. Em suma, trata-se de compreender como ocorre a interiorização da realidade por meio dos processos de socialização que se sucedem, desde a infância até a vida adulta e como esses processos atuam na constituição das identidades e na integração do indivíduo na sociedade. E, ainda, de acordo com a hipótese desta investigação, como se forma a relação do indivíduo com o espaço e qual é o peso, a importância deste nos processos de socialização aos quais os indivíduos são submetidos ao longo da vida.

A apropriação dessa teoria, tem como objetivo, compreender a gênese da relação do indivíduo com o espaço, que supomos ser afetiva, trilhando o mesmo caminho sugerido pelos autores. Assim, num primeiro momento, a casa, a rua e o bairro corresponderiam ao contato elementar do indivíduo com o espaço, que seria o

momento no qual se constitui, nos termos de Berger & Luckmann “[...] a base primeiramente da compreensão dos nossos semelhantes, e, em segundo lugar, a apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”. (BERGER & LUCKMANN, 1985, p.174)

A segunda teoria na qual nos referenciamos tem como base o conceito de espaço existencial, proposto por Norberg-Schulz (1975), por meio do qual os encadeamentos presentes em Berger & Luckmann (1985) acerca das fases da socialização poderiam ser espacializadas. Assim, à primeira fase de socialização, restrita a família, corresponderia a sua sede, a casa, que se amplia progressivamente para a rua (a relação com os vizinhos), em seguida para às imediações (a relação com amigos e colegas da escola), para o bairro (a relação com serviços e comércio próximos), até chegar à cidade (as relações de trabalho, lazer e consumo mais amplo), como vemos no Quadro 2.

Quadro 2 - Espaços e Fases de Socialização Correlatas



Fonte: Elaborado pela autora.

Na teoria de Norbergh-Schulz (1975)⁵⁴, o processo de percepção do mundo se dá em duas etapas, nas quais, num primeiro momento, na infância, o mundo é percebido como um sistema de coisas que são reconhecidas, adquirem sentido e posteriormente são relacionadas aos lugares. Nesse processo de conhecimento e reconhecimento do mundo que nos circunda, há uma escala que varia da daquilo que está ao alcance das mãos (os objetos de uso cotidiano), até a paisagem ou uma região. Nesta ampla escala de referências que são gradualmente criadas e referenciadas ao longo das nossas trajetórias de vida, a casa assume o lugar de núcleo central, primeiro porque é o nível que está mais próximo e é o primeiro com o qual temos contato, que se torna familiar e que é, de certa forma, dominado. Segundo porque é um espaço que opera a percepção mais próxima ao nosso corpo, que nele se insere e a ele é adaptado. E por último, porque é a partir da casa que formamos nossa visão de mundo, nos localizamos no mundo e é a partir dela que saímos para explorar o entorno, as vezes criando novos centros, que ao longo do tempo, se tornam também familiares, ampliando assim o território reconhecido, como vemos na figura abaixo.

Quadro 3 – A Centralidade da Casa e a Criação de Novos Centros

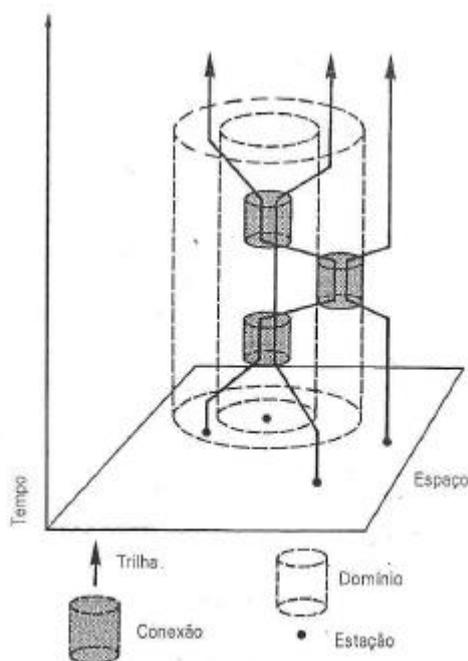


Fonte: elaborada pela autora.

⁵⁴ Especialmente a obra *Existencia, Espacio y Arquitectura*, 1975.

A terceira teoria que dá suporte ao constructo teórico-metodológico utilizado para operar as hipóteses é a chamada geografia temporal de Hagerstrand⁵⁵, na qual os indivíduos são analisados a partir das suas biografias pessoais, que se inscrevem no espaço a partir do seu movimento cotidiano, deixando marcas, traçados, rotas que permitem perceber comportamentos tempo-espaciais. A análise desses comportamentos, quando vistos em seu conjunto, permite perceber como as diferentes rotas ou trilhas se cruzam em determinados locais e criam o que o autor define como estações – ou lugares nos quais atividades comuns são realizadas -, e domínios, lugares onde um determinado tipo de interação é prevalecte ou ocorre com maior frequência que outros, delineados no diagrama elaborado por Hagerstrand, conforme o Quadro 4 .

Quadro 4 - Diagrama da representação das trilhas diárias no tempo e espaço de Hagerstrang.



Fonte: Hagerstrang (1970)

⁵⁵ Sobretudo na obra intitulada *How About People in Regional Science? Publicada em 1970* e citada por Harvey (2001).

Esse conjunto de teorias permite fundar o chão teórico-metodológico capaz de examinar a coerência das hipóteses aqui sugeridas, no campo das práticas espaciais cotidianas, a fim de revelar as cartografias afetivas ali submersas. Assim, serão examinadas nove trajetórias de vida, inspiradas no modelo proposto por Hagerstrand (1970), que permite encontrar cruzamentos, domínios, estações e pontos de interseção onde podem ser detectadas regularidades, apropriações e práticas subjetivas ou comuns nos espaços da cidade. As histórias de vida, revelam, sobretudo, as relações afetivas, as mais sutis, que ligam as trajetórias desses indivíduos às suas experiências vividas na cidade de Belo Horizonte, criando camadas interpretativas onde se acumulam memórias e sentidos que desvelam uma cidade que não se vê.

As cartografias resultantes da análise dessas nove histórias de vida, permitirão, como veremos a seguir, a elaboração de uma série de cartografias afetivas, que têm a intenção de explorar as possibilidades e os desdobramentos da espacialização da memória, mesmo que de forma fragmentária e pouco linear, como aparece nos depoimentos. As trajetórias de vida são assim ferramentas, mecanismos a partir dos quais conseguimos acessar o sentido de determinados lugares, que se tornam significativos para os habitantes ou pessoas que de alguma maneira têm suas trajetórias de vida relacionadas a Belo Horizonte. Cabe ainda sublinhar que os depoimentos coletados não possuem a pretensão da estabilidade temporal, podem ser reelaboradas, recontextualizadas ou mesmo revistas pelos seus narradores, como aliás pode ser notado ao longo dos próprios depoimentos, em um ir e vir próprio da rememoração.

A narrativa é também uma construção que não tem a pretensão de encerrar uma verdade sobre os fatos ocorridos, mas que, no entanto, busca uma coerência dentro do contexto da própria trajetória de vida, que, como a cidade, muda ao longo do tempo. Assim como a cidade, a relação dos indivíduos com o espaço também é mutável, assume diferentes nuances ou pode ser alterada completamente, indo de um extremo ao outro. Em um determinado momento da vida a cidade os afeta positivamente, o sentimento expresso é o de carinho, de saudade, de pertencimento e de orgulho. Se ao longo das suas histórias de vida a relação com a cidade é alterada, a cidade pode passar a afetá-los de maneira negativa, gerando um sentimento de ressentimento, medo, desconexão ou melancolia. Veremos ao longo dos trechos dos depoimentos apresentados a seguir, que alguns dos entrevistados se ressentem com

as transformações pelas quais Belo Horizonte passou. Neste sentido, não há uma regularidade na maneira como a cidade afeta os entrevistados. Eles podem ter um sentimento extremamente positivo numa determinada fase da vida e, posteriormente, este sentimento se transforma, ocasionando uma aproximação ou afastamento da sua identificação com a cidade.

6.1 O Direito ao Enraizamento: o uso das histórias de vida na investigação das cidades

Em uma entrevista realizada por Bruck (2012), publicada na Revista *Diáspora*, a historiadora Ecléa Bosi fala da importância da memória e do passado e sobre o direito dos sujeitos enraizarem-se⁵⁶. Para a autora é imprescindível resgatar a potência das fontes orais na reconstrução do passado, em meio à abrangência e à dominação dos dispositivos tecnológicos e aos constantes deslocamentos impostos pela vida contemporânea, especialmente quando estudamos as cidades:

Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças. Eu penso que os urbanistas quando fazem projetos sobre as cidades, deveriam escutar os velhos moradores e estarem abertos a sua memória, que é a memória de cada rua, de cada bairro. Eles estariam recuperando a dimensão humana do espaço que é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente a morfologia da cidade e essa ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento. Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ver que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados e das esquinas. E tudo isso se reflete bem nos depoimentos dos nossos memorialistas. Então, os pesquisadores devem ter a consciência de que uma história de vida que nós escutamos não é feita para ser arquivada ou guardada em uma gaveta como coisa, existe para transformar a cidade onde ela floresceu. (BRUCK, 2012, 198-199)

Neste sentido, histórias de vida são fragmentos vivos da história da cidade e, além de testemunhos, são partes integrantes da grande engrenagem que move as cidades, porque permitem desvendar elementos que estão além da superfície das transformações do espaço. Elas alertam para os efeitos que tais transformações – muitas delas bruscas, profundas e até mesmo violentas – causam nos desejos, nos

⁵⁶ Conceito formulado pela filósofa francesa Simone Weil.

sonhos e nas perspectivas de vida de centenas, e às vezes, milhares de pessoas que vivem nestes espaços. Muitas dessas histórias de vida estão profundamente atreladas aos processos de ocupação e organização do espaço. Histórias que ficam à margem dos interesses mais imediatos que regem a dinâmica das cidades, sendo sequer considerados no planejamento urbano.

Becker (1993) assinala a importância das histórias de vida como um instrumento de pesquisa valioso no campo das ciências sociais. Carregada de subjetividade, a história de vida é uma narrativa fortemente vinculada à experiência vivida e a interpretação que o seu narrador faz do mundo que o cerca. O autor lembra que as histórias de vida tiveram sua importância reconhecida nos estudos realizados pela Escola de Chicago, na sua fase áurea, entre os anos de 1920 e 1930, quando eram amplamente utilizados no estudo das cidades.

Para além da análise da validade da utilização das histórias de vida na compreensão dos processos polifônicos que povoam as cidades contemporâneas, interessa neste momento, mais do que avaliar se um universo tão diverso e complexo pode ser representado por poucos casos, refletir se os casos apresentados são significativos e suficientes para verificar as hipóteses propostas nesta investigação.

Longe de constituir a totalidade do universo a ser pesquisado, as histórias de vida apresentadas revelam um pequeno mosaico de situações nas quais tais hipóteses podem ser aplicadas. Também a negação da hipótese, que no caso desta investigação corresponde a dizer que o afeto não se revela como um elemento vital e determinante de ligação do indivíduo com o espaço, está atrelada às variáveis presentes nas próprias histórias de vida, que, de certa forma explicam o porquê desta negação e como estas interferiram significativamente no horizonte de expectativa dos seus narradores em relação ao espaço habitado.

Para Becker (1993, p.108-109), a utilização das histórias de vida oferece algumas possibilidades, que enumeramos a seguir, como um pressuposto da sua adequação à esta investigação: i) propiciam uma abordagem subjetiva da realidade, para além dos processos institucionais que normalmente se encontram mais acessíveis à pesquisa; ii) oferecem uma riqueza de detalhes que podem gerar um incremento teórico-metodológico significativo em áreas nas quais as pesquisas padecem de um certo esgotamento de fontes e dados, originando novas questões ou as aprofundando; iii) enfatizam a perspectiva das ações em curso, as suas motivações e os processos nos quais elas se inscrevem, como principal fator a ser considerado.

6.2 Outras Cartografias: o mapa como narrativa da experiência vivida

Antes de apresentar as cartografias das histórias de vida obtidas na pesquisa de campo, resta ainda esclarecer como estas serão apresentadas, assim iremos enumerar alguns dos pressupostos para orientar os leitores, a fim de se evitar a expectativa de uma leitura linear dessas histórias. Apesar das histórias de vida se constituírem basicamente em ordenações cronológicas de fatos vividos, fator considerado na construção do roteiro que as norteou, é importante esclarecer que as questões abordadas observam o recorte pretendido, que relaciona tais trajetórias ao espaço da cidade de Belo Horizonte. Neste sentido, cabe esclarecer ainda, que algumas dessas trajetórias de vida ocorreram fora de Belo Horizonte, pois algumas dos entrevistados são provenientes de outras cidades, mas, no entanto, viveram parte significativa de suas vidas em Belo Horizonte ou Região Metropolitana. Outras ainda são de pessoas que nasceram na cidade, mas que não vivem mais nela. Avaliamos que esse recorte é importante para gerar visões contrastantes que estão previstas nas hipóteses levantadas.

Outro ponto importante a ser esclarecido é a delimitação do escopo da pesquisa. Se no início da investigação pairava uma dúvida sobre a necessidade de um recorte espacial, um perímetro a ser delimitado para que a pesquisa não tivesse a ambição de representar um universo muito maior do que verdadeiramente abrangeu, na medida que as primeiras entrevistas foram realizadas, essa dúvida foi dissipada. Não havia uma delimitação espacial a ser feita.

A Belo Horizonte narrada nas histórias de vida é uma Belo Horizonte que não reconhece limites geográficos, ela ultrapassa qualquer perímetro na medida em que mescla uma cidade real a uma cidade imaginada, uma cidade que afeta seus moradores de diferentes formas ao longo da vida, as vezes gera encanamento, noutras produz frustração. Ela se tornou ao mesmo tempo concreta e etérea e assim, a sua territorialidade está mais atrelada a limites simbólicos do que físicos.

Obviamente não podemos desprezar as limitações da constituição deste pequeno mosaico, que não pretende abarcar todas as cartografias afetivas possíveis que povoam as trajetórias de vida dos habitantes de Belo Horizonte, porque cada uma é única e ao mesmo tempo possui pontos em comum com outras tantas. E mesmo que fosse possível se ampliar significativamente o universo dessa pesquisa, realizando centenas de entrevistas, acreditamos que elas provavelmente resultariam

num mosaico mais rico, mais diversificado, mais detalhado, não comprometendo, portanto, o núcleo central e a tenacidade das hipóteses propostas nesta investigação.

A escolha dos entrevistados, num primeiro momento, foi orientada a partir da descrição de “tipos ideais”, inspirados na teoria weberiana. Cabe aqui resgatar a construção desses tipos ideais feita com o auxílio da teoria que deu suporte à investigação.

Segundo Weber, os tipos ideais são construtos teóricos que sintetizam determinados princípios que podem ser reunidos em uma dada caracterização, útil a análise de situações variadas. É uma síntese destinada a organizar, reunir relações similares, porém, distinta da realidade:

Quanto mais vastas são as relações que se devem expor, e quanto mais variada tenha sido a sua significação cultural, tanto mais se aproximará do tipo ideal a sua apresentação sistemática e global num sistema conceitual e mental e tanto menos se torna possível ficar-se com um único conceito deste gênero. E daí resulta ser tanto mais natural e necessário repetir a tentativa de construir novos conceitos de tipo ideal, com a finalidade de tomar consciência de aspectos significativos sempre novos das relações. (WEBER, 1986, p.113)

A construção de tipos ideais é, portanto, uma ferramenta útil para a compreensão de uma realidade extremamente heterogênea e complexa que nos circunda. Na impossibilidade de abarcar todos os aspectos e relações de causalidade que se interconectam na análise de uma dada realidade social, uma opção razoável é fazer recortes desta realidade, destinados a captar fragmentos de sentido que possam reunir alguns de seus aspectos relevantes. Esse recorte é realizado a partir de valores do próprio pesquisador, do seu objeto e do contexto a ser analisado, desde que considerados os procedimentos científicos, devidamente amparados pela teoria:

A elaboração de um instrumento que oriente o cientista social em sua busca de conexões causais é muito valiosa do ponto de vista heurístico. Esse modelo é o tipo ideal, um instrumento do qual o cientista se vale para guiar-se na infinitude do real. Três são as características fundamentais que definem suas possibilidades e limites: a racionalidade, a unilateralidade e o caráter utópico, isto porque, diante de uma realidade infinita, sua elaboração permite a escolha de certas características do objeto que são relacionadas de modo racional, mas que sempre acentuam unilateralmente os traços considerados mais relevantes para a explicação. Nesse sentido, o tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo ou uma repetição da realidade, muito menos um modelo do que deveria ser o real, que nunca corresponde exatamente ao que se vê no conceito típico-ideal, mas pode ser explicado por ele em seus traços considerados essenciais. (QUINTANEIRO, 1999, p.134)

A partir das formulações teóricas descritas anteriormente, a pesquisa empírica teve início. Numa primeira fase ela se destinou a analisar e agrupar algumas formas, de ação/interação de alguns indivíduos com o espaço no cotidiano da cidade de Belo Horizonte. Neste sentido, buscou detectar similitudes, continuidades e descontinuidades nas relações que os indivíduos estabelecem com o espaço, o que permitiu construir e tipificar relações que reúnem características comuns, presentes, em maior ou menor intensidade, num dado grupo de indivíduos. A construção de tipos ideais foi uma opção analítica que nos pareceu relevante, sobretudo nesta investigação, que se volta para a compreensão do sentido atribuído ao espaço, uma relação essencialmente subjetiva, que apesar de seus particularismos, pode nos apresentar facetas ainda inexploradas da realidade. Assim, a partir de observações pessoais em diálogo com a bibliografia já consultada chegou-se à seguinte tipologia:

- **O Gregário:** aquele que nasceu ou habita o mesmo local por longos períodos. Possui profunda relação com o lugar, que tem papel essencial na constituição da sua identidade, na qual a memória, provavelmente ocupa um lugar também singular e significativo. Resiste à pressão imobiliária apesar das enormes contingências acarretadas por ela: aumento do trânsito, do nível de ruído, da poluição visual e se vê, às vezes, achatado, comprimido em meio a construções com escala muito superior à que habita. Se caracteriza por uma postura de profunda resistência à pressão exterior que pretende expulsá-lo daquele lugar onde sempre viveu e sem o qual não se reconhece no mundo.
- **O Viajante ou o Passageiro:** aquele que passa, que está sempre em movimento em relação a um dado lugar. O espaço é para ele um ponto cujo trajeto feito o une ao seguinte, é o lugar que ele atravessa, uma imagem em movimento. Simmel relaciona o estrangeiro ao comerciante, ou aquele que “não é proprietário de terra – não apenas no sentido físico da terra, mas também no sentido figurado de uma substância vital que é fixa, se não em um ponto do espaço, ao menos num ponto ideal do ambiente social”. (SIMMEL, 1983, p. 184)
- **O Transitório:** ou aquele que possui uma relação inconstante com o espaço. Não se fixa e está em constante movimento. Ele não se fixa tempo suficiente para criar uma identidade em relação ao espaço. Difere do tipo anterior por pertencer a uma dada comunidade desde o nascimento e possuir um passado

relacionado a ela, mas vive o presente em trânsito. Busca um outro lugar no mundo no qual possa viver novas experiências.

- **O Investidor:** ou aquele que vê o espaço que habita apenas como um componente de mercado. Um motor da sua economia pessoal. Uma fonte de renda sem necessariamente deixar de vive-lo como um habitante e de criar vínculos afetivos com o espaço, que não possui maior importância do que a sua utilidade de mercado.
- **O consumidor:** ou aquele que vê o espaço como a sede de um lugar onde se consome. Seus hábitos e suas rotas são voltados para o consumo. E ele entende, mesmo os momentos de sociabilidade, como um momento de consumo. O espaço é onde estão localizados os bens e serviços que ele pretende consumir, nas mais diversas situações. A sua orientação espacial e as suas preferências se definem a partir da localização/aproximação dos espaços que guardam ou oferecem o que ele pretende consumir.
- **O Passante:** aquele que a cidade passa por ele e não ele passa pela cidade. A cidade é apenas uma rota para o trabalho ou para os locais de estudo. O tempo apressado e a rota vertiginosa do ônibus, do metrô e do carro que usa para se locomover, o deixa longe do contato com o chão da cidade. Usufrui e conhece pouco o espaço da cidade. Por estar sempre de passagem, não tem muita consciência do espaço que percorre, não lhe dá muita ou nenhuma atenção. Não o significa. Sequer tem interesse em conhece-lo. As muitas horas gastas no percurso do seu lugar de trabalho ou de estudo para a casa, fazem com que ele não considere a possibilidade de apreciar o trajeto. Toda a sua atenção está concentrada nos horários de saída e chegada, no trânsito entre um ponto e outro da sua jornada cotidiana.
- **O Habitante:** aquele que habita a cidade no seu sentido mais puro. Ele não só percebe o espaço, como tem um profundo vínculo afetivo com ele. Percebe a cidade como uma segunda casa, se preocupa com o destino da cidade, lamenta suas transformações, se apega a arquitetura, conhece a cidade, participa dela de forma ativa, vive a cidade. A cidade é um elemento essencial da sua experiência de vida.
- **O Flâneur pós-moderno:** aquele que anda, caminha e explora a cidade. Sorve o espaço e os detalhes da cidade e se surpreende diariamente. Seu caminho é também sua narrativa de vida. O espaço que transita, o define. Define sua

identidade em relação aos lugares onde se coloca, onde escolhe “habitar” na cidade. A cidade é a sua casa, extensão dela. Ele se sente à vontade na cidade, sorve o que ela lhe proporciona. Neste tipo, podemos ainda incluir o flâneur de rodas, aqueles que substituíram o caminhar pela bicicleta. Riscam o chão da cidade, traçando seus caminhos sobre rodas.

- **O Olho Mecânico na Urbe:** aqueles que vivem a experiência da cidade sempre mediados por dispositivos eletrônicos. O olho máquina que interfere na leitura e se torna um elemento dessa relação entre indivíduo e espaço. Cada dia mais comum, o uso de celulares com câmeras e dispositivos de geolocalização (GPS) interfere no olhar do indivíduo em relação ao espaço, coloca uma moldura, um filtro. Definem uma nova forma de olhar e sentir a cidade: sempre mediada por uma máquina.
- **O trabalhador da rua:** aqueles que têm o seu sustento atrelado à rua e que reúne desde profissões quase em extinção como novas profissões, como o sorveteiro ambulante de domingo, os amoladores de tesoura e de faca, os vendedores de biju e de sombrinhas, os vendedores dos semáforos, os artistas mambembes, os senhores que consertam cadeiras de palhinha nas esquinas, os padeiros de bicicleta, os catadores de papel e lixo e uma infinidade de outras ocupações que fazem da rua o seu escritório.
- **O Especialista (ou os produtores da cidade⁵⁷):** aquele que possui um olhar privilegiado sobre a cidade. Olhar treinado para ver e sentir a cidade. A tomam como objeto de inspiração ou de estudo. Possuem um olhar analítico, perscrutam a cidade em busca de novas descobertas. A cidade é um lugar a ser explorado, descoberto diariamente. Admiram a sua paisagem, ela é também um ponto de interação. Reúnem falas, discursos, filmes, poesias, romances, fotografias onde ela é enaltecida, cenário privilegiado onde se desenrola a trama, quando não sua principal protagonista.

Essa tipologia, não pretende abarcar a totalidade, a multiplicidade e a complexidade das relações sociais que se desenvolvem na cidade e em relação a ela, mas nos permite analisar uma gama bastante ampla, presente na cidade. Também

⁵⁷ Ver página 62 a menção a essa denominação feita pelo geógrafo Jacques Lévy.

não são tipos puros, podem apresentar por vezes características de mais de um agrupamento ou transitar entre eles ao longo da sua história de vida.

Ao longo da realização das entrevistas em profundidade foi constatado que os tipos ideais construídos não dariam conta de abarcar um universo extremamente denso e diverso de sentidos que habitam as cidades contemporâneas, nomeadamente, Belo Horizonte. Em outras palavras, percebeu-se que ao utilizar a construção de tipos ideais, algumas das informações sutis e nuances mais sensíveis das trajetórias de vida poderiam se perder, em função de se buscar regularidades que gerassem um padrão a ser alcançado, mesmo que por proximidade. Neste sentido, foi necessário um olhar mais cuidadoso para que os tipos ideais não solapassem a gradação dessas relações, cujo caráter subjetivo é o grande gerador/portador de sentido.

Outro ponto a ser salientado nesta escolha é que a tipologia estabelecida identifica determinadas continuidades e características mais marcantes dos entrevistados, mas não os enquadra numa moldura fixa, não os torna indiferentes aos caprichos do tempo e às inúmeras transformações urbanas ocorridas em Belo Horizonte. Assim, pode-se notar ao longo da análise das histórias de vida que um mesmo entrevistado pode se enquadrar em mais de um tipo ideal ao longo da sua trajetória de vida.

A seleção dos entrevistados considerou também a abordagem de uma gama de histórias muito distintas, que não eram conhecidas antes das entrevistas, das quais havia apenas indícios e foi definida também em relação ao tempo e à relação dos entrevistados com Belo Horizonte: pessoas que nasceram em Belo Horizonte e sempre moraram aqui; pessoas que nasceram aqui e migraram para outras cidades e outros países; pessoas que nasceram aqui, mas que saíram por alguns períodos e retornaram; pessoas que nasceram aqui, saíram e não pensam em retornar jamais; pessoas que não nasceram aqui e adotaram a cidade como sua; pessoas que mesmo frustradas com os rumos da cidade, se sentem presas a ela.

Para construir as cartografias afetivas, foram considerados alguns parâmetros que remetem às diversas questões teóricas levantadas ao longo da investigação. Muitos deles, comprovam quase que literalmente a teoria abordada, mesmo que os entrevistados a desconhecem. Outros colocam novas questões, como é natural no processo de pesquisa, que fazem avançar ou recuar, refletir ou aprofundar e serão devidamente assinalados na análise das cartografias.

Neste sentido, para oferecer uma gama maior de possibilidades para explorar as cento e quinze páginas de transcrição das histórias de vida coletadas, optamos por organizar as cartografias a partir dos seguintes critérios: temas mais relevantes que apresentam alguma regularidade nos depoimentos; momentos significativos nos quais a teoria encontra a voz dos narradores; a sequência dos espaços ao longo dos processos de socialização (casa, rua, entorno, bairro, cidade), numa ampliação concêntrica do espaço a partir da casa como núcleo central; cartografias de trajetos e caminhos literalmente descritos ao longo das histórias de vida; e, por fim, momentos de maior reflexão onde o simbolismo do espaço deixa a sua materialidade em segundo plano. Todas essas possibilidades, serão ainda acrescidas de uma nuvem de palavras, com os termos mais citados nos depoimentos, também uma forma de cartografar essas narrativas.

Por último cabe esclarecer a opção por apresentar os entrevistados ou colaboradores da pesquisa, apenas pelo primeiro nome e o bairro onde moram, sendo omitidos detalhes dos endereços residenciais exatos, que serão localizados nas cartografias por aproximação, tendo em vista preservar a identidade dos mesmos, embora todos eles tenham autorizado o uso das entrevistas e seus respectivos dados para a realização desta investigação.

As narrativas serão apresentadas como foram ditas, com raras correções, acentuando-se as pausas, esquecimentos ou busca das palavras adequadas (expressas por reticências), inflexões, onomatopeias, correções, expressões, idas e voltas, reafirmações (frases ou palavras que se repetem, afirmações das perguntas) e sínteses (frases que resumem algo que já foi dito). Optou-se por colocar entre aspas as falas das entrevistas, que aparecem nas citações junto às perguntas ou algumas complementações de informação que visam esclarecer as afirmações ou dados, todos eles assinalados em negrito.

Portanto, serão reproduzidos trechos mais longos que acompanham cada pergunta ou a sugestão de um tema, que a meu ver, funciona apenas como um gatilho para que a narrativa tenha início e siga, sem muitas interrupções, a não ser em poucos momentos, quando elas fogem muito da abordagem pretendida e se transformam em devaneios que se afastam muito do tema central da pesquisa. Neste sentido, há sempre uma sugestão de retorno ao tema por parte do entrevistador, nem sempre, no entanto, seguindo o roteiro também de forma linear, que serve apenas como um suporte para nortear alguns pontos comuns abordados.

Cabe lembrar que os caminhos da memória são tortuosos e em muitos casos a ativação da memória necessita de pausas e do encadeamento de uma sequência de fatos que antecedem os acontecimentos mais significativos, que são, de certa forma, novamente experienciados durante a entrevista. Foram mantidas as gírias e alguns cacoetes de linguagem, próprios para se perceber as pausas, elaborações e reelaborações realizadas durante os depoimentos.

6.3 A Soma dos Afetos: a cidade de cada um e de todos

O roteiro⁵⁸ que guiou as entrevistas se inicia pela primeira lembrança da casa e segue as etapas de socialização sugeridas por Berger & Luckmann (1985): da casa às ruas mais próximas, depois ao contato com a vizinhança, geralmente a da própria rua onde a casa se situa e segue ampliando o universo espacial em direção às ruas mais próximas à casa, o bairro e os bairros mais próximos, até chegar à cidade ou ao perímetro da cidade que é acessado e conhecido pelos entrevistados.

Neste sentido, o primeiro tópico abordado na entrevista é a primeira lembrança da casa, que como veremos, aparece de formas muito distintas nas narrativas, umas mais apagadas, outras extremamente claras e detalhadas. Outras ainda não surgem num primeiro momento, porque alguns entrevistados instituem um marco a partir do qual iniciam as suas narrativas, que não é exatamente o que foi sugerido no roteiro. Seja porque essa lembrança vem em decorrência de outras, seja porque há, em alguns casos, um apagamento dessas lembranças. É necessário enfatizar que as lembranças da infância, da casa da infância se conformaram em partes substanciais de algumas das entrevistas. Algumas porque muito significativas, extremamente detalhadas e ainda muito vivas no presente dos seus narradores, outras porque foram etapas que apesar de não tão claras, se fixaram com muita força na memória.

Em cada tema elencado a partir das entrevistas, foram selecionados os trechos de relatos mais significativos, que as vezes descrevem minuciosamente os lugares de memória, que são contrastados com outros relatos, opostos, nos quais pode-se perceber lacunas ou visões muito fragmentadas. Ambos os aspectos são significativos nas trajetórias de vida, pois desenham fases mais ou menos importantes, assim como

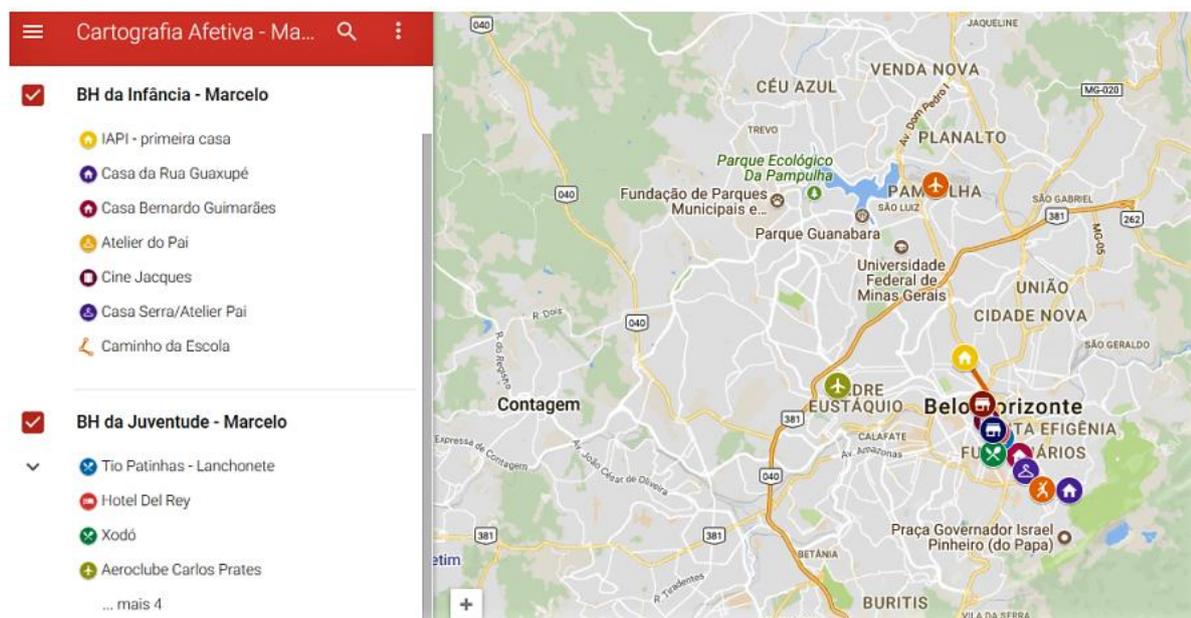
⁵⁸ O roteiro está disponível integralmente no Anexo Metodológico.

encobrem eventos traumáticos e episódios que talvez queriam ser esquecidos ao invés de lembrados.

Por último é importante assinalar, que parte das conclusões da tese já serão esboçadas neste capítulo ao final de cada item/tema abordado nas histórias de vida. Nestas análises voltamos aos capítulos anteriores em busca de pontos de contato entre a teoria e as narrativas coletadas nas histórias de vida, evidenciando os aspectos mais relevantes e tecendo considerações sobre as hipóteses e questões levantadas na investigação. Assim, no próximo capítulo as considerações finais serão uma síntese das análises já formuladas neste capítulo de forma mais esquemática.

As primeiras lembranças da casa

Imagem 2 - Cartografia Afetiva – Marcelo – Infância



Fonte: elaborado pela autora.

- **Marcelo – morador do Bairro Anchieta/ Belo Horizonte:**

“Eu nasci num lugar, que pra te falar a verdade, foi uma das melhores coisas que me aconteceu: no IAPI⁵⁹ – o conjunto. Tive a felicidade de morar e estudar lá no conjunto,

⁵⁹ Segundo Castriota & Araújo (2009, p.45), o Conjunto Residencial São Cristóvão/IAPI, conhecido apenas como IAPI (sigla que designa o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), é um dos mais ambiciosos e expressivos casos de habitação social desenvolvidos em Belo Horizonte. Inaugurado em 1º de maio de 1948, o conjunto idealizado com onze blocos, dos quais apenas nove

lá dentro, então, eu sou o tipo do camarada que detesto praia deserta. Eu gosto de gente do meu lado, assim, tipo clube no domingo, lotado, que você não consegue nem entrar. Sabe, eu curto isso. Chegar no barzinho e já estar lotado de gente!! Esse trem de lugar vazio, não combina comigo. Então, lá no IAPI, papai foi um cara batalhador, nós dormimos todos em beliche, ele já fechou a área assim, ficou até bacaninha, então o papai sempre teve o cuidado de nos dar mais conforto. **Então quando você nasceu já morava no IAPI?** Isso, desde menino. Então.....você aproveitar isso, sua inocência.....porque lá eram pessoas mais humildes. Nunca tive essa relação com isso, menino, é tudo inocente, mas....e a felicidade?”

- **Alysson – morador de Sevilha/Espanha:**

“Eu morava, quando eu nasci, no Jardim Riacho das Pedras, que está em Contagem, antes do Carrefour e da Makro. Num bairro que tem ali. Um bairro bem familiar. Na rua tinham várias casinhas do BNH, assim..... Vários casais jovens, mais ou menos com filhos da minha idade. E eu morei lá até o pré-primário, que foi quando a gente mudou aqui para a Cidade Nova. **Primário era o que? 6, 7 anos?** Porque aí eu vim estudar no Colégio Batista, aqui. Foi no meio do ano. Eu lembro que eu comecei lá e depois eu vim pra cá. E do pré-primário até a faculdade eu morei no mesmo lugar que é na Cidade Nova. Na mesma casa. **Essa casa que você morou no Riacho das Pedras, você lembra dela?** Lembro. **Você lembra de como ela era. É a sua primeira lembrança de espaço, de casa?** Lembro, lembro. Lembro perfeitamente. **Você chega a lembrar detalhes, assim?** Detalhes....foi engraçado que uma vez, eu ainda criança, muitos anos depois eu fui lá e, claro, achei muito menor do que eu tinha na minha cabeça, né? Mas eu lembro direitinho. Eram essas casinhas típicas do BNH, que tinha uma cerquinha baixa na frente, tinha uma grama grande na frente da casa e ainda tinha um pátio. Que tinha chuchu, arvorezinhas e coisas assim. E eram essas ruas que tem várias casas iguais e lembro dessa história, que ao lado tinha um casal, que tinha uma filha que era mais ou menos da minha idade. Na frente era uma vizinha que teve logo depois um filho também. Um pouco mais novo do que eu. Mas era essa...Sabe de onde eu tô falando, que tem o Clube Hípico em Contagem? Quando você pega a Amazonas direto, tem um lugar que tem uma Hípica ali, **(Antes daquela**

foram construídos, compreende um total de 928 unidades, área de lazer comum e área verde no entorno. Foi destinado a abrigar seis mil pessoas e se situa numa região bem próxima à região central de Belo Horizonte, entre os bairros Lagoinha e São Cristóvão.

rotatória?) um bairro assim. Daquela região ali, que tem uns bairros assim mais populares, esse era um que ainda era legal assim. Classe média baixa assim [...]"

- **Francisco – morador do Bairro Taquaril/ Belo Horizonte**

"Tínhamos duas casas: a casa de meus avós era uma casa antiga, velha, de inúmeros quartos, inúmeras dependências, varandas gigantescas e tal e a casa de meu pai e de minha mãe, que era uma casa simples. E essas duas casas eram divididas pela coletoria. Meu avô era coletor federal. Foi, né? Na verdade, as duas casas compunham um complexo assim, bem no centro da cidade, de quase uma pequena chácara. É.....porque essa casa velha, na verdade era uma casa de empréstimo, uma casa que meu avô morava e depois passou a ser dele, foi durante muito tempo a casa de empréstimo de um tio, que morava no Rio de Janeiro, tio Zizinho, na verdade um tio emprestado também. **A segunda casa, sem ser a da coletoria? É. É.....a casa do meu avô.** Eu falo da casa de vô e de vó, porque ali ela era um centro, né? Existindo a nossa casa, de mãe e de pai, de lado e a coletoria no meio, eu acho que a casa de vô e vó, porque ali ela era meio que a casa materna, grandona, onde todo mundo estava sempre, onde se recebia as pessoas, etc., etc. Não era diferente. Como a gente morava em cima, mas a casa da gente era a de baixo.....(risos). Onde ficava mesmo era a debaixo? É, é.....e esse, esse.....era um terreno bem grande, porque eram três lotes juntos, três lotes grandes juntos. E o tio Zizinho era um proprietário de terras em Mutum, né? Então ali tinha um fluxo grande relacionado a fazenda mesmo. Então entre as duas casas tinha um grande corredor, nem um corredor, uma rua mesmo, com um portão na entrada, onde tinha um movimento de coisas relacionadas à fazenda. E lá no fundo um grande paiol. Eu.....a casa.....a casa é muito importante pra mim, sabe? Ao mesmo tempo, talvez até por causa dessa forma que eu morei na infância, que era de pai e de mãe, mas que não era deles, porque eles tinham a outra casa do lado, as coisas todas se misturavam. Porque naquelas casas de inúmeros cômodos, não havia um quarto pra um ou pro outro, todos os lugares podiam ser habitados (risos), todos os lugares, aquele quarto, aquele quarto a outra cama, o armário, a dispensa, o teto, o telhado, então, a casa é pra mim mesmo qualquer lugar. Qualquer lugar onde eu me sinta à vontade. É.....e ela me parece que a casa, construída na cidade, como as duas casas, primeiro, elas eram meio que o centro da cidade. Então assim, dentro da cidade, a casa, o miolinho, mas o meu interesse, se

espalhava. Se espalhava. E também por ter nascido naquela cidade tão pequena, né? Assim, o que era natural de qualquer criança, em 1962, criada pro mundo mesmo.....a casa era quase um lugar pra onde Você podia voltar (risos) Qualquer coisa, volta. [...] Eu saltei.....na hora que a gente tava falando dos espaços da casa que eram legais das memórias que eu trago com afeto, toda memória é afeto, né? O paiol. No final dessa rua, que entrava, o portão, o que separava mesmo essa área mais próxima da casa e distintas das coisas da casa era o paiol. Ele era magnífico. Eram duas, duas, três dependências o paiol, grandes. **Paiol desses assim de madeira, galpão mesmo?** É um galpão mesmo, de madeira preta, pintada, com breu, né? Com breu não, com asfalto, né? Escrito ASA. Era lindo. Ele era todo desenhado, grafitado. **Porque escrito ASA?** Não sei porque escrito ASA. A-S-A e um avião desenhado. O avião, deve ter sido o tio Zezito, meu tio que era piloto, na infância dele. Desenhado com cal. E outras coisas desenhadas com cal. Era muito legal, porque tinham três coisas que rolavam que eram fabulosas. Distintas: de um lado onde se guardava as coisas que vinham das fazendas do Zizito, os insumos, não é? E os produtos (milho, feijão, não sei o que, não sei o que, não sei o que...). **Uma despensa?** As coisas ainda pra serem manufaturadas ainda. Manufaturadas? Não sei se é assim que diz.....feijão, milho ainda na casca, a ser batido. Esse lugar que ficava sempre aberto e onde as galinhas faziam ninho que aquela coisa toda. E por ser aberto, apesar da coisa mais caótica que ele tinha, que as coisas eram meio que jogadas assim, sabe? Dividido o chão, aqui uma pilha de milho, ali a saca disso e não sei o que.....ele era mais luminoso, sabe? Então dentro do paiol que era um lugar é.....com muitos mistérios, ali naquela dependência, as coisas que estavam ali eram muito frescas, muito vivas, sabe? Adorava essa porta sempre aberta. Não sei porque, sempre aberta. E do lado dela, uma outra área, uma sala grande onde ficavam as coisas de trato da fazenda, né? Maquinário, as celas, tudo.....serra, adubo, veneno, machados etc etc etc. **E as crianças entravam nesse lugar?** Pois é. Aí que é o barato. Aí que é o barato, do barato, dos baratos (risos). Quando a gente aprontava de uma maneira mais grave, lá em casa não se batia muito não. Pai acho que me bateu uma vez, a mãe corria atrás da gente com chinelo, mas nunca conseguia pegar porque ela começava a rir no meio da correria, sabe? Mas tinham alguns castigos, cada um de uma natureza. E lá nessa parte fechada do paiol, o pai punha a gente de castigo ali e eu acho que ele fazia de propósito. Porque era muito bom o castigo. Punha lá dentro...imagina? O lugar que **..O lugar mais perigoso...** é, é, era um lugar trancado,

um lugar que a gente não tinha acesso nunca, porque ele era trancado mesmo, a chave e tal. Tinhas as máquinas e tudo lá dentro. Tacava a gente lá dentro....E aí era o momento de fuçar naquelas coisas todas. E tinha ali e... era bacana. Era bacana ficar trancado, não só por causa das coisas que tinham ali dentro, mas então naquele momento a gente podia tocá-las. Atrás...era o paiol, na frente duas salas e atrás um grande cômodo maior ainda que era a soma desses dois, que a porta dava pra cá e esse cômodo sempre fechado. Esse cômodo, contam, contavam, ele guardava um monte de tábua, o vestígio de uma grande casa, o vestígio de uma grande fazenda, o vestígio de um grande curral, de madeira, de madeira, de madeira (**cita várias vezes**) e a gente nunca entrava ali. Ele era trancado. **Você está falando dizem é porque você nunca entrou?** É. Eu entrei pouquíssimas vezes ali assim, sabe? Porque o acesso era difícil mesmo, porque as madeiras estavam empilhadas e ocupavam, na hora que abria aquela porta, era aquela coisa lá dentro. Mas quando a gente estava então preso no castigo, ali no quarto da frente, era o momento então que a gente escalava as paredes do galpão, pelos pregos, segurando os pregos assim, onde as coisas ficavam dependuradas e chega lá em cima na cumeeira do paiol e só via, via **por cima...**por cima aquele resto daquela coisa que a gente não sabia o que que era. Então na minha infância o paiol era um lugar incrível [...]"

- **Renata – moradora de New Canaan /Estados Unidos**

“Primeira lembrança de casa ou de alguma coisa assim: na verdade eu fiquei pensando um pouco sobre isso, porque eu não tenho muito assim.....e aí a coisa que mais me vem assim de lembrança de casa, a primeira de todas, que eu acho que eu era mais nova, era de Juiz de Fora, que eu cheguei a morar com meus pais lá, eu devia ter o que, uns dois ou três anos. **Então você nasceu aqui e depois de dois anos você mudou pra Juiz de Fora?** É. E eu lembrava da grade do prédio onde a gente morava. E aí, depois disso, eu comecei a notar que eu só lembrava das grades das minhas casas.....(risos). **Porque será? Deve ser o ponto de vista.....**pode ser... porque era sempre assim e eram aquelas grades assim, não sei de que década é isso, que formam aqueles negócios assim, circular e vai fazendo umas.....umas florzinhas? Umás florzinhas e de diferentes cores. Por coincidência a gente sempre morou numas coisas meio assim. E fora as grades, eu lembrei de duas casas que tinham quintais, assim. Quintais bem legais. Então eu lembro de algumas coisas que tinham nos quintais.”

- **Nélio – morador do Bairro Santa Tereza/ Belo Horizonte**

“E tenho vivido aqui desde então, com duas passagens pelo Rio de Janeiro, quando eu achava que BH não atendia meus desejos profissionais, de ampliação e de experiências profissionais, mas enfim, morando aqui desde então. Morando e namorando. Então, eu nasci na década de 50, Belo Horizonte ainda era uma cidade pequena. E eu tenho poucas lembranças da minha infância, talvez por conta de um evento, do ciclo da vida aí... Quando eu tinha 5 anos (tsssss - barulho com a boca), meu pai sofreu um acidente e perdeu as duas pernas. Meu pai trabalhava nos correios e numa manobra lá mal efetuada ele vai jogar um malote dos correios, o trem passava perto da estação, com a porta aberta, ele vai jogar o malote dos correios pra dentro do trem e faz algum movimento errado, desequilibra e cai entre a plataforma e o trem. Ele perde as duas pernas e isso logicamente causa uma mudança radical na família. Eu passo a morar com uma tia, irmã dele, minha irmã vai pro interior morar com a minha avó materna e a minha mãe vai ficar com meu pai. E isso dura uns dois anos até o meu pai sair do hospital, aquela coisa toda, né? Enfim, é uma quebra aí de um possível caminho, né? E talvez a minha memória ou a minha falta de memória, de lembrança de alguns momentos da infância, talvez aí até por volta dos 12, 13 anos, pode ter a ver com essa coisa de querer esquecer esse acontecimento trágico, né? Então eu me lembro de algumas, quase como fotografias, sabe assim, não é um filme, é uma foto, flashes que eu vou tentar resgatar aqui. Né, mas as memórias que eu tenho mais fortes de infância são de quando eu saía de Belo Horizonte e ia pra Corinto, a cidade da minha mãe, e ficava na casa da minha avó, encontrava com os primos, brincava e tinha aquilo que eu não tinha em Belo Horizonte. Eu nasci no centro da cidade, vivi até por volta dos 22, 23 anos, que foi qdo eu casei, mas sempre no centro. E o mais distante do centro que eu vivi, foi ali na Rua Timbiras com Rua da Bahia que era a casa dessa minha tia, que hoje é centro, né? Mas ali, era então, na década de.....no início dos anos 60, ali era Lourdes, né? **Mas você tem uma primeira lembrança de casa assim, por exemplo, o apartamento que você nasceu?** Nada. Eu tenho.....mas eram apartamentos... a lembrança que eu tenho é do Edifício Brasília, que foi onde eu morei a maior parte do tempo, assim, da minha infância, era um prédio ali na Rua São Paulo, entre, não, na Rua Carijós, entre São Paulo e Rio de Janeiro, ao lado das Lojas Americanas. Era um edifício de dois blocos e ali eu lembro de alguma coisa, é.....mas o meu quintal eram as Lojas Americanas, né? Onde eu

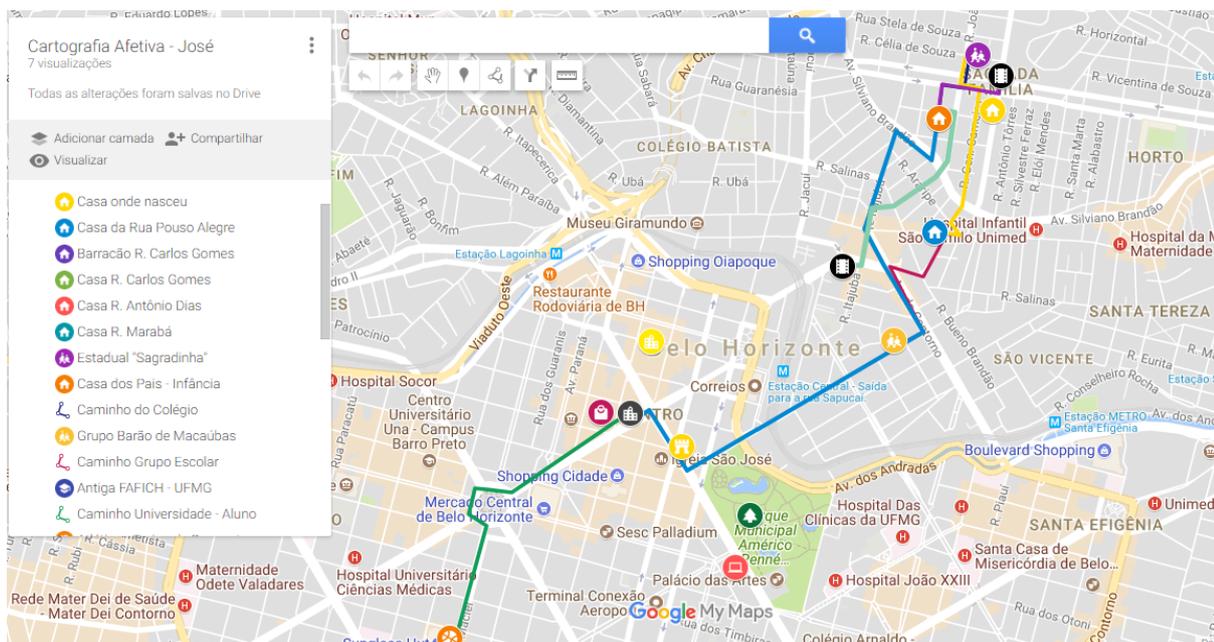
ia pra roubar chocolate (risos) e ficar olhando a sessão de ferramentas, lá? As vezes pegava uma limazinha que eu gostava assim, punha dentro da manga da jaqueta. Tinha uma jaqueta que fechava assim, aí eu jogava ela ali dentro e ela ficava presa, né? Mas o quintal era ali. Então a minha infância não foi uma infância de crianças, assim, com futebol, carrinho de rolimã, brincadeira com amigos na rua. Nada disso. Minha infância foi no Centrão, Lojas Americanas. **Menino de apartamento.....é no “apartamento”.** **Era pequeno?** Era um apartamento com um quarto, eu dormia na sala e a minha irmã dormia num anexozinho, numa viradinha que tinha no apartamento. Isso foi até os 17 anos ali. E aí, a casa da minha tia, já era uma casa, na Rua Timbiras, uma casa com quintal, com goiabeira, de onde eu caí uma vez, tinha uma parreira, tinha gato, eu tinha um quarto só pra mim, eu tinha uma escrivaninha que eu achava o máximo, assim. Eu fui morar lá algumas vezes, por causa da escrivaninha, que eu podia sentar e estudar e eu lia muito qdo era criança, talvez pra viajar.”

- **José – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

“Nascido e criado aqui em Belo Horizonte, morei fora daqui só temporariamente. Morei em Campinas e fiquei um tempo no Rio, pra fazer mestrado e doutorado, mas sempre aqui: nasci e morei aqui em Belo Horizonte. E curiosamente tô chegando aos 60 anos, né? Em abril eu completo 60 anos e nesse tempo todo eu morei em três bairros apenas e tive 8 casas, 9 casas diferentes. Sendo que uma foi em Campinas. Então tirando Campinas que eu fiquei um ano e meio, aqui em Belo Horizonte eu morei em 3 bairros apenas. Eu nasci na Sagrada Família, na Rua Bicas, esquina com Rua Caldeira Brant, numa casinha que existe até hoje, onde meus pais moravam na parte de cima e um irmão da minha mãe morava na parte de baixo. Foi ali que eu nasci, daí a um tempo, acredito que menos de um ano depois que eu nasci, mudei para a Rua Pouso Alegre, na Floresta, bem próximo ali. Ali fiquei, não sei exatamente quanto tempo, mas acredito que uns dez anos morando na Rua Pouso Alegre, entre a Rua Ipiranga e a de cima, antes da Rua Curvelo, ali naquela região ali. Depois meu pai comprou uma casa, que foi a primeira e única casa que o meu pai adquiriu, que foi na Sagrada Família, novamente, aí eu voltei para a Sagrada Família, na Rua Coronel Júlio Pinto com Rua Bicas. É um quarteirão de onde eu tinha nascido. **Aí você já tinha qual idade?** Aí qdo eu voltei pra Sagrada Família eu já tinha uns 12 anos. Acredito que eu fiquei na Floresta uns 10 anos e voltei. E.....e lá nessa casa, na Rua Coronel

Júlio Pinto onde minha mãe mora até hoje. Minha mãe está com 90 anos, meu pai já faleceu. Lá foi onde eu vivi o maior tempo e a minha vida como criança, como jovem, até eu casar eu vivi ali. Dos 12 aos 22 anos. Não é muito tempo porque eu acabei casando muito cedo, mas foi muito significativo, porque ali foi quando eu comecei a sair de casa. Acho que isso é que é interessante. A casa....as duas casas que eu morei, até....a primeira e a segunda, né, como eu era criança e meus pais trabalhavam fora, eu ficava ou com uma irmã mais velha, ou com uma babá, a rua era sempre um impedimento. Eu não tenho nenhuma lembrança de eu criança brincando na rua perto da minha casa: na rua Bicas com Caldeira Brant, porque era muito pequeno, e, na Pouso Alegre porque era uma rua proibida de ficar. Na época passava trem (risos) bonde, aliás. Eu ainda peguei bonde ali na Rua Pouso Alegre. **Ahh é?!!** Porque ela era uma rua.....e hoje ela é uma rua de passagem, né? **Muito movimento?** Muito movimento e tal. Então essas duas primeiras casas, elas foram casas que eram quase que abrigos assim. A minha vida era meio condenada a ficar lá dentro, pela idade, mas tb pelo fato da rua não ser uma continuidade da casa. Pelo contrário....**Você lembra de alguma coisa dessas duas casas, mesmo nessa idade? Elementos da casa, como é que era a casa?** Lembro, lembro. Da casa da Bicas com Caldeira Brant eu lembro pouco e porque eu muito novinho e eu nunca fiz nenhum trabalho assim de regressão, nem nada.....(risos) **As vezes tem fotos, né? É.** A casa é hoje, como era na época. É. Uma casinha com a mesma coisa ecom a mesma arquitetura. Acho que ela é tombada. Acredito que seja. Mas sempre o que me chamava mais atenção era a varanda. A varanda sempre foi nessa casa muito legal, ela tinha uns arcos redondos assim, e é onde.....eu sou.. Eu tenho uma irmã gêmea, né? **Ahh é? É.** Minha mãe teve cinco filhos e eu era o segundo. Era meu irmão mais velho, eu e minha irmã gêmea. E era onde a gente ficava assim pra tomar um banhozinho de sol, brincar um pouco nessa varanda. Na Rua Pouso Alegre, também de novo a varanda, que era onde a gente podia ir no final da tarde, sentar e ficar vendo o movimento dos carros. Aliás, era uma coisa muito legal. Ficar de dentro.....era um programa, não sei se era legal. Hoje eu acho legal, mas não sei se época eu achava. Acredito que não. Mas era um costume, a gente sentar na varanda pra ver o que passava na rua. E o que passava na rua era um acontecimento. Carro, pessoas, muita conversa...Era sempre um momento no final da tarde que a gente já tinha tomado banho e a gente podia ir pra lá.”

Imagem 3 – Cartografia Afetiva José – Infância



Fonte: elaborado pela autora.

- **Miguel – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

“Nasci em Itiúba, Bahia, mas cresci em outra cidade chamada Serrinha, onde eu fui viver a partir dos 2 anos e onde fiquei até os 19 anos. Daí eu mudei para São Paulo onde eu vivi quase 5 anos, depois voltei pra Bahia, em Salvador, onde vivi por 7 anos e depois vim pra Belo Horizonte, onde estou há mais de 30 anos. **Você se lembra dessa sua primeira casa na qual viveu até os dois anos?** Não. Absolutamente nada. A primeira memória que eu tenho é entre essa primeira cidade que eu vivi e a segunda, a gente passou alguns meses numa outra. Porque meu pai comprou uma casa na segunda, mas ela não estava desocupada, então a gente ficou numa outra cidade, que na época chamava Berimbau e hoje se chama Riachão do Jacuí. E eu me lembro da primeira memória que eu tenho, num berço. **Você lembra do seu berço?** Eu não lembro do berço em si, mas lembro do espaço do berço. Eu me lembro que eu ficava dentro de um espaço que era fechado e que eu associo que era um berço. E meu irmão era mais novo do que eu, chorava porque tinha medo de caranguejo(risos). **Caranguejo de praia?** Caranguejo mesmo. Porque meu pai comprava caranguejo, porque lá era um lugar muito farto em caranguejo e trazia pra casa pra comer, né? E o meu irmão tinha medo daquilo. Eu me lembro de eu acalmando meu irmão para que ele não tivesse medo, entendeu? E depois disso eu me lembro, a memória seguinte, eu me lembro de um muro que dividia essa casa com

a casa da vizinha onde tinha uns meninos que eram amigos da gente. Eu não sei porque eu me lembro do muro, mas eu me lembro do muro, só me lembro do muro. **De onde vinha o barulho dos meninos, talvez?** Talvez, é. Eu sei que era o muro que dividia pra casa onde tinham os meninos que eram nossos amigos. Aí depois disso eu me lembro, a gente mudando, no caminho da mudança, para ir para a cidade onde teve essa casa onde eu fiquei até os 19 anos e meu pai falando que a gente ia para uma casa nova. Me lembro da viagem que a gente fez pra chegar lá. E lembro chegando nessa casa, olhando as paredes, olhando aquela casa toda diferente da outra. Eu tenho essa memória bem clara de chegar na casa nova. **E você tinha 2 e pouco 3 anos?** É...lembro pouco tempo depois a gente fazendo fotos em frente à casa. Eu lembro que tinha um pé de pinha, como chama isso? Tinha um pé de pinha no jardim da casa. E não sei porque, esse pé de pinha me chamava muito a atenção. E me lembro de fazendo fotos na frente dessa casa, a família inteira e até alguns vizinhos. Talvez as memórias mais antigas que eu me lembre são essas.”

Nos trechos das narrativas sobre as primeiras lembranças de casa distinguem-se dois grupos. O primeiro possui uma profunda ligação com a casa, que pode ser apreendida através da quantidade de detalhes descritas sobre esses espaços e que permanecem vivos na memória. É possível que muitas das lembranças se vinculam a pequenos detalhes, traços, fragmentos e que remetem a detalhes construtivos, mobiliário, cômodos ou a distribuição destes dentro do espaço da casa. Certamente lugares aos quais as crianças tinham maior acesso ou permaneciam por mais tempo. Por outro lado, há também os lugares que são lembrados porque eram proibidos e por isso cobiçados, desejados e fabulados.

No segundo grupo figuram os depoimentos que não possuem ou possuem poucas lembranças das casas da infância, de um lado, porque houve uma espécie de apagamento dessas memórias ou há uma recusa em rememorar-las, como é o caso do relato do apartamento de um quarto na cidade, que foi casa de uma família de quatro pessoas após um episódio traumático, cujo desconforto se evidencia na fala do entrevistado. Para este narrador, a sensação de prazer ou de afeto relacionada à casa é então remetida à casa da avó, no interior de Minas Gerais, ou à casa da tia, em Belo Horizonte, ambas com quintais, bichos e plantas, lugares espaçosos onde ele passava temporadas e que, eram espaços completamente diversos do

“apartamento⁶⁰” no qual a família morava. Apesar de afirmar que não possui memória da infância até os 12 ou 13 anos de idade, o narrador não só cita esses lugares, como também os descreve.

De outro lado temos a narrativa que relata apenas a lembrança das grades das casas de infância ou da varanda de uma das casas habitadas pela família, que seu mudou muitas vezes nesse período. Moradias transitórias que não tiveram o tempo necessário para criar ligações afetivas ou para a formação de uma memória que se fixasse. Nota-se a conexão que se estabelece entre varandas e grades, que representam as fronteiras que delimitavam claramente o espaço da casa e o espaço da rua, nos quais se entrevê um certo um sentido de privação, de proibição.

Recorrendo novamente à teoria de Botton (2009)⁶¹, essas percepções são resultantes de combinações de elementos (estéticos e construtivos, texturas, materiais, cores) aos quais associamos sensações subjetivas, que assim ganham significado, emocionam. Elas são resultado das percepções e sentimentos de uma determinada fase da vida ou de episódios significativos, que são retidos na memória e associados aos espaços nos quais eles ocorreram. Tornam-se assim pontos significativos trajetórias de vida desses indivíduos vinculados àqueles espaços. A imagem desses lugares faz com que, de alguma forma, essas sensações sejam lembradas, ganhem vida novamente no presente, recordem não apenas as sensações, mas outros acontecimentos que as influenciaram e que, muitas vezes não são explicitados nas narrativas de vida.

Ao analisar essas narrativas é possível estabelecer conexões com a abordagem de Assmann (2011)⁶² sobre os processos de estabilização das recordações, dentre os quais se destacam, segundo a autora, a oralidade, o afeto, o trauma e o símbolo. A oralidade envolve um esforço mental de nomear e descrever objetos, situações, fatos, emoções e lugares. Além disso, a oralidade pressupõe a transmissão destes fatos entre gerações, que uma vez lembrados e verbalizados, são também compartilhados, mesmo que sejam memórias individuais, que evocam algo que foi vivido, experienciado.

⁶⁰ Expressão utilizada pelo entrevistado para definir o pequeno apartamento da família no centro da cidade.

⁶¹ Ver capítulo 2.

⁶² Ver Capítulo 2.

O afeto, o trauma são estabilizadores de recordações porque se inscrevem no corpo, são captados sensivelmente por ele. O símbolo, por sua vez é a apropriação dessas experiências em sentidos. Destes, o registro mais fiel das recordações é o afeto, que segundo Assmann (2011) não pode ser totalmente controlado pelos indivíduos, porque no momento em que são rememoradas, são também sentidas novamente. Daí termos em vários momentos das histórias de vida apresentadas momentos nos quais a emoção não pode ser contida e que são percebidos mais francamente em risos frouxos e choros contidos, e, mais sutilmente em hesitações, no cuidado com a escolha das palavras ou mesmo na falta das palavras para narrar as experiências mais significativas.

Lugares que guardam densas camadas de memória

- **Fausto – morador do Bairro Savassi/Funcionários/ Belo Horizonte**

“Como você mora há muito tempo no mesmo lugar, você sente vontade mudar? Você tem algum apego...Tem. Mas tem uns troços meio chatos assim. O fato da minha tia morar lá é meio chato. Entendeu? No mesmo prédio. O fato do meu pai ter falecido no apartamento, entendeu? Assim, não me incomoda, mas eu lembro. Volta e meia me lembra. E o...negócio também, a pessoa tá ali no cruzamento, a pessoa viu a luz acesa, me assovia na janela. Entendeu? Grita lá debaixo, toca a campainha do vizinho porque não sabe qual que é o meu apartamento. Até mesmo porque acha que ali era tudo.....porque eu morava ali. E por aí vai, né?”

- **Marcelo – morador do Bairro Anchieta / Belo Horizonte**

“E aí, nesse meio tempo que a gente foi pra Serra.....um apartamento chiquérrimo, papai decorou ele todo. No térreo, ficava naquele nível da garagem, tinha uma área de coisacheio de amigo, guerra de almofada, o som....E onde que era? Na Serra, Rua Guaxupé, (fala o endereço completo). Nossa, você lembra? Nós éramos os doidos do prédio, eu com meus irmãos. Porque quebrava luz jogando bola o dia inteiro e uma vez o papai encheu a garagem de luz e falou: deixa eles quebrarem.....(risos), vocês trocam aí. Eu juro, ocupou uma vaga na garagem tudo de caixas. Deixa esses meninos quebrarem os trem..... Então a gente sempre foi criado livre. [...] Então eu acho que falar de espaço, tem que ter família, né? Pra ser agradável....Qual é a sua

primeira lembrança de espaço, de uma casa? É o IAPI? É. Ainda mais esses beliches, né? Muito doido. Não tinha mais.....o apartamento era pequeno, né? É uma solução genial, né? Legal demais. Mas não tinha quarto de menina e quarto de homem não. Tinha que dormir junto. **Era tudo junto?** Junto. E aí depois veio a evolução. **Quantos irmãos?** A vontade de Você fazer um trampolim, não é verdade? O pessoal quer melhorar de vida. Isso tudo é sinônimo de melhora, não é? Então nós saímos de lá, mas eu continuei estudando lá. Estudei lá a vida inteira no mesmo colégio. Então tinha que pegar o ônibus, acordar cedinho. **Onde você estudava?** No municipal? Lá dentro do conjunto. Eu plantei árvore lá.[...] Mas a casa, olha só.....aí depois que nós compramos o apartamento na Serra, uma conquista muito boa, aí pintou do papai tirar o atelier do centro da cidade e levar pro bairro, num terreno que ele adquiriu aqui na na...isso tudo muito rápido. A primeira vez que eu fui comer um salgadinho quente, foi na festa que papai deu, na inauguração do atelier. **Naquela casa ali da Aimorés?** Que aí vinha o foguinho.....(risos) Foi colonista, a sociedade toda e não sei o que.....Aí, de repente, a casa que era alugada e a mulher falou que não ia vender. E, de repente a mulher morreu e aí nós tivemos que comprar a casa. Aí nós desfizemos do apartamento e o papai fez um apartamento pra ele lá dentro. Nós fomos morar lá atrás da casa. E aí desde os dez anos, eu tenho chave de casa, som e carro.... Porque eu morava no quarto de empregada lá fora. E aí você imagina? [...] Eu lembro do Del Rey que é na esquina, chiquerrimo. Ai na Goiás, né? Que a gente era alfaiate do homem, um cara que chamava Érick Baumayer. Lá tinha aquele capitão porteiro de branco, com botões dourados. Esse era o gerente. É como se você visse oaquele dos pássaros, o do Hitchcok. Um homem gordinho assim, barrilzinho. Uma chiqueza danada aquele hotel em Belo Horizonte. Aí eu ia a pé ali todos os dias eu passava nessa loja de motos, pegava o prospecto e trazia pra papai pra comprar uma moto. E aí eu fiz tanto que ele comprou uma moto pra mim...(choro).....**Que ele te deu?** É.....(choro) mas foi uma coisa assim que.....Porque essa coisa de pegar e ... relacionar, assim que tem a ver.....com a casa, né? De repente, ali, você tá feliz. Com alguém que você tá, né? Não é mesmo? Isso tem muita relação, né? E eu faço aqui, né? Na minha casa eu faço as coisas com prazer, né? Quando a relação com ela quando era alugada era uma. Aí depois que você adquire, você passa a dar manutenção direitinho, né? **É outra coisa, né?** É, a relação muda bem. Eu acredito que, a gente ainda possa viver num mundo que todos têm direito de sentir esse sentimento, de passar por esse sentimento dessa posse,

como seu chão. Ele é seu. Tanto que é que eu sempre fui criado em casa. A casa é diferente do apartamento. O chão é alto, né? Tem laje. A casa tem chão. É o seu chão, né? E isso, isso ...eu sinto. Eu sinto esse aterramento, né? Do corpo. Você entende?"

- **Francisco – morador do Bairro Taquaril/ Belo Horizonte**

“Voltando à casa. Tinha algum lugar específico? Você lembra de detalhes da casa?” “Ahh sim. Muito. **É?** Muito. Muitos lugares da casa. Alguns mais presentes na memória mesmo: a sala de piano, na casa de meu avô e de minha avó, na verdade a sala de piano era uma dependência da casa deles que era de minha mãe, na minha casa tinha dois pianos, e esse piano que era o piano de mãe, morava dentro da casa, e como a casa era muito velha, então aquele lugar foi construído pra receber aquele instrumentos musical. Então ele era um lugar de difícil acesso, assim, sabe? **Era escondido?** Era dentro da casa, mas assim a construção era mais sólida, sabe? Reformaram a dependência da casa, colocaram piso de taco, pro piano não ficar sobre as tábuas “magníficas” de peroba (risos), né? Então o piano ficava lá. E durante muito tempo, na minha infância, fechado mesmo, só abria quando a mãe ia tocar, ia dar aula, ia fazer essas coisas lá, né? E ali também ficava uma estante. **Era um cômodo exclusivo?** Era um cômodo exclusivo, um cômodo, para além de todas as coisas da casa que faziam parte do cotidiano da minha vida, né, assim, de alguma maneira, aquele lugar era um centro que me comunicava com o universo, né? Primeiro porque tinha a música, segundo porque tinha livros, então era um lugar extravagante dentro da casa. Um lugar misterioso, assim...misterioso, pra usar a palavra, porque talvez ele fosse, da casa, dentro da casa, a dependência mais asséptica, mais clara, mais resolvida como espaço, assim....sabe? Limpinho. Sabe? Cuidado. Talvez um espaço mais reverencial, né? **É,** porque o resto da casa era aquela casa que funcionava, caindo aos pedaços, parede trincada, goteira, tá entendendo? Era meio louco assim. E tem mil coisas em torno do quarto de piano, sabe? Assim.....**É,** por exemplo: mãe tinha uma relação muito maluca com a casa assim.....**É**....uma mulher, assim, que viveu uma determinada vida, uma vontade feminina, né? Do feminismo e eu acho que ela refuta um pouco a existência da casa ou de viver a casa, de ser a dona da casa etc etc etc. E aquele lugar era o lugar onde ela se escondia também. E era muito engraçado, uma casa velha, quando tinha chuva, sabe? Casa velha, goteira, entrando água por tudo quanto é lugar, era enorme aquele negócio, ela ia pro quarto, trancava

a porta e tocava piano até a chuva acabar (gargalhadas) Era ótimo! Porque, tinha aquela coisa fornecendo o clima, né? Pra casa, ela trancada ali e nessa hora, a casa virava um território nosso, sabe? Na hora da chuva? É.....porque ela era meio que abandonada, né? Ela trancava dentro do quarto, começava a tocar piano. **E vocês faziam o que bem entendiam...** não, a gente aprontava, aprontava. O quarto de piano era um lugar importante. [...] Na fazenda de pai. Pai teve uma fazenda com meu tio, os dois em sociedade, lá em Humaitá. Eu gostava muito de ir lá, ele ficava sozinho lá. **Humaitá é perto de Mutum?** Não, não. **É outra cidade?** Longe. É divisa com o Espírito Santo, no alto da serra, um lugar lindíssimo. Uma região de café, divisa mesmo com a serra do Espírito Santo. E ali é serra mesmo. É lá no alto, quando chega no cume. Exatamente na divisa de Minas com o Espírito Santo. Você chega num plano, depois sobe....a fazenda fazia divisa com o Espírito Santo. Eu gostava muito de ir lá. Primeiro porque ficar próximo dele e querer ser menino, né? **Aquela coisa de férias, também?** Mas muito antes mesmo. Lá na infância, meninote, ia, e lá tinha também a despensa, né? Gostava da fazenda, mas não gostava da coisa da fazenda não. Assim, do curral, da vaca, da galinha, pato, pasto, não. Gostava, curtia, brincava, mas não era uma farra. **Não era uma novidade, né?** É. Eu já era mesmo. Tudo era aquilo, né? De novo a situação do isolado. O isolamento dentro da coisa. A casa dentro da coisa dentro da coisa. O afeto. A despensa. Dentro do caótico, vivo. O vivo é meio caótico, meio caos, igual a fazenda (faz um som com a boca), no meio daquela coisa toda, tinha despensa. Que era um lugar organizadíssimo. Onde se guardavam as coisas que eram compradas na cidade, onde ficavam as canequinhas polidíssimas, dependuradas na janela, né? A comida ou as coisas que eram tiradas das lavouras e que eram selecionadas para ser alimento durante o ano. **Isso era dentro da casa?** Dentro da casa. Tinha a despensa. Quando eu era muito criança, eu ia lá e a primeira providência que eu tomava era pedir água. Porque a água vinha de lá. Eles tinham que abrir ali. E abria e era escuro. **Mas era enorme?** Não, era um quatinho. Era escuro e tinha uma janelica deste tamanhozinho. E quem fosse que abria, abria a janelinha e as canequinhas ficavam dependuradas na janelinha, e abria a janelinha pra fora e as canequinhas clic clic clic brilhavam assim lá fora, então, entrava luz, mas a coisa de entrar no escuro e sentir aquele lugar extravagante naquela coisa toda. O cheiro e tal. Então as coisas iam se revelando. E cada vez que eu ia ela era diferente, porque as coisas tinham sido reorganizadas, porque tinha acontecido uma safra de uma determinada coisa, porque os queijos eram outros ou tinham queijos curados ou

eram novos. Era muito bacana. E tinha um negócio que era surpreendente nessa coisa do...ah e a água. Tinha um porrão que ficava debaixo dessa dessa...o porrão ficava debaixo dessa janelinha, porrão, pote. **Um pote... de barro?** Eu tinha o que, oito anos.....eu 8 anos, o porrão. E aí eu entrava e ia pegar a água. Isso que era a parte mais bacana, que era a grande viagem. Abria a tábua, por cima tinha uma tábua redonda assim no porrão, puxava pra pegar a água, pegava a canequinha na janela e alguém fazia isso pra Você. Eu ia junto. O lance era esse. Ir lá ver a despensa, o escuro (barulho com a boca) até chegar na água, na hora que abria a água, dentro tinha uma bola amarela, eu não sabia o que que era, muito tempo depois eu fui saber o que que era. Era enxofre. Então, aquela água que vinha lá do olho d'água sei lá de onde, que eu nem sabia de onde, que não era do córrego, que não era a água que chegava direto na torneira, que era limpa e que jorrava o tempo todo. Não. Aquela água era trazida de um olho d'água, protegido com.....ali a despensa virava meio que um paraíso mesmo, né? Isso é uma confissão que eu faço agora, tá? Via aquela coisa amarela absurda, que eu não fazia a menor ideia do que se tratava, eu não conseguia nem perguntar o que que era. **E o cheiro da água, não ficava com um gosto estranho?** Não, não. No interior faz-se muito isso. **É tipo um filtro?** Ele é um conservante. Não altera o gosto da água. É uma pedra, né? E aí eu olhava para aquela pedra, fascinadíssimo. E mais fascinado ainda depois que ela desaparecia, porque quando batia a canequinha...pronto. Um dia, já menino, eu consegui entrar, um dia eu entrei sozinho na despensa, talvez até porque já tinha idade pra fazer isso, peguei a canequinha e peguei a água. E aí me deu vontade de pegar a pedra. Enfiei o braço lá. Tinha essa coisa da refração da água, né? Que você tá ali olhando lá e a pedra tava aqui, né? Primeira aula de física (gargalhada) foi essa da refração. Ela tava aqui, aí eu enfiei a mão e a mão entrou toda dentro da água. Eu procurava, procuravanada. Tirava o braço. Aí voltava né? A água se organizava na superfície e a pedra aparecia de novo. Foi magnífico. Eu acho que foi a primeira coisa com arte que eu tive, foi nesse dia. Essa experiência de uma coisa real, de você rompê-la e criar uma situação metafísica assim. Uma coisa tangível, sensível, mas ao mesmo tempo eu não tinha ferramenta, né? Eu não tinha ferramentas, aquilo era um evento que podia ser perfeitamente explicado. Mas da maneira como eu percebia, eu não tinha os dados pra revelar aquilo pra mim. O que que tava acontecendo. Então ficou essa coisa, esse ato, aquele mundo, aquela coisa acessível que eu não tocava, era isso. [...]" **(Ele se lembra de algo relevante que esqueceu de mencionar e pede para**

gravar) O bacana de construir a casa é ver de fato ela sair do chão. E essa casa tem coisas curiosas no processo. Por ser num declive, ela tem uma fundação de muitos pila...tubulões e tal. Cada tubulão tem uma pedra. Que eu pus. Pof! Pof! Então quando eu estou aqui em cima, eu sei de cada pedra que está em cada tubulão. Olha que coisa doida! Né? E ela se ergueu em cima disso. Sabe? E depois dela sendo construída, é muito maluco, porque tudo você vai colocando na terra, né? Cava, cava, cava, constrói e não surge. Aí um dia, nesse processo de doze anos construindo esse negócio aqui, essa casa, há um grande platô e era essa laje. Muito tempo isso. Então nós chegávamos, era uma laje e o jardim. Gramado até lá embaixo, as árvores pequenininhas, as pessoas habitando, gente nossa, a gente de fora. E aí era muito doido, porque não existia casa, mas existia casa. Aí um dia construiu essa parede, a primeira parede dessa casa. Eu cheguei aqui num dia da semana e o pedreiro tinha levantado essa parede e tinha uma sombra. Era fim de tarde, sabe? Tinha uma sombra que se projetava aqui em cima. Eu vi aquilo gente, a cidade entrou, o lugar entrou, o mundo se debruçou na luz mesmo, com a luz, sobre.....uma luz de uma coisa física, perceptível visualmente, assim, mais do que o jardim até. Porque era bruto, era seco, sabe? Não tinha nenhuma firula, nenhum verdinho, nem uma borboleta. Era uma parede de alvenaria, de tijolo cru ainda e a sombra!! Eu fiquei assim: nossa, é a casa!!! **(gargalhada)** É a casa. E aí começou...e aí essa imagem ficou difusa, porque as outras coisas foram se erguendo junto. Essa foi a imagem mais forte, daquele momento. De pegar. **Do concreto, é isso?** Do concreto, é..... E aí quando chegou e fez todas as paredes, as janelas, aí eu vi as janelas, eu vi lá fora. Aí eu falei: gente! De novo a casa! Tem lá e tem aqui. Antes o lá entrava com a luz e (rapt!!) quase derrubava a gente de dentro da casa e depois, não, agora eu chego na janela. Quiçá mais adiante, vai ter a janela, as esquadrias, eu vou fechar a janela, abrir a janela. Estar ao recato, ficar aqui dentro, deixar aquilo lá fora, dentro. Foi assim, eu achei legal esse processo, né? Desde conhecer onde ela está, e conheço mesmo, escolhi pedra por pedra, das que estão lá dentro do chão e esses momentos que foram acontecendo na construção. E depois, quando você tem a casa construída, que você fez a casa toda, talvez uma coisa da minha alma, do jeito de olhar. Eu não vejo a casa. A casa não são esses objetos. A casa não são essas superfícies, a casa é tudo isso, então na hora que eu olho para aquela parede, eu vejo os canos que estão dentro dela. Mesmo não os vendo, né? Porque ela foi, porque tomei, tomamos, todos os processos que foram constituindo a fisicalidade, a matéria dela, sabe? Eu acho

isso a coisa mais fabulosa de fazer a casa. Não é a coisa pronta não. É olha... e tem parede, mas não tem. É um processo, né? Meu olho atravessa assim, ó. Eu olho ali eu sei da quina que tem lá do outro lado. É muito bacana!!”

Imagem 4 - Casa Chico – Mutum



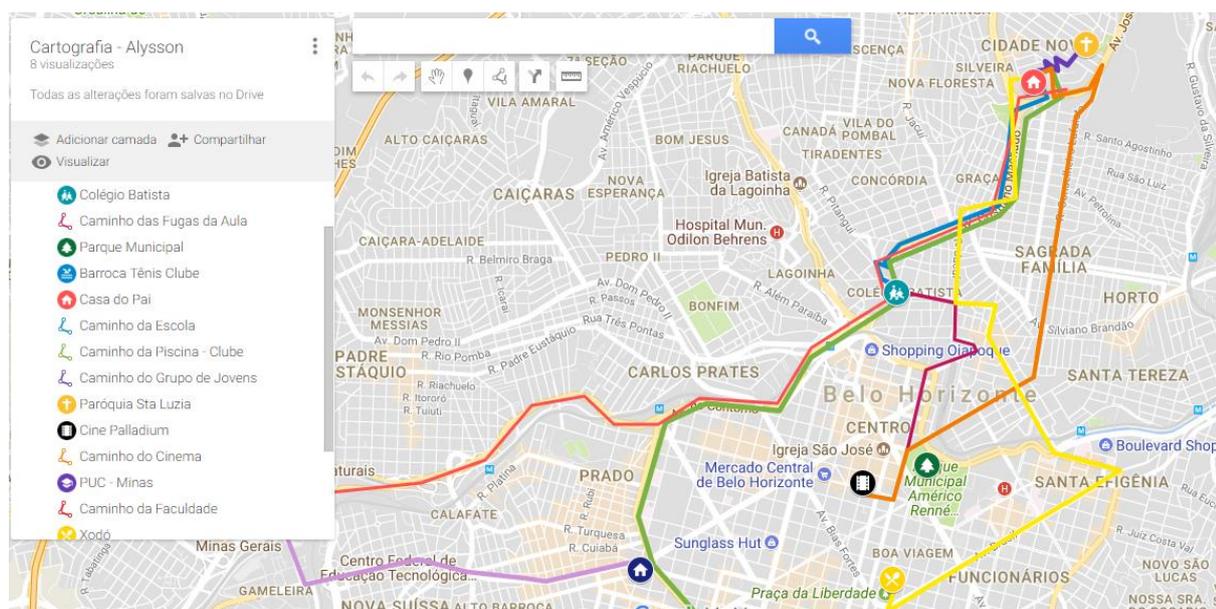
Fonte: imagem cedida pelo entrevistado.

- **Alysson – morador de Sevilha/ Espanha.**

“E como era o lazer? Saindo um pouco do bairro. Os passeios, o que vocês faziam nos finais de semana? Como era esse cotidiano? Isso aí também é uma coisa que...você sabe que eu tenho uma irmã de 24 anos? Então meu pai casou de novo. Então assim, é muito legal, os programas eram totalmente outros. Eu lembro que a gente fazia.... minha família é muito grande, de tios e primos.....**Sua família é toda daqui?** É. Uma parte da família mudou pra Belo Horizonte. A minha família, por parte de mãe são doze irmãos e eu tenho 34 primos por parte de mãe. Por parte de pai são 9 irmãos, sendo que eu tenho 8 tios e não sei quantos primos. Ou seja, é uma família enorme. Então, tinha um programa que era muito legal que era isso de visitar os parentes. Isso não existe hoje em dia, né? Então a gente saía, normalmente nos finais de semana, a gente juntava. Bem, eu moro numa casa grande. Que também era uma coisa que meu pai sempre falava, que aqui em Belo Horizonte tinha os filhos de apartamento: menino que morava em apartamento pequeno e quando chegava em

casa, como era lá em casa, ou em lugar aberto, ficavam loucos, né? Corriam... Então eu tinha essa vantagem, morava em casa, a casa tinha uma lavanderia do lado da garagem assim grande, a gente andava de patins. Assim, tinha muita vida de casa. E também tinham essas coisas assim, os vizinhos vinham pra casa e a gente brincava em casa e as vezes no outro dia, a gente ia pra casa do vizinho e brincava na casa dele. Tinha essa vantagem também de morar com casas perto, além da vida na rua, tinha vida nas casas também, mas não tinha piscina não. [...] Mas então tem assim, esse núcleo, familiar, é muito forte, e tem uma outra coisa também, meus avós eram de São João Del Rey, mas eles tinham uma fazenda lá perto [...] Lá na fazenda, meu avô morava na fazenda, meus tios quase todos nasceram na fazenda. **Então tinha aquela coisa de férias?** Férias a gente ia pra lá e passava 15 dias na fazenda, assim julho. Às vezes passava duas semanas, dez dias. E era uma fazenda grande. Imagina, uma casa de uma família de doze filhos, era uma casa pequena, que ia nascendo filho e ia fazendo quarto. Então era uma casa... **Quantos quartos?** Era uma casa assim, esticada e grande, enorme, com uma cozinha enorme, com aquela despensa, fogão de lenha e aquele forno também, redondo. Então tinha aquela coisa mesmo de juntar os primos e ia todo mundo pra lá. Tinha o dia em que juntavam todas as tias e elas ficavam dois dias cozinhando, fazendo biscoito, bolo e coisas para as férias, né? Ficavam fazendo um estoque, pro batalhão. (risos)”

Imagem 5 – Cartografia Alysson – Infância



Fonte: elaborado pela autora.

Miguel – morador do Bairro Santo Antônio / Belo Horizonte

“Você lembra de coisas da casa? Seu quarto, como é que era? Me lembro que a casa tinha umas arcadas. Me lembro muito da arcada da sala, chamada sala de visita para a sala de jantar. Engraçado, tinham três salas: uma sala de visita, uma outra sala que eu não sei como chama e a sala de jantar, de fato, era uma outra. **Engraçado, que a gente falava sala de visita mesmo, né? Não é? Porque tinha uma outra que era sala de estar.** Mas lá em casa era uma sala de passagem. As visitas ficavam nessa sala, onde tinha um sofá, de fato era onde as visitas.....lá em casa as visitas ficavam muito mais no chamado *hall*, que era uma salinha assim, mas que estava ligada ao jardim. O jardim tinha uma espécie de salinha que era um *hall*. Que como lá na Bahia é muito quente, era mais fresco. Geralmente as visitas iam até ali, porque era mais fresco. **Uma espécie da varanda?** De dia, as visitas eram recebidas ali, ficavam ali porque era mais fresco, e a noite as pessoas mais íntimas iam para a sala de visita. A outra sala que eu não sei que nome dar, que não tinha nome nenhum, era uma sala de passagem. Era uma sala que tinha armários, cristaleiras, não sei o que, né? E tinha a outra que era a sala que tinha mesa, cadeiras e um guarda comida, alguma coisa assim. Que em casa era um pouco guarda remédios, na parte de cima e embaixo era realmente para guardar comida: bolo, não sei o que. **Então você lembra de muita coisa!** Que era aberto pro quintal.....é que é uma casa que eu morei muito tempo. Era aberto pro quintal. E curiosamente, essa sala de jantar de fato, era uma sala aberta, não era fechada. Hoje é impossível ter uma coisa assim, né? [...] Há uma cultura na Bahia na qual a casa é um território da mulher. As mães não permitem muita “zoada” em casa. Então é a mulher que mexe nas coisas, que dá ordem às coisas. Então meninos vão brincar lá no mato, já que tem mato perto, vai lá no mato brincar. Vão pra rua brincar. Não dentro de casa. A ordem da casa é dada pela mulher. É um território feminino. Esse é um poder tão completo, tão longo, que as mulheres cristalizaram de uma maneira, uma espécie de ordem para as casas, né? As casas se parecem. Porque é a maneira que as mulheres determinaram como é que é a ordem. Eu acho uma ordem muito rígida. E eu brigo com essa ordem, porque eu não acho que não é uma única maneira de ter uma casa. Não é daquele jeito que as mulheres fazem, entendeu? Aí eu vivo criando uma outra lógica. **Fala um pouco sobre isso, dessa lógica das mulheres.** Eu tenho antipatia dessa lógica cristalizada que as mulheres organizam: a sala de visita. E além de determinar os lugares, a maneira que

os móveis são colocados, a ordem das coisas. Eu acho tudo muito...eu me insurjo contra essa rigidez de não ter alternativa. Tanto que você ouve assim: casa de homem. Casa de homem é bagunça, né? Não, é casa de uma pessoa, né? Não tem isso? Eu fico puto com esse negócio. Porque a casa tem que ser mais a cara da pessoa. Porque as mulheres estratificaram uma lógica que tudo que sai da lógica já acusa. E parece....e as pessoas olham feio, atravessado. Nossa, que bagunça! Bagunça não. É o jeito da casa da pessoa.”

A casa, mais uma vez, emerge como um lugar significativo nas trajetórias de vida. Pode-se dizer que a casa é um cofre que guarda em segredo as memórias mais profundas, mais distantes e ao mesmo tempo mais facilmente rememoradas. Guarda recordações que não esmaecem no tempo. Em seus cômodos e objetos ainda moram percepções e sentimentos infância e da juventude que remetem a momentos nos quais a família se reúne à mesa, as conquistas são celebradas, os dias difíceis são compartilhados e as dores mais subterrâneas são consoladas. Se a cidade é um corpo, sempre em movimento, alimentado por suas vias e artérias, a casa é o coração onde a vida pulsa, onde o amor pelo espaço mora.

A casa, como descrita nos relatos acima, remete à noção de topofilia, adotada por Tuan (2012, p.135) sintetizada na expressão: “o amor humano pelo lugar”, que Bachelard (1978, p.196-197) também utiliza para definir a fenomenologia do espaço, ou mais precisamente, das “imagens do espaço feliz” que reúne, segundo ele, várias das características relacionadas à poética da casa ou à “topografia de nosso ser íntimo”.

A casa também adquire um significado quase mitológico, de ligação com o universo, se torna um lugar sagrado, enfatiza os limites do dentro e do fora, da proteção e do perigo, do aconchego e da felicidade. É um eixo central da vida, como nos diz a teoria de Norberg-Schulz (1975). O eixo que liga o cotidiano prosaico ao cosmos, ao sagrado, conforme aparece no depoimento do Chico:

“[...] um cômodo, para além de todas as coisas da casa que faziam parte do cotidiano da minha vida, né, assim, de alguma maneira, aquele lugar era um centro que me comunicava com o universo, né? Primeiro porque tinha a música, segundo porque tinha livros, então era um lugar extravagante dentro da casa. Um lugar misterioso, assim...misterioso.”

Nos depoimentos do Marcelo e do Alysson a casa representa outro centro, aquele relacionado ao núcleo familiar. Nela há o prazer, o cuidado, o chão que dá

segurança, que enraíza o corpo, a tradição, o trabalho, a disciplina e o esforço cotidiano para a construção de um futuro. A importância da casa é algo simples, como narra emocionado Marcelo: “Porque essa coisa de pegar e ... relacionar, assim que tem a ver.....com a casa, né? De repente, ali, você tá feliz!”

Outra dimensão da casa surge no depoimento do Miguel, que a define como um espaço do domínio do feminino, onde a organização dos cômodos, dos objetos é ditada pelas mulheres. Na casa baiana da sua infância, a amabilidade abre as portas para receber as visitas que também têm lugar demarcado, assim como os remédios e do bolo. Risério (2015) analisa a relação da mulher com a casa, que assim como a cidade, é um vocábulo feminino na língua portuguesa: “Coisas fêmeas. Substantivos que se fazem preceder por um artigo que firma a determinação clara do gênero a que pertencem” (RISÉRIO, 2015, p.43).

Na interessante abordagem, Risério (2015) relaciona o afastamento da mulher do papel da construção, do fazer a cidade e a casa, à sua aproximação da administração da casa. Um processo que ocorreu de maneira progressiva e distinta nas diversas culturas, mas quase de forma natural, uma vez que ao ter a tarefa de amamentar e proteger os filhos, se deparou com um espaço a ser organizado, se apropriando da responsabilidade de constituir um ambiente de conforto no interior da casa. No entanto, este cenário já sofreu grandes transformações, principalmente a partir do início do Século XX, quando as mulheres assumiram novos postos no mercado de trabalho e começaram a conciliar o trabalho doméstico a uma carreira profissional fora do lar, embora na cultura brasileira, a casa ainda seja um domínio feminino.

Por último, cabe ressaltar como a memória do pai, falecido no mesmo apartamento no qual mora há mais de 40 anos, ainda se faz presente como um sentimento dolorido relacionado àquele espaço, como aparece na narrativa do Fausto. Também a proximidade da tia, moradora de um apartamento no mesmo edifício de poucos apartamentos, traz um certo incômodo, relacionado a um sentimento de vigília e de monitoramento constantes, sensações distintas daquelas descritas nos depoimentos do Alysson e do Marcelo, no qual a referência à família denota um sentimento intenso de carinho e proteção.

A rua como extensão da casa

- **Rodolfo – morador do Bairro Serra/Belo Horizonte**

“Na cidade, lá em Muzambinho, você morava em casa? Qual é a sua primeira lembrança de lugar? Bom, eu.....primeira lembrança de lugar é curioso. Eu nasci atrás da matriz da minha cidade e o primeiro quarteirão eram sírios, libaneses, apelidados de turco; o segundo, italianos e o terceiro, o povo falava alemão, mas eles eram Anderson, são suecos. Eu nasci do dos italianos, depois mudei para o dos suecos e depois mudei para o dos sírios e libaneses. Isso em questão de sete ou oito anos. Aí depois, quando eu fui parar nesse quarteirão sírio libanês, eu fiquei lá até meus 17. Meus vizinhos do lado eram Kibar (libanês), Mamoud Salomão, do outro, (sírio) e em frente Abdala, que inclusive virou ministro da justiça, um trem assim. **Isso nos três quarteirões...** Isso os três quarteirões e tinha um quarteirão vago em frente...tinha quarteirões com árvores, praças, porque era uma avenida, e um vago, onde eram montava circo, queimava Judas, fazia pau de sebo, parque.....durante muitos anos. Então era essa coisa regional da cidade. O bairro que eu morei era muito interessante por isso. Essa diversidade. Comércio. Comércio de tecido, o outro vendia corrente, não sei o que.....meu pai era comerciante, então o convívio social era muito grande e depois a casa. A casa que a gente morava, na verdade, talvez tenha sido um dos primeiros apartamentos da cidade, porque era um sobrado e a parte de cima que era a nossa casa não tinha quintal, não tinha nada. Tinha área de inverno, essas coisas, mas não tinha terreiro. Então desde a infância, da primeira infância eu morei num espaço como se fosse um apartamento. Mas era muito grande, né?”

- **Marcelo – morador do Bairro Anchieta/Belo Horizonte**

“Você brincava na rua, ali (no IAPI)? Não, não.....você não acredita não.....eu morava no sexto andar, tinha quatro lances de um andar para o outro, de nove degraus. Então eu voava ali. Não encostava o pé, sabe.....descalço, voando. E era o dia inteiro na rua. Olha só que bárbaro: então papai me colocava todos os dias pra buscar o leite e o pão. Me dava um dinheiro e eu nunca devolvi o troco. Eu andava empencado de amigos.....você não acredita não. Nós comíamos maria mole.....(risos) o dia inteirinho até acabar. Até torrar a grana toda...(risos). Mas eram uns amigos bons.....então, a gente ficava ali naquele entorno ali. Tinha a favela

Prado Lopes. Então, você não podia ficar facilitando. Você não ia lá e nem eles vinham cá. Lá dentro, quadra de futebol. Então jogava bola o dia inteiro. Tanto que, eu tava conversando com a Ana Estér, eu não tinha botão na minha camisa não.....porque a gente jogava bola de meia, então isso era *chic* pra gente, sabe? Ter arrancado o botão jogando bola.....então, você vai ficando mais malandro. Lá no IAPI você tem que ser esperto. E isso foi me acompanhando.....e uma coisa que mudou um pouco, que eu fui ficando mais sério é que eu comecei a trabalhar muito jovem. Eu tinha muita responsabilidade muito jovem, sabe?”

- **Alysson – morador de Sevilha/Espanha**

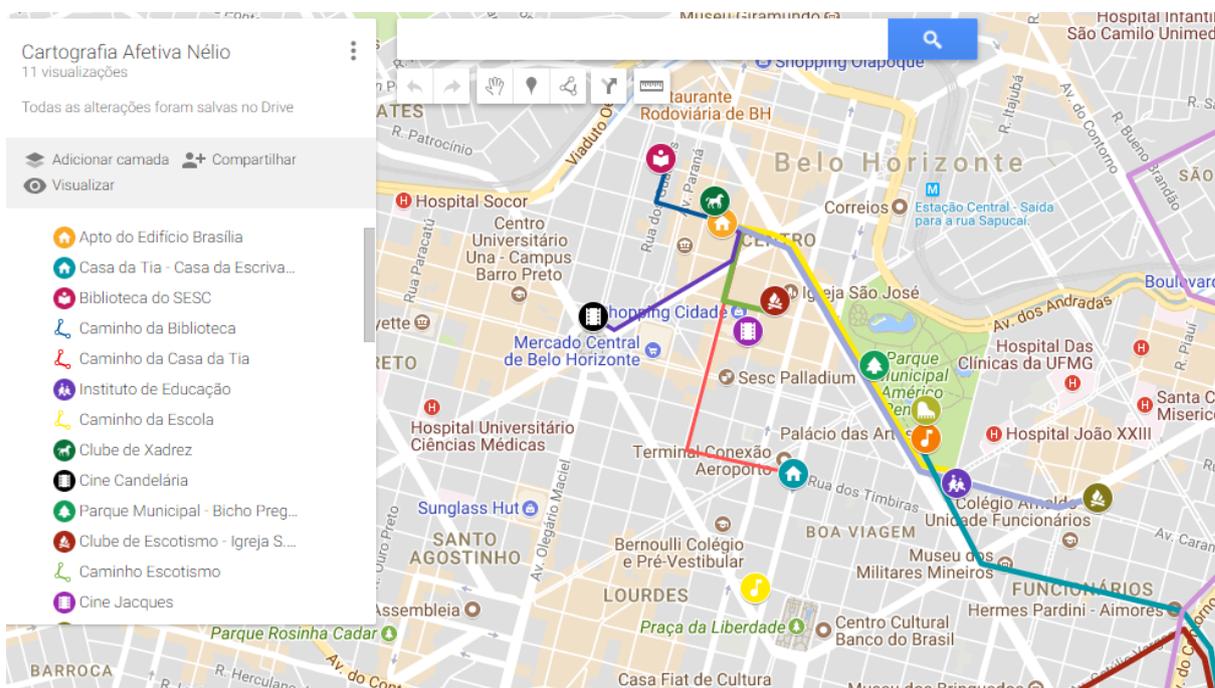
“**E ele (o bairro) ainda está lá? As casinhas?** Isso eu não sei. Quando eu voltei lá eu voltei com meu pai. Isso tem uns 40 anos (risos) e eu ainda era adolescente ou criança e lembro disso, de achar que era muito menor do que era. E tem a memória fotográfica, as fotografias, mas eu lembro de coisas de lá. De brincar com os meninos na rua, de festa junina, que eu acho que é uma coisa que eu tenho de memória, assim. E os vizinhos juntavam e faziam as bandeirinhas, cada um fazia a sua parte e depois colocava na rua, tinha um lugar que fazia a fogueira, tinha uma vida de rua bem legal. E a gente brincava com os vizinhos, com os filhos dos vizinhos e uma mãe tomava conta. **A rua era quase uma extensão da casa?** Era. Nessa época era. E além de tudo isso tinha cerca baixa, tinha grama na frente e não tinha que ter grade... E qdo eu mudei pra Cidade Nova, a mesma coisa. A Cidade Nova era um deserto. Não tinha nada. Eu lembro que na minha rua não tinha nada. **Isso era na década de 70?** É. Eu nasci em 69. Eu vim pra cá em 70 e poucos, 75, 76 por aí. E eu tinha um tio..... **Cidade Nova é um bairro novo, praticamente, né?** E eu tinha um tio que morava no Gutierrez e ele falou pro meu pai, você tá louco de comprar um lote aqui? Nesse deserto... nesse lugar. Então a Cidade Nova tem uma rua onde tá a Igreja que tem umas casas lá em cima, a Júlio Otaviano, como a Rua principal, e lá em cima era o núcleo do bairro. E essa vista que eu tô te falando, eu lembro, de criança, que não tinha nada. Tinha umas casas e agora é..... E na rua. **Devia ter muito lote vago para vocês brincarem....** Tinha, do lado da minha casa tinha um. Esse lote vago era onde a gente brincava muito. Era o nosso terreiro apache. (risos). Eu lembro da gente fazendo guerrinha de mamona (mamona né?) Mas olha, você imagina, eu fui pra lá com sete anos, eu não tinha ainda sete anos. Eu tava entrando no primeiro ano, né?”

Então e...tinha três casas na rua. Duas casas do lado e uma casa em frente. Por coincidência também, a vizinha do lado tinha um filho da minha idade e o da frente também. **Que ótimo!** Era mais ou menos e a gente tinha.....era uma rua supertranquila. Não passava carro. De tarde a gente sentava na rua, o povo jogando bola. Eu nunca fui muito de jogar bola, mas assim, tinha essa coisa de rua, de estar na rua, de ficar ali. As mães sentavam na rua e ficavam ali, como no interior ainda. Que as mães, sentavam e conversavam de tarde, ficavam tomando conta dos meninos e ficava ali fofocando, aquela coisa de comadre. Era uma coisa muito.....”

- **Nélio – morador do Bairro Santa Tereza/ Belo Horizonte**

“Então, infância foi isso. As minhas distrações na infância eram televisão, eu fui criado em frente a uma televisão, era a biblioteca do SESC, que era 3, 4 quarteirões dali, na Rua Tupinambás, era o clube de xadrez que ficava a meio quarteirão da minha casa e com uns 13, 14 anos eu comecei a jogar xadrez e joguei durante um bom tempo, e, principalmente a banca de revistas que havia em frente ao meu prédio. Que toda noite eu pegava um tamborete lá em casa, descia, sentava ao lado da banca, o dono da banca pegava todos os gibis, todos os quadrinhos que chegaram naquele dia e me passava. Eu fazia aquele montezinho assim e ficava lendo. E devolvia pra ele. Isso foi a minha infância. Praticamente isso, das atividades principais. [...] Mas assim, uma lembrança que eu tenho de Belo Horizonte, era que Belo Horizonte era uma cidade agradável na minha infância. Eu andava, eu ia muito ao Parque Municipal, com cerca de 14 anos **(isso é um fato importante – frisa o entrevistado)**. Com 14 anos, tentando sair dessa condição de morar num apartamento pequeno no centro da cidade, eu entro para o escotismo, na Igreja São José. Que era quintal enorme no centro da cidade. Há quatro quarteirões da minha casa. E isso mudou a minha vida, sabe? Como o acidente de trem, que meu pai perde as pernas, muda, ele dá uma guinada, né? Faz (sclaup!!). Entrar pro escotismo foi uma outra guinada. E que refletiu fortemente na minha vida e no que eu sou hoje. Eu fiquei no escotismo muito tempo, sete anos, saí de lá com 21, 22 anos, um pouco antes de casar.”

Imagem 6 – Cartografia Afetiva Nélio – Infância



Fonte: elaborado pela autora.

- **José – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

“Quando eu voltei pra Sagrada Família, pra Rua Coronel Júlio Pinto, já com acredito com 10 ou 12 anos, então aí a relação já foi um pouco diferente, primeiro porque era a primeira casa que meu pai tinha, ele reformou a casa e construiu a casa, então pra nós era um acontecimento. O Bairro Sagrada Família na época era relativamente vazio, ele tinha muitos lotes vazios. Era um bairro muito contíguo à Floresta, mas da Silviano Brandão pra cima era tudo mais descampado, né? Tanto que, uma das coisas que eu me lembro muito era de circo sendo montado por ali porque tinha lote vazio. Então os dez anos que eu fiquei na Coronel Júlio Pinto são muito marcantes, primeiro porque era a casa nossa, primeira casa nossa; segundo, meu pai tinha um cômodo comercial, embaixo assim, que ele alugava, então era sempre muito divertido ter um bar debaixo da sua casa que você podia ir lá e comprar alguma balinha ou qualquer coisa assim. Até que ele não quis mais e fechou definitivamente ali e não quis mais ter um comércio ali por perto. Mas na Coronel Júlio Pinto foi quando a casa começou a ter... uma relação com a rua maior. Porque até então, casa era uma coisa e rua a gente nunca tinha muito acesso, pelo movimento e tal. Lá é que começamos a ter

uma...pela idade da gente, meu irmão tem 63 anos, eu vou fazer 60, meus irmãos mais novos, os outros dois, um deve ter 50 e o outro deve estar beirando os 50. Foi quando a casa começou a ser uma continuidade da rua e vice-versa, porque aí a gente morou ali, já definitivamente, em outra idade, então a gente começou a ter amigos, recebia os amigos em casa, brincar. A casa virou um espaço de brincadeira. Mas também, não só entre a gente, mas com quem vinha da rua. A rua, apesar da rua Coronel Júlio Pinto ter um...ela tem 3 quarteirões: o primeiro é absolutamente íngreme, que é o da Silviano Brandão, aí tem a Santa Bárbara, depois, o segundo, metade é muito íngreme também e a outra metade é um pouco menos e o terceiro.....Mas mesmo assim a gente jogava muita bola, a gente brincava na garagem, meu pai tinha um carro e carro era uma coisa de adulto, não era uma coisa de criança...E a gente só sair pra passear sábado e domingo e dias de semana não tinha essas coisas.”

- **Miguel – morador do Bairro Santo Antônio/Belo Horizonte**

“E depois disso você lembra como você foi ganhando a rua? Porque no interior, geralmente, casa em rua é um negócio que não tem uma fronteira muito bem definida, né? É, porque a rua não causa medo, né? A rua não tem nenhum medo. Não tinha nenhum medo, né? Eu me lembro uma das primeiras lembranças dessa distância entre a casa e a rua foi quando.....Quando a gente chegou não tinha luz elétrica. E quando a luz elétrica chegou. Era de dia e os meninos, as pessoas estavam todas na rua e era de dia ainda. De manhã e as pessoas estavam todas na festejando. Poxa a luz era um.....um avanço, uma conquista ótima, maravilhosa, né? E todo mundo na rua satisfeito, um falando... e as pessoas falavam.....a rua era estreita e não tem uma rua que não tenha barulho de carro, né? Imagina?! Mas as pessoas iam pra porta pra ficar comemorando aquilo, né? A chegada da luz. Aí você falava com a vizinha: ahh que beleza, não sei o que. E os meninos na calçada pulando de alegria. E a rua era um lugar de ...engraçado, não tem essa associação como hoje que a rua é o lugar dos carros, né? Não tinha muito carro. O que era mais constante na rua era aguadeiro. **O que é aguadeiro? Porque como também não tinha água encanada, água encanada é uma conquista, né? Deus não dá cidades com água encanada, água encanada é construído, sinto decepcioná-la (risos). **Aí o aguadeiro era o cara que vinha com a água? Mas de caminhão?** Não. Quase todas as casas precisavam ter um tanque, uma cisterna, que você armazenava água da chuva. Em casos mais**

graves, em caso de muito consumo, época de seca, você comprava água em caminhões que vinham lhe trazer água pra você ter reserva. Mas o mais comum é que você tivesse dois tipos de água, um era a água que você armazenava da chuva ou essa eu você comprava que era de um rio de boa água, ou você comprava uma água que se chamava água pro gasto, que era pra lavar roupa...**Pra beber?** Não, a de beber era a do tanque, da cisterna. Água pra beber e fazer comida. E a água pra lavar roupa, pra limpar casa era essa que você comprava. Tinha uma lagoa e tinha uns sujeitos que vendiam, tinham pequenas barricas, que colocavam nas costas do jegue mesmo e vendiam isso. Você ia lá, sinalizava que queria água e o cara ia lá e te vendia a água, que você botava em tonéis. Então essa era uma memória muito forte da rua. A rua era também um lugar de brincadeiras. As ruas ainda eram das pessoas.”

Na maioria dos depoimentos sobre a proximidade entre rua e casa, fica nítida a importância da rua como expansão natural do domínio territorial da casa, do convívio com os vizinhos mais próximos, do leva e traz das novidades e notícias da cidade e de um lugar seguro de lazer e sociabilidade. Percebe-se também que essa impressão da rua como um lugar aprazível e necessário à conexão das pessoas à comunidade onde vivem prevalece até uma determinada geração, que viveu a infância e a adolescência entre as décadas de 1960 e 1980.

Alguns depoimentos esmaecem os limites entre casa e rua de tal forma, que chegam a nomear a rua como quintal da casa. Neste sentido, torna-se muito significativo o depoimento do Nélio, no qual ele nomeia um dos pontos mais movimentados do centro de Belo Horizonte, a Igreja São José, como quintal do apartamento de um quarto. Essa descrição hoje ganha contornos quase fantásticos, pois mesmo ressaltando que a mãe tinha um perfil extremamente protetor e cuidadoso em relação a movimentação dos filhos nas ruas do entorno da casa, lugar de trânsito intenso de pedestres e veículos no hipercentro da cidade, o terreno contíguo à igreja, que tinha várias mangueiras, onde os escoteiros se reuniam para realizar seus cursos e tarefas correspondia ao quintal imaginado por ele em referência aos quintais conhecidos, da avó no interior e da tia, numa casa no bairro de Lourdes.

Outro trecho que chama atenção é o narrado pelo Marcelo, que tinha as áreas sociais do Conjunto IAPI como quintal, no Bairro Lagoinha. Embora não utilize esse termo, observa-se que na sua narrativa, elementos do edifício como as escadas, a quadra e as ruas do entorno do conjunto eram um lugar de frequência diária das

crianças que lá moravam. Embora inspirassem cuidados com a proximidade da Pedreira Prado Lopes – uma das favelas mais antigas de Belo Horizonte – é possível perceber a liberdade que as crianças tinham em transitar pela cidade, desde de muito cedo, entre os 5 ou 6 anos de idade.

Embora alguns das narrativas apresentados sejam relacionadas a memórias de cidades do interior, como é o caso do Miguel, que descreve cenas da chegada da luz e da complicada logística da água numa pequena cidade do sertão bahiano, optei por mantê-los, por considerar significativas as relações apontadas entre a rua e a casa. Outro ponto a ser destacado é a importância da rua como lugar também da festa, assim como aparece no depoimento do Alysson, cujas lembranças mais expressivas estejam relacionadas às festas juninas, organizadas na rua pelos vizinhos e familiares.

Por último, é importante notar a menção dos lotes vagos em bairros que ainda estavam na fase inicial de ocupação (Sagrada Família e Cidade Nova), ambos situados na Região Leste da capital mineira, lugares que eram também ocupados pelas crianças que moravam nas ruas vizinhas como extensão da casa ou do quintal. Talvez como uma ideia de quintal compartilhado, onde, vez ou outra, circos eram montados. Resta ainda chamar atenção para a ausência da menção de praças como lugares de sociabilidade nos bairros.

Descobrir caminhos e explorar novos territórios além da casa, do bairro

- **Fausto – morador do Bairro Savassi/Funcionários/Belo Horizonte**

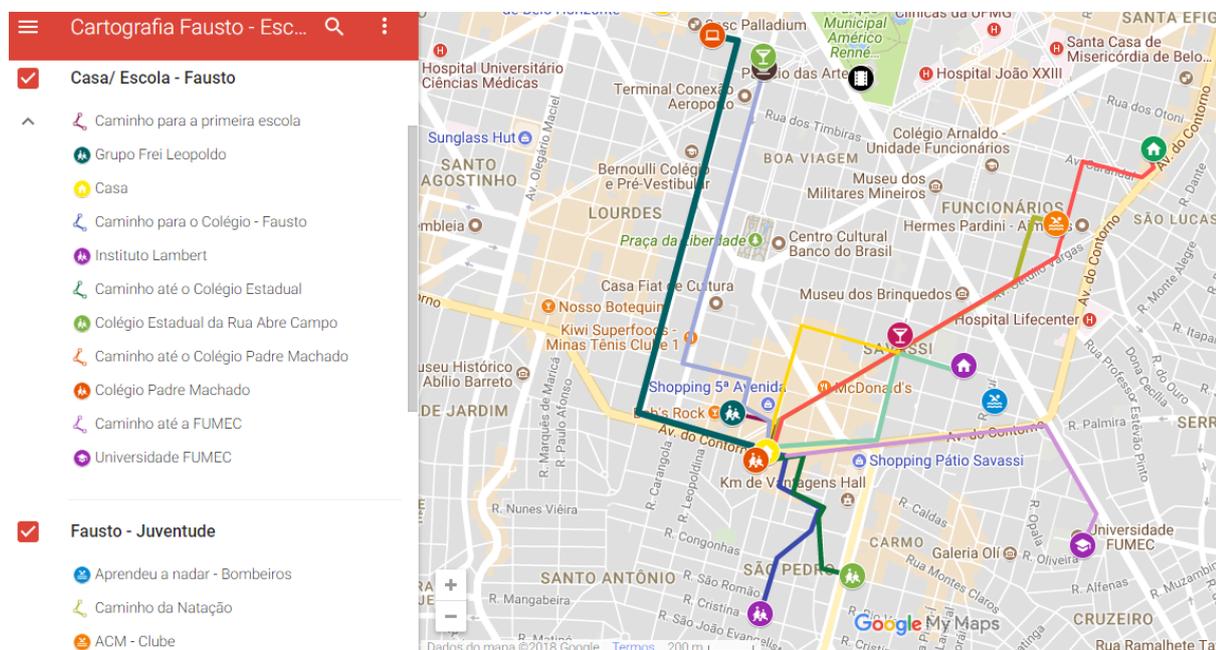
“Aí é o seguinte. Minha lembrança mais antiga de escola é no Frei Leopoldo aqui. Nessa rua. Na Fernandes Tourinho. Frei Leopoldo era ali, acho que era ali onde é o Decanter ali. Era uma casa que tinha ali que era um colégio. Frei Leopoldo. **Era um colégio particular?** É. Aí, minha mãe como era professora e tal, ela ficou sabendo que tinha essa escola construtivista aqui e ela.... que a Dona Nilze, que era diretora do Bueno Brandão, ela montou uma escola, uma escola construtivista que era o Instituto Lambert ali na Lavras. **Ainda é lá?** Ahhh acho que ela vendeu. Porque ela já era muito idosa na minha época. Não, o Instituto Lambert. Acho que lá nem existe mais. **Mais lá em cima, né?** Não, naquela descidona ali. Antes.....quase com Cristina. Era um prediozinho de tijolinho ali. [...] **Você ia a pé? Quantos anos Você**

tinha nessa época? Ahh eu tinha uns seis, sete. Até mais novo, cara. **E dava pra ir a pé.** Dava tranquilo. Eu ia a pé e voltava. Tranquilo. **É, era o que, uns quatro, cinco quarteirões?** Era um pouco mais. Assim, porque subia. Aí as vezes eu ia aqui pela São Romão, já pegava a Lavras. As vezes eu ia pela Viçosa, entendeu? E....pegava a Raul Pompéia e virava. **Qual é a sua lembrança mais....tinha algum lugar que Você gostava de passar? Como que era? Fora ir e voltar da escola também, tinha algum lugar que Você gostava, qual que é a sua lembrança. O que Você fazia de lazer?** Bom, aí é o seguinte. Como eu morava aqui numa área que era muito comercial, eu tinha poucos amigos que moravam aqui perto. Entendeu? **Era pouco comercial?** Não, aliás, era pouco residencial. Aí eu tinha poucos amigos que moravam aqui perto.

[...] Eu tava com dez anos de idade. Quando eu fiz doze. Aí meu pai, minha mãe já tinha separado, aí minha mãe já não tinha uma grana e aí.....quando o Lambert.....o Lambert era até o primário. Aí na quinta série, meus colegas ou iam pro Santo Antônio, ou iam pro Loyola. **Tudo escola particular?** É. E aí..... É caro na época e eu fui sabe pra onde? Pro Antônio Carlos, do lado da Igreja do Carmo, naquele estadual. Eu fiquei lá, seis meses só. Meu primeiro semestre da quinta série foi lá. A Trincheira **(da Rua Rio Grande do Norte)** tinha acabado de ser inaugurada. **Ali chama Campo Alto. Não chama Abre Campo, com BR.** É. Mas lá era f.... Lá tinha assalto na saída da escola, tinha assalto na Trincheira. Entendeu? **Isso era no começo da década de 80?** É, 85 mais ou menos. **Você já tinha seus 12, 14 anos?** Não, eu tinha 11, 12 anos. **Aí o que que aconteceu?** Com seis meses de lá eu vim aqui para o Padre Machado. [...] Aí eu fui e fiquei no Padre Machado até quase completar o segundo grau. Quando aí eu fui para os EUA de novo.[...] Aí eu perdi um ano. Aí cheguei aqui completei o segundo grau com um supletivo. Fiz lá no Método. **Método aqui da Getúlio Vargas?** Não, era o lá da Bernardo Monteiro. Aí fiz lá e fiquei livre do ensino médio, do segundo grau. E aí eu depois fui fazer vestibular e passei na PUC e na FUMEC no meio do ano. Aí seu já tava neurado, porque eu já tinha 21 e eu tinha que ter entrado nisso antes. Aí como a FUMEC tinha professores que eu achava mais interessantes, porque eu gostava de psicanálise e tal, além do fato de ser muito mais perto de casa, aí eu fiz FUMEC...(risos) **Você é um cara territorial?** É demais. Porque pra subir eu pegava o circular na porta de casa e subia aquele trecho da Afonso Pena a pé. Não, mas é ali né. Chegava na Milton Campos e subia até a Cobre. Eram dois

quarteirões, passava ali em frente ao INCRA, né? E pra voltar eu descia a pé, ali pelo Cruzeiro, passando ali pela OAB, naquela pracinha ali e tal.”

Imagem 7 – Cartografia Afetiva – Fausto – Infância



Fonte: elaborado pela autora.

- **José – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

“Mas deixa eu voltar só um pouquinho. Antes, nesse período aí entre 2 e 10, tem a escola também, né? Você lembra de ir para escola, dos caminhos que fazia? Onde você estudou? Eu estudei no.....o grupo escolar.....ali da Assis Chateaubriand... **Rio Branco não é.....** Eu estudei no...Barão de Macaúbas e estudei numa escolinha na minha rua, na Coronel Júlio Pinto e depois no Helena Pena e depois no Estadual “Sagradinha”. **Estadual Sagradinha!!** É, porque tem ...igual tem o Estadual Central, tem o Estadual Sagradinha. Tem uma coisa, escola era sempre perto da sua casa. Pelo menos, na minha família, a gente estudava perto de casa. Porque não tinha essa onda de carro buscar e levar. Eu sou de uma família...talvez falar de uma família pobre, soe excessivo, mas de uma família que não sobrava dinheiro. Meu pai era representante comercial, minha mãe era escriturária da Central do Brasil, cinco filhos, então a gente vivia de forma muito apertada. Eu comecei a trabalhar com 14 anos. Todo mundo lá em casa trabalhou muito cedo. Então, a escola

era uma coisa próxima da sua casa. E vocês iam sozinhos? Íamos. Depois de uma certa idade, acho que a partir de uns 10 ou 12 anos a gente podia....A rua....por isso que eu acho que a casa adquiriu um sentido mais legal, mais prazeroso, à medida em que a gente pode criar uma continuidade com a rua. Que nas minhas duas primeiras não, seja pela idade, seja pelo movimento. Mas a gente tinha acesso, a gente andava pela cidade. Eu ia pra escola e fazia tudo a pé. Até uma certa idade acompanhado por um irmão mais velho ou por alguém, mas depois sozinho. Agora eu não tenho muita coisa, muita lembrança, porque eu nunca gostei de escola (risos). Eu nunca gostei. [...] Eu fui gostar de escola quando eu entrei para a universidade. Até então, escola pra mim era um sofrimento, uma coisa obrigatória. Eu sempre ficava escondido lá atrás, detestava, super tímido, não gostava dos professores, não me relacionava, achava aquilo, enfim, escola nunca foi um lugar bom pra mim. Quando eu entrei na FAFICH pra fazer universidade, aí eu comecei a me localizar melhor e aí gostei, tanto que virei professor, não é?”

- **Alysson – morador de Sevilha/Espanha**

“E como é que era, porque você está falando que veio estudar no Colégio Batista. E não é tão perto assim, né? Mas você vinha a pé? Não. E como é que era? Papai...eu tenho dois irmãos mais, menores. E papai trazia a gente aqui e ele ia trabalhar. E seu pai trabalhava onde? Meu pai trabalhava no centro. Ele trabalhou sempre no centro. Então era mais ou menos caminho. E também a volta era a mesma coisa. Nessa época era possível ir em casa almoçar, então ele ia almoçar e passava aqui, terminava onze e meia a aula, ele pegava a gente e voltava. Isso direto? Não direto. Teve uma época que eu comecei a vir de ônibus pro Colégio Batista. Que época? Dez anos? É. Deve ser a partir da 5ª série. E era tranquilo? Era tranquilo. Uma época pequena, acho que quando meus irmãos eram menores, a gente também pegou uma Kombi. Aquilo da Kombi que passa no bairro e vai... Mas isso foi por pouco tempo. Não é uma coisa que eu tenho muito na memória não. Mas eu lembro que uma época a gente pegou uma Kombi e tal. E depois, acho que depois da 5ª série a gente começou a vir de ônibus. [...] E aí, quando você ficou um pouco mais velho, na adolescência, depois que saiu do Colégio Batista, como é que foi? E aí foi fazer faculdade. Antes, pré-faculdade, foi uma época meio confusa na minha vida. No meio da adolescência e tal. Eu ainda morando na Cidade Nova, entre 17, 18 anos, eu acho

que tava no segundo ano, no final do ano, a minha mãe morreu. Nessa época. De acidente de carro também. Indo pra São João Del Rei, eu e minha irmã. E minha mãe morreu e eu tinha tomado recuperação e tomei bomba. Entre a confusão.....o acidente foi nesse feriado de novembro, 6 de outubro, desculpa, 8 de dezembro, e eu lembro que eu tava de recuperação em matemática e em biologia e no final eu tomei bomba. Que foi outro drama em casa, né? Minha mãe morreu e eu ainda tomo bomba e aí meu pai ainda falou: ai ainda bem que sua mãe morreu. Aquela coisa de emoção, mas meu pai tb, foi uma época complicada, aí para não repetir o ano, eu fui ali pro Palomar, que era ali na Assis Chateaubriand e fiz aquele negócio que tinha, fiz o terceiro ano, e as duas matérias, duas não, foi uma só.....**Supletivo?** Eu não sei como chamava isso. Acho que foi em biologia que eu tomei bomba e eu fiz o terceiro ano e fazia como uma matéria a mais do curso.....**Entendi.** Era supletivo. Tinha uma complementação assim. Que é uma coisa assim, que eu nem falava isso, porque era uma vergonha pra mim, essa história, né? Aquela coisa, né? Eu a vida inteira, desde o primário até o segundo ano, estudei no Colégio Batista e saí do Colégio por situações.....Mas hoje eu falo assim, imagina, um acidente, você tá de recuperação, sua mãe morre e que que eu vou estudar, fazer recuperação.....O Colégio Batista é ainda é isso tudo aqui. O Colégio Batista pra mim era uma coisa enorme. Lá no, no Jardim Riacho eu estudava no jardim de infância, até o pré-primário e depois, de repente, eu venho pra um Colégio que já tinha 6 mil alunos. E com esses espaços enormes. Isso também foi uma coisa marcante também. Mas era legal. **Você estudava na Praça ou lá embaixo?** Não. Aqui era o Colégio, não sei se ainda é assim, mas até a quarta série era aqui. Que depois era o Colégio debaixo que era para os mais velhos. Mas mesmo esse colégio aqui de cima era enorme. Pra mim era.....Mas imagina você sair de um colégio de bairro que era uma casa, eu lembro que eu estudava num lugar assim que era uma casa, um jardim. Não era um colégio, não era um grupo, não era um colégio grande. E eu lembro que o Colégio Batista pra mim era enorme, eu tinha medo de perder lá dentro. E quando eu fiz.....eu lembro que os meninos aqui do colégio de cima, como eu chamava, a gente fazia uma....eles levavam a gente pra conhecer o Colégio debaixo. **Quando você ia mudar?** Não, antes, eu lembro de quando a gente tava no primeiro ou no segundo ano da gente ir ou não sei se entrava no laboratório e coisa assim, que o Colégio Batista tem. E ali no meio tinha um jardim com árvores e bicho. Os laboratórios que eu achava maravilhoso. O laboratório de química e física. Eu falo que eu sei de química ou física, que eu

detestava, era o que eu aprendi no laboratório, de ver os professores fazendo as coisas. Isso no Colégio Batista era muito legal. Mas era essa coisa, era um colégio enorme. [...] **Aí a gente estava lá na adolescência, você começou a circular, começou ir para o Palomar, você já andava de ônibus? É. E aí mudou um pouco esse circuito seu, você caminhava, seu cotidiano, você fazia outras coisas ou não?** Já é sim, mas sempre no mesmo entorno, porque afinal eu estudei no Colégio Batista e na Assis Chateaubriand, então era essa zona aqui Floresta e tal. Claro que já mudam as coisas, não no Palomar, mas já no Colégio Batista, que a gente matava aula. Aquela aventura, né? Matava aula, 3 ou 4. **E aí, pra onde vocês iam?** A gente ficava aqui no bairro, dando volta. Você acredita que a gente já fez isso? Ou ia pro Parque. **Parque Municipal?** É. E uma vez, isso foi no segundo grau, não sei se foi na sétima ou na sexta série, olha que bobeira, a gente foi pro Mangabeiras, a turma inteira. **No Parque das Mangabeiras?** Marcamos um dia, acho que com um professor, acho que de represália com um professor, uma coisa assim, a turma inteira marcou, vamos matar aula e vamos pro Parque das Mangabeiras. E foi todo mundo. E quem não foi, não foi no Colégio. **E isso é o que? 81?** Não sei, eu sou ruim com data. Mas é no início da década de 80. Saímos do Colégio e fomos pro Mangabeiras de uniforme, sem saber que no Mangabeiras eles avisavam, né? Já tinha acontecido isso mais de uma vez e eles avisavam, olha chegou uma turma aqui... **Mas é porque era perigoso perder lá dentro.....** Não, não era por isso não. Eles avisavam porque eles viam que era uma turma matando aula, sem professor, sem adulto. E a gente devia estar na oitava série. Era oitava série. [...] Eu já sabia que eles tinham avisado os pais. Porque a gente ficou sabendo quando chegou lá um irmão mais velho pra buscar (risos) mas a relação assim.....eu tenho essa vida muito aqui por essa região. Santa Tereza e Colégio Batista e tal. Isso assim mudou muito depois que eu fui pra universidade. **E você foi estudar na.....?** Na PUC. [...] Mas quando eu fui pra PUC, isso sim foi uma mudança muito forte, porque, não sei se eu estou errado, mas eu acho que Belo Horizonte, ou os núcleos de bairro, né? A gente convive com gente mais ou menos igual. No Colégio Batista era gente que morava aqui nessa região. **Igual em que sentido?** Nível socioeconômico, cultural, famílias que vinham do interior e eram classe média assim, e todo mundo igual. Eu acho isso. Hoje, porque eu vejo. Quem estudava no Colégio Batista? Quem morava no Colégio Batista, na Cidade Nova aqui. Ou era o Colégio Batista ou era o Santa Maria. Eram os dois. Depois que abriu o Santo Agostinho ali em frente à minha casa na Cidade Nova, era o.....na Nova

Floresta, né? Que era o colégio mais perto, mas como a gente já estudava no Colégio Batista, a gente acabou ficando aqui.[...] E depois eu comecei a frequentar o T.U. (ao lado da FAFICH), uma vez por semana. [...] No meu último ano de faculdade eu saí de casa e fui morar na Cidade Nova com um amigo, fiquei um mês ou dois com ele, passei por um momento desesperado, porque eu estava fazendo estágio na Rádio Globo, era pra ser de seis meses eu fiquei só dois [...] E aí um dia a Gil me falou, Alysson, você quer ficar lá em casa até você arrumar um lugar e tal. E era uma república de meninas que tinham vindo do interior, do norte de Minas, que moravam 3 meninas na casa, afinal uma das meninas arrumou um namorado e juntou, a outra resolveu ir embora e aí ficou a minha casa e a casa da Gil, que foi aquele famoso *point* na Thompson Flores, que foi uma época intensa da vida, porque tinha festa todo dia de semana e a gente ficou conhecido. Mas isso também foi muito louco porque eu morei a vida inteira na Cidade Nova e vou a primeira vez morar sozinho. **E o que você achava do Gutierrez?** Porque é outro.....É engraçado, ali sim, eu não tinha nenhuma relação com o bairro não. Porque.....e era também uma época de vida que a gente tava correndo muito, né? Eu pelo menos, acordava e era ali, Av. Amazonas com Contorno, então dali eu ia pra PUC, saía da PUC e teve uma época que eu cheguei a fazer dois estágios, na Rádio Alvorada e na TV Minas, que era uma loucura.....Ficava dentro do ônibus boa parte do dia....é, não tinha, ali naquela região do Gutierrez eu não tive muita vida de bairro. Claro a gente sabia onde era a padaria, onde tinha o sacolão, mas assim o bairro nunca.....Isso foi um ano e meio dois. Eu lembro que qdo eu olhei assim no calendário, eu sou ruim pra datas, heim? Eu lembro muito bem das coisas, mas datas eu não lembro. Eu tive a impressão de que foi muito mais tempo que eu morei ali, porque foi muito intenso. E a gente era os únicos que moravam sozinhos. Todo mundo morava com mãe e pai. Então a nossa casa eraNa casa teve uma vida social forte. Mas no bairro, não.”

A ida para a escola inaugura um período de exploração mais ampla do espaço no entorno da casa, que denota o espaço familiar e seguro. Na maioria dos casos relatados, pode-se perceber que o alargamento do perímetro explorado tem relação direta com a idade: na medida em que envelhecem as pessoas ampliam o território conhecido e explorado a partir da casa. Quando mais próximos, os caminhos até a escola são geralmente trilhados a pé, o que também é uma oportunidade de novas descobertas sobre o bairro e a cidade. A possibilidade de se aventurar por territórios

é um privilégio daqueles que caminham, que possuem uma relativa liberdade para explorar diferentes percursos, ao contrário dos usuários dos usuários de transportes escolares e ônibus, que têm rotas pré-definidas.

Na cartografia do Fausto é possível perceber a casa como um centro a partir do qual se irradiam os caminhos para a escola: quanto mais novo mais próximo à casa, se afastando um pouco mais, mas não muito, quando já adulto, no caminho para a universidade.

O mesmo ocorre nos dois outros casos relatados, José e Alysson: os estudos sempre foram lugares próximos à casa, geralmente no mesmo bairro ou em bairros contíguos. As rotas são ampliadas para ambos, quando também começam a cursar o ensino superior, ocasionando para ambos, também a saída da casa dos pais e concomitantemente das casas de família, criando outras centralidades.

Fica nítido nos depoimentos a necessidade de a vida escolar ser próxima à casa como um dos fatores determinantes para a escolha dos locais de estudo. Outro dado comum na maioria dos depoimentos é a sensação de liberdade e a segurança em relação à rua, evidenciado pelo fato das crianças irem sozinhas para a escola, desde muito cedo, em alguns casos a partir de 5 ou 6 anos de idade, utilizando ônibus, transporte escolar, ou mesmo, caminhando.

Um outro lugar: a chegada a Belo Horizonte

- **Rodolfo – morador do Bairro Serra/ Belo Horizonte**

“E como é que foi essa chegada sua em Belo Horizonte? Você vem de uma cidade pequena e veio morar em Belo Horizonte. Quais foram as primeiras impressões? Você teve algum sentimento em relação à cidade que era diferente? Tá. Eu sou da divisa com São Paulo. E ao terminar o colegial era normal a gente sair para estudar. A minha família queria que eu estudasse ou em Campinas, ou em São Paulo. Que é o normal, que tem boas escolas e tal. Eu, por insistência minha, disse não, eu quero Minas Gerais, quero Belo Horizonte. Por uma questão de uma identificação e uma certa repulsa a São Paulo. Não ao estado de São Paulo...Eu já conhecia a cidade de São Paulo, razoavelmente bem. Campinas também e não ia com a cara de nenhuma das duas. E eu já tinha vindo a Belo Horizonte e a primeira

vez que eu vim aqui eu fiquei encantado com a cidade. Ela me pareceu muito mais dentro daquilo que eu gostaria do que uma cidade....não falo nem por ser cosmopolita, Campinas por exemplo deve ser menor, deve ser metade daqui. E São Paulo pra mim, era uma cidade que eu não achava graça no andamento, no modo como as pessoas tocavam a vida e tal. Quando eu cheguei aqui, basicamente o que me chamou muita atenção: é... geografia, eu acho que a primeira coisa que me encanta na cidade é o espaço geográfico. A Serra do Curral, principalmente. A largura das ruas, a arborização ...é, muito mais até do que o social. Porque quando eu cheguei aqui eu não conhecia ninguém. Não tinha amigos nem nada. Ao contrário de São Paulo, por exemplo, onde eu já teria conhecidos...Mas eu me senti primeiramente atraído pela geografia. Pelo espaço físico. Pela cartografia também. O desenho da cidade. Tudo. E ela tinha uma escala muito interessante também. Isso era em 86. Começo de 1986. Assim que eu chego, por exemplo, eu morei um pouco no Santo Agostinho e era um bairro agradabilíssimo. Porque ele era basicamente de casas, né? E casas com recuo grande, com jardim, com...garagem lateral. As vezes até com parreira no fundo. Você ia passeando nas ruas e ia vendo isso tudo aí. Então isso pra mim era uma cidade muito confortável. Me lembrava até Poços de Caldas com aquela serra no fundo assim....aquele jardim dos estados e a cidade de Poços. E depois, imediatamente eu vim morar aqui na Serra. Aqui no alto. E coincidentemente acabei voltando a morar na Serra várias vezes.”

- **Renata – moradora de New Canaan/ Estados Unidos**

“Quando você morava em Vespasiano, você estudava lá? É. Até o técnico. Aí depois eu começo a vir pra cá. Aí depois eu começo a vir pra cá. **Técnico equivale a segundo grau?** É segundo grau, porque eu fiz COTEMIG, né? Informática...E aí é uma coisa muito forte também, porque essa coisa de acordar todo dia as cinco horas da manhã, pega o busão, especial da prefeitura, volta todo dia uma hora da tarde. **Ahh era um ônibus escolar da prefeitura?** Era. **E aí você vinha todo dia de manhã?** Exatamente. Fiz isso uns 3 anos mais ou menos. [...] Aí depois na faculdade foi a mesma coisa. **Quando você morava em Vespasiano, vinha pra cá e tinha uma impressão diferente? Qual que era a sua relação com a cidade?** Eu tenho, eu.....eu acho muito engraçado assim, porque até o curso técnico eu vinha de ônibus especial e depois eu pegava ônibus, na Carijós com Olegário Maciel, então é aquela história, eu via a parte do centro da cidade, essa coisa bem povão, assim, e aí ia

subindo assim e via um povo mais arrumado, o povo dos escritórios, né? Então durante um tempo eu fiquei indo e voltando pra Vespasiano. [...] **Você sabia transitar na cidade? Conta um pouco sobre isso.** A parte mais engraçada disso é que quando eu morava em Vespasiano a sensação que eu tinha era que quando eu vinha pra Belo Horizonte era: nossa!! Eu tinha medo de Belo Horizonte. Eu ia do cursinho pra casa, sabe? **Você tinha os roteiros todos programados?** É, porque eu tinha medo de me perder em Belo Horizonte.”

- **Francisco – morador do Bairro Taquaril/Belo Horizonte**

“Eu vim pra BH, cheguei aqui no dia 16 de janeiro de 1975, no dia do meu aniversário, carregando um bolo. Vim de Kombi (risos). **Um dia marcado então.** Vim de Kombi. Não tinha ônibus. E tinha uma Kombi que meio que fazia assim um tráfico de gente assim...de lá pra cá e de cá pra lá. **Você veio de mudança e tudo mais?** Vim, vim, engraçado porque eu vim, eu queria ser agricultor. É eu tinha essa fantasia de ser sabe.....eu nem posso falar disso que eu vou chorar.....Eu queria ser agricultor, eu quis ser agricultor, eu achava legal, sabe e vim (**choro**). E vim na Kombi, trazendo o bolo e cheguei aqui, na verdade, era mês de janeiro, então eram férias. Férias. Não tinha nenhum tio meu aqui mais, eles estavam na praia...não sei que, não sei o que.....vim. **Tinha apartamento?** Talvez tivesse vô aqui ou vó. Vó não. Não sei. Não lembro. Eu sei que eu peguei aquele bolo e deixei na Praça da Estação (gargalhadas) o que que eu vou fazer com isso? O bolo já tava meio amassado assim sabe? Deixei em algum banco lá. E fui pra casa. **Mas você veio sozinho?** Vim sozinho. **Você tinha o que? 16 anos?** 15. Eu vim pra me matricular na escola de agricultura de Florestal. Só tem que por incompetência da parentada, na verdade a data já tinha passado. E aí que cheguei aqui e fiquei meio fantasma, assim. **Aí Você chegou....** Cheguei aqui. Lá no Mutum o interesse com o mundo, né? Porque você tá na roça, tem Voz do Brasil é o contato com o universo, além do céu. O mundo é imenso, né assim, porque são aquelas informações. E os tios todos que vinham, né? Então essas cidades todas, já povoavam a fantasia, né assim... Outros lugares, né? [...] Então Belo Horizonte não era distante. Vim assim, naquele dia, 16 de janeiro, desci ali, com o bolo e tal, deixei o bolo, vim pra casa. Não deu certo a coisa da escola, não deu certo morar com o tio, porque já tinha gente. Fui morar no apto com tia Dodô, vó e vô. **No Santo Antônio?** No Santo Antônio. E com a relação com a cidade, porque

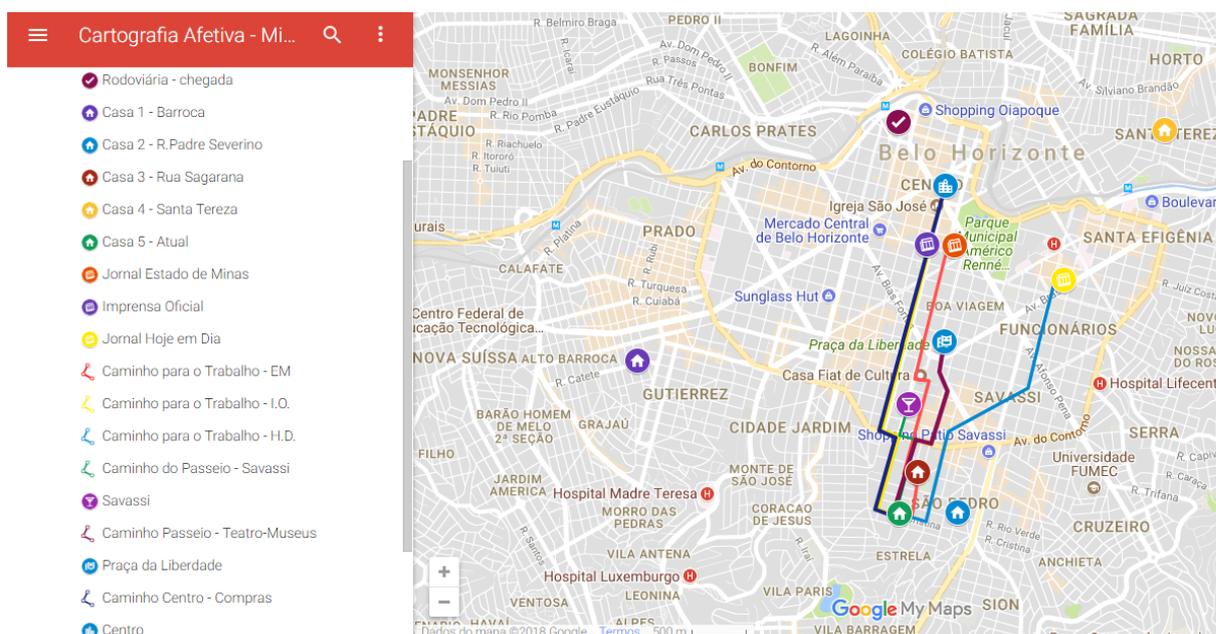
eu não tinha medo dela, porque entendia a cidade toda com cidade e me portava naquele começo, mais ou menos como eu era no Mutum. Eu lembro que eu ficava muito sentado na esquina, da Paulo Simoni com Contorno, vendo os carros passarem. **Ali onde é aquele chinês, né? É**, naquele muro. Exatamente naquele muro. Ali era uma casa. Ali era uma casa, antes de ser. Depois foi Casa da Sogra, depois acho que era uma loja de tecido e depois que era o chinês. Ficava sentado ali vendo...o movimento. **Você estudava onde?** Pois é, fiquei vagando como um louco naquele primeiro mês de janeiro. Como não tinha mais Florestal eu fui desmontando assim, sabe? fantasia.....não é fantasia. Aquela vontade. Talvez tenha feito isso de maneira dolorosa, sabe?”

- **Miguel – morador do Bairro Santo Antônio/Belo Horizonte**

“Na época Belo Horizonte era como Vitória, todo mundo sabe que existe, mas ninguém vai lá (risos). Não é? Do Tancredo pra cá eu tenho a impressão de que Belo Horizonte despertou essa atenção do Brasil. Aí, uma dessas viagens que eu fiz, porque meus irmãos moravam no Rio, na época passaram a viver no Rio, meu irmão saiu da Bahia e foi pro Rio viver. E o outro que morava lá. O outro já morava há muito tempo. Aí eu ia a São Paulo nas férias, porque tinha uns amigos lá, que eu ia pra rever, e passava no Rio pra rever meus irmãos, meus parentes não sei o que. Aí eu falei: porque que eu não passo em Belo Horizonte? Ele **(o amigo com quem havia morado em Salvador)** já tinha me convidado várias vezes. Quando eu cheguei aqui e falei: uau!! É nessa cidade que eu quero viver. De cara. **Assim? Na primeira chegada?** Na primeira vista. Que cidade é essa? Maravilhosa, encantadora!! **Como é que você chegou aqui? Como foi essa primeira vista?** Foi isso. **Você chegou de ônibus?** Só se vivia de ônibus. Quem andava de avião? Avião é uma experiência moderna, né? Recente. Era raro, caríssimo. É como agora, caro (risos). Era de ônibus que a gente andava. Eram 25 horas até Salvador. **Mas você já chegou em Belo Horizonte, naquele lugar que não é lindo, que é a rodoviária e já achou**Não, não lá. Mas depois que eu vim pra aquio primeiro lugar que eu fiquei aqui, foi na casa de uma amiga na Barroca. Aí o povo todo morava por aqui: Santo Agostinho, Serra, não sei o que. Eu achei tudo lindo. **Quando foi isso?** Foi um ano antes da eleição do Tancredo. **83.** 82, não? [...] Foi 83. Foi seis meses depois que ele morreu. Porque em Salvador tinha o governo de Lídice da Mata. Foi a primeira prefeitura de esquerda,

assumida de esquerda, depois da redemocratização. E o Antônio Carlos Magalhães empastelou tudo. Então a cidade estava um lixo, greve de tudo, a cidade era um horror. Os ônibus decadentes. Então a cidade estava um caos. Então somado ao fato de que Belo Horizonte era um encanto....Belo Horizonte já era linda, incrível e somado à impressão ruim da cidade **(de Salvador)** que eu vivia, tudo aqui pareceu mais incrível ainda.”

Imagem 8 – Cartografia Afetiva Miguel



Fonte: elaborada pela autora.

A escolha de Belo Horizonte figura nas histórias de vida de duas formas distintas: a primeira como uma cidade referência para a continuidade dos estudos ou para a criação de novas oportunidades de trabalho e, a segunda, pelo encantamento que a cidade exerceu, mesmo não sendo uma opção considerada mais previsível, devido a aspectos como proximidade das cidades de origem ou ligações familiares. Nas histórias de vida do Chico, vindo de Mutum, na região da Zona da Mata mineira, e, Renata, vinda de Vespasiano, Região Metropolitana de Belo Horizonte, formam um o primeiro agrupamento de um movimento natural rumo à capital, cidade referência para busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo. No entanto, no caso do Chico, Belo Horizonte se configura como um “acidente de percurso” ocorrido devido a uma contingência (a perda do prazo de matrícula na escola de Florestal), que interrompeu seus planos e foi motivo de grande frustração na sua história de vida,

marcado no depoimento por um choro incontido e pela falta de perspectiva traduzida como um movimento fantasmagórico pela cidade naquele mês de janeiro: “[...] engraçado porque eu vim, eu queria ser agricultor. É eu tinha essa fantasia de ser sabe.....eu nem posso falar disso que eu vou chorar.....Eu queria ser agricultor [...] fiquei vagando como um louco naquele primeiro mês de janeiro. Como não tinha mais Florestal eu fui desmontando assim, sabe? fantasia.....não é fantasia. Aquela vontade. Talvez tenha feito isso de maneira dolorosa, sabe?”

Já na história de vida da Renata, a vinda para Belo Horizonte seguiu um movimento natural da maioria dos jovens que moram nas cidades de Região Metropolitana e buscam ensino e trabalho na capital. Assim, Vespasiano, sua cidade de origem continua sendo a referência, a habitação, inclusive com transporte subsidiado pela prefeitura do município, sena corriqueira em muitas cidades brasileiras próximas a cidades-polo. Tampouco havia um estranhamento muito grande em relação à cidade, um impacto, uma vez que Belo Horizonte já era conhecida por ambos.

As histórias de vida do Rodolfo e do Miguel são distintas porque são marcadamente motivadas pelo encantamento pela cidade, pela paisagem, por um futuro que se mirava de longe, incerto, desconhecido. O ponto de partida era rumo a uma cidade que parecia oferecer uma qualidade de vida agradável. A cidade se mostrava bela, arborizada, aconchegante e para usar os adjetivos presentes em ambas as narrativas: “maravilhosa, incrível” para o Miguel e “confortável” e “fui atraído pela geografia, pela cartografia” para o Rodolfo. Atributos que ganharam contornos mais afetivos na medida em que ambos se fixaram na cidade. O que também ocorreu com Chico, que esquadrinhou a cidade e a conheceu bem melhor do que muitos de seus habitantes, trazendo, segundo ele, o espírito explorador que a sua infância e educação e Mutum formaram.

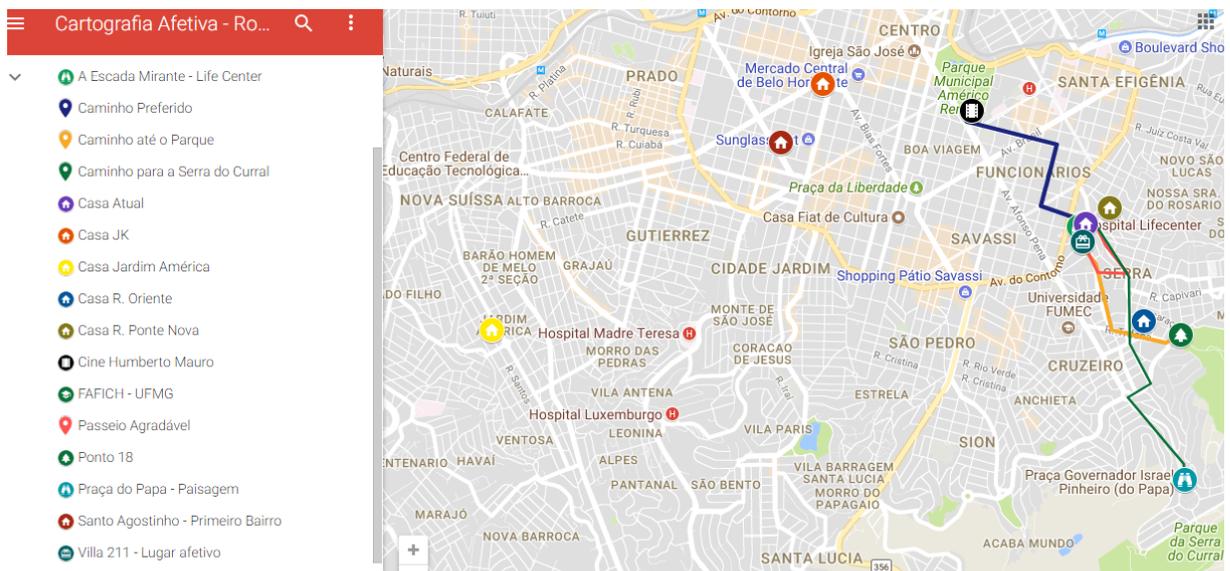
Já a Renata, não teve uma relação tão duradoura com a cidade, morou em Belo Horizonte por um período de menos de dois anos, que é um tempo médio que tem permanecido nas outras cinco cidades, de quatro países nas quais habitou nos últimos dez anos. Ao contrário das demais histórias de vida, a narrativa da Renata denota um desenraizamento consciente em relação aos lugares onde mora, pois a cada nova cidade, já se tem a expectativa da próxima.

A cartografia dos lugares afetivos

- **Rodolfo – morador do Bairro Serra/ Belo Horizonte**

“Qual lugar que você acha que é a melhor tradução de Belo Horizonte? Serra do Curral. Serra do Curral? Porque? Porque ela já...pra mim...a localização de Belo Horizonte, ser, onde termina um determinado tipo de geologia ou de (não sei se é só de geologia só que fala, né?), mas aqui é um ecótono. Aqui vai terminar tipo Mata Atlântica. Aqui tá o Espinhaço pra um lado, depois já vai virar o vale... pro outro. Você tá separando o sul de um sertão. Então essa posição geográfica de Belo Horizonte, ela éela é incrível. Tanto é que você vai em volta, você vai num parque maravilhoso como a Serra do Cipó ou num outro que é uma água gelado como é Rio Acima. Tudo a 20, 50, 100 km de distância. É uma variedade histórica, maravilhosa. De cidadezinhas, lugarejos coisa e tal. E física, fauna, vegetação, formação rochosa. Você vê quinhentas coisas aqui. Eu acho que a Serra, até pelo jeito que a cidade foi colocada em cima desse buraco, que não é exatamente muito bem colocada, porque tem uns problemas, mas ela fez com que a Serra ficasse sendo a marca da cidade, né? Não só a marca, porque o povo escolheu a marca. Normalmente vai ser a igrejainha **(da Pampulha)**. Não é uma coisa de design. Mas eu acho que é uma coisa de alma mesmo. O sagrado pra mim é isso aqui. É a Serra. **Entendi...** Considero sagrado mesmo, viu?”

Imagem 9 – Cartografia Afetiva – Rodolfo



Fonte: Elaborado pela autora.

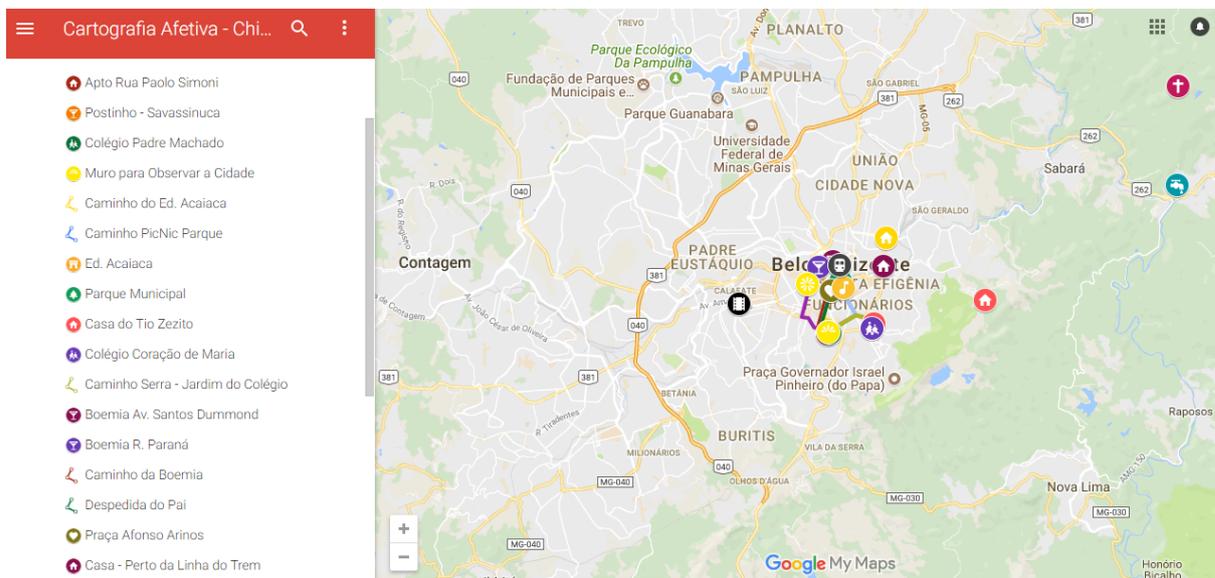
- **Francisco – morador do Bairro Taquaril/ Belo Horizonte**

“O que significa Belo Horizonte pra você? (silêncio.....pausa demorada)

Cruzes!! Se eu posso tirar alguma coisa.....se eu posso não. Eu posso. São os contatos afetivos. As coisas que tangem assim, as coisas que me modificam, que são as pessoas propriamente. Mas elas não são o meu lugar. Porque a cidade, eu sinto assim, que a cidade não corresponde assim a..... Até a natureza da pergunta que você me faz assim: existe algum lugar que você tem vontade de morar? Eu sinto que muitas vezes em Belo Horizonte nós somos isso, assim.....a gente tá sempre caminhando pela cidade. E a gente nunca dá notícia do lugar que se está habitando. Eu sinto um pouco isso em relação a Belo Horizonte. Ao mesmo tempo que são as pessoas que fazem a cidade, né? Por sermos assim com a cidade, esse lugar então que é um desenho que reflete esse jeito nosso, ela responde do mesmo tanto. Então ela é uma ingrata. [...] É, ela é..... a gente tem que pegar com unhas e dentes, pra tê-la. Você pega isso no lugar público, assim..... Você vai à Praça da Liberdade, que é o local, se a gente fosse pensar a cidade, né? A ágora, o lugar do povo, é uma propriedade. Hoje é uma propriedade. [...] Eu acho que a gente não se liga muito à cidade não. E ela responde do mesmo jeito então. A administração dela responde do mesmo jeito e tal. Eu vi coisas horríveis. Coisas desaparecerem da cidade. Não que eu ache que as coisas têm que ter uma permanência eterna, não é isso não, eu não penso memória desse jeito não. Mas de não ter nem.... sabe? Elas desaparecem antes de existir. Isso é horrível, porque como é que você conta? Como é que você fala? Você é dona? Sua família, seu pai, sua mãe, seu tio, não detêm a própria memória familiar dele em relação à cidade em que ele mora, como é que ele transporta essa cidade para as pessoas que ele vai educar? Como é que ele vai formar essa pessoa para a cidade? Ele não vai formar para cidade nenhuma, né? Não tem.....**É, não cria....** não cria. Eu.. eu...eu talvez por ter nascido na roça e também por ter sido educado de uma determinada maneira em relação à cidade e também por questões individuais, eu gosto de ter uma relação mais viva com a cidade. Então eu fazia coisas que podem parecer extravagante: até há pouco tempo atrás eu ia em Sabará buscar água. No Kaquende. [...] É. Ali no chafariz. Ia no Kaquende. **O que é Kaquende?** Kaquende é uma mina que tem. Dentro de Sabará tem uma mina, que funciona como mina, que supriu a cidade de Sabará e supri ainda. Então as pessoas buscavam água. Então eu achava legal fazer isso, ao invés de tomar água que vem da caixa d'água. Não era difícil, era prazeroso. Não me ocupava muito, nem nada. Era só prazer mesmo. [...]

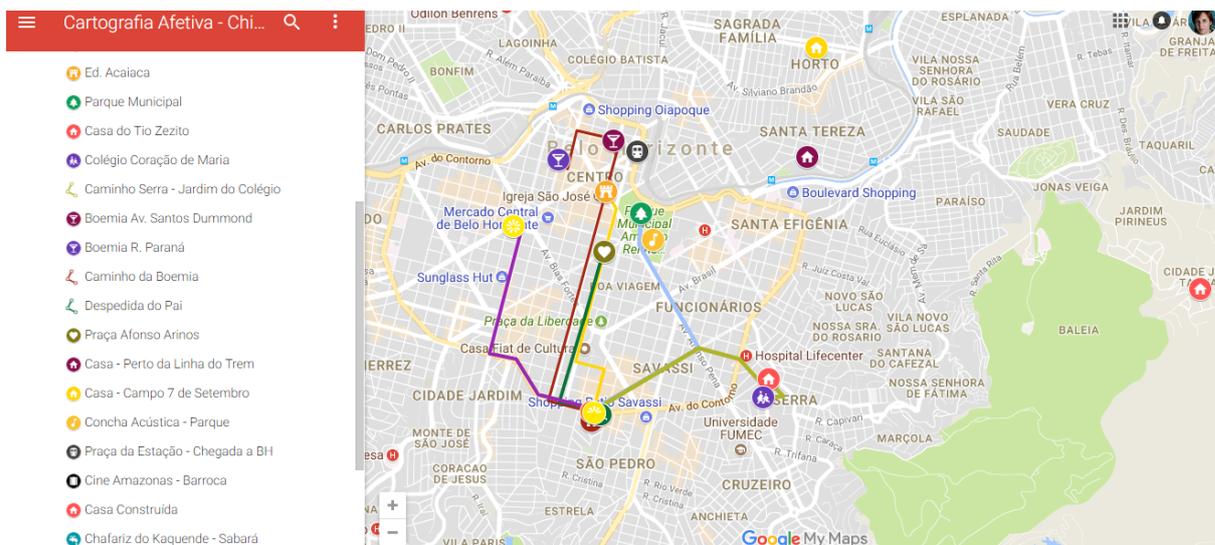
É....nem é isso, dá vontade sabe? De tecer. De urdir, de tecer uma malha real de afeto sobre a cidade. Ela só pode existir desse jeito. Ela só vai existir desse jeito. Mais ou menos isso. Eu acho que é por aí.”

Imagem 10 – Cartografia Afetiva Chico – Escala Ampliada



Fonte: Elaborada pela autora

Imagem 11 – Cartografia Afetiva Chico



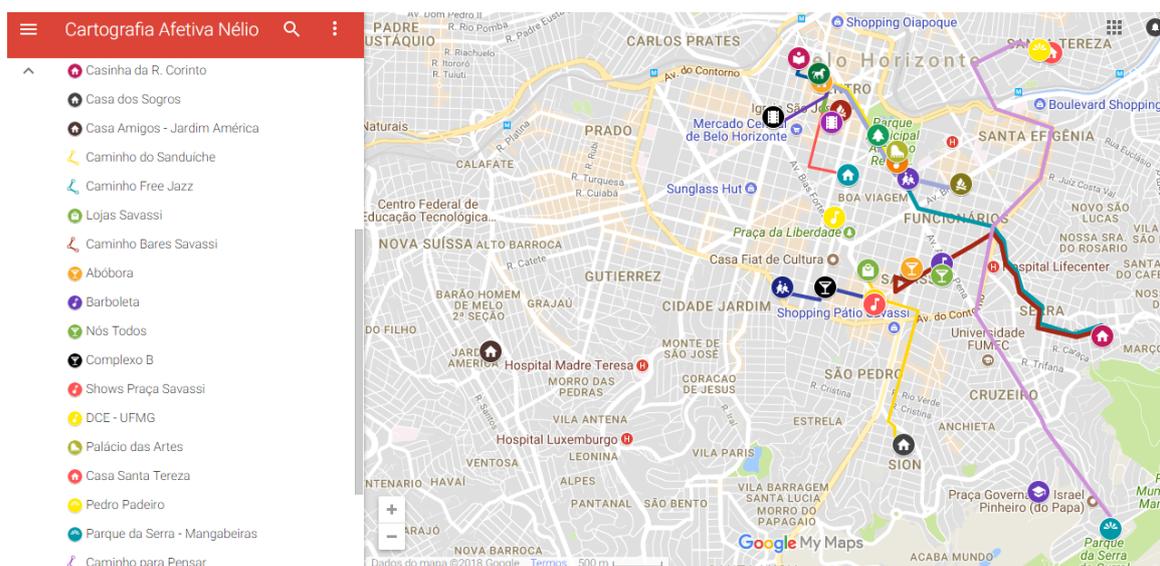
Fonte: Elaborada pela autora

- **Nélio – morador do Bairro Santa Tereza**

“Você já falou de alguns pontos, mas os seus trajetos que você fazia.....Pois é, das lembranças boas que eu tenho é sair ali do centro, da Rua Carijós, ir caminhando pela Afonso Pena, que ainda tinha aquelas árvores nas laterais e no meio, o Parque Municipal não tinha grades... Eu me lembro, uma cena assim, um *flash*, eu andando naquele quarteirão ali na calçada do Parque Municipal, empurrando com o pé, um monte de folhas dessas árvores que existiam na Afonso Pena, eu empurrando com o pé, eram muitas folhas, ficava aqueles montes e eu ia empurrando com o pé, arrastando, fazendo montinhos e minha mãe me xingando, porque isso retardava a caminhada ali e eu andava olhando para as árvores, à beira ali da Afonso Pena, tentando ver o bicho preguiça que morava lá no parque. **Tinha bicho preguiça lá?** Morava um bicho preguiça lá no parque. E eu indo para o Instituto de Educação, ficava procurando e as vezes via o bicho preguiça lá dependurado. **Você estudou no Instituto de Educação, então esse caminho era cotidiano, né?** Era cotidiano. Então isso é uma das fotos que eu tenho essa lembrança: o bicho preguiça, a Afonso Pena, eu arrastando essas folhas. [...] Ahhh lembrei...a primeira vez que eu fui na Savassi. É uma outra fotografia. Isso era década de 70. Eu fugi do Estadual, eu e mais uns três amigos, a gente pulou o muro do Estadual. O Major Couto que era o diretor, né? Um Major do exército, um cafajeste, que batia na mulher, batia nos filhos, assim. A gente pulou o muro e o Couto vem correndo: seus desgraçados, eu sei quem vocês são. Vocês vão pegar uma semana de suspensão. E a gente com camisa escondendo a cabeça, pulando de uma altura de sei lá, seis metros, pegando a mochila correndo, pra ir pra Savassi pra jogar *pinball*. Jogar *pinball*. *The Who* era o que tocava nas rádios *Pinball Wizards*. Aí a gente vai. Normalmente a gente corria ali aquela rua que dá de frente pro Minas, virava à direita, virava à esquerda e ia caminhando. E eu lembro de chegar na Savassi e ter neblina na Savassi. Imagina isso hoje? Neblina na cidade, né? Meio do ano, julho, junho, sei lá. Eu lembro dessa sensação de chegar na Savassi, nublado, meio que uma neblina na cidade. Eu lembro que a gente foi comer. **O pirulito ainda era lá?** Eu não sei, eu acho que sim. Eu lembro do Pirulito na Savassi. A gente foi pra padaria Savassi. Eu me lembro do cheiro do lugar, eu pedi um pão com mortadela. Eu lembro do cheiro, lembro daqueles presuntos, daquelas coisas, aqueles queijos dependurados e aí, muito movimento, aquelas padarias tradicionais, balcão. As pessoas chegavam. Onde hoje é a loja da Vivo, né? E dali a gente foi pro *pinball*, que eu não lembro exatamente onde era...na Getúlio Vargas? Eu acho que era na Getúlio Vargas. E a gente foi jogar *pinball*. E aí durante muito tempo eu comecei a ir

e a voltar a pé de casa, pra pegar o dinheiro do ônibus e jogar *pinball* na Savassi. Ficou isso um bom tempo, uns vários meses. Mas essa lembrança de ir à Savassi a primeira vez, eu lembro. Sabe, chegar naquele lugar diferente, né? Já começava umas lojas de roupas ali.. **As boutiques...** É, as boutiques, né? Era um lugar assim diferente, a praça, né? Arborizado e perto do centro, né? Enfim, é outra sensação que eu tenho assim de criança, adolescente ali.”

Imagem 12 – Cartografia Afetiva - Nélio



Fonte: Elaborada pela autora.

- **Miguel – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

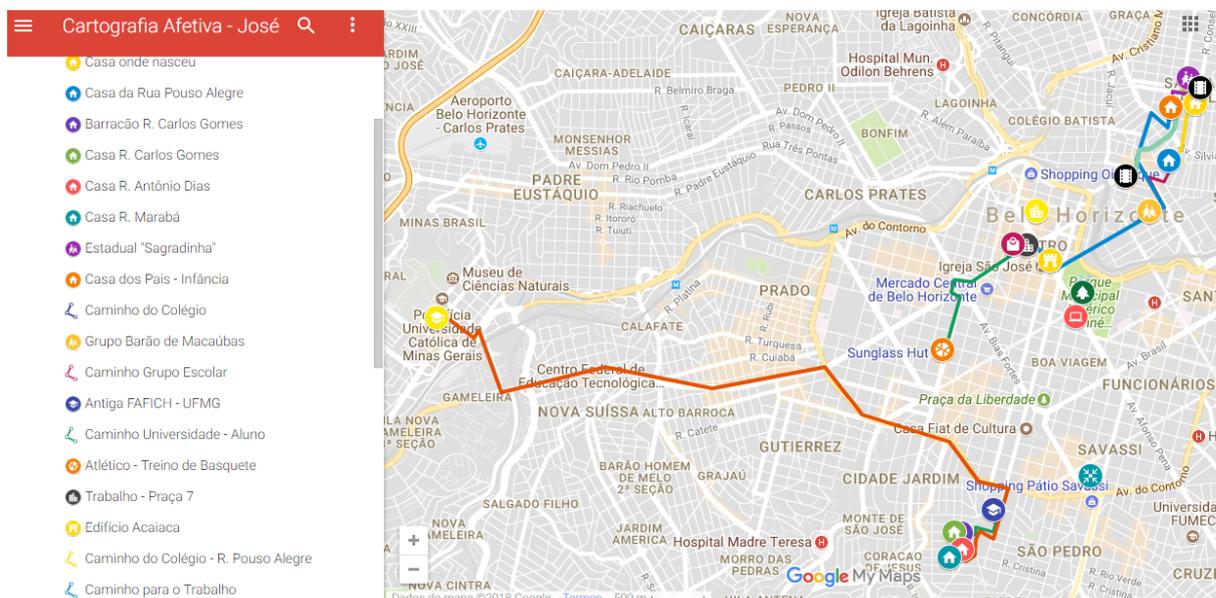
“[...] Aqui, a Savassi, cheirava a unha de vaca, o tempo inteiro. Unha de vaca? Eu chegava aqui na Savassi e cheirava a unha de vaca. Sabe unha de vaca? A planta, a flor. [...] É a impressão mais forte que eu tenho é esse cheiro. Era perfumada. Aí eu voltei encantado com a cidade. Achei meu lugar no mundo? É. Tanto que eu cheguei lá de volta, eu tinha um bom emprego lá e tal, tava bem né? Aí eu falei assim: eu vim pegar as contas. Que isso?! Tô indo pra Belo Horizonte, adorei lá e não sei o que. Belo Horizonte? Mas vai viver numa cidade sem praia? Mas eu não gosto de praia. Me deram uma promoção. Bem mais dinheiro e uma promoção. Aí eu dei uma recuada. Mas seis meses depois, falei, sabe o que? Eu quero é ir pra lá mesmo, vou tentar. **Então Você amou BH?** Amei. **Mas não era por causa dos seus amigos que moravam aqui?** Não. Foi por causa da cidade. A cidade me parecia encantadora. Até hoje. Eu não trocava Belo Horizonte por nenhuma cidade no Brasil que eu conheça.

Nenhuma. Então não fiz errado. Meu instinto estava correto. Aí mudei pra aqui, onde estou há 31 anos, 32.”

- **José – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

“**Quando você trabalhava de office-boy no centro você devia mapear aquele centro inteiro, né?** Claro, claro. Foi uma grande experiência ser *office-boy*, porque ser *office-boy*, primeiro é uma experiência de maturidade muito grande, porque você faz coisas para as quais você não tem maturidade suficiente, mas que lhe é exigida, então, é uma experiência muito interessante e ao mesmo tempo, você aprende a não fazer tudo o que quer. Não sei como é isso hoje, mas a minha experiência como *office-boy* foi...um dos aprendizados era como você matava trabalho, como você ia jogar um totó...hoje com o celular os jogos são eletrônicos. Mas foi uma experiência muito legal de mobilidade. Os meus dois trabalhos como *office-boy* foram no centro: um ali na Praça Sete, no quarteirão fechado da Rio de Janeiro, e o outro, foi na Afonso Pena no Tribunal de Justiça. Então eu andava muito por ali e era muito agradável sair, ir pra rua era ótimo, que também era uma oportunidade de você divertir, demorar, tomar um suco, ver umas coisas, parar numa coisa de joguinhos eletrônicos, que na época tinha assim essas máquinas. **Tem algum lugar dessa época que você lembra que ia pra matar o trabalho?** Ahh tinha, a Galeria do Ouvidor, que eu gostava, era um lugar *chic*, cheio de lojas (risos) era divertido. **Tinha escada rolante, né?** Tinha escada rolante...(risos) A Rua dos Caetés que tinha muitas lojas que eu me lembro a Galeria do Ouvidor e a Rua dos Caetés eram dois lugares que eu gostava muito. Gostava muito qdo eu tinha que ir no Edifício Acaiaca, que eu achava assim um luxo! Achava assim o elevador mais bonito que eu conhecia. Eu achava ele incrível, você entrava e o ascensorista estava passando CAOL, lustrando assim as molduras douradas. Achava aquilo assim mágico! E eu gostava muito do Maleta. Não frequentar o Maleta, mas porque era um edifício moderno, movimentado, meio marginal, uma coisa assim. E também com os elevadores enormes. São os lugares que eu me lembro assim.”

Imagem 13 – Cartografia Afetiva - José



Fonte: Elaborado pela autora.

Jordão (2016) faz uma interessante reflexão sobre a relação de tempo e esquecimento na constituição da duração, que será bastante útil para analisarmos esse conjunto de narrativas que revelam como Belo Horizonte afeta algumas das histórias de vida aqui apresentadas. Segundo a autora:

O evento se perdeu, sua exata forma de se dar desapareceu, não é mais, e, logo, não retorna por inteiro à lembrança; sua apreensão para dentro da duração selecionou a parte que tocou o sujeito, e mesmo esta porção misturou-se à duração, dissolvida e entremeadada de traços da massa de vivido à qual se junta. Entretanto, se o evento é passado, o efeito, aquele apreendido no momento que ficou no passado ou ainda qualquer uma de todas as suas formas metamorfoseadas que se seguirão nesta subjetividade cambiante, não será jamais passado. O efeito é sempre presente porque ele é constitutivo, pertence agora àquilo que o sujeito é, daí apresentar-se atualizado, mesmo que algumas vezes difuso e fugidio quando do estímulo no presente. O efeito agora é parte integrante, aderente ao ser, como as marcas do tempo na pele são um vivido acumulado que se torna parte do corpo, marcas individuais formando o todo único. Porque o efeito está ali latente, gatilhos como um cheiro, uma imagem, o toque de um guardanapo levado à boca, o barulho de uma colher que toca a louça, um pisar irregular nas pedras de um caminho o conclamam, este passado que a flecha matemática do tempo marca como ido, deixado para trás, mas que persiste em seus efeitos, contrariando o fluxo das águas do tempo, represado na integralidade do ser. Ele é o presente já vivido, aquele que as sensações de fato experimentadas no presente atualizarão. (JORDÃO, 2016, p: 550-562 - Kindle)

As sensações, muitas vezes indescritíveis, não conseguem alcançar os fios invisíveis que ligam essas trajetórias de vida à Belo Horizonte. Amada, desejada,

frustrada, ingrata, o fato é que a cidade está definitivamente emaranhada na vida dos seus habitantes. Afeta em maior ou menor intensidade todos eles. Para além de comentar narrativas tão contundentes e interpretá-las, é importante destacar alguns aspectos dos quais se revestem a construção dessas narrativas, no processo contínuo de reelaboração das lembranças.

Processo este que está sempre em fluxo, deixa marcas profundas, que podem permanecer atreladas ao passado, mas que sempre serão ressignificadas no presente. Seja qual for o processo utilizado para a elaboração e retenção das lembranças ligadas ao espaço, mesmo aquele que já deixou de existir, cores, odores, fotografias, literatura, pessoas, o vivido, todos eles sempre serão seus elementos fundadores. Assim, a contemplação da geografia da Serra do Curral se sacraliza e pode ser capturada da escada de um hospital próximo à casa do Rodolfo, que busca novos mirantes a partir dos quais outros ângulos da serra sejam revelados.

A cidade do Chico tem que ser agarrada com unhas e dentes, vivida intensamente, sem limites e engloba territórios mais amplos, que ele insiste em trilhar. São caminhos que transbordam os limites da cidade. Esta Belo Horizonte tece seus afetos no percurso ritual da água da fonte da cidade vizinha, como contraponto da cidade-propriedade, excludente, não apropriada por todos os seus moradores.

Outra cidade emerge ainda das memórias olfativas do pão fresquinho da Padaria Savassi (Nélio) e das Unhas de Vaca em flor (Miguel), do bairro que não é bairro⁶³, da praça que não é praça, que assimilou o nome da padaria, ganhou as primeiras boutiques da cidade e se tornou um dos lugares de referência constante de sociabilidade de jovens e moradores da região, desde a década de 1960.

A Belo Horizonte do José, admira o elevador lustrado com caol do Edifício Acaiaca e os fliperamas, *pinballs* do centro e da Savassi (Nélio), que se transformam em lugares de fuga na adolescência.

Outra Belo Horizonte, mais poética, aflora na expectativa infantil de ver o bicho preguiça nas árvores do Parque Municipal, cujo trajeto tem como trilha sonora o, arrastar das folhas secas caídas dos *Ficus* da Avenida Afonso Pena. O Parque Municipal ganhou grades, ganhou uma Sala de Cinema que mudou sua trajetória de

⁶³ A Savassi é uma região do Bairro dos Funcionários que tem como perímetro uma área do entorno da confluência entre as Avenidas Cristóvão Colombo e Getúlio Vargas e das ruas Pernambuco e Antônio de Albuquerque, que constituem o seu centro. Também é conhecida como Praça da Savassi, mas a sua configuração espacial não é de uma praça, sendo caracterizada pelo fechamento de quatro quarteirões das Ruas Pernambuco e Antônio de Albuquerque.

vida, as árvores são imagens que só existem nesta cartografia pessoal. Afetos de uma cidade experienciada que pairam sobre a cidade, como a neblina que já não volta mais à Savassi.

Formas locomoção definem diferentes formas de percepção da cidade

- **Rodolfo – morador do Bairro Serra/ Belo Horizonte**

“E como é que foi a sua adaptação aqui na cidade? Você falou que no primeiro momento você não conhecia as pessoas e tal. Como é que você se locomovia. Como é que você foi criando essas Primeiro explorando a cidade todo o tempo ocioso. Desde ir a pé pra aula, mesmo morando no Santo Agostinho, depois morando no Jardim América. Até do Jardim América eu ia a pé pra FAFICH. Explorando o espaço assim: hoje é esse caminho, amanhã é outro. **Ah você não se apegava ao caminho não?** Não. **Você ia fazendo pra conhecer?** Eu ia fazendo pra conhecer. E Belo Horizonte com esse traçado central então, pra mim foi uma festa. Enquanto eu não dominei Contorno toda e a ordem dos índios e a ordem dos estados e dos inconfidentes, eu não tava satisfeito. Então eu subia pela Aimorés, voltada pela Bernardo Guimarães. Ia pela Gonçalves Dias, voltava pela Cláudio Manuel. Ia fazendo. E vindo aqui pra Serra a mesma coisa. Mesmo que fosse numa ladeira gigantesca, eu subia pra ver como é que era, onde dava, com quem cruzava. Mas essa exploração a pé, principalmente, achei isso, como adaptação, pra mim, sensacional. Depois, dependendo da situação, muito ônibus. Eu trabalhei em situação, por exemplo, um jornal que era no União e a matéria que eu fazia era no Barreiro e a FAFICH já tava funcionando no Campus. Então esses vermelhões, essas coisas, eu sabia tudo. Quando mudou aquele sistema de número, me.....e eu esqueci tudo. Não sei mais. Eu sabia pela cor e pelo número. **Eu também peguei todas essas mudanças e ficava perdida....** Eu sabia aqueles códigos da BHTRANS: era 01 Amazonas. 00 Afonso Pena. 22 Antônio Carlos. 55 Cristiano Machado. Que cada número significava um percurso que a gente fazia, né? Depois que mudou isso eu perdi essa gerência que eu tinha...**Você tinha essa referência dos telefones também?** Também. Dependendo do bairro: 225, 227 (risos). Eu acho que essa coisa espacial, e o espacial, não só o geográfico físico não, mas tudo que a geografia implica, é... em vários aspectos isso me orientou. Por exemplo, isso de perceber a cor do ônibus, esse é o corredor da Amazonas, esse é o corredor Antônio Carlos, pela

barrinha do ônibus e não ter insegurança nenhuma de pular lá dentro e saber que eu ia me virar, isso é uma mistura de conhecimentos, né? Eu acho que a cidade tinha de certa forma organizada.”

- **José – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

“O trabalho me tirou de casa e os caminhos que eram mais preferidos, eram os caminhos que me levavam pro cinema. Eu sempre gostei muito de cinema e aí eu tia com turma, com amigos e .. Eu não sei te falar qual é o caminho, porque o mais legal era caminhar pela cidade. Não importava muito por onde. Era a coisa de você estar com a turma entre amigos, indo pro cinema ou voltando de uma festa, apesar de a minha turma e nem eu, nunca fomos muito de balada, porque a gente não tinha grana, né? E não era como hoje que balada tem em qualquer lugar. Não era assim. Mas o caminhar pela cidade era muito gostoso. Era muito legal, andar pela cidade, voltar pra casa a pé, parar um pouquinho na porta de casa e conversar mais um pouco antes de entrar, entendeu? Era a sensação dehoje eu dou esse nome de liberdade, né? Antes eu não dava esse nome porque não tinha o oposto, era um padrão comum. Mas os caminhos mais regulares que eu tinha, eram os caminhos que me levavam para o cinema, especialmente o Cine Odeon, que foi talvez o cinema que eu mais frequentei, que mais.....Só que aí, o que que aconteceu? Com 17 anos eu comprei o meu primeiro carro. Aí pronto, a cidade ganhou outra escala. Porque aí eu tinha carro. Eu era o único da minha turma que tinha carro. Aí comprei um carro e curioso porque na época eu tinha uma namorada, que a mãe era muito rígida e não deixava ela sair sozinha comigo. **De carro então?** (risos) Antes de ter carro. Quando eu comprei carro, pior ainda. Aí que que eu fiz? Eu acabei o namoro (risos). Eu preferi ter a liberdade de passear de carro com os meus amigos, de andar pela cidade do que ficar. Ela morava na Serra e ir pra casa dela, estacionava o carro e ficar ali na sala vendo televisão e voltar. Então o carro, eu fui o primeiro a ter carro na minha turma e o carro me deu uma liberdade muito grande, de começar a andar pela cidade, explorando.....Eu fiquei andando de carro um ano sem carteira. Não tinha essa coisa. Não era considerada uma coisa perigosa assim. Se você tinha o mínimo de juízo e de responsabilidade, e eu tinha porque eu trabalhava desde cedo. Então foi muito legal e aí a cidade ganhou uma outra escala pra mim, que foi uma escala de eu poder circular. Aí, daí a pouco eu troquei de carro aí eu comecei a viajar com os meus amigos, então a coisa da cidade foi ganhando uma escala cada vez maior. **E você**

acha que mudou a sua percepção da cidade? Imagino que quando você anda tem um outro ritmo de observação e tudo. Se bem que você andava muito de ônibus também, né? Você acha que muda a sua percepção da cidade? De carro, a pé..? Ah são cidades muito distintas. Eu acho que são cidades distintas. Não é a mesma cidade. A cidade quando eu andava a pé era.... Você tinha uma intimidade com ela. Porque aí você tinha que descobrir os caminhos, como cortar os caminhos, como encurtar, como evitar uma subidona....porque a Sagrada Família é um bairro no alto, né? Então você tinha que ter uma estratégia de aproximação, de familiaridade, de intimidade com a cidade, para você não se exaurir nela. O ônibus era uma relação mais funcional, era...além da questão de tempo, de chegar e de.....e na época, tudo ia pro centro, chegava lá trocava de ônibus. Meu ônibus parava na Caetés com Espírito Santo, então dali eu tinha que pegar um outro, então era uma relação funcional. E além de tudo, como eu trabalhava....eu sempre estudei, trabalhando, andar de ônibus pra mim era uma oportunidade de estudar. Então eu entrava no ônibus, eu sentava perto de alguém que eu não conhecia, enfiava a cara no livro e ia lendo até onde eu tinha que ir, porque era o tempo que eu tinha pra estudar. Carro, aí carro já é diferente, porque carro você inventa. Carro não é tornar a cidade mais agradável, mas aí você pode ir e até hoje, que é um hábito que eu adquiri quando eu comecei a ter carro e tal, eu adoro, os dias que eu dou aula, eu dou aula duas noites, eu adoro a noite, andar pela cidade, sabe, as vezes dando uma voltinha, passa por um lugar que você conhece. A pé eu hoje quase não ando. Então eu acho assim, andar a pé é você numa intimidade com a cidade, o ônibus é uma certa funcionalidade e o carro me deu liberdade pra eu inventar meus caminhos. Entendeu? Porque ali eu tinha autonomia, eu andava pelos lugares que eu não conhecia e até hoje eu gosto de fazer isso. O ônibus hoje pra mim é uma coisa exótica. Eu as vezes quando estou de férias vou ao centro de ônibus, só pra andar de ônibus, porque eu fico assim um ano, dois anos sem andar de ônibus, três anos sem andar de ônibus. Então virou um acontecimento. Eu nem falo muito isso, porque quem usa ônibus todo dia fica revoltado, né? (risos) Você tá sacaneando com o usuário diário de ônibus, né? Mas eu acho que muda muito, muda muito.”

Fausto – morador do Bairro Savassi/ Funcionários/ Belo Horizonte

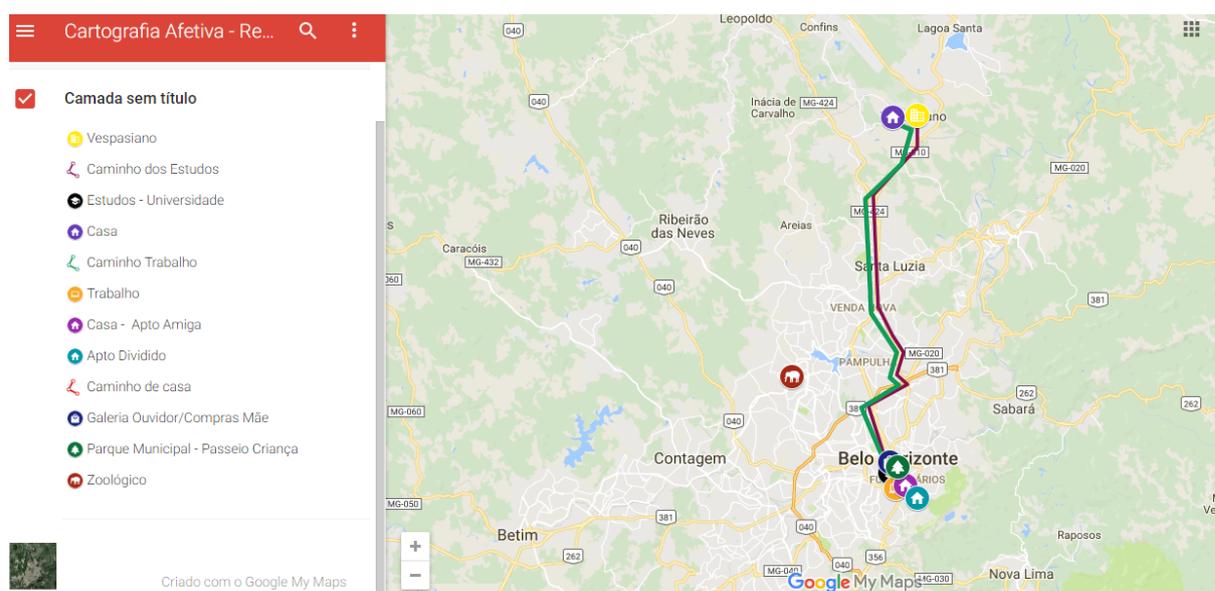
“Hoje você se considera hoje uma pessoa que se locomove de bicicleta, mudou, você antes andava e hoje usa basicamente a bicicleta? É. O termo que se usa nos EUA pra isso é o tal do *commuter*, você usa a bicicleta pra fazer as coisas, mercado, ir pro trabalho, entendeu? Meu lance com a bicicleta é um negócio *commuter* mesmo. Me leva para os lugares que eu tenho que ir no dia a dia. **É um meio de transporte, basicamente.** Exatamente. **E você acha que tem diferença, da sua percepção da cidade, quando você anda por ela e quando você anda de bicicleta?** Tem. Tem diferença sim. **Qual é? Qual é a percepção? Descreve a sensação.** Na verdade, na calçada, é até engraçado isso, parece um negócio de neurociência, entendeu? Na calçada você pensa de uma forma, porque você está num espaço que é feito pra pedestre. **Mas como é que você percebe a cidade, sendo pedestre? Você tem tempo pra olhar, é um tempo mais lento?** Não. É mais lento, porque é mais lento que um carro, por exemplo, eu ando rápido, mas.....**E você anda com fone de ouvido?** Não, nem sempre. Às vezes eu determino um caminho pra sei lá, passar num lugar e tomar um café, comprar uma revista, um jornal, entendeu? Então se eu vou fazer esse caminho ou então fazer um sacolão, um supermercado. E aí com o negócio da bicicleta, é a mesma coisa, só que assim, tem uma sensação que só quem anda de bicicleta, e na rua, consegue descrever. Porque é uma forma que você tá mais inserido no trânsito. Que é um espaço que antes você não imagina, que tinha condições de você estar cabendo ali. E que aí, você consegue entender que a bicicleta também é um veículo, né? Mas ao mesmo tempo eu me vejo como pedestre também, andando de bicicleta. **Porque você corre o risco como se fosse um pedestre.** É. É um atropelamento. **Você já sofreu acidentes?** Não. Nem próximo disso, entendeu? **Mas você anda basicamente na ciclovia, ou não?** Não.”

Renata – moradora de New Canaan/ Estados Unidos

“Levou alguma coisa de Vespasiano, da comunidade, da vizinhança? Com certeza, porque era isso que eu buscava. Primeiro para alugar ou para morar, um lugar onde as pessoas pudessem estabelecer contato. E mesmo essa coisa de microcomércio, sabe? Eu nunca quis estar do lado de um *shopping*. Acho que até agora na Suíça foi a mesma coisa. A gente mora numa cidade de 4 mil habitantes. No centrinho de novo, eu conheço todo mundo dos comércios. **Então você vai criando**

esse tipo de laço? É, essa experiência de poder só andar, não ter que usar carro. Tanto é que eu tô ficando aqui eu já tô ficando desesperada, porque aqui é tudo muito carro, tudo muito ... eu tava em Brasília é a mesma coisa. Eu falava, gente eu vou andar um pouquinho, porque eu não tô dando conta de ... Você não poder se deslocar sem carro. (...) **Então esse seria um critério para escolher a sua casa?** Acho que é. **Você acha que muda? Porque assim, fazendo um paralelo qdo você vinha de Vespasiano pra cá e mesmo qdo você veio estudar aqui e ficou um grande período da vida andando de ônibus. Você acha que a sua perspectiva, a questão da locomoção muda a forma como você vê a cidade e se relaciona com ela?** Totalmente. Mesmo em Vespasiano. Eu só vim pra Belo Horizonte de ônibus, mas na cidade mesmo eu sempre andei muito. E a conexão que você cria com a cidade é muito maior. Porque ela começa a ser parte da sua rotina também e aí você começa a observar as coisas. Uai, porque esse bar não abriu agora, será que a pessoa tá doente, sabe essas coisas? E aí começa a ser parte da família também. Eu acho que é por isso que eu gosto tanto, porque é a minha forma de criar raiz com a cidade, um pouco assim. Porque senão você vê só o que tá passando assim, não importa onde você está, ela só vai passar, entendeu? Um filme.....É, tudo vai passando. Eu tenho certeza disso assim. Andar.....é. Eu sou um *flâneur*.”

Imagem 14 – Cartografia Afetiva – Renata



Fonte: Elaborado pela autora

Um dos pressupostos das hipóteses levantadas nesta investigação, tangencia as teorias de Jane Jacobs e de Jan Gehl, nas quais a cidade deve ser pensada e planejada privilegiando a criação de espaços de sociabilidade, ou seja: espaços que não privilegiam apenas carros e sejam amigáveis a pedestres e a ciclistas; que possuam uma ocupação mista, mesclando comércio, serviços, lazer e habitação e enfim; espaços pensados para pessoas, que estimulem a vida entre edifícios e a ocupação dos espaços públicos. Pensando nessa perspectiva e nas teorias da percepção do espaço de Tuan (2012) e Norberg-Schulz (1975), assim como nas diferentes formas de cartografar o espaço, foi introduzida a questão da mobilidade no roteiro, como um tema subjacente, uma vez que ela poderia apontar, formas distintas de apreensão da cidade, que por sua vez, se configuram em experiências tempo-espaciais específicas.

Como era esperado, as narrativas apontam para formas de percepção do espaço bastante distintas, devido ao seu caráter eminentemente subjetivo. A experiência do Rodolfo, é interessante devido à sua disponibilidade e abertura para, não apenas tatear e explorar a cidade, como também compreender a sua lógica. Para tanto ele utiliza como ferramentas: desde o catálogo telefônico à numeração dos ônibus, da toponímia da cidade em sua planta original, passando pelas formas geográficas, canteiros, alamedas, jardins e praças. Todas elas, também uma forma de cartografar a cidade.

A estratégia revelada é a de descobrir todos os caminhos possíveis para um determinado lugar em detrimento da comodidade e da familiaridade de um único percurso. A orientação e apropriação da cidade, do novo espaço, como recém-chegado, parece ser um fator fundamental para a noção de pertencimento à cidade. Apesar de ser um caminhante convicto das vantagens de olhar e conhecer a cidade a partir da escala humana, fica fascinado ao descobrir a lógica da numeração dos ônibus⁶⁴ de Belo Horizonte e aplica-la no seu cotidiano: “Então esses vermelhões, essas coisas, eu sabia tudo. Quando mudou aquele sistema de número, [...] não sei mais. Eu sabia pela cor e pelo número.” Ressalta-se como as decisões relacionadas

⁶⁴ Conforme informações constantes no site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, essa lógica persistiu até 1998, quando foi implantado um outro sistema de cores e números que é utilizado até hoje. No entanto, algumas linhas do antigo sistema ainda permaneceram: “São elas: 1404 A, 1404 B, 1404 C, 1502, 1505, 1505 R, 1509, 1510, 3301 A, 3301 B, 3302 A, 3302 B, 3302 D, 3501 A, 3501 B, 3502, 3503 A, 4403 A, 4403 B, 4403 C, 4403 D, 4405, 4410, 4501, 4801 A, 4802 A, 5502 C, 5503 A, 5503 B, 5506 A, 8001. Elas obedecem à seguinte numeração: 1 - Avenida Amazonas; 3 - Avenida Pedro II; 4 - Rua Padre Eustáquio; 5 - Avenida Cristiano Machado ou Rua Jacuí; e 8 - Avenida Silvano Brandão.”

a alterações no trânsito e à organização do sistema de transporte público da cidade afetam de maneira decisiva as referências espaciais que se constituem no cotidiano dos cidadãos.

José consegue sintetizar as diferentes formas de percepção relacionadas a cada forma de locomoção e as implicações práticas de cada uma delas no seu cotidiano: “Então eu acho assim, andar a pé é você numa intimidade com a cidade, o ônibus é uma certa funcionalidade e o carro me deu liberdade pra eu inventar meus caminhos. Entendeu? Porque ali eu tinha autonomia, eu andava pelos lugares que eu não conhecia e até hoje eu gosto de fazer isso.” No entanto, o que chama a atenção na sua narrativa é ele relacionar o caminhar à sensação de liberdade, depois que se sentiu privado dessa forma de locomoção: “Era a sensação de...hoje eu dou esse nome de liberdade, né? Antes eu não dava esse nome porque não tinha o oposto, era um padrão comum.”

Fausto, antes um pedestre e hoje também ciclista, relaciona as formas de locomoção a uma corporeidade específica de cada uma delas: “Na verdade, na calçada, é até engraçado isso, parece um negócio de neurociência, entendeu? Na calçada você pensa de uma forma, porque você está num espaço que é feito pra pedestre. [...] E aí com o negócio da bicicleta, é a mesma coisa, só que assim, tem uma sensação que só quem anda de bicicleta, e na rua, consegue descrever. Porque é uma forma que você tá mais inserido no trânsito. Que é um espaço que antes você não imagina, que tinha condições de você estar cabendo ali. E que aí, você consegue entender que a bicicleta também é um veículo, né? Mas ao mesmo tempo eu me vejo como pedestre também, andando de bicicleta.”

Renata vê na sua opção de locomoção, prioritariamente a caminhada, como uma chance de desenvolver novas sociabilidades e de se enraizar nas várias cidades onde morou: “Eu só vim pra Belo Horizonte de ônibus, mas na cidade mesmo eu sempre andei muito. E a conexão que você cria com a cidade é muito maior. Porque ela começa a ser parte da sua rotina também e aí você começa a observar as coisas. Uai, porque esse bar não abriu agora, será que a pessoa tá doente, sabe essas coisas? E aí começa a ser parte da família também. Eu acho que é por isso que eu gosto tanto, porque é a minha forma de criar raiz com a cidade, um pouco assim.”

Nos trechos das narrativas selecionadas é possível estabelecer conexões com alguns dos princípios identificados na teoria de Lynch (2002), quando o autor descreve os elementos que possibilitam ler e estruturar a cidade. Dentre eles estão os sentidos

(tato, visão, olfato, paladar e audição) que possibilitam a percepção sensível do espaço e, o que autor denomina como “espécies de orientações”: “[...] a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou a polarização da luz, [...] a cinestesia, a noção de gravidade, e talvez as de campos magnéticos e elétricos.” (LYNCH, 2002, p. 13)

A partir desse conjunto de ferramentas, os indivíduos constituem, ao longo da sua história um sistema de referências que possibilita uma leitura subjetiva da cidade e que reúne tanto elementos visíveis e materiais como placas, números, a nomenclatura das ruas, monumentos e edificações, como também elementos invisíveis que são capturados e apreendidos a partir das suas experiências em relação a um dado espaço. A soma desses elementos forma uma imagem mental, uma legibilidade da cidade, que garante não apenas a orientação espacial dos indivíduos, como também uma segurança emocional, uma estabilidade que garante um *status* específico e distinto a determinados lugares com os quais nos familiarizamos e nos identificamos.

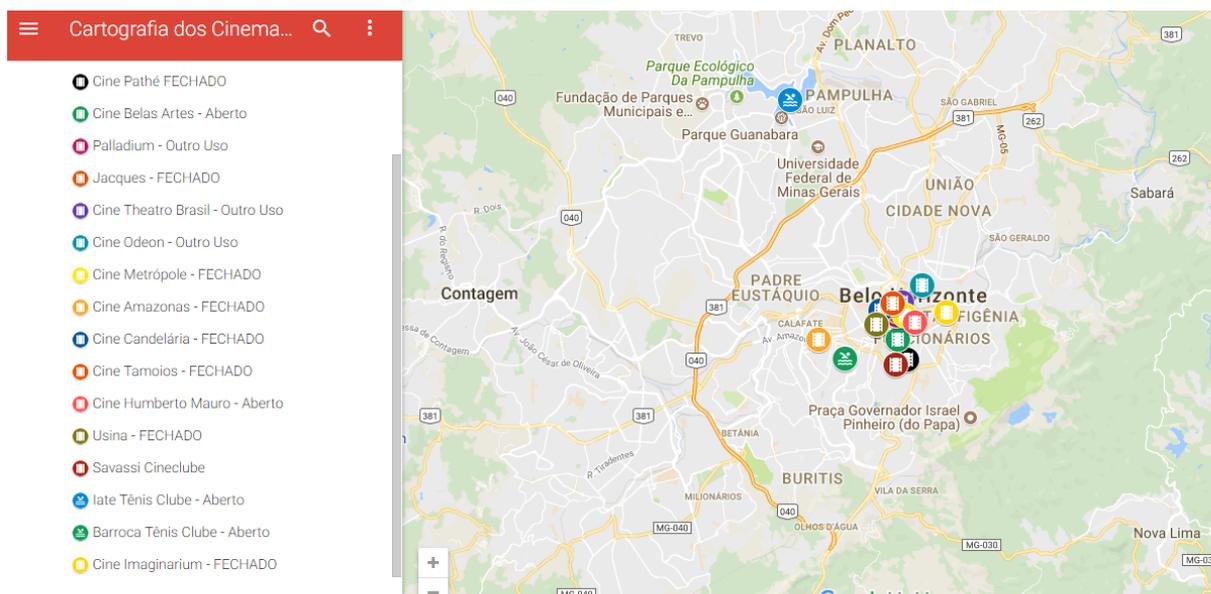
Cinema e clube: sociabilidades características de Belo Horizonte

- **Marcelo – morador do Bairro Anchieta/ Belo Horizonte**

“Eu com 5 anos, pegava um ônibus e ia lá no Centro comprar número para colocar na camisa de futebol, sozinho, sabe? Eu fui ao cinema, a primeira vez, com 4 anos, 6 anos, assistir Bambi, sozinho. Isso tudo.....e depois eu fui no Jacques com 10 anos, a primeira vez. Então aí você não tem mais a calça-curta. **Você não sente falta de alguns lugares que gostava de ir...** Ah O Jacques, lógico! O MetrÓpole, nossa senhora! **Cinema de rua, né?** É, eu não gosto de *shopping* não, ué! *Shopping* te polui. Eu não sou de *shopping*. Eu só vou no *shopping* se eu tenho alguma coisa pra fazer. De bobeira eu não vou não. Pra ficar vendo aquele tanto de oferta, aquele trem, aquele trem me incomoda. Então os cinemas. Eu sou cinéfilo. Minha mãe era cinéfila, de carteirinha. Desde os 14 anos, todo mundo, meus irmãos todos, de segunda a sexta, cinema. Todo o tipo de diretor: Pasolini, Godard, lá em casa no almoço a gente tava almoçando e discutindo o cinema, informação. Mamãe fazia curso de cinema. De segunda a sexta, todos os dias.....no opalão. Sempre usando blazer. [...] Nossa o Pathé, claro. Assisti Juventude Transviada, nossa senhora! Eu ia no cinema todo dia, todo dia. [...] **Qual lugar você acha que é a imagem de Belo Horizonte?** ...oh menina, eu vou te falar um negócio. Pampulha e poderia falar do Mineirão, né? Eu ia

muito no clube, lá no PIC. O Mineirão eu acho bacaníssimo. Frequentei também com os meninos, direto. Todo sábado, com meu time: Atlético. A Savassi eu acho genial. Eu acho que são esses aí. Savassi eu acho genial. Aquelas ruas fechadas, né?”

Imagem 15 – Cartografia de Cinemas e Clubes de Belo Horizonte Citados nas Histórias de Vida - Ampliada



Fonte: Elaborado pela autora.

• Francisco – morador do Bairro Taquaril/ Belo Horizonte

“Mas Você perguntava que lugares eu gostava. Eu gostava da cidade inteira. **Não, assim, aqueles lugares que você pensa: ah que pena que acabou...** Eu sofri muito quando demoliram a concha acústica (**Parque Municipal**). Porque eu ia no parque, eu gostava do parque. Gostava de ficar ali sentado olhando aquele negócio que eu não sabia pra que que funcionava. Nunca vi nada funcionando ali, não sabia o que era aquilo ali, logo no princípio, mas estranhamente, eu gostava muito da Praça da Estação, que foi o lugar que eu cheguei primeiro. Eu gostava muito de ir ao Cine Amazonas. Cine Amazonas, Barroca. Eu gostava daquela sala de cinema, então sempre que tinha cinema lá eu ia assisti. Foi o primeiro filme que eu vi foi lá. Foi Guerra dos Botões, aqui em Belo Horizonte, talvez por isso. Fui sozinho, o menino recém-chegado naquele janeiro. Vi lá Guerra dos Botões, fui lá. Gostava muito de lá.”

- **Nélio – morador do Bairro Santa Tereza/ Belo Horizonte**

“Eu me lembro de algumas caminhadas que eu fazia a noite, que eu não queria ficar em casa assistindo televisão, então eu fazia umas caminhadas à noite e ficava uma livraria aberta do lado Café Nice. Tinha uma livraria ali e nos domingos a noite eu ficava ali. Às vezes ia em alguma exposição no Palácio das Artes, assistia algum filme na Humberto Mauro, e domingos a noite eram isso. **Eu ia te perguntar sobre cinema...** Sim, é. E é curioso, porque eu, com essa idade, assim com uns 15 anos, eu achava que ia ser músico, então entrei pro Palácio das Artes, fui estudar violino, comprei um violino e saía das aulas de música e passava pelo Cine Humberto Mauro, na minha época, a Mônica érea a gestora do Cine Humberto Mauro. Aí saía das aulas de música, umas duas, três vezes por semana e ia pra Humberto Mauro. Aí, comecei a não ir nas aulas de música, para assistir filme na Humberto Mauro. Eu falei: Mônica, você foi a responsável por eu não ser músico e ser alguém do cinema, né? Então, Cine Humberto Mauro foi importantíssimo para o que eu faço hoje, para a minha opção profissional, né? Eu sou formado em artes plásticas, com pós-graduação em artes visuais, mas a minha atuação profissional é com cinema, com vídeo. Cine Humberto Mauro então tem um papel importante nessa escolha, nesse desvio no que eu achava que faria. **E outros cinemas você frequentava também?** É tem um fato engraçado assim, dessa relação com o espaço, com a cidade. Eu morava ali no centro, talvez com 12, 13 anos, num domingo à tarde, eu saio de casa, ali do Edifício Brasília e vou, pego a Av. Amazonas, sigo a São Paulo, ando um quarteirão, pego a Amazonas à direita, vou pra Praça Raul Soares e vou assistir um filme do Júlio Verne, inspirado num livro do Júlio Verne, 20.000 Léguas Submarinas, alguma coisa assim, no Cine.....ah... Candelária, que tinha ali na Praça Raul Soares? É um cinema que tinha ali. Beleza, chego lá, talvez as cinco horas da tarde, um filme maior, aí quando eu saio, tá de noite. Aí eu olho aquela Praça e ela tem oito opções de caminhos, né? As quatro avenidas: a Amazonas, a Augusto de Lima, a Olegário Maciel e a Augusto de Lima e dois caminhos e oito opções. Aí eu olho para aquilo, olho para um lado, olho pro outro e vou até a esquina do cinema. E aí falo: e agora? De dia tudo bem eu tinha as referências visuais, né? A noite muda tudo. E aí tem um carro e polícia parado e eu chego lá e falo: olha, eu vim pra cá tava de dia e agora eu não tô sabendo qual das ruas pegar. Aí os caras ao invés de me indicarem, falam, não, vem cá que nós vamos levar você na sua casa. E aí me põe dentro do camburão. E a vergonha de chegar domingo a noite, com a menina toda ali na porta do prédio e descer de um

camburão? (risos) E os caras descem comigo, assim, me pegam assim no ombro e vão me levando, chega lá no porteiro, né? Eu expliquei mais ou menos onde que era, Lojas Americanas, Rua Carijós e tudo...os caras foram, pararam, eu desço do camburão, morrendo de vergonha e chega pro porteiro e diz assim, olha esse menino falou que mora aqui. Ahh é o Nélio, mora aqui no oitavo andar, tá beleza. E o povo olhando, os meninos, mas enfim.....cinema né? Primeira investida de sair sozinho para assistir um filme e voltar. Mas enfim, tinham vários.....onde eu morava, havia vários cinemas: o Cine Jacques (ali na Tupis), o Cine Brasil (na Avenida), o Cine Humberto Mauro, o Cine Tamoios, é.....o Cine MetrÓpole eu ia muito. E fui vendo todas as opções se transformando em *Shoppings*, em igrejas principalmente, né? Ou em supermercados [...] Beleza, acabou o DCE da Federal, virou o Belas Artes, né? Legal, continuou sendo um espaço que eu ainda frequento muito, até hoje. Vai mudando, né? Alguns viram coisas legais também, como o DCE que vira cinema. Outros desaparecem, né? Como o Savassi Cineclube, como o Usina... é isso: é um pedacinho seu que você perde ali. E você tenta preencher com outras coisas, né? Então hoje, talvez eu substitua isso pela minha casinha lá na roça. Uma coisa que você fala: pô isso aqui é meu. Essa sensação de ter um lugar onde você pode se refugiar. Poxa, não quero bar, não quero nada disso. Eu quero silêncio, quero passarinho, beleza, vou lá pra minha cabana.”

- **Rodolfo – morador do Bairro Serra/ Belo Horizonte**

“Mas você tem uma coisa que em Belo Horizonte você ia no Traviatta, no Zia Pepina e mais onde? Hoje não. Então tem muita coisa que melhorou assim... Ah teatro, o Galpão tem o seu espaço, a Cida Falabella tem o dela, o Corpo.....sei lá, mesmo aqueles negócios da Praça da Liberdade ali, são úteis. Ah quero inventar moda, tem. Acho que perdeu muito foi cinema. Cinema perdeu absurdamente. Porque você ir em sala de *Shopping Center*.... você tinha por exemplo o Usina, o Savassi Cine Clube, o Belas Artes, o *La Boca*, ainda teve Cine Imaginário aqui embaixo, além dos de rua, Pathé, Jacques, Paladium, sei lá o que, papapá....nesse ponto perdeu horrores, porque cinema de *shopping* não oferece a programação, ele cheira pipoca, as pessoas são mal educadas hoje em dia, não tem a tela abrindo, que era bonito....então pra mim, isso é uma perda...”

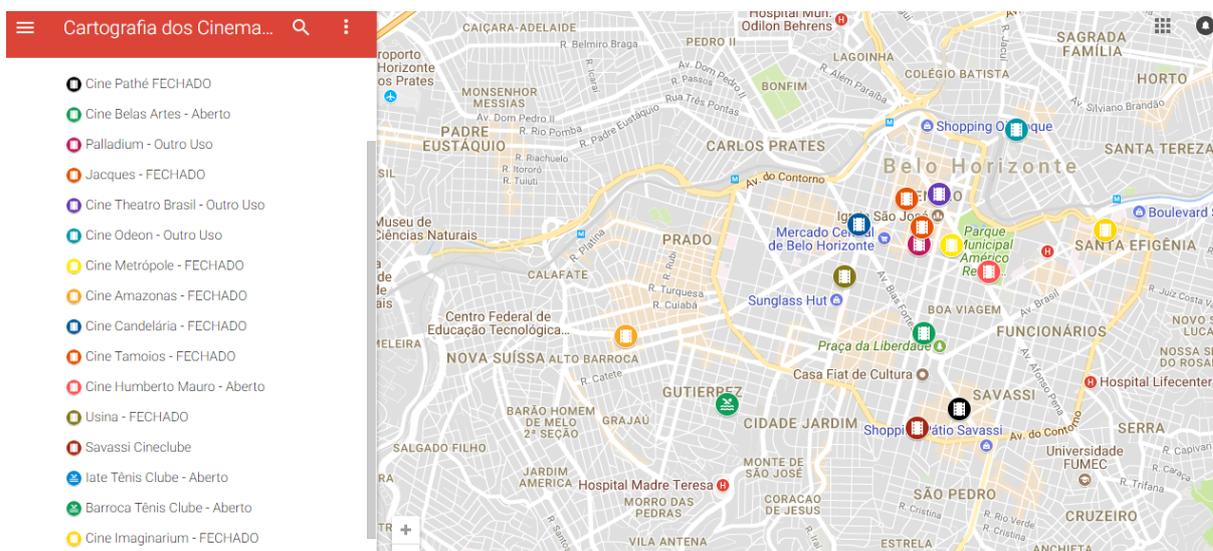
- **José – morador do Bairro Santo Antônio/ Belo Horizonte**

“No final de semana eu tinha uma turma muito legal na Sagrada Família e a gente gostava muito de cinema, a gente gostava de...tinha muito de música, de poesia. Então, o caminho era sempre em direção ao cinema: Cine Pathé, Cine Odeon, o Floresta e o Odeon, que eram próximos a gente, já que o cinema da Sagrada Família...**Aquele grande lá da Silviano Brandão?** Não, aquele a gente não frequentava. Era um que tinha perto da pracinha Nilo Peçanha, na Sagrada Família mesmo. Mas ele durou pouco tempo. Mas ele foi um lugar importante pra mim, porque ele tinha uma sessão de domingo depois do almoço, que a meninada, era uma sessão infantil, e eu já podia ir sozinho. E eu ia e levava revistinha pra trocar antes do cinema. Era muito divertido. O bairro Sagrada Família era muito divertido. Era muito legal. Muito família, né? [...]...uma das coisas legais que eu esqueci de falar, que meu pai tinha uma cota do late. Uma época em que ele tinha uma grana. E uma das melhores coisas que podia acontecer, era domingo de manhã sair da Sagrada Família, entrar no carro do meu pai e ir lá pro late, passar o dia no late. Era uma viagem. **Era quase outra cidade, né?** Era, era. Era uma viagem. Então eu acho assim, a Pampulha eu também levo, se eu tiver que levar alguém pra ver. É algo tipicamente de Belo Horizonte é a Pampulha. Mas mais como uma paisagem utópica, um lugar que....de uma promessa que não virou realidade.”

- **Alysson – morador de Sevilha/ Espanha**

“**Vocês não eram sócios de clube?** Claro. Isso em Belo Horizonte também é uma coisa fundamental.....me perguntaram sobre isso em Portugal. Se era verdade, no Brasil, o negócio dos clubes. Porque eles viam nas novelas e vinham perguntar: vocês têm clube? Uai tem. Uai... a gente não tem praia (risos). Mas aí como tem esse tio que morava no.....que era mais próximo da minha mãe, assim.....dessa família de 12 irmãos, as quatro mais jovens é que vieram pra Belo Horizonte. Então eram as tias de Belo Horizonte, não é? E tinha uma que morava ali ao lado do Clube Barroca, era sócia do Clube Barroca. Então a gente saía do Cidade Nova e ia lá pro Barroca, pra ir na piscina no clube. Mas era normalmente fim de semana, dias de semana não, fim de semana que estavam meus primos e tal.”

Imagem 16 – Cartografia Afetivas dos Cinemas e Clubes de Belo Horizonte Citados nas Histórias de Vida.



Fonte: Elaborado pela autora.

O cinema foi uma das primeiras formas de sociabilidade em Belo Horizonte. Contemporâneo do surgimento da indústria de massa e do adensamento urbano ocorrido no início do século XX, em Belo Horizonte, segundo dados do livro *O Fim das Coisas* (1995), o cinema teve seu apogeu entre o final da década de 1930 e início da década de 1970. Eram inúmeros os cinemas que se concentravam no centro da cidade, mas que abrangiam diversos bairros, como Prado, Santa Efigênia, Santa Tereza, Horto, Sagrada Família, Floresta, Funcionários, Barroca, Padre Eustáquio, Renascença, Santo André, dentre outros. que se constituíram numa das principais formas de lazer de uma cidade sem praia. É importante ressaltar que todos esses cinemas eram os chamados cinemas de rua, diferentemente do quadro atual, no qual a maioria absoluta de salas de cinema estão localizados em *shoppings centers*.

Na década de 1970, devido a vários fatores que influenciaram a decadência das salas de cinema, vários dos cinemas mais tradicionais mudaram a sua programação e tiveram grandes perdas de público, levando ao seu fechamento na década seguinte. Hoje, restam poucos cinemas de rua em atividade e muitos dos cinéfilos formados a partir da década de 1940, se ressentem da sua falta, como pode ser notado em alguns dos trechos selecionados nas histórias de vida, que também destacam o caráter familiar que o cinema possuía e a importância da distribuição desses equipamentos culturais nos bairros de residência ou próximos a eles, como narra o Rodolfo: “Acho que perdeu muito foi cinema. Cinema perdeu absurdamente.

Porque você ir em sala de *Shopping Center*.... você tinha por exemplo o Usina, o Savassi Cine Clube, o Belas Artes, o *La Boca*, ainda teve Cine Imaginário aqui embaixo, além dos de rua, Pathé, Jacques, Palladium, sei lá o que, papapá....nesse ponto perdeu horrores, porque cinema de *shopping* não oferece a programação, ele cheira pipoca, as pessoas são mal educadas hoje em dia, não tem a tela abrindo, que era bonito....então pra mim, isso é uma perda...”

Por último, vale ressaltar o papel dos clubes de campo na cultura Belo Horizontina. Sendo uma cidade sem muitos parques e espaços ao ar livre, com um adensamento no qual as casas de quintais generosos foram em grande parte substituídas por edifícios residenciais e comerciais, os clubes sempre foram uma opção de lazer para os moradores da cidade. Chama a atenção o relato do Alysso, sobre o estranhamento dos portugueses sobre essa prática, comum, não apenas de Belo Horizonte, como no restante do país. Os clubes também eram uma forma de se afastar um pouco mais do perímetro do bairro de residência, alguns deles localizados em regiões mais distantes, ou que eram percebidas como mais distantes, na época, como surge no relato do Alysso: “Então a gente saía do Cidade Nova e ia lá pro Barroca, pra ir na piscina no clube. Mas era normalmente fim de semana, dias de semana não [...]”; e no relato do José, que sinaliza também que era um dos programas prediletos da família na sua infância: “E uma das melhores coisas que podia acontecer, era domingo de manhã sair da Sagrada Família, entrar no carro do meu pai e ir lá pro late, passar o dia no late. Era uma viagem.”

Lugares reais e lugares imaginados: quando a literatura encontra a cidade

- **Rodolfo – morador do Bairro Serra/ Belo Horizonte**

“História é complicado, né? Porque Belo Horizonte tem uma história pisada e repisada a cada quinze anos, se bobear, então não sobra história....Você vai ter história, por exemplo, se eu sento na Rua do Ouro e aí me perguntam, ah mas o que você está fazendo lá? Eu respondo: ah tô esperando o Pedro Nava subir....(risos). Porque ele morava aqui pra cima e nas memórias dele tem situações que ele narra, ele subindo a Rua do Ouro, com neblina, com o piso de pedra e tatatá....Então a história que eu acho legal é isso. História de fantasma, por exemplo. Os fantasmas da Serra....**Faz parte do seu imaginário também....você acha que a literatura colaborou pra**

isso? Belo Horizonte? Depois, né? A princípio não. Pra chegar aqui não. Depois, quando eu leio algumas coisas aí.....principalmente Pedro Nava, mas a literatura veio depois, ela não foi formadora não. Mas eu escrevo. Eu já escrevi coisa que tem a ver com Belo Horizonte. Eu escrevo muito da Rua do Ouro. Ficava sentado ali à toa, escrevia *haikai* da Rua do Ouro. Acho isso uma relação afetiva bacana. E da roça lá que eu cuido a mesma coisa, também escrevo a casa como um personagem, como um espaço físico, um imaginário de coisa que anda pelo terreiro. Acho isso fundamental. Aí a história entra como esta e não tão como material, eu acho. [...] Eu acho a Serra um lugar histórico. Pra mim. Ele tem a minha história, desde 30 anos atrás que eu cheguei aqui e ele tem a minha história e ele tem um monte de coisa interessante, de uma vila, de uns casos interessantes, que depois você vai saber porque que é o nome dessa rua...e tem uns casos, ah o Baltazar que era ali, aqui morou o Murilo Rubião, não tem mais, acabou. Mas eu acho que estética, história...**É uma história pessoal que vai ficando marcada no bairro, né?** Sim, sim, sim.....e a do próprio bairro quando ele tem, né?”

- **Francisco – morador do Bairro Taquaril/ Belo Horizonte**

“Aí pronto, Mutum era mais ou menos isso. Tinha muita mata, muita água. É.....como diz Guimarães Rosa: muita pedra preta, lá chove sempre. Miguilim. Tem essa coisa da literatura do Guimarães Rosa, que a literatura do Guimarães sempre é relacionada com o sertão de dentro, né? Na narrativa de Miguilim, na novela, ele descreve Mutum no primeiro parágrafo: muita pedra preta e lá chove sempre. O dia que eu li isso eu pensei, mas é Mutum, Mutum mesmo, não é esse Mutum do sertão seco, é lá e foi lá. E era isso, muita pedra preta e muita água. A minha rua, eu vi toda a floresta ir embora, porque a minha rua era a rua principal da cidade, o eixo entre estrada que cruzava vários municípios de floresta do Vale do Rio Doce e saí em direção a Lajinha, da Zona da Mata, até chegar na BR asfaltada e ali se fazia o fluxo da floresta que era retirada. Então na minha rua passava assim. Então eu vi na infância inteira, subindo a rua caminhões com troncos de árvores gigantescos.”

- **Nélio – morador do Bairro Santa Tereza/ Belo Horizonte**

“Eu me lembro de uns livros de um escritor chamado Karl Mayer, que era um escritor de aventuras, falava de índios norte-americanos, falava de viagens ao polo, falava do velho oeste, falava de histórias de aventuras. E depois, há pouco tempo atrás, eu

soube que esse cara era um norte-americano, que vivia numa cidadezinha assim no interior e nunca saiu de lá e nunca viajou e nunca fez porra nenhuma. Tudo isso ele inventava, assim. Mas funcionou muito bem, porque era a maneira de eu sair daquele meu “apartamento” lá no centro, né? [...] Mas foi fundamental, porque tudo aquilo que eu entrava em contato nos livros do Karl Mayer, lá nas viagens, o cara pegava um bote e descia um rio e encontrava com uma tribo de Sioux e vivia entre os Sioux. Todas essas histórias, no escotismo eu dei vazão pra isso, sabe assim? Não literariamente, mas literalmente nos acampamentos.”

A influência da literatura na imaginação da cidade é constatada em vários dos trechos apresentados anteriormente. Neles, ocorre um processo em via dupla: a literatura é constituinte de um imaginário que influencia uma leitura da cidade, cria uma referência, uma identidade comum entre o ficcional e o real; e, de outro, inspira a criação das práticas cotidianas, como no caso relatado pelo Nélio, no qual a literatura é um ponto de fuga do pequeno apartamento do centro. O caso do Rodolfo é excepcional, porque ele, também escritor, tem uma profunda identificação com alguns escritores e com os lugares frequentados e narrados por eles. Como ele mesmo sublinha, especialmente Pedro Nava, também morador do Bairro da Serra, inspiração constante nas suas obras, que descreve caminhos que ele também trilha no seu cotidiano. Neste caso, ficção e realidade parecem se fundir de maneira inseparável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas considerações finais, longe de ter a pretensão de solucionar definitivamente todas as questões levantadas ao longo da investigação, em parte, já analisadas no capítulo anterior ao final de cada tema, as utilizaremos para fazer algumas proposições e sínteses conforme foram apresentadas ao longo da tese. O cerne da pesquisa situa o sujeito no centro do debate sobre o espaço e valoriza a memória como uma ferramenta privilegiada para a compreensão da forma como a cidade é percebida e sentida e como ela se amálgama aos diferentes modos de vida que a habita, transformando espaços em lugares significativos.

A introdução recupera o percurso da investigação, desde as proposições e ideias iniciais e apresenta uma primeira cartografia da teoria, que apontou alguns rumos e conceitos desenvolvidos nos capítulos posteriores, assim como, apresentou as hipóteses e questões subsidiárias que nortearam o horizonte da pesquisa. Na introdução também se encontram descritos a metodologia e as etapas de pesquisa, bem como um primeiro esquema lógico que colaborou para a estruturação da tese.

No capítulo dois foi feito um mapeamento mais amplo das diversas contribuições de campos de conhecimentos outros, além da arquitetura e do urbanismo, para se pensar a cidade. Um ponto inicial, que merece ser aqui reafirmado tem origem na inquietação de Simmel em relação aos reflexos que o ambiente urbano, povoado de novos sons, cheiros, texturas e movimentos provocava nos seus habitantes, nas bruscas e aceleradas transformações ocorridas nas primeiras fases da Revolução Industrial. Transformações que de tão relevantes deram origem a relações sociais de outra ordem: mediadas pelo dinheiro. Mudanças tão radicais que determinaram um novo aparato sensitivo, mais adaptado a captar a torrente de estímulos que atravessam vertiginosamente as paisagens urbanas e seus habitantes.

Na esteira da teoria simmeliana e seus desdobramentos, pensadores de diversas áreas se dedicaram a desvelar os crescentes reflexos dos processos de urbanização nas relações sociais, mais fugazes e distantes, do que aquelas, construídas no tempo lento das pequenas comunidades. Dimensão, que pouco a pouco foi sendo negligenciada pelo planejamento urbano, que aderiu à tecnicidade e deixou de lado a perspectiva de quem habita as cidades, considerando os indivíduos, muitas vezes, como meras peças do arranjo urbano, ao invés de seu centro. Este é um dos pontos que deram origem à muitas das questões da pesquisa.

O quadro conceitual que delimitou os estudos sobre o urbanismo na modernidade é então atualizado com as questões inerentes à pós-modernidade, que é caracterizada pela constante sensação da aceleração do tempo imposta pela rede global de computadores e o embaralhamento do sentido de identidade.

Ao lançarmos um outro olhar para Belo Horizonte contemporânea, a partir das trajetórias de vida dos seus habitantes e as marcas que estas deixam no espaço – que denominamos “cartografias afetivas” – percebemos que algumas das questões levantadas no ponto inicial da pesquisa, perpassam a obra de muitos dos teóricos que seguiram a mesma trilha conceitual de Simmel. Neste sentido, cabe apontar que algumas destas questões, embora encontrem eco na teoria, ainda precisam ser objeto de pesquisas empíricas mais abrangentes do que a que esta investigação logrou realizar.

Outro ponto a ser destacado no segundo capítulo foi a definição do roteiro da tese a partir de três teorias principais que dão sustentação teórica a esta investigação, a saber: a teoria da socialização de Berger & Luckmann (1985), a geografia temporal de Hagerstrand (1970) e o conceito de espaço existencial de Norberg-Schulz (1975). No roteiro da tese o ponto de partida é a casa, tal qual é tratada no terceiro capítulo: tomada como centro, ponto nevrálgico a partir do qual o indivíduo se situa no espaço e forma sua visão de mundo. Centralidade que é também postulada na teoria de Heidegger (1954) e reverbera em vários trechos transcritos das histórias de vida coletadas ao longo da pesquisa.

A casa de infância se revelou uma rica fonte de lembranças que estabelece vínculos profundos do sujeito com o espaço e possui a propriedade de transformar um lugar, uma casa, em lar. São lugares que fincam suas raízes na memória e marcam definitivamente algumas trajetórias de vida. Essas lembranças possuem uma força surpreendente no enraizamento do sujeito no espaço e na constituição da sua identidade.

As primeiras lembranças de casa se reconstroem na memória a partir de percepções e sensações que aderem à sua materialidade: a perspectiva do muro que escondia vozes dos amigos e vizinhos; uma árvore no jardim da qual se lembra mas não se sabe bem a causa; o número de degraus de cada andar de onde se saltava apressado para chegar ao futebol; o piso da lavanderia transformada em teatro; a perspectiva da grade colorida da janela e a varanda, mirante do qual se observa a rua, fronteira de todos os acontecimentos cotidianos e da conexão com o resto mundo.

São enfim, fragmentos de sentido atribuídos à casa ou à sensação de casa. São representações da casa inscritas definitivamente nas trajetórias de vida como pontos luminosos que não se perdem no horizonte das lembranças.

No capítulo quatro saímos do espaço da casa e observamos o seu entorno: as ruas próximas à casa, os caminhos e o bairro. Uma exploração calculada, que tem sempre como referente a casa, ponto de partida e chegada, abrigo seguro e acolhedor que sempre acolhe. O espaço a ser experimentado no entorno da casa traz consigo o ímpeto de aventura e descoberta. São novos cheiros, sabores, texturas, pessoas e movimentos mais acelerados em contraposição à regularidade e a lentidão do cotidiano da casa. São também movimentos concêntricos mais amplos a partir da casa, que se constituem em relatividades e contrastes que ajudam a situar o indivíduo no todo maior da cidade. Este movimento exploratório traça caminhos, cria outras referências e centros, constituindo aos poucos uma relação mais ampla com a cidade.

A partir desses movimentos e deslocamentos pelas ruas próximas, novas atividades cotidianas são criadas e inseridas em uma rede mais ampla de socialização ligada ao tecido da cidade: ruas, avenidas, escolas, clubes, cinemas, parques, praças e comércio tornam-se também familiares. Estes lugares abrigam experiências cotidianas que de alguma forma, às vezes muito sutil, marcaram as trajetórias de vida dos habitantes da cidade: folhas secas arrastadas na Afonso Pena no caminho da escola; as idas ao cinema aos finais de semana; os piqueniques no parque com a família; os detalhes dos elevadores do Edifício Acaiaca; a viagem para o clube na distante Pampulha da década de 1960; a fuga das aulas para conhecer o recém-inaugurado Parque das Mangabeiras ou o fliperama na Savassi; a caminhada tranquila em busca de um novo mirante para observar a Serra do Curral.

Todos esses retalhos de memória ligados a espaços da cidade, revelam uma dimensão de Belo Horizonte que está presente em memórias individuais, mas que encontram ressonância e identificação nos contemporâneos que viveram experiências semelhantes. São rastros que revelam uma outra Belo Horizonte, presente nas cartografias afetivas, que não coincide com a cidade descrita nos livros que contam a sua história e são mais reais do que a arquitetura e o asfalto que a constitui: é a cidade que se ergue do vivido.

A experiência da cidade é impressa no corpo, dotado de sentidos a partir dos quais o espaço é percebido, vivido e experienciado. O corpo é assim o instrumento da relação do sujeito com o espaço. Ele é o receptáculo onde se processam e se

depositam as sensações e sentimentos que o espaço gera. Essas impressões são capturadas, selecionadas e a elas são atribuídos sentidos, que, enfim, ficam armazenados na memória. O contato do corpo com a cidade é, portanto, essencial à experiência do sujeito com e no espaço. Quanto mais afastados deste contato que se dá cotidianamente, menos tateamos o chão da cidade, menos a conhecemos, menos a sentimos, menos a percebemos e menos a significamos. Daí a importância do caminhar e do contato corpóreo com cidade, que exige um tempo mais lento para observá-la e senti-la.

Mas não só da experiência vivida são formadas as nossas impressões e sentidos sobre a cidade. Elas são também constituídas do imaginário que envolve a cidade concreta. Imaginário que se mescla a esse amplo aparato perceptivo e cria imagens outras, que são constantemente combinadas e recombinações às nossas memórias e sensações, as transformando constantemente. Assim, no quinto capítulo, colocamos lado a lado a cidade tangível e a cidade intangível, privilegiando dois dos aspectos que permeiam o imaginário de Belo Horizonte: a literatura – e especialmente a cidade descrita por seus cronistas – e a fotografia, por meios dos cartões postais. Imagens que se formam e se fixam na memória, na medida em que identificamos trajetos, lugares e lembranças dos personagens, escritores e fotógrafos que também criaram suas raízes na cidade e traçaram suas próprias cartografias.

No sexto capítulo, nos dedicamos a apresentar trechos das histórias de vida obtidas na investigação, que não foram quantitativamente expressivas, mas que revelaram aspectos muito íntimos e subterrâneos que permeiam as biografias dos entrevistados.

Alguns dos depoimentos são carregados de emoções relacionadas à Belo Horizonte e expõem como as transformações ocorridas no espaço urbano interferem nos modos de vida dos entrevistados, ao longo das últimas décadas. Histórias de vida que se confundem com o chão da cidade e o pontuam com episódios significativos, transformando os fatos ordinários do cotidiano em momentos extraordinários. Alguns encobrem uma ponta de melancolia, outros frustração, mas em sua maioria, revelam como a experiência do espaço encontra-se fortemente atrelada às suas biografias pessoais e à formação das suas visões de mundo. Registros de uma Belo Horizonte que não se encontram facilmente disponíveis, não estão ao alcance das mãos, mas que revelam uma outra cidade possível, inventariada e cartografada afetivamente na memória de seus habitantes.

ANEXO METODOLÓGICO – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Apresentação: nome, local de nascimento, idade, profissão
(* sequência de perguntas 2 a 4 – se o entrevistado não nasceu em Belo Horizonte).
2. Na cidade de origem (se for o caso) como era a casa? A primeira lembrança da casa.
3. Como foram os primeiros contatos com a rua da casa, vizinhança, quais são as lembranças do entorno da casa.
4. Descrever como foi a ida para a escola, quais lembranças tem desse período, meios de locomoção, caminhos percorridos, como foi essa ampliação do espaço na cidade?
5. Se não nasceu em Belo Horizonte: Quando veio para Belo Horizonte e por que? Descrever chegada, primeiras impressões, primeira moradia.
6. Como foi a adaptação na cidade (em Belo Horizonte)? Como se locomovia? Como foi a exploração da cidade?
7. Qual foi o primeiro lugar onde morou? Morou em muitos lugares?
8. Acha importante a moradia? O que baliza a sua escolha/ quais são os critérios adotados: localização, história, estética, vizinhança, lugares onde frequenta, comércio? O que é importante na escolha do lugar para morar?
9. Na vizinhança há lugares representativos, que você gosta de ir ou vai com frequência? Quais e por que?
10. Moradia atual e qual a sua relação com a casa, rua, bairro, cidade.
11. Você acha que a sua relação com a cidade mudou? Quais foram as mudanças da época em que você chegou (ou cidade da sua infância para da fase adulta ou atual) e como é agora? O que você acha que mudou? Por que?
12. Você pode descrever a diferença entre a Belo Horizonte de ontem e de hoje?
13. Participa de algum movimento, associação, partido, algo do tipo que tenha alguma conexão com assuntos relacionados à cidade?
14. Você acha que esse engajamento com o que acontece na cidade é importante?
15. Como é sua relação com a cidade? Como vê Belo Horizonte hoje?
16. Qual é o seu sentimento em relação à cidade? Você conseguiria resumir Belo Horizonte em uma palavra? Qual?
17. Como se locomove hoje na cidade?

18. Você prefere andar a pé, de ônibus, bicicleta, metrô ou carro?
19. Porque? Acha que muda alguma coisa? Muda a maneira como vê/percebe a cidade?
20. Quando anda pela cidade usa mapas? Usa GPS? Conhece bem a cidade?
21. Você consegue traçar um mapa dos caminhos que percorre atualmente?
22. O que te atrai num lugar? O que te faz sair de casa e ir a algum lugar?
23. Se eu te der um mapa, pode desenhar nele os lugares que frequenta e os caminhos que faz cotidianamente, você conseguiria fazer isso?
24. Quais lugares você acredita que são a melhor tradução de Belo Horizonte? Porque?
25. Quando você está recebendo alguém de fora da cidade, alguma visita, parente, onde leva essa pessoa quando ela quer conhecer a cidade? Por que?
26. Quais lugares poderiam caracterizar a sua Belo Horizonte? Por que?
27. Você tem preferência por alguns caminhos? Se desvia do caminho mais curto para passar em algum lugar que gosta mais de ir?
28. Qual o lugar que tem maior significado pra você em Belo Horizonte?
29. Qual é esse significado?
30. Em qual tipo você se enquadraria? Pode ser a combinação de mais de um. Qual o mais próximo?

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGUIAR, Douglas Vieira. Espaço, Corpo e Movimento: notas sobre a pesquisa da espacialidade na arquitetura **Arqtexto**, N. 8, 2006, Porto Alegre: UFRGS. p. 74-95

ALMEIDA, Ana Rita Silva. "A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon" **Inter-Ação**: Revista da Faculdade de Educação - UFG, 33 (2): 343-357, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/5271> Consultado em: 5 de outubro de 2015.

ARANTES, Antônio Augusto. A Guerra dos Lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades do espaço urbano. **Revista do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 23, 1994, p.191-203

ARISTÓTELES. "**Ética a Nicômaco**". Tradução de Leonel Valandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Vol. IV: Os Pensadores.

ARAÚJO, Maria Marta Martins de. A Vida nos Subúrbios: memórias de uma outra Belo Horizonte. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 50-56, Outubro de 1997.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de Recordação e Transformações da Memória Cultural**. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.

BACHELARD, Gastón. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
Berger Peter L. & Luckmann, Thomas. A Construção Social da Realidade, Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

BAHIA, Cláudio Lister Marques. Metamorfoses da MetrÓpole. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: APM, Ano XLIII, n. 2, Julho-Dezembro de 2007.

BAUMAN, Zigmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zigmund. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BAUMAN, Zigmund. **44 Cartas do Mundo Líquido**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidad Líquida**, Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2000.

BECKER, Howard S. A História de Vida e o Mosaico Científico. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**, São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BERGER P.L & LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**, Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

BIRMAN, Joel. O Sujeito Desejante na Contemporaneidade, (***Anais - II Seminário de Estudos em Análise do Discurso***, Porto Alegre, 2005)

BORDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

BORDIEU, Pierre. Estruturas, *habitus*, práticas. BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

BORGES, Fernanda Lemos de. **A Rede Urbana das Minas Coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese. 3v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2006.

BORSAGLI, Alessandro. A MetrÓpole no Horizonte: o desenvolvimento urbano de Belo Horizonte na Era Vargas de 1930/1945. **Revista Eletrônica do Arquivo Público de Belo Horizonte**, v. 2., n.2, p.24-45. Belo Horizonte, M.G.: PBH, Fundação Municipal de Cultura, 2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. Memória da Cidade: lembranças paulistanas. **Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania** [S.l: s.n.], 1992.

BRANDÃO Antônio Carlos Brandão. **As Cidades da Cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades: espaço e memória. **Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania** [S.l: s.n.], 1992.

BRESCIANI, Maria Stella. Percursos Topográficos e Afetivos pela Cidade de São Paulo: memorialistas, viajantes, moradores, literatos e poetas. **Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 173-200.

BOTTON, Alain. **A Arquitectura da Felicidade**. Alfragide. Portugal: Dom Quixote, 2009.

BRUM, Rosemary Fritsch. Uma cartografia sensível: Giuliana Bruno. PESAVENTO, Sandra Jatahy et al. (Org.). **Sensibilidades e sociabilidades: perspectivas de pesquisa**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008, p. 117-126.

BRUNO, G. **Atlas of emotion. Journeys in art, architecture, and film**. London: Verso, 2007.

BULHÕES, Marcelo. João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX. **Revista FAMECOS**, n.32, p, 78-84. Porto Alegre, abril de 2007.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Imaginários Culturais da Cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento**. COELHO, T. (ORG.) **A Cultura pela Cidade**. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.

CARVALHO, J.A. Espaço e ideais: o que pode um psicanalista falar para arquitetos? In: LEITÃO, L. e AMORIM, L. (Orgs.) **A Casa Nossa de Cada Dia**, 2007, p. 135/149.

CARVALHO, M. Territórios Afectivos. **Congresso SOPCOM**, 6, Outubro/2008. Disponível em: http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/275/249 Acesso em: 12 de agosto de 2013.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: 1. Arte de Fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**: São Paulo. Ática, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Espinosa: poder e liberdade. In: **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron**, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

COHN, Gabriel. (Org.) **Weber**, São Paulo: Editora Ática, 1986.

CORDEIRO, Graça Índias. Uma Certa Ideia de Cidade: popular, bairrista, pitoresca. **Sociologia**, XIII, p. 185-199, 2003.

CORRÊA, J. A. **Em Torno da Dinâmica Espaço-Tempo**. In: LEITÃO, L., AMORIM, L. (ORGs.) **A Casa Nossa de Cada Dia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

COSTA, Antônio Firmino. **A sociedade de bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**. 2ª Edição. Lisboa: Celta Editora, 2008.

COSTA, Lúcio. **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre: CEUA, 1962.

DAMATTA, R. **A Casa e a Rua – Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Caleidoscópios da Memória. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XLII, n. 1, p. 110-119, janeiro-julho de 2006.

DEL RIO, Vicente. Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna. **Anais do Encontro Nacional da ANPUR**, 7, Anais, v. 1, p. 685-714. Recife: ANPUR, 1997.

DUBOIS, Christian. **Heidegger: introdução a uma literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Campinas, Brasil: Ed. Papyrus, 1993.

ELIADE, Mircea. O Mundo, a Cidade e a Casa. In: **Ocultismo, Bruxaria e Correntes Culturais: ensaios em Religiões Comparadas**/ Mircea Eliade; tradução de Noeme da Piedade Lima Kingl. Belo Horizonte: Interativos, 1979.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v. I

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1998.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FILHO, Evaristo de Moraes. (Org.) **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

FRAZÃO, Samira Moratti. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses. **Antíteses**, v. 10, n.20, p. 1103-1128, jun-dez de 2017.

FREITAG, Bárbara **Teorias da Cidade**. São Paulo: Papyrus, 2006.

FREYRE, G. **Alhos e Bugalhos**. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Nova Fronteira, 1978.

GURAN, M. *Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica – Notas e Reflexões – XII Prêmio FUNARTE Marc Ferrez de Fotografia*. Rio de Janeiro, Brasil, 2002.

FUÃO, Fernando Construir, Pensar e Morar: uma releitura de 'Construir, Habitar e Pensar' (*bauen, wohnen, denken*) de Martin Heidegger **Revista Estética e Semiótica**. Vol. 6, N. 1, P. 001-030. Jan./Jun, Brasília, 2016. Disponível em: <http://fernandofuao.blogspot.com.br/2015/01/construirmorar-pensar-umareleitura-de.html> Acesso em: 13 de setembro de 2016.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Paulo Sérgio da Costa. **O Lugar do Olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GUERRA, Karla Bilharinho. **Moda e Estilos de Vida: um estudo sobre a formação do campo da moda no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Sociologia: FAFICH/UFMG, 1997. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-8JJNC2?show=full> Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

GUIMARÃES, Ana Martins. **A Vida Submarina**. Belo Horizonte: Scriptum, 2009.
HÄGERSTRAND, Torsten. *How about people in regional science? Papers of the Regional Science Association* N. 24, 1970, p. 7-21.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAROUCHE, Claudine. **A Condição Sensível: formas e maneiras de ver e sentir no Ocidente**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

HAROUCHE, Claudine. Descontinuidade e intangibilidade da personalidade: a relação com o tempo no individualismo contemporâneo. **ArtCultura**, Vol. 15, N. 27: UFU, Uberlândia, 2013. Disponível em: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF27/5.6_Descontinuidade_intangibilidade_da_personalidade.pdf Acesso em: 22 de Outubro de 2016.

HARVEY, David. A Experiência do Espaço e do Tempo. In: **A Condição Pós-moderna. Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, América do Norte, 14, abr. 2013. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551> Acesso em: 05 de outubro de 2015.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. 1954. Disponível em: www.prourof.fau.ufrrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf. *Bauen, Wohnen, Denken*. 1951 conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em **Vortage und Aufsätze**, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução Márcia Sá Cavalcanti Schuback. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia (Directores). *Renovadas Intersecciones: la espacialidad y los imaginários*. **Geografías de lo Imaginario**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana/Iztapalapa, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

HOLZER, Werther. O Lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 68-78, jul./dez. 1999.

HOLZER, Werther. Sobre Territórios e Lugaridades. **CIDADES: Revista Científica**. – Vol.10, n. 17. p. 18-29. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2013.

JULIÃO, Leticia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História** (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan/jun 2011.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo, Brasil: Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo, Brasil: Ateliê Editorial, 2002.

LEITE, Rogério Proença. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3.p.737-756, 2010.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e Novas Centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles **A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JACOBS, JANE. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. 3 Ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. **Percorrer a Cidade**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

JORDÃO, Adriana. **Caminho calçado de pedras e memória**. Curitiba: Editora Appris. Edição do Kindle, 2016.

JULIÃO, Leticia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História** (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan/jun 2011.

LA ROCCA, F. Ambiências climatológicas urbanas: pensar a cidade pós-moderna. In: **Revista Comunicação e Sociedade**, vol. 18. Braga: CECS/Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/issue/view/77/showToc> Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

LE BRETON, David. **A Antropologia dos Sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. **Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun**; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEITE, Julieta. O espaço da arquitetura e do urbanismo: uma componente sensível na compreensão das relações sociais da pós-modernidade. **Revista Comunicação e Sociedade**, Vol. 18. Braga: CECS /Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/issue/view/77/showToc> Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

LEITÃO, Lúcia, AMORIM, Luiz (ORGs.) **A Casa Nossa de Cada Dia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

LEITÃO, Lúcia. A Cidade de Simmel, a Cidade dos Homens. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 461-471, jul/dez, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/14764/10768> Acesso em: 01/11/2014.

LEITÃO, Lúcia. Dora, uma arquitetura para sonhar. **arq.urb**, N.8. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2012. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_08/04_lucia_leitao.pdf Acesso em: 22 de setembro de 2016.

LEITE, Rogério Proença. “A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea” **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3.p.737-756, 2010.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e Novas Centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

LÉVY, Jean. “Uma Virada Cartográfica?” **Cartografias Sociais e Território**. Henri Acselrad (Org.) Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

LIMA, Adson Cristiano. Bozzi Ramatis. *Habitare e Habitus* – um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. **Arquitextos**, São Paulo, n. 091.04, Vitruvius, dez. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/183> Acesso: 08 de fevereiro de 2016.

LIPOVETSKY, Gilles **A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LYNCH, Kevin **A Imagem da Cidade**, Lisboa: Edições 70, 2002.

MADRIGAL, Margarida S. *El Significado del Habitar In: Ciudades para um Futuro más Sostenible* – **Boletín CF+S** 26, Valladolid (Espanha), março de 2004. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n26/amsar.html> Acesso em: 08/12/2016.

MAFFESOLI, Michel. A Pós-modernidade. **Revista Comunicação e Sociedade**, Vol. 18. Braga: CECS /Universidade do Minho, 2011, p. 21-25.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**, Petrópolis: Vozes, 1998.

MAGNANI, José Guilherme C. e TORRES, Lillian de Lucca. (Orgs.) **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, FAPESP, 2008.

MARQUES, Fabrício. **Uma Cidade se Inventa – Belo Horizonte na Visão de seus Escritores**. Belo Horizonte: Ed. Scriptum, 2015.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política, Livro 1**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MAUAD, A. M. **Sob o Signo da Imagem - A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de Representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, 1999.

MAUAD, Ana Maria. Entre Retratos e Paisagens, as Imagens do Brasil Oitocentista: MARCONDES, N. e BELLOTTO, M. (orgs.) **Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano**. São Paulo, Brasil: Editora da Universidade de São Paulo, 13-50, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. DINIZ, C. C. & CROCCO, M., **Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes**, p. 61–85. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/1928347/Economia+Regional+e+Urbana.pdf>
Acesso: 25 de fevereiro de 2014.

MORIN, Edgar **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa: **MÉTIS: história e cultura**, 5(9), 11-23, 2006.

NOGUÉ, Joan. *Otros Mundos, Otras Geografías. Los Paisajes Residuales*. **Revista da ANPEGE**, Vol.7, N. 1, Número Especial. Outubro, 2011

NORA, Pierre “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez 1993. p. 7-28 (Trad. De Yara Aun Khoury de texto integrante do livro NORA, P. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimar, 1984. P XVII – XLII).

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona: Blume, 1975.

PALLASMAA, Juhani. Habitar no Espaço e no Tempo In: PALLASMAA, J. **Habitar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017, Prólogo, p. 7-10.

PALLASMAA, Juhani. Habitar no Tempo In: PALLASMA, J. **Habitar**, São Paulo: Gustavo Gili, 2017, Prólogo, p. 111-122.

PALLASMAA, Juhani. **Os Olhos da Pele**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Imigração Italiana e Desenvolvimento em Minas Gerais. (texto apresentado) **V Seminário Imigração Italiana em Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 de outubro a 1 de novembro de 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Crônica: a leitura sensível do tempo**. Anos 90, Porto Alegre, n.7, p. 29-37, julho de 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades Visíveis, Cidades Invisíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n 53. Rio de Janeiro, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Muito Além do Espaço Urbano: por uma história cultural do urbano". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, p. 279-290, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades Visíveis, Cidades Invisíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n 53. Rio de Janeiro, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf Acesso em: 14 de agosto 2013

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas Fotográficas sobre a Cidade: **Revista Brasileira de História**, 27(53), 55-90, 2007.

QUINTANEIRA, Tânia, BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira e OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1995.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **A cidade: Rumo a uma nova definição?** Porto: Afrontamento, 1994.

RICOEUR, Paul. Parte II – História/ Epistemologia In: **A História, a Memória e o Esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2008.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, José Albertino. (Org.) **Durkheim**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

RISÉRIO, Antônio. **Mulher, Casa e Cidade**. São Paulo: Editora 34, 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações Contemporâneas do Desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUANET, Paulo Sérgio. Aspectos Subjetivos da Cidade. LEITÃO, Lúcia., AMORIM, Luiz (ORG.). **A Casa Nossa de Cada Dia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa, pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHVARSBURG, Gabriel. A Rua e a Sociedade Capsular. **Oculum Ensaios**, n. 16, Campinas, p. 138-149. Jun/Dez, 2012

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A Concepção de Cidade em Diferentes Matrizes Teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p. 90-99, jan/abr. Rio de Janeiro, 2003.

SARMENTO, João Variações sobre o Urbanismo Pós-moderno. **Revista Faculdade de Letras – Geografia**, I Série, Vol XIX, Porto, 2003, pp.255 – 265. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/327.pdf>
Acesso em: 12 Dez. 2016.

SEEMANN, Jorn. “O Espaço da Memória e a Memória do Espaço – Algumas Reflexões Sobre a Visão Espacial nas Pesquisas Sociais e Históricas”. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral: vol. 4/5, p: 43-53, 2002/2003 Disponível em: https://www.academia.edu/4263994/O_ESPA%C3%87O_DA_MEM%C3%93RIA_E_A_MEM%C3%93RIA_DO_ESPA%C3%87O_ALGUMAS_REFLEX%C3%95ES SOBRE_A_VIS%C3%83O_ESPACIAL_NAS_PESQUISAS_SOCIAIS_E_HIST%C3%93RICAS Acesso em: 13 de agosto 2013.

SEEMANN, Jorn. Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade. **Geografares**, [S.l.], abr. 2003. ISSN 2175-3709. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1080> Acesso em: 06 Out. 2015.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução: Marcos Aarão Reis. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Adriano Pereira. **Conhecimento e afetividade em Espinosa**: da reforma da inteligência à potência do conhecimento como afeto. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.
SOJA, Edward W. **Postmetrópolis - Estudos Críticos sobre las Ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental, In: VELHO, Otávio Guilherme (org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOTILO, Caroline Paschoal. **O Postal e Seus Movimentos: comunicação e memória** (Tese de Doutorado). São Paulo, Brasil: Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SOUZA, Eneida Maria de. **Olhares de um cidadão**. PIMENTEL, Thais (Org.). *Juscelino Prefeito*. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto, 2002. p. 47-57

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONUCCI, João Bosco Moura Filho. Belo Horizonte: da cidade planejada à metrópole segregada. **XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Anais. Florianópolis, 2009. p.1-20

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VIRILIO, Paul. **Estética de Desaparição**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

WAIZBORT, Leopoldo Garcia Pinto. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2000.

WEBER, Max. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org.) **Weber**, São Paulo: Editora Ática, 1986.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: Velho, Otávio Guilherme (org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WOOD, Denis. **Everything Sings. Maps for a Narrative Atlas**, Los Angeles: Siglio, 2010.

ZABALBEASCOA, Anaxu. **Tudo Sobre a Casa**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZEVI, Bruno. Sobre Territórios e Lugaridades. **CIDADES: Revista Científica.** – Vol.10, n. 17. p. 18-29. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2013.